



HAL
open science

Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade

Eric Sabourin

► **To cite this version:**

| Eric Sabourin. Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade. 2009. hal-02840130

HAL Id: hal-02840130

<https://hal.science/hal-02840130>

Submitted on 15 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Camponeses do Brasil
entre a troca mercantil e a reciprocidade

Garamond Universitária

Coordenação

Maria Alzira Brum Lemos

Conselho Editorial

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Coleção Terra Mater

Dirigida por Marcel Bursztyn

Amazônia – Geopolítica na
virada do III milênio

Bertha K. Becker

A Dificil Sustentabilidade – Política
energética e conflitos ambientais

Marcel Bursztyn (org.)

Construindo o Desenvolvimento Local
Sustentável – Metodologia de planejamento

Sergio C. Buarque

Agricultura Familiar e Reforma
Agrária no Século XXI

Carlos Guanzioli / Ademar Romeiro

/ Antônio Buainain / Alberto Di

Sabbato / Gilson Bittencourt

Amazônia – Dinamismo econômico
e conservação ambiental

Elimar Pinheiro do Nascimento e

José Augusto Drummond (orgs.)

Dilemas do Cerrado – Entre o
ecologicamente (in)correto e
o socialmente (in)justo

Laura Maria Goulart Duarte e

Suzi Huff Theodoro (orgs.)

O Valor da Natureza – Economia e
política dos recursos ambientais

José Aroudo Mota

Bio(sócio)diversidade –
e empreendedorismo
ambiental na Amazônia

Joselito Santos Abrantes

Conflitos e Uso Sustentável
dos Recursos Naturais

Suzi Huff Theodoro (org.)

O Amapá nos Tempos do Manganês

José Augusto Drummond e Mariângela

de Araújo Póvoas Pereira

Eric Sabourin

Camponeses do Brasil
entre a troca mercantil e a reciprocidade

Traduzido do francês por
Leonardo Milani

G a r a m o n d

Copyright © 2009, Eric Sabourin
Título original: *Paysans du Brésil, entre échange marchand et réciprocité*
Publicado por Editions QUAÉ, Versailles, 2007

Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua da Estrela, 79 – 3º andar
CEP 20251-021 – Rio de Janeiro – Brasil
Telefax: (21) 2504-9211
e-mail: editora@garamond.com.br
website: www.garamond.com.br

Preparação de originais e revisão Carmem Cacciacarro
Projeto gráfico e capa Estúdio Garamond / Anderson Leal
Fotografia da capa Patrick Caron

Esta publicação foi financiada com o apoio do Ministério de Assuntos Exteriores da França, mediante o Serviço de Cooperação e Ação Cultural da Embaixada da França no Brasil e do CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, Montpellier, França).

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Dedico esse livro a Nilana,
filha de camponeses da Bahia
que faz frutificar no nosso lar
e junto aos nossos amigos o
sentido da vida e os valores
herdados da sua família.

Agradecimentos

Agradeço a Dominique Temple pelos seus conselhos e pela leitura do manuscrito em francês, pois a minha abordagem metodológica inspira-se em parte no seu trabalho de construção da teoria da reciprocidade. Agradeço também a Maxime Haubert, Jean Pascal Pichot, Jean Marie Legay, Christine Rawski, Martine Segulier-Guis, Emilie Coudel e Jean Philippe Tonneau, pela contribuição na revisão do texto em francês.

Agradeço a Leonardo Milani pelo esforço de interação na tradução para o português, a Carmen Cacciaccaro pela revisão técnica, a Anderson Leal pelo projeto gráfico e ao editor Ari Roitman.

Fico grato pelos encorajamentos da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley e do professor Marcel Burstyn para a realização da edição em português.

Agradeço o apoio dos Serviços de Cooperação Técnica e Científica da Embaixada da França no Brasil pelo co-financiamento desta edição junto ao CIRAD.

Sou grato a Patrick Caron pela fotografia da capa, assim como pelas andanças em comum entre os camponeses do Brasil.

Finalmente, testemunho minha gratidão pela paciência e a colaboração das camponesas e dos camponeses do Brasil com quem tive a honra e o prazer de conversar, trabalhar e pesquisar desde 1990 até hoje.

Sumário

Prefácio à Edição Brasileira 13

Prefácio à Edição Francesa 17

Introdução 21

Comunidades Camponesas e Organização Social da Produção 29

1. As evoluções de uma agricultura camponesa 29

1.1. Origens da agricultura camponesa e familiar 29

1.2. Os camponeses invisíveis diante das políticas 40

2. Comunidades camponesas e reciprocidade 48

2.1. Comunidade e reciprocidade 48

2.2. Ferramenta: a teoria da reciprocidade 55

3. Duas instituições estruturantes da reciprocidade 66

3.1. A ajuda mútua agrícola 66

3.2. O manejo dos recursos comuns 69

As Organizações dos Agricultores 79

1. Movimentos sociais e organizações 79

1.1. A diversidade das organizações profissionais 80

1.2. Principais formas de organização camponesa 83

- 1.3. Ferramenta: os modos de coordenação da ação coletiva, segundo Ostrom 91
- 2. *Líderes, mediadores e “pontes”* 97
 - 2.1. Retrato de um líder camponês 98
 - 2.2. Novos mediadores ou novas tutelas? 105
- 3. *Organizações de agricultores e reforma agrária* 112
 - 3.1. As oportunidades desperdiçadas 112
 - 3.2. Tensões entre lógicas familiares e coletivas 132

Políticas Públicas e Ações Locais 143

- 1. *Limites e repetições das políticas de desenvolvimento rural* 143
 - 1.1. Continuidade e evolução das políticas públicas 144
 - 1.2. Abordagem territorial do desenvolvimento rural 152
- 2. *Interações entre ação coletiva e ação pública* 167
 - 2.1. Origens, ganhos e dificuldades 167
 - 2.2. Resultados e perspectivas destas interações 173
- 3. *Reconhecimento público dos dispositivos coletivos dos agricultores* 176
 - 3.1. Dois casos de co-construção de instrumentos de políticas públicas 177
 - 3.2. Organizações camponesas e política de multifuncionalidade da agricultura 186

Mudança Social e Mudança Técnica 193

- 1. *Trajetórias e dispositivos de inovação* 194
 - 1.1. O contexto do agreste da Paraíba 194
 - 1.2. Diagnóstico do sistema local de conhecimento e de inovação 197
 - 1.3. A inovação invisível 205
- 2. *Construção da inovação em parceria* 212
 - 2.1. As interações entre agricultores e agrônomos 213
 - 2.2. Os grupos de agricultores experimentadores 218
- 3. *Aprendizagens, formação e intervenção* 228
 - 3.1. A Universidade Camponesa do Cariri – Paraíba 230
 - 3.2. A formação dos jovens oriundos da reforma agrária em Unai (MG) 234
 - 3.3. Aprendizagem coletiva e reciprocidade 238

Economia Camponesa, Economia de Reciprocidade 247

1. *Papel econômico das redes sociais* 248
 - 1.1. Organização, capital social e custos de transação 250
 - 1.2. Redes e circuitos de comercialização 253
2. *Economia e solidariedade* 257
 - 2.1. Economia solidária no meio rural 258
 - 2.1. Ferramentas: os fundos de crédito solidário 263
3. *Mercados e reciprocidade* 266
 - 3.1. Diversidade da articulação com os mercados 268
 - 3.2. Os mercados agroecológicos na Paraíba 272

Conclusões: Troca e Reciprocidade 277

1. *Agriculturas camponesas e práticas de reciprocidade e redistribuição* 278
2. *Valores de reciprocidade e valores de troca* 282
3. *Políticas públicas: que formas de articulação entre troca e reciprocidade?* 285
 - 3.1. Transferência de renda 285
 - 3.2. Políticas de transferência ou de dependência? 288
 - 3.3. O clientelismo político no Brasil 289
4. *Interações entre reciprocidade e troca para o desenvolvimento rural* 292
 - 4.1. Reciprocidade e valores humanos 292
 - 4.2. Valores humanos e bem comum 295

Bibliografia 297

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas 323

Lista de Siglas 327

Prefácio à Edição Brasileira

Os fatos que recordamos aqui confirmam a existência de camponeses no Brasil, não somente em termos de categoria política, mas também de categoria social e sociológica.

Esta afirmação constitui o eixo central das análises apresentadas por Eric Sabourin em seu livro. Para formulá-lo, o autor precisou enfrentar uma “imagem economicamente falsa e politicamente construída da realidade agrícola do Brasil”, que nega a existência de um campesinato na história e na contemporaneidade da sociedade brasileira, ou o percebe como uma parcela de produtores tecnicamente atrasados, socialmente rudes, politicamente inexpressivos, sem lugar, portanto, num projeto de modernização. Esta imagem opaca do campesinato brasileiro é veiculada por correntes de pensamento que expressam as mais variadas matrizes político-ideológicas. Esquerda e direita aqui se confundem, em nome de uma certa ideologia do progresso que, no entanto, assimila sem sobressaltos a concentração latifundiária da propriedade da terra, a super-exploração do trabalho agrícola e a destruição do patrimônio ambiental pela utilização predatória dos recursos naturais.

Para essas correntes, a palavra “camponês” é confinada como uma categoria política, mas esta também é rapidamente rejeitada, sob o argumento de faltar-lhe substrato de realidade. Em contraposição, Eric Sabourin ofereceu-nos a chave para a compreensão da “presença de características camponesas fortes” na sociedade brasileira ao estruturar sua argumentação em torno da permanência de “lógicas camponesas” de resistência e de reprodução.

Lógicas de resistência e de reprodução, antes de tudo, para responder às situações de acesso precário e insuficiente aos recursos produtivos, especialmente a terra e a água. Trata-se de uma singular experiência de gestão da fertilidade destes recursos, diretamente potencializada pelo trabalho, que, por esta razão, é sempre coletivo, no interior da família e da comunidade local. Lógicas de resistência e de reprodução, igualmente, para fazer face à restrita disponibilidade de recursos monetários e às exigências dos mercados nos quais estão, indiscutivelmente, inseridos.

Considerar o camponês um exclusivo produtor para sua própria subsistência seria amputar a dimensão mercantil da sua atividade econômica, da qual não escapa (imposição do mercado) e que é por ele valorizada (desejo de inserção). Contudo, não basta afirmar sua presença nos mercados capitalistas ou as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de participação nas chamadas cadeias produtivas; é preciso qualificá-la. Neste caso, a vinculação mercantil não se orienta em função da remuneração de um capital. O que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio familiar possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade camponesa. Com este objetivo, os resultados da produção seguem destinos diversos, porém complementares: “autoconsumo, dons e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais” e, claro, “a venda para diversos tipos de mercado”.

Eric Sabourin formula o princípio explicativo da reprodução camponesa no Brasil em termos de uma interface, uma articulação dialética entre as implicações da troca mercantil e as práticas de reciprocidade. Autores clássicos como Marcel Mauss e Karl Polanyi e os contemporâneos D. Temple, A. Caillé, M. Chabal, J. Godbout, A. W. Gouldner inspiram, entre tantos outros, esta leitura original e de grande densidade teórica.

A teoria da reciprocidade ilumina as práticas de solidariedade prevalentes nas famílias e comunidades camponesas que ele estudou, particularmente na Paraíba, fazendo aflorar sob um novo ângulo experiências como as de ajuda mútua e a utilização coletiva de fundos de pastos, não como reminiscências de um passado em extinção, mas como formas atualizadas de construção da vida social. Para além da solidariedade que se manifesta ao nível real, da produção e da partilha de bens, há a registrar aquela de natureza propriamente simbólica, que a complementa e dá sentido à construção de uma identidade coletiva, expressa nos sentimentos de pertencimento, na partilha e transmissão dos saberes e na adesão a valores humanos compartilhados.

A estas “regras ancestrais de reciprocidade camponesa”, Eric Sabourin acrescenta, em sua análise, outras formas de organização, adequadas ao exercício de novas funções, no que se refere à condição profissional – sindicatos –, às relações com o mercado – cooperativas – e ao acesso mais amplo a bens e serviços – associações. A participação dos camponeses nessas “redes sociopolíticas e sociotécnicas” favorece “a atualização da dinâmica da expansão da reciprocidade”. É neste campo, igualmente, que se pode perceber com mais nitidez os laços sociais que os camponeses constroem, para além do espaço estritamente local, com a sociedade em seu conjunto, através dos quais reafirmam sua própria condição de cidadãos. Mas é nele, igualmen-

te, que se manifestam as tensões e os conflitos que afetam as posições e as práticas do Estado – pela via das intervenções das políticas públicas – e dos diversos movimentos sociais, representantes de segmentos dos trabalhadores, de agricultores sem terra e de pequenos camponeses. Por desconhecer ou desconsiderar a natureza profunda do campesinato tal como Sabourin a apresenta, alguns destes “mediadores” assumem a bandeira – na verdade, bandeiras, pois são distintas entre si – de uma certa coletivização, que se sobrepõe à centralidade da família e que frequentemente mais se assemelha a uma reprodução tutelada do que à afirmação da autonomia camponesa. É forte a conclusão do autor a esse respeito: “No Brasil como no resto do mundo, os agricultores assentados confirmam que um projeto de produção coletiva que torne anônimo o trabalho individual não faz sentido na agricultura”.

A intervenção do Estado, que nas últimas décadas tem se voltado, sem dúvida de forma positiva, para o apoio à agricultura familiar, particularmente através do Pronaf, termina, também, por fazer referência a um modelo de agricultor no qual prevalece a dimensão mercantil, através da ênfase à política de crédito, modelo longe de corresponder ao perfil do conjunto dos camponeses, sobretudo os do Nordeste. Na verdade, esta é uma questão em debate – não só no interior dos movimentos sociais e associações de agricultores, mas também dentro das próprias instituições governamentais – que vem produzindo consequências práticas. Para Eric Sabourin, as transformações introduzidas mais recentemente nas políticas públicas se inspiram em concepções alternativas do desenvolvimento rural, comunitário, sustentável, territorial. Apesar dos vários fatores que limitam os impactos destas abordagens, parece claro que delas emerge “um processo de diálogo e de coordenação” que resulta no “reconhecimento público dos dispositivos coletivos dos agricultores”, que têm a marca da multifuncionalidade e da reciprocidade.

Neste contexto, os dispositivos da assistência técnica e da inovação merecem uma atenção toda especial, pois a este tema é dedicado todo o quarto capítulo do livro. Privilegiando a dimensão metodológica, Eric Sabourin debruça-se sobre as experiências por ele vividas em diversas comunidades camponesas da Paraíba e constrói, a partir delas, categorias analíticas que dão conta da diversidade e complexidade das configurações e redes socio-técnicas. À frequente invisibilidade da inovação camponesa, o autor contrapõe a necessidade de descobri-la e construí-la de forma interativa, o que resultou, nos casos analisados, na constituição dos grupos de agricultores-experimentadores e nos programas de formação, a exemplo da universidade camponesa do Cariri.

As relações entre trocas mercantis e práticas de reciprocidade se mani-

festam, em muitos casos, sob a forma de uma “hibridização”, pela qual a participação dos camponeses nos distintos mercados é diretamente marcada por laços de proximidade e impregnada de valores de solidariedade que se expressam, teórica e praticamente, pelas concepções de capital social e economia solidária.

Em suas conclusões, o autor retoma a hipótese inicial, ao reiterar a existência de uma agricultura camponesa que mantém com o mercado capitalista uma tensa relação de autonomia e que atualiza, permanentemente, no plano material e simbólico, estruturas de reciprocidade. Oposta a uma produção centrada no autoconsumo, a economia camponesa é articulada, interna e externamente, pelas próprias formas de produção, ao mobilizar as forças sociais e os valores das comunidades locais e se apresentar como um caminho para a inclusão social. “Como produzir mais integração do que exclusão? Como produzir a inclusão a partir de valores humanos éticos universais?” Este é o grande desafio que devem enfrentar movimentos sociais, associações e poderes públicos ao pensar o desenvolvimento rural.

Longe de pretender dar conta de toda a riqueza e profundidade do estudo apresentado neste livro, minha intenção foi recortar as principais questões trabalhadas para, com isso, aguçar o interesse dos leitores. Eric Sabourin certamente encontrará os seus, sobretudo entre os intelectuais, pesquisadores do mundo rural brasileiro, formuladores de políticas e programas de intervenção para o desenvolvimento rural, militantes das instituições representativas dos agricultores e os próprios camponeses. De nacionalidade francesa, pesquisador do CIRAD, ele veio trabalhar no Brasil, sucedendo e antecedendo tantos outros da sua instituição, todos com a mesma competência profissional e engajamento social. Tornou-se afetivamente um brasileiro, pela sua capacidade de compreender o Brasil e de se comprometer pessoalmente com o desenvolvimento rural, no sentido das comunidades camponesas. Seu livro se inscreve na longa e rica tradição dos estudos dos que reconhecem nos camponeses atores sociais, protagonistas da construção da nossa sociedade.

Sou feliz e muito grata a Eric por ter me convidado a participar, tão de perto, desta sua obra.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Socióloga, professora aposentada da UNICAMP, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora do CNPq.

Prefácio à Edição Francesa

Este livro propõe uma análise socioantropológica e agrônômica das sociedades rurais e camponesas do Brasil, bem como das transformações pelas quais passaram nestas últimas décadas, em particular, no que diz respeito às atuações do Estado e à expansão do mercado capitalista.

Trata-se de um trabalho de síntese que dá continuidade a um envolvimento profissional por meio de projetos de pesquisa-ação e formação junto a vários grupos rurais e suas organizações durante cerca de quinze anos. É um tempo relativamente longo, se tomamos por medida a duração habitual dos projetos de pesquisa; em contrapartida, isto permite um distanciamento que não é sempre fácil ter no fogo da ação.

A vantagem de ter investido tanto tempo consiste em dispor de um conhecimento preciso da situação real da agricultura e dos agricultores; um conhecimento bem diferente daquela representação que se fazem, no Brasil, as elites e os governantes dessa situação. As políticas públicas destinadas à pequena agricultura são concebidas em função de um tipo de agricultor familiar que não existe, ou somente de forma minoritária, ao passo que a massa de camponeses, já marginalizada, se torna ou permanece quase invisível. Ressalve-se o caso dos trabalhadores “sem-terra” que aparecem com frequência em destaque na mídia, em geral para serem estigmatizados.

Esta defasagem entre as políticas e a realidade se traduz primeiramente por impasses repetidos, tensões ou contradições entre as dinâmicas camponesas e as propostas dos projetos de desenvolvimento. Em particular, a resistência dos camponeses se expressa pela permanência, reprodução ou adaptação de práticas e estruturas que desafiam a lógica da troca mercantil. Tal resistência remete à sua vinculação com os valores humanos associados a tais práticas, às relações sociais que as articulam, aos saberes e ao saber-fazer que veicu-

lam. São todos elementos que, não raro, são também invisíveis para os atores dominantes.

Não se pode negar que os camponeses brasileiros se beneficiaram com notáveis melhorias materiais a partir dos anos 1950; mas é preciso relacioná-las com a situação de extrema precariedade e pobreza na qual a maioria destes se encontrava, sobretudo no Nordeste e na Amazônia. É verdade também que se deve levar em conta uma descontinuidade das políticas públicas, que têm evoluído recentemente, hesitando entre assistência social, abordagem territorial e competitividade para a exportação. Mas afinal de contas, o modelo geral de desenvolvimento rural proposto pelo Estado e pelas agências internacionais prefigura situações dificilmente sustentáveis quanto à conservação dos recursos naturais, à ocupação da população rural e ao equilíbrio inter-regional.

Primeiramente, o livro aborda a hipótese da existência, muitas vezes contestada, de camponeses e comunidades camponesas no Brasil. A segunda hipótese, complementar, é a da permanência de práticas e regras que remetem à reciprocidade e redistribuição (como as teorizou Karl Polanyi), e não apenas à troca mercantil. Para Éric Sabourin, estas práticas e estruturas podem ser observadas em vários níveis: produção, manejo do trabalho e dos recursos naturais, organização dos agricultores e atitude face às intervenções externas, construção da inovação, comercialização e valorização econômica dos produtos, ou ainda, negociação de políticas públicas.

Ainda assim, Eric Sabourin faz a distinção entre duas tendências opostas e por vezes complementares nos projetos dos agricultores e de suas organizações. Por um lado, tais projetos podem visar essencialmente o desenvolvimento da produção de valores materiais destinados à troca mercantil. Por outro, podem ser dedicados à produção de valores materiais de uso, associada à produção de valores afetivos (amizade, respeito) e éticos (confiança, responsabilidade, justiça, equidade etc.). Uma vez identificadas as relações e estruturas que remetem à reciprocidade, é possível buscar sua forma de articulação com as relações e estruturas que remetem à troca mercantil; estas, por sua vez, são onipresentes e supervalorizadas pela leitura unívoca da economia política. Esta identificação da tensão entre práticas e relações de reciprocidade e troca nos ajuda também a repensar o apoio externo e os instrumentos de políticas públicas. É o caso no que diz respeito à organização dos agricultores, ao manejo de recursos naturais, ao financiamento das atividades de produção, bem como à comercialização, inovação e formação.

Há pelo menos três motivos pelos quais se deve comemorar a publicação deste livro e recomendar amplamente a sua leitura:

- 1 O primeiro é que esta leva a aprofundar a reflexão teórica sobre a natureza das sociedades camponesas e de suas relações com a sociedade global. Neste quesito, lança pistas de análise de grande interesse, partindo não somente da experiência brasileira do autor como também da que teve em várias outras situações – no estrangeiro ou até mesmo na França – e do capital de conhecimentos teóricos que acumulou sobre esta temática.
- 2 Segundo, em minha opinião, o livro é exemplar do ponto de vista da metodologia implementada. Está claro que a amplíssima experiência de campo é essencial. Mas sua utilidade seria rapidamente desperdiçada não fosse constantemente somada à empatia natural de Eric Sabourin para com as populações camponesas que acompanhou e de quem sempre buscou melhorar a situação econômica, social e cultural, sem jamais perder o distanciamento crítico necessário. Por outra parte, além da sociologia e da antropologia econômica, ele mobiliza as contribuições da geografia, da agronomia e das ciências políticas em sua análise, ao invés de somá-las umas às outras, combinando-as em uma pesquisa verdadeiramente interdisciplinar, no melhor significado da palavra.
- 3 Por fim, é evidente que este livro será de grande utilidade para os diversos atores do desenvolvimento rural, convidando-os a reexaminar, como fez o autor, a pertinência dos meios de conhecimento e ação de que necessitam para ajudar os camponeses a sair da invisibilidade de forma eficaz.

Maxime Haubert,
Professor Emérito de Sociologia,
IEDES, Universidade Paris I, Panthéon Sorbonne

Introdução

Cheguei ao Brasil para integrar a equipe franco-brasileira de um projeto de pesquisa sobre o manejo da água na região do Nordeste semi-árido. Eu era encarregado de estudar e apoiar a adoção de inovações técnicas e organizacionais (manejo de açudes, cisternas e projetos de irrigação) por “pequenos produtores”, conforme a terminologia da época.

Deparando-me com tensões ou impasses entre as dinâmicas locais das comunidades rurais e as intervenções externas, pude confirmar que o discurso da defasagem técnica e socioeconômica entre produtores e técnicos não explicava nada. Levantei primeiramente a hipótese de uma confrontação entre lógicas diferentes em termos de comportamento de atores ou em termos de estratégia de desenvolvimento, desde a produção agrícola até o seu uso, passando pelo manejo dos fatores de produção. Mas, progressivamente, a análise destas práticas e das estruturas subjacentes evidenciou prestações e relações reguladas por princípios que não remetem à troca capitalista.

Hipóteses lançadas após uma imersão duradoura

Minhas hipóteses associam bases teóricas socioantropológicas em torno da troca, da reciprocidade e da redistribuição, bem como o estudo ou experimentação de fatos em âmbitos de observação participante e pesquisa-ação.

Quando cheguei ao Brasil, após uma experiência de dez anos com comunidades indígenas e camponesas dos Andes (Bolívia, Peru) e da África negra, fui aconselhado a esquecer tudo da noção de comunidades camponesas.

Por isso, tardei a mobilizar as categorias sociais e antropológicas que havia utilizado antes; além do mais, a temática do campesinato tinha sido, aparentemente, resolvida pela universidade brasileira durante os anos 1980. Aliás, minhas leituras tinham me convencido de que iria me deparar com trabalhado-

res rurais assalariados (ou sem-terra) ou com pequenos proprietários mestiços completamente integrados ao mercado capitalista e à sociedade global.

Pois não era nada disso. As comunidades rurais, incluindo-se aquelas cuja constituição pude acompanhar, conservavam características camponesas fortes, no sentido dado por Wolf e Mendras. Assim, examinei a hipótese da manutenção de lógicas camponesas, que acabou sendo validada em vários casos, sobretudo no Nordeste.

Todavia, o caráter camponês destas comunidades rurais é apenas parcial, sendo por sua vez sujeito a evoluções. Por outra parte, se no Brasil a utilização do modelo camponês (Mendras, 2000) pode funcionar, é precisamente porque integra características como “uma articulação parcial com mercados incompletos” (Ellis, 1988), a importância da economia doméstica (Polanyi, 1957, 1975), o interconhecimento, ou ainda a dependência do poder local.

Assim, reconsiderarei a questão da permanência de práticas e regras que remetam à reciprocidade¹ e à redistribuição², e não somente à troca mercantil, retomando as categorias conhecidas desde a contribuição de Karl Polanyi (1944). Estas práticas e estruturas camponesas podem ser observadas em vários níveis.

Produção e meio ambiente

Primeiramente, “Não existem camponeses sem a campina e os campos” (Deffontaines, 1998). É impossível analisar as lógicas dos sistemas técnicos, econômicos e sociais sem levar em conta as especificidades dos ambientes naturais do meio rural.

Isto se verifica especificamente em condições climáticas ou ecológicas adversas: secas recorrentes da região semi-árida, baixa fertilidade dos solos das frentes pioneiras da Amazônia ou dos Cerrados. No Brasil, a agricultura camponesa se implantou nos interstícios dos espaços ocupados pela grande agricultura de plantação ou pela pecuária extensiva (Tonneau *e outros*, 1997). Este ainda é o caso das terras degradadas ou de pouca manutenção, que estão hoje reservadas para os assentamentos de reforma agrária.

1 O princípio de reciprocidade, corresponde ao redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana.

2 Reciprocidade e redistribuição, de acordo com Polanyi (1944 e 1957), são modos de integração social e de alocação das prestações econômicas diferenciados da troca mercantil. Reciprocidade, redistribuição e troca constituem três sistemas econômicos diferentes capazes de gerar formas de mercado diferenciadas.

Nestas circunstâncias, a produção agrícola de natureza familiar é frequentemente associada ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terras, água, pastos) ou à redistribuição de fatores de produção (sementes, trabalho, saber fazer...), mediante diferentes formas de ajuda mútua, de regras de acesso ou de compartilhamento destes recursos.

A agricultura empresarial monopolizou as terras mais férteis e de mais fácil mecanização, ou seja, os espaços pouco acidentados que proporcionam amplas áreas relativamente homogêneas em termos de natureza do solo, relevo e vegetação. É o caso da Zona da Mata, dos imensos planaltos dos Cerrados ou das planícies e chapadas da Bacia Amazônica.

Assim, historicamente, a agricultura camponesa acabou confinada nos morros acidentados do Agreste (entre o litoral úmido, reservado às plantações, e o sertão, dedicado à pecuária), nos vales aluviais e baixios do Nordeste semi-árido alimentados por cursos de água intermitentes ou, ainda, nas encostas das depressões dos Cerrados (Caron, 1998).

Considerando-se os fortes gradientes de altitude e pluviometria ou a natureza muito acidentada do relevo sobre pequenas distâncias, estas áreas de agricultura camponesa proporcionam condições agroecológicas extremamente diversificadas, que requerem, portanto, sistemas técnicos que sejam também diversos e específicos (Caron & Sabourin, 2001).

Às vezes, o argumento da mobilidade dos pequenos agricultores (êxodo, migrações, colonização de frentes pioneiras) foi utilizado para deduzir que não há camponeses no Brasil, já que estes não estariam vinculados ou arraigados à sua terra. Do ponto de vista científico e histórico, não há oposição entre campesinato e migrações, sobretudo quando estas são vinculadas a fenômenos de espoliação, expulsão ou reconversão das terras.

Porém, em contrapartida, esta afirmação não pode ser sustentada no caso do Brasil; ou então como explicar que camponeses fiquem tão ligados aos pedregais áridos do Cariri? No Nordeste semi-árido, boa parte do processo de migração é temporária, podendo ser sazonal, para garantir uma renda complementar à da agricultura, ou se estender por alguns anos, de forma que os jovens possam acumular um capital inicial para a aquisição de seu primeiro rebanho, ou até mesmo de suas primeiras terras. Por fim, vários autores estudaram a recomposição de comunidades de vizinhança ou de parentesco nas frentes pioneiras amazônicas a partir das comunidades camponesas provenientes do Nordeste, Paraná ou Rio Grande do Sul (Lena, 1992; Albaladejo & Tulet, 1996; Veiga, 1999; Arnaud de Sartre, 2006).

Valorização da produção

Paralelamente à sua venda em diversos tipos de mercados ou a diversas categorias de intermediários, a utilização da produção mobiliza outras formas de destino dos produtos: autoconsumo, doações e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais.

A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e dotações), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais.

Enfim, tampouco se poderia propriamente falar de agricultura de subsistência: no Nordeste, bem ao contrário, ela é historicamente articulada com o mercado mundial do açúcar, tabaco, algodão, sisal e frutas, enquanto na Amazônia ela se articula com os ciclos comerciais da borracha, café, cacau, pimenta do reino etc.

Eu me deparei com dois limites da interpretação de Polanyi (1957): primeiramente, o caráter estritamente substantivista da economia, também contestado por Caillé (2005), autor do campo teórico antiutilitarista e, em seguida, a questão da reinserção das prestações econômicas nos valores sociais. Por conta da contribuição de Temple (1998, 2004), questioneei o papel e a natureza destes códigos morais e valores sociais ou culturais nos quais “se inseririam” as relações econômicas cuja origem não é explicada por Polanyi e seus discípulos.

Assim, pude validar as hipóteses e ilustrar a análise teórica de Temple (1998) no que diz respeito a estruturas elementares de reciprocidade, em vários casos: a produção agrícola, o manejo dos recursos e patrimônio das famílias e comunidades rurais e, por fim, a comercialização dos produtos. Neste sentido, a contribuição dos trabalhos apresentados neste livro é original e propõe renovar as ferramentas de análise e atuação no que diz respeito ao desenvolvimento rural.

Um método empírico e hipotético-dedutivo...

A metodologia consiste primeiramente em definir o marco global, histórico, econômico, social, geográfico e natural dos sistemas de agricultura familiar e camponesa no Brasil, bem como seu papel ao lado da agricultura patronal e empresarial.

O marco histórico, federal ou regional explica as trajetórias das instituições (organizações camponesas, serviços públicos ou privados, ONG) dos instrumentos de política pública, bem como suas evoluções.

Esta abordagem é completada pela identificação e análise das relações de reciprocidade no plano das comunidades camponesas.

Partindo-se deste marco, são analisados os resultados das intervenções junto aos camponeses e às suas organizações em escala local (comunidade, perímetro irrigado, projetos de reforma agrária, município, território e pequena região natural). Estas interações resultam em tensões, oposições, mas também em complementaridades, articuladas por diferentes sistemas de mediação.

Para diferenciar a natureza dos sistemas de regulação das relações sociais, políticas e das prestações econômicas em tais condições epistemológicas, o método consiste em identificar as polaridades econômicas destas relações, bem como a natureza dos valores produzidos. Assim, diversas perguntas são colocadas. Existirão situações intermediárias entre o desenvolvimento do princípio de troca e aquele do princípio de reciprocidade? Quais são as estruturas de base que garantem ou contribuem com a reprodução destas relações e valores?

...a partir de estudos de casos

Os casos utilizados correspondem a diferentes situações da agricultura camponesa e familiar em campos de estudo e intervenção em diversas regiões do Brasil. Desde 1991, acompanho uma série de situações no Nordeste, com olhares cruzados sobre a Amazônia desde 1995. Desde 2003, acompanhei equipes nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul e trabalho com regularidade no Noroeste de Minas Gerais (região de Unaí) e no Norte do Mato Grosso (região de Alta Floresta).

Os trabalhos sobre as comunidades camponesas e o manejo dos recursos naturais (água, floresta seca, pastos, sementes) envolvem várias situações representativas do Nordeste. Os estudos sobre as mediações, a reforma agrária, as políticas públicas, os processos de inovação e aprendizagem e as relações com os mercados correspondem às principais situações da agricultura familiar do Brasil, desde o Sul até o Nordeste, passando pela Amazônia.

O livro se divide em seis capítulos. Os cinco primeiros propõem diversas entradas que ilustram a dupla referência ao princípio da troca e àquele da reciprocidade. O sexto corresponde às considerações finais do trabalho.

Ainda que este livro fale de camponeses e de agricultura, não há um capítulo específico que se dedique às relações entre campesinato e ambientes naturais, já que este tema é abordado de forma transversal ao longo dos capítulos. De

fato, constitui suporte à ilustração das modalidades de manejo dos recursos naturais ou fundiários e dos processos de inovação técnica.

O primeiro capítulo aborda o contexto sócio-histórico e político, marcado pelas consequências das características camponesas da agricultura brasileira e pela permanência das práticas de reciprocidade. Este capítulo analisa a história, a origem e o funcionamento das comunidades camponesas, em particular no Nordeste. Um subcapítulo é consagrado às relações de reciprocidade entre as famílias e o meio ambiente, em particular para o acesso e o manejo dos recursos naturais.

O segundo capítulo trata das transformações das organizações profissionais de agricultores e de sua adaptação ou resposta às mediações e intervenções externas, em particular no caso da política de reforma agrária.

Para este efeito, traço um breve um panorama da estrutura fundiária brasileira e das condições particularmente difíceis de acesso aos recursos naturais no caso da reforma agrária.

As referências sobre as comunidades e organizações camponesas, sobre as cooperativas e os sindicatos municipais envolvem essencialmente municípios da região do semi-árido, onde conduzi ações de pesquisa no âmbito do meu trabalho na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (Recife), no centro de pesquisa Embrapa Semi-Árido (Petrolina) e na Universidade Federal da Paraíba (Campina Grande). Durante o período Sudene-Embrapa (1991-1999), trabalhei no Estado da Bahia (municípios de Pintadas, Ipirá, Juazeiro e Curaçá), no Ceará (municípios de Quixeramobim e Tauá) e em Pernambuco (municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Mirandiba) (cf. figura 4).

Considerados no contexto da política federal, os trabalhos sobre reforma agrária mobilizam estudos e referências em vários estados do Brasil. Envolvem essencialmente o período 1998-2005 na Paraíba e 2005-2007 na região de Unai (Minas Gerais); partem também da orientação de mestrados e teses de doutorado sobre este tema na Paraíba (Lazzaretti, 2003 e 2007) e no Rio Grande do Sul (Mello, 2006).

O terceiro capítulo aborda a análise das políticas públicas de desenvolvimento rural e sua interação com as dinâmicas locais das comunidades e organizações camponesas. O marco geral envolve todo o Brasil e mobiliza os resultados de um estudo comparativo que coordenei a partir de dez estudos de caso nas quatro principais regiões do País em matéria de agricultura familiar (Sul, Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste). Uma parte deste capítulo é consagrada à abordagem territorial do desenvolvimento. O apoio aos dispositivos de manejo de recursos comuns (biodiversidade, pasto e água) mobiliza a análise

das práticas camponesas de manejo destes recursos e sua valorização do ponto de vista da multifuncionalidade dos territórios e dos espaços rurais.

A análise específica do reconhecimento público dos dispositivos coletivos dos agricultores diz respeito às experiências dos municípios de Juazeiro (Bahia) e do Agreste da Paraíba. A análise da abordagem territorial envolve três casos: o Agreste da Paraíba, o Noroeste de Minas Gerais e o Norte do Mato Grosso.

O quarto capítulo se dedica aos processos de inovação e aprendizagem, partindo essencialmente dos casos do Agreste da Paraíba (Nordeste) e dos assentamentos de reforma agrária dos Cerrados (Centro-Oeste). Ele é introduzido por uma apresentação do meio e dos sistemas de produção agropecuária do Agreste da Paraíba.

A análise da inovação, que se iniciou no distrito de Massaroca (Juazeiro – Bahia), foi desenvolvida na região de Campina Grande desde 1998 (municípios de Remígio, Solânea, Lagoa Seca, Soledade e Sumé), e depois nos assentamentos de reforma agrária da região de Unai (Minas Gerais) a partir de 2005. Ela leva em conta referências ou abordagens cruzadas que envolvem a Amazônia (Pará e Mato Grosso).

O quinto capítulo envolve as relações dos agricultores com as diversas formas de mercado, partindo essencialmente de referências no Agreste da Paraíba, mas com trabalhos complementares a partir de casos nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina.

O capítulo de conclusão constitui tanto uma síntese dos trabalhos em torno das hipóteses iniciais quanto um ensaio de prolongamento dos elementos analisados ao longo dos capítulos, em termos de pistas de pesquisa, de análise e de propostas de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural para o Brasil e para os países do Sul.

Comunidades Camponesas e Organização Social da Produção

1. As evoluções de uma agricultura camponesa

1.1. Origens da agricultura camponesa e familiar

Será que existem camponeses no Brasil?

Por muito tempo, esta pergunta dividiu os universitários brasileiros. Caio Prado Jr. (1960) afirma, partindo da análise ortodoxa marxista, que não há (nem houve) camponeses no Brasil, baseando-se numa visão europeia segundo a qual só existiria sistema camponês a partir da transformação do sistema feudal da serventia. No Brasil, para Prado Jr. (1942), se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No que tange aos pequenos produtores autônomos que sempre existiram e que ele agrupa sob o termo “pequena lavoura”, estes estariam historicamente integrados ao sistema capitalista sob uma forma dependente. Na verdade, brincando com as palavras, ele reconhece a existência de um campesinato não assalariado, mais ou menos dependente do mercado e dos grandes proprietários.

Cardoso (1979) analisa mais especificamente o caso da agricultura colonial escravista e vislumbra uma “brecha camponesa” na evolução da escravidão no Brasil, que ele compara com diversas situações no Caribe.

Martins (1981) amplia esta análise para a evolução das formas dependentes de agricultura camponesa, em particular os diversos tipos de arrendamento. Ele define a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-vozes, os invisíveis. Segundo Martins (1981), o termo “camponês” é recente no Brasil (anos 50). Sua origem é política, sendo associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos “campesinos”.

Assim, o termo campesinato utilizado no Brasil corresponde a uma cate-

goria política e não à categoria científica do modelo camponês que teorizaram Wolf e Mendras.

Na verdade, o termo camponês foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964, que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas Camponesas.

Para Nazaré Wanderley (1996, p.7), a parte representada pelo campesinato continua importante no Brasil, sobretudo no Nordeste, inclusive no âmbito da modernização de uma agricultura de tipo familiar: “Este campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar, constituída a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade”.

Esta hipótese se confirma no Nordeste, bem como na Amazônia ou Centro-Oeste, com a permanência de comunidades camponesas que mantêm ainda a maioria das cinco características das sociedades camponesas identificadas por Mendras (1976, p.11-20): uma relativa autonomia em relação à sociedade global; a importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico; um sistema econômico diversificado, parte autônomo e parte integrado a mercados diversificados; relações de interconhecimento e a função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global (Wanderley, 1996, p.3).

Retomando as observações de Chayanov (1990), Mendras escreveu:

A unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de subsistência e não um capital a rentabilizar, faz com que não seja possível analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial. (Mendras, 1976, p.11-20)

E continua:

O camponês trabalha a terra para se alimentar: qualquer teoria da economia camponesa nada mais é que o comentário desta fórmula lapidária [...] mas o camponês produz para um mercado globalizante [...]. Todavia, esta exigência é somente acessória para compreender a lógica que preside ao cálculo econômico do camponês. Quando falamos de camponês, é preciso compreender família camponesa [...]. Cada produto tem seu destino particular e nenhum pode substituir o outro: o capim alimenta os animais, o trigo, os homens [...]. (Mendras, 1976, p.11-23 tradução livre)

Mais recentemente, Carvalho (2005) reivindica o desenvolvimento de um projeto camponês no Brasil para o século XXI. Ele retoma uma série de críticas feitas àquilo que chama de paradigma do fim do campesinato ou de metamor-

fose do campesinato em agricultura familiar. Propõe um projeto camponês renovado, em torno da autonomia do acesso à terra, aos mercados e à gestão do trabalho familiar, segundo princípios de qualidade de vida.

Por outra parte, Carvalho se situa na linhagem política do movimento internacional Via Campesina (de que fazem parte, entre outros, a Confédération Paysanne, na França, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Brasil). Todavia, a tentativa feita por Carvalho de dar uma base científica a um projeto deste tipo, ao mobilizar diversas contribuições acadêmicas, se depara com dois problemas.

Por uma parte, os modelos científicos da economia camponesa (Chayanov, 1990), da sociedade Camponesa (Mendras, 1976, 2000) e da agricultura camponesa (Ellis, 1988) foram construídos no contexto da Europa, ou seja, desde o nascimento até a expansão do capitalismo. Ainda que se possa aplicar, aos camponeses do Brasil, diversas características deste modelo camponês de sociedade parcial, subalterna e inserida no capitalismo agrário, os tempos atuais, de urbanização e globalização, impõem tanto a busca por soluções pós-formalistas, pós-capitalistas, quanto soluções pós-substantivistas, para retomar a terminologia alternativa de Polanyi em relação à economia formal.

Claro, da mesma forma que nos países europeus, despontou no Brasil uma tímida reabilitação dos saberes e práticas dos camponeses, estas últimas décadas. Todavia, como analisam Aubertin e Pinton (2006), trata-se, sobretudo, de um processo de reabilitação da reforma agrária e de institucionalização das populações tradicionais amazônicas ou quilombolas, descendentes de escravos negros.

Por outra parte, no caso dos movimentos membros da Via Campesina, o emprego do termo campesinato como categoria política é totalmente legítimo. Mas, paradoxalmente, no Brasil, estas organizações (o MST em particular) não fundamentam necessariamente suas propostas de projeto produtivo alternativo na intensificação do trabalho e na autonomia dos complexos agroindustriais. Os temas-chave não são claramente debatidos: a autonomia das unidades familiares, sua necessidade de recorrer à ajuda mútua ou ainda sua imprescindível articulação com mercados diversificados.

É também em torno destas questões que serão buscadas as explicações ou até mesmo as alternativas, partindo-se da análise da origem da agricultura camponesa e familiar no Brasil.

Todavia, assumindo estes limites, não se pode negar que a maioria das unidades de produção, que constitui o vasto setor da agricultura familiar, reveste características camponesas, em função não somente de sua origem como, sobretudo, de sua diferenciação, ou até mesmo de sua oposição com os

modelos do empreendimento agrícola ou da empresa capitalista (Wanderley, 1996).

Especificamente, Ploeg (2006, 2008) qualifica a agricultura camponesa moderna pela articulação estreita entre a produção e as relações sociais mais globais que definem a posição do campesinato na sociedade; algo a que chama de “condição camponesa” definida por seis características (Ploeg, 2008, p.24-48): uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Portanto, é a expressão diversificada da natureza heterogênea dessa condição camponesa que conduz a diferentes tipos de “modo camponês de fazer agricultura”, construídos em torno de características comuns: uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e à valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras do mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista.

Ele define seis características das agriculturas camponesas modernas ou dos atuais “modos camponeses de fazer agricultura”:

- a autonomia relativa ligada a uma dependência parcial, por um lado, de mercados diversificados e, por outro, de recursos naturais escassos; esta situação de tensão obriga o camponês a buscar uma eficiência técnica, enquanto deve preservar a qualidade de recursos naturais limitados;
- a prioridade dada aos recursos em trabalho (familiar) sobre os recursos em capital e, assim, à intensificação do trabalho;
- a unidade orgânica entre os recursos sociais e materiais: a produção e seu uso são governados por regras oriundas do patrimônio cultural e por relações primordiais de gênero, parentesco e reciprocidade;
- o caráter central do trabalho familiar e interfamiliar (comunitário), tanto em termos de investimentos quanto de inovações adaptadas às realidades sociais;
- a relação de autonomia parcial perante mercados e, em particular, o mercado capitalista:

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção, como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho utilizados para produzir

mercadorias e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção. (Ploeg, 2006, p.25)

- finalmente, a criação de valor agregado e de empregos produtivos que diferenciem a unidade de produção camponesa da empresa agrícola capitalista:

O contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva está associado, no modo camponês de fazer agricultura, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo da produção. (Ploeg, 2006, p.25) Na comunidade rural ou camponesa e no âmbito de repertórios culturais específicos, o progresso não se define pela apropriação individual de bens ou posses adjacentes e sim pela “satisfação das necessidades do grupo humano e da coletividade”. Tal dinâmica, que Ploeg associa à noção de economia moral de Scott (1976, 1986), corresponde também à definição substantiva da economia de Polanyi (1957), “como processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza e que permite um abastecimento regular em meios materiais para a satisfação das necessidades”. É mesmo esta dinâmica de satisfação das necessidades elementares do grupo, resultando das relações de reciprocidade, que constitui, ao invés da relação de troca mercantil, outro motor da produção (de sua distribuição) e, portanto, do desenvolvimento econômico ou, como conclui Ploeg (2006, p.27), da *generalização do valor agregado*.

A formação da agricultura camponesa no Nordeste

A colonização do Nordeste propiciou uma agricultura organizada em torno de grandes áreas provenientes da atribuição de enormes extensões de terras pela coroa portuguesa, *as sesmarias*. Criada em 1375, a Lei das Sesmarias buscava favorecer a ocupação produtiva da terra em tempo de crise do abastecimento alimentar em Portugal.

As terras da margem litorânea úmida foram destinadas a grandes plantações de cana-de-açúcar, tendo por base o escravismo da mão-de-obra de origem africana, após o extermínio da população indígena local. As terras do interior semi-árido, o sertão, foram colonizadas pela pecuária extensiva.

Assim, a agricultura camponesa do Nordeste do Brasil tem três origens sociais e técnicas: a agricultura indígena, os trabalhadores da agricultura colonial e os trabalhadores ou pequenos colonos livres.

A agricultura indígena se desenvolveu no litoral ou nos vales, ao longo dos rios perenes ou intermitentes. Ela associava as culturas da vazante às margens

dos grandes rios, tais como o São Francisco, com a agricultura itinerante de roça e queima; práticas que ainda podemos encontrar seja para a cultura da mandioca e do milho (*toco*), seja do feijão (*semeio*)³. A agricultura indígena transmitiu as práticas de consórcio de culturas entre tubérculos (mandioca), cereais (milho) e leguminosas (feijão, favas etc.).

A agricultura colonial das grandes áreas de produção de cana-de-açúcar, e em seguida de cacau, café ou gado, sempre contou com o apoio dos meeiros, moradores ou trabalhadores sujeitados, que garantiam as culturas alimentares; as produções de renda eram essencialmente reservadas ao trabalho dos escravos (Garcia Jr., 1990). Alguns antigos escravos, que conseguiram fugir ou ganhar a liberdade, se instalaram para cultivar a terra em regiões marginais e isoladas, muitas vezes em comunidades chamadas quilombos.

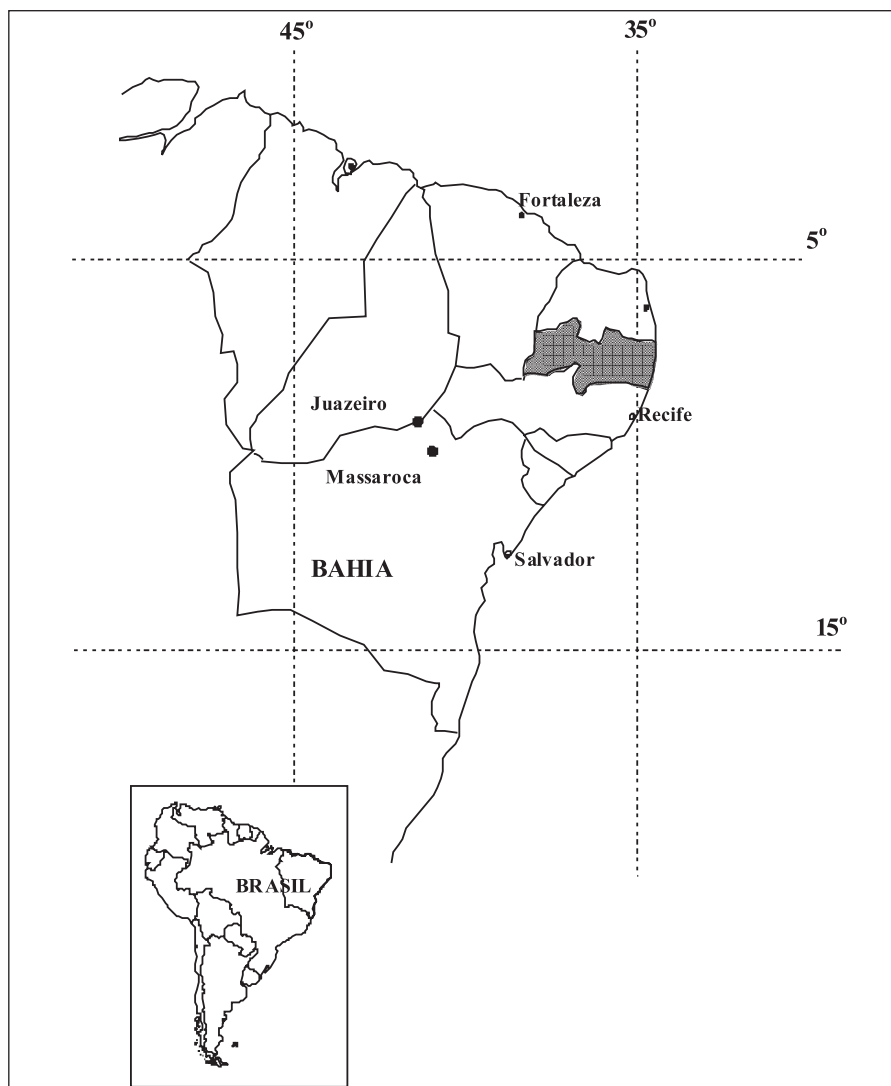
A colonização do sertão, interior da região semi-árida do Nordeste, desenvolveu-se a partir do século XVIII, em torno das sesmarias. No *Sertão* central, em torno de 1650, a maior parte das terras já pertencia a duas famílias, Guedes de Brito e Dias d'Ávila. Segundo Andrade (1986), esta última possuía, em 1710, *mais de 340 léguas de terras sobre as margens do São Francisco e seus afluentes*.

No século XVIII, a atividade mineira de Minas Gerais provocou um deslocamento do centro de decisão política para o Sudeste (Rio de Janeiro) e da pecuária para as terras gerais da região das minas, criando um mercado de consumo de produtos agrícolas (animais e alimentos). Isto provocou a primeira crise das grandes fazendas de pecuária do sertão do Nordeste, cuja falência ou divisão propiciou, por vezes, a instalação dos vaqueiros.

Assim, desenvolveu-se um campesinato, durante a colônia portuguesa, nos espaços deixados livres pelos sistemas de produção dominantes. Este se desenvolveu de forma marginal, mesmo quando assegurava funções importantes: produção de alimentos, por vezes de gado ou cana-de-açúcar, e fornecimento de mão-de-obra para as grandes fazendas.

Os produtores livres – Os escravos libertados dos quilombos, os meeiros e os vaqueiros que ocuparam terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes fazendas constituem a outra origem da agricultura camponesa. Os escravos africanos trouxeram consigo algumas espécies cultivadas (abóboras, melancias, feijões do gênero *vigna*: feijão de corda e feijão guandu). Os produtores livres, colonos ou mestiços, instalaram-se essencialmente nas áreas

3 Técnica de plantio direto, principalmente do feijão, com derruba (com ou sem queimada), que está na origem do plantio sobre cobertura vegetal reinventado no século XX por camponeses do Sul do Brasil.

Figura 1 *Brasil e localização do Nordeste*

do agreste ou do sertão para produzir culturas alimentares ou criar animais destinados a abastecer as grandes fazendas. No Nordeste, eles se inseriram também, posteriormente, em ciclos sucessivos de culturas de exportação (tabaco, café, algodão, mamona, sisal etc.).

Em 1823, as sesmarias foram abolidas, originando um amplo movimento de ocupação mais ou menos legal e, em geral, violenta, das terras “devolutas”

pela Coroa portuguesa, levando as oligarquias locais a concorrer entre si e com os camponeses.

Após o fim das *sesmarias*, diversas outras reformas jurídicas do Brasil independente provocaram o desenvolvimento da agricultura camponesa durante o século XIX, contribuindo para a fragmentação das grandes fazendas.

Em 1835, a supressão do morgado propiciaria então a divisão das propriedades entre herdeiros, quando transmitidas de uma geração à outra, acelerando o processo de minifúndio.

A proibição da comercialização de escravos, em 1850, coincide com a promulgação da Lei da Terra. Esta foi votada sob a pressão dos grandes proprietários, que pretendiam limitar a ocupação das terras devolutas pelos trabalhadores rurais, o que privaria os fazendeiros de mão-de-obra.

Esta lei instaurou uma legitimação, pelo Estado, das ocupações anteriores (antigas terras de sesmaria). No Nordeste, a Lei passou a ser controlada pelas oligarquias locais e seus “coronéis”, que tinham se tornado intermediários da administração do Império. Esta lei inaugurou o mercado fundiário no Brasil; a partir de 1850, torna-se impossível obter terras a não ser por meio de compra. Apesar de tudo, esta Lei da Terra resultou na instalação de numerosas famílias. De fato, além da regularização da situação dos ocupantes, ela permitiu aos vaqueiros de grandes fazendeiros em déficit de capitais de comprar a terra e se instalar com seus rebanhos (Prado Junior, 1960; Andrade, 1986). Foi a primeira oportunidade desperdiçada de se fazer uma verdadeira reforma fundiária no Brasil.

A escravatura foi finalmente abolida (1888), mas nem por isso os sistemas agrários foram modificados; os trabalhadores sem-terra ou meeiros sem direitos, chamados de moradores, substituíram os escravos (quadro 1).

Uma economia camponesa nasceu e se desenvolveu por meio das pequenas unidades de produção, cada vez mais numerosas. Na região do semi-árido, foi dada preferência aos caprinos, mais adaptados à seca e às necessidades de consumo das famílias camponesas, ao invés dos bovinos. A incerteza climática tornava aleatória qualquer atividade agrícola, praticada na maioria dos casos para atender às necessidades de consumo. As culturas ocupavam pequenas áreas cercadas. Algumas produções eram vendidas (queijo, sementes de mamona, pequenos ruminantes) para comprar produtos de primeira necessidade (pimenta-do-reino, sal, tecidos, café). A partir do século XIX, a cultura do algodão estendeu-se rapidamente e foi seguida das culturas da mamona e do sisal. Em regiões mais úmidas, mais próximas do litoral ou de maior altitude, as culturas alimentares se alternam com a do tabaco, seguida pelas do café, pimenta-do-reino, batata e erva doce.

Quadro 1 Os moradores

A morada constitui uma relação entre o proprietário da terra e o camponês ou trabalhador rural existente em todo o Brasil. Em 1888, com o fim da escravidão, ela se tornou a principal forma de relação entre fazendeiros ou patrões de plantações de cana-de-açúcar (senhor-de-engenho) e a mão-de-obra (Sidersky, 2006). Os moradores eram trabalhadores que viviam, de forma permanente, em pequenas moradias fornecidas pelo patrão. Aqueles que dividiam sua colheita com o proprietário eram meeiros. E aqueles que trocavam o trabalho (mesmo irregular) que prestavam para o patrão por algum tipo de favor (como morar na propriedade), direito (como ter prioridade para trabalhar como diarista em relação a trabalhadores externos) ou algum tipo de remuneração (em natureza ou espécies) que, todavia, nunca correspondia às normas do assalariamento oficial, eram diaristas. Não se tratava mais de escravidão (o trabalhador pode ir embora livremente), mas tampouco se tratava de troca capitalista, intermediada por uma relação de assalariamento. Aqui nos deparamos com uma relação de reciprocidade desigual, assimétrica. O patrão protegia, hospedava e garantia a sobrevivência da família do trabalhador, que, em troca, lhe prestava tributo, trabalho, produtos de suas parcelas e obediência.

Garcia Jr. (1990) acrescenta que “ser ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente [...]. Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter melhor opção de lugar para ir; não dispondo de meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse e até mesmo os organizasse para ele” (Garcia Jr., 1990, p.38).

De fato, se este estatuto passou a representar, ao longo dos anos, a última das escolhas para um camponês (melhor dizendo, uma falta de escolhas), não resta dúvida de que para Garcia não foi sempre assim. Na época em que não existia mercado da terra e nas décadas seguintes, não se tratava da única forma de acesso à produção dos jovens e sem-terra; inclusive para, em seguida, poder ter acesso a um outro estatuto, até mesmo o de proprietário. Ainda que o estatuto de morador tenha sempre sido caracterizado por uma forma de reciprocidade desigual, ele era muito procurado e, muitas vezes, originava relações bem mais humanas do que as formas posteriores de assalariamento – ou pior, de falta de assalariamento –, até a progressiva lumpemproletarização das áreas de cana-de-açúcar e a sua consequente exclusão social.

A modernização da agricultura camponesa⁴

Após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura camponesa passou por uma nova crise. A elevação dos preços agrícolas provocou novos conflitos de acesso à terra, em um contexto de violência e repressão. Durante os anos 1950, as Ligas Camponesas e os primeiros sindicatos fizeram sua aparição reivindicando os direitos básicos dos trabalhadores e a reforma agrária. Foi também uma fase de integração maior dos sistemas camponeses à economia de troca mercantil.

Foi a época do milagre econômico brasileiro. O Estado federal lançou uma política de modernização que resultou na implantação de infraestruturas, principalmente rodoviárias e hídricas. As bacias de abastecimento das agroindústrias se ampliaram e integraram novas regiões. Os fundos atribuídos pelas instituições públicas ao longo dos anos 1970 e 1980, no âmbito de projetos de luta contra a seca, proporcionaram as primeiras oportunidades de crédito para os agricultores familiares.⁵ Estes créditos permitiram financiar infraestruturas e equipamentos, acarretando um crescimento exponencial das áreas cercadas.

Uma reserva de mão-de-obra barata se constituiu no sertão. No século XX, com a integração regional, o Nordeste se tornou a região “repulsiva” do Brasil, região de emigração para o Sul e para a Amazônia (Garcia Jr., 1990).

Mas, como bem enfatiza Martine (1992), o sertão exerceu também o papel de pulmão demográfico do Brasil graças à sua capacidade de absorver ou reter importantes contingentes de população. Cuert Muller (1994) mostra que a população empregada no setor agrícola entre 1970 e 1985 passou de três para 4,2 milhões de pessoas e que esta mão-de-obra constituía um reservatório utilizado de maneira ocasional.

As transferências financeiras do Estado federal para o Nordeste foram constantes durante os dois últimos séculos, sem nunca conseguir compensar as enormes transferências de capital, em seguida de recursos humanos e de força de trabalho, operadas no Nordeste em favor do Sudeste. Os intelectuais que dirigiam a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, tal como o economista Celso Furtado, buscaram promover a industrialização, mediante uma política de incentivo fiscal, e modernizar o

4 Alguns elementos dessa sessão foram publicados em *Camponeses do Sertão* (Caron & Sabourin [coord.], 2003)

5 Foi também durante este período que tiveram maior importância as rendas provenientes da migração temporária no Sul do Brasil.

setor agrícola, facilitando a transformação dos latifúndios e pequenas unidades de produção camponesas em empreendimentos rurais. A necessidade da redistribuição fundiária foi considerada, mas o tema se tornaria rapidamente tabu após o golpe militar de 1964.

O modelo de desenvolvimento concebido consistia em um compromisso associando a modernização ao emprego rural mediante o apoio à agricultura patronal e à organização cooperativa das comunidades rurais de pequenos produtores. A implantação de infraestruturas marcou as primeiras etapas desta política e mobilizou o essencial dos meios financeiros. Durante os anos 1960, a quilometragem das ferrovias foi multiplicada por três e a das rodovias asfaltadas por dez (Théry, 1995). Foi o período do milagre econômico brasileiro, quando os recursos financeiros eram fartos.

Em seguida veio a fase dos grandes projetos públicos e do crédito subvencionado: Polo Nordeste, Sertanejo, Chapéu de Couro, São Vicente e, alguns anos mais tarde, o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Na origem, tais projetos visavam tanto fortalecer a emergência de polos de desenvolvimento, em particular graças à implantação de perímetros públicos de irrigação, quanto solucionar problemas ligados à pobreza. No Sertão, tratou-se, sobretudo, de co-financiar infraestruturas comunitárias (escolas, lojas, pontos de água, postos de saúde), construídas essencialmente a partir da mobilização gratuita da mão-de-obra local (Amman, 1985).

Foi a época dos projetos de desenvolvimento ditos “comunitários”, que tinham por base a organização das famílias camponesas em comunidades ou associações.

A comunidade camponesa e as organizações camponesas são dois temas tratados em seguida neste primeiro capítulo.

Conclusão

Os fatos que recordamos aqui confirmam a existência de camponeses no Brasil, não somente em termos de categoria política, mas também de categoria social e sociológica.

A existência de uma classe ou de uma agricultura camponesa foi contestada por parte da *intelligentsia* brasileira de esquerda até os anos 1990. Hoje esta posição ainda é defendida por alguns economistas rurais (Rangel, 2000; Silva, 1980; Stedile, 2002), que insistem na tese de Kautsky e Lenine de dissolução do campesinato no capitalismo, seja na forma de assalariados proletarizados, seja na forma de pequenos produtores capitalistas.

Para eles, o argumento não consiste mais em saber se existiu ou não cam-

poneses no Brasil e, sim, em considerar que se trata de um modo de produção historicamente ultrapassado, fadado ao desaparecimento, como o mostra o exemplo norte-americano. Esta tese, defendida por algumas correntes do Partido dos Trabalhadores, explica em parte a posição ambígua do governo Lula da Silva em termos de política agrícola e desenvolvimento rural.

A ideia geral é que, com a generalização do capitalismo agrário no Brasil e a globalização dos mercados, a pequena produção agrícola não é mais competitiva e, portanto, está condenada. Portanto, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar só podem se justificar como políticas sociais compensatórias ou como medidas complementares do reconhecimento da pluriatividade (associação entre assalariamento e produção familiar). Este argumento explica o desenvolvimento de medidas sociais em meio rural durante o governo Lula (Projeto Fome Zero, cartão alimentação e Programa Bolsa-Família). O principal perigo desta visão consiste em se unir às teses mais liberais em matéria de desenvolvimento rural e defender políticas sociais de luta contra a pobreza rural que se limitem essencialmente a tentar corrigir a exclusão produzida pelas falhas dos mercados e dos instrumentos de política agrícola neoliberal.

1.2. Os camponeses invisíveis perante as políticas

Para especificar o âmbito geral da agricultura brasileira na qual se situa o conteúdo deste livro, é útil indicar, por um lado, de que camponeses estamos falando e, por outro, como são considerados pela sociedade brasileira, pelas forças políticas e pelos instrumentos de políticas públicas.

A importância oculta da agricultura familiar e camponesa

Desde 1995, o Brasil institucionalizou uma abordagem dualista do seu setor agrícola, separando o apoio à agricultura familiar – por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – do apoio à agricultura patronal, tratado por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA).

Esta medida só fez cristalizar a representação, já bastante presente no âmbito do Ministério da Agricultura, de uma agricultura dualística: uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora, ante uma pequena produção camponesa de subsistência, atrasada.

Desde então, esta visão foi fortalecida por uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do Estado e mantida pela mídia, entre

uma agricultura capitalista competitiva, proporcionando divisas (qualificada de agronegócio, por referência ao *agri-business* americano), e uma agricultura familiar improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte.

Todavia, as estatísticas oficiais (IBGE, 1996), embora parciais e desfasadas, desmentem radicalmente esta imagem da realidade agrícola do Brasil, falsa do ponto de vista econômico e politicamente construída. Estas estatísticas são parciais porque tendem a reduzir a importância da contribuição da produção familiar, por não levarem em conta o autoconsumo, o intraconsumo, a distribuição não mercantil ou não monetária e as pequenas estruturas de minifúndio.

Tabela 1 Número de estabelecimentos agrícolas, áreas e valor bruto da produção – Brasil

Categorias	Unidades de produção		Área total		Valor bruto de produção	
	Quantidade	%	Hectares	%	1000 reais	%
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611.242	100,0	47.796.469	100,0
Unidades de Produção Familiares	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
Unidades de Produção Patronais	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
Instituições religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Instituições públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0
Não identificado	132	0,0	8.280	0,0	960	0,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Convênio INCRA/FAO (2002)

4.150.000 de um total de 4.900.000 estabelecimentos agrícolas (tabela 1: IBGE, 1996 – FAO Inca, 2000), ou seja, 85%, correspondem ao setor familiar e camponês, enquanto 550.000 (12%) correspondem ao setor patronal. Em contrapartida, a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população agrícola ativa (tabelas 2 e 3), apesar de se

beneficiar apenas com 30% da área agrícola e com somente 25% dos financiamentos públicos destinados ao setor.

A agricultura familiar e camponesa está presente em todas as grandes produções que estas sejam destinadas ao mercado interno ou externo. Ela contribui com dois terços da cadeia de produção de tubérculos, um terço da produção de soja, 20% da carne bovina. Frutas, tabaco, café, laranjas, cacau e pimenta-do-reino também são produtos da agricultura familiar e camponesa. Na verdade, a presença das unidades de produção dominadas pelo trabalho assalariado predomina somente no caso da cana-de-açúcar, da pecuária bovina, do arroz e da soja.

*Tabela 2 Importância da agricultura familiar/
total de unidades de produção por região*

Região	n° estabel.	% n° estabel. total da região	% área agrícola útil total da região	% valor bruto da produção da região	% financiamento total da região
Nordeste	2.055.157	88	43	43	27
Centro-Oeste	162.062	67	13	16	13
Norte	380.895	85	37	58	39
Sudeste	633.620	75	30	24	13
Sul	907.635	90	48	57	43
Brasil	4.139.369	85,2	30,5	38	25,3

Fonte: FAO-Incra, 2000

O Nordeste, região “problema” da modernização brasileira (Théry, 1995), reúne praticamente a metade das unidades de produção familiares e camponesas e consegue produzir 43% do PIB agrícola da região; isto, mobilizando apenas 43% da área e 27% dos financiamentos públicos. Assim, a produtividade por hectare é superior à média nacional, mas, sobretudo, à das grandes unidades de produção da região (pecuária extensiva ou cana-de-açúcar).

O setor agrícola brasileiro responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos. O PIB agrícola brasileiro foi de 180,2 bilhões de dólares americanos em 2004 e 165,5 bilhões em 2005. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agrícola foi de 4,67%

Tabela 3 População agrícola ativa das unidades de produção familiar, conforme o tipo de mão-de-obra (MO)

Categorias	Número de ativos (x 1000)						
	Total	MO fam. ^ 14 anos	MO fam. v 14 anos	Agregados Familiares	Assalariados Permanentes	Assalariados Temporários	Outros
Total familiar	13.780,2	10.194,20	1.976,87	308	986,67	122,44	191,9
MO familiar unicamente	9.628,5	8.011,98	1.616,5	0	0	0	0
MO familiar e temporária	1.156,95	440,45	71,13	0	645,35	0	0
MO familiar e permanente	101,1	28,64	3,7	21,8	46,89	0	0
MO familiar e Máquinas	813,16	593,5	88,4	27,5	83,45	8,19	12
MO familiar e demais combinações	2.080,46	1.119,5	197	258,74	210,9	114,25	179,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Convênio INCRA/FAO (2002)

ao ano. Em 2005, as exportações agrícolas trouxeram 36 bilhões de dólares americanos, com um excedente orçamentário primário de 25 bilhões de dólares americanos.

Em contrapartida, as estatísticas oficiais mostram que o setor familiar e camponês garante cerca de 40% da renda bruta agrícola do país, apesar de ser o mais desprovido em terras, recursos naturais e apoios públicos: apenas um quarto de financiamentos e menos de um terço das terras para três quartos da população ativa e 90% dos estabelecimentos.

Embora a agricultura familiar mobilize pouca mecanização, devido a uma estrutura fundiária reduzida ou fragmentada, ela utiliza adubos e pesticidas, o que lhe permite obter rendimentos equivalentes aos da agricultura patronal. À visão limitada de uma agricultura familiar descrita como um setor pouco produtivo, especializado no abastecimento do mercado interno, é preciso opor o fato de que ela produz muito mais do que a agricultura patronal por hectare possuído, enquanto mantém ocupado um contingente sete vezes maior de mão-de-obra.

Se desconsiderarmos as muito pequenas unidades de produção (minifún-

dio) nessa análise da agricultura familiar, unidades que escondem, na verdade, o assalariamento (pluriatividade) e o desemprego rural, os números ficam ainda mais nítidos: as unidades de produção de 20 a 100 hectares produzem tanto quanto a agricultura patronal, com menos da metade de terra. Por fim, é preciso observar que esta situação dualista de grandes unidades de produção mecanizadas, que empregam assalariados, perante uma agricultura familiar majoritária, em que domina a tração animal ou o trabalho manual, se fortaleceu durante meio século de políticas de modernização desigual (Silva, 1982).

Dependência camponesa: da política às políticas públicas

Historicamente, os camponeses do Brasil, principalmente em áreas tradicionais de agricultura camponesa (Nordeste e Sul), surgem mesmo como uma classe subalterna dependente da elite local ou regional: oligarquia da terra no Nordeste, políticos e comerciantes no Sul. Assim, a partir do advento da República, seguido do sufrágio universal, e até faz pouco tempo, os camponeses representaram uma reserva de votos para os políticos locais.

A partir dos anos 50, após a introdução de algumas ideias progressistas, inclusive no meio rural, por intermédio da educação (alfabetização), do comércio ou da política (democracia relativa do período Vargas e pós-Vargas), os camponeses dependentes, assalariados ou meeiros explorados começaram a tentar se mobilizar para fazer valer seus direitos.

A maioria das tentativas foi esmagada, com exceção daqueles casos em que as reivindicações locais foram revezadas por algum apoio externo. Em geral, isto se deu por meio da Igreja Católica ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que exerceram um papel-chave na constituição do primeiro sindicato camponês no Sul, a União Nacional dos Cultivadores e Trabalhadores da Agricultura do Brasil (UTLAB), e das ligas agrárias do Nordeste.

Rapidamente, a Igreja Católica e o PCB clandestino se tornaram novas tutelas que influenciaram a criação, o desenvolvimento e, sobretudo, o pensamento dos movimentos camponeses, inclusive daquele que é hoje o mais ativo, o MST.

Quer seja por concorrência entre si ou por aliança, o PCB e a Igreja disputaram a condução da UTLAB, bem como a das ligas agrárias.

Aliás, encontramos, nestes movimentos ou seus herdeiros, algumas das características dessas tutelas: centralismo, burocratização ou até mesmo leninismo, do lado do PCB, e fê, misticismo e messianismo, do lado da Igreja Católica.

Todavia, em particular durante a ditadura militar (1964-1988), estas alianças

foram importantes para manter um mínimo de estruturas e valores humanos no âmbito do movimento camponês, clandestino ou não.

A principal resposta dos governos militares à crise camponesa não foi a reforma agrária e sim a colonização, em particular da Amazônia. Oficialmente, tratava-se de defender o território nacional ocupando as fronteiras, em nome da ordem e do progresso. Oficiosamente, convinha reduzir as revoltas e a emigração urbana. Nos dois casos, na época, o objetivo de aumento da produção agrícola continuava secundário.

Assim, até 1970, o Brasil vivenciou uma desconcentração fundiária bem relativa; o número de unidades de produção aumentou mais rápido do que o da apropriação de novas áreas, contribuindo para o desenvolvimento do minifúndio no Nordeste.

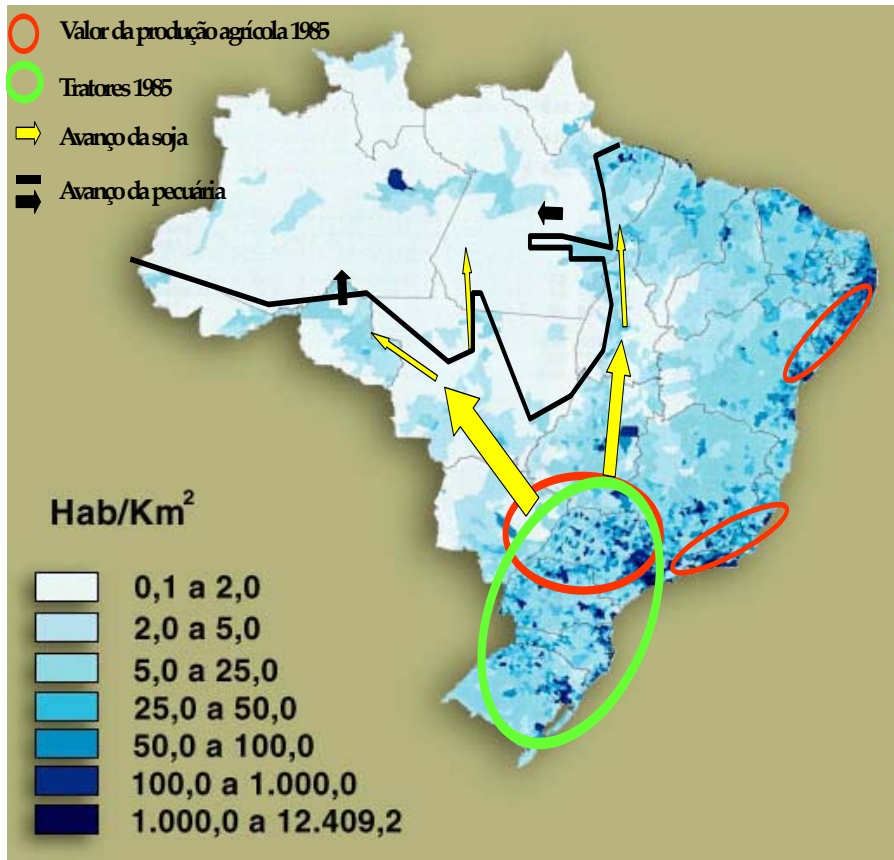
Após 1970, assistimos a um fenômeno de reconcentração fundiária na fronteira agrícola por meio da redução conjunta das estruturas de minifúndio e latifúndio no Nordeste, bem como a redução por divisão dos grandes latifúndios. É também uma das consequências da modernização conservadora e desigual de todo o setor agrícola, por ser desprovida de políticas ou instrumentos diferenciados.

A partir de 1985, a continuação acelerada da reconcentração fundiária associou-se ao êxodo rural generalizado, com baixa absoluta da população agrícola, em um contexto de redução da área agrícola útil nacional. De fato, o crescimento agrícola não dependia mais da fronteira. A fronteira não resolveu o “problema agrário”; somente 8% do êxodo correspondem à ocupação da fronteira, pois a grande maioria era destinada às cidades (figura 2).

Fruto da modernização conservadora, a crise agrária estava no apogeu, mas a reação camponesa foi difícil e lenta, excetuando-se o caso da aparição do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), nas condições específicas do Sul do País (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Todavia, criados na dependência e na mediação, os movimentos camponeses brasileiros têm de reconquistar sua autonomia a cada momento. Muitas vezes, isto se deu através das práticas ou das regras construídas e compartilhadas durante estas lutas, que deram origem a mecanismos de aprendizagem coletiva ou social. São estas lutas, isoladas, resgatadas ou ampliadas, que fizeram com que mudasse a atitude do Estado no que diz respeito às políticas públicas agrícolas e à reforma agrária.

Figura 2 Agricultura e frentes agrícolas no Brasil – 1985-2000 (Fonte: Sablayrolles, 2004)



Avanços e ambiguidades de uma política diferenciada

Em meados dos anos 1990, sob o efeito das reivindicações camponesas e das lutas para a implantação da reforma agrária, a atitude do Estado brasileiro mudou com relação à agricultura familiar.

A primeira resposta foi a repressão, seguida da colonização das fronteiras. Após isto, foi a pseudoparticipação dos sindicatos na administração dos projetos, como no caso das comunidades de base e do projeto PAPP-Banco Mundial no Nordeste. Por fim, em 1995, atendendo às reivindicações e pressões da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e da Central Única dos Trabalhadores, foi implantada uma política específica para a agricultura familiar.

Beneficiando-se de uma redução dos preços fundiários no final dos anos 90, o governo Cardoso distribuiu terras a cerca de 400 mil famílias; estas instalações continuaram, em ritmo menor, durante o governo Lula da Silva. Os programas de crédito especificamente destinados à agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf e o Fundo Nacional Constitucional) alcançaram um público cada vez mais amplo. Assim, desde a posse do governo Lula, as tensões opõem dois modelos de desenvolvimento rural: um que tem por base o apoio à agricultura familiar e camponesa, o desenvolvimento do mercado interno e a luta contra a fome; e outro cuja única prioridade é o desenvolvimento das exportações agrícolas a partir do setor capitalista e da grande propriedade.

De fato, se levarmos em conta a grande diversidade de situações que a agricultura familiar do Brasil abrange, parece lógico raciocinar em termos de políticas diferenciadas. As unidades familiares mais competitivas podem ser beneficiadas por políticas de crédito, apoio técnico e pesquisa, da mesma forma que as unidades de produção patronais. As unidades familiares mais frágeis no plano econômico podem ser consolidadas mediante auxílios condicionados, capazes de fortalecer suas competências e de favorecer sua inserção social. Cada categoria pode se beneficiar com uma política de valorização dos produtos por meio de sinais de qualidade: certificação específica, negociada nos planos local e territorial, e conversão para uma agricultura orgânica ou agroecológica mais sustentável.

Hoje, no Brasil, as fórmulas de governança destas políticas estão em debate. A estrutura sindical herdada dos anos 30 não permite mais do que uma representação parcial da agricultura familiar. Existe, na escala municipal, estadual e federal, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), que mistura camponeses autônomos e assalariados agrícolas, e o sindicato patronal (Sindicato Rural). A lógica essencialmente reivindicativa dos sindicatos e a tradição tecnocrática do Estado brasileiro deixam pouco espaço para propostas de gestão paritária das políticas.

Uma primeira experiência de descentralização da decisão sobre as infra-estruturas coletivas destinadas à agricultura familiar (Schneider e outros., 2003) passou pela implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Na realidade, dado o seu estatuto consultivo e a grande liberdade dos prefeitos para escolher sua composição, seu papel sempre foi ambíguo, ou até mesmo pseudoparticipativo. No melhor dos casos, o CMDR teria que gerenciar os créditos agrícolas e de infra-estruturas, bem como a privatização parcial da assistência técnica. Todavia, embora tenham sido enviadas ou frustradas, estas iniciativas caminham em direção a uma

inscrição territorial destas ferramentas e à elaboração de instrumentos de políticas públicas específicos para a agricultura familiar. Neste sentido, constituem ganhos, por vezes irreversíveis, devido às dinâmicas de aprendizagem que produziram. Proporcionam também novas bases de negociação de instrumentos co-construídos entre os grupos e organizações de agricultores, a sociedade civil e os poderes públicos.

Assim, os agricultores familiares do Brasil e suas organizações alcançaram um ponto-chave, o da formulação de escolhas possíveis entre diferentes modelos de agricultura familiar ou camponesa, de menor ou maior integração no mercado capitalista e de maior ou menor autonomia. Portanto, além da articulação entre diferentes modos de produção, trata-se de pensar a articulação entre lógicas e práticas de troca e lógicas e práticas de reciprocidade.

2. Comunidades camponesas e reciprocidade

2.1. Comunidade e reciprocidade

A maioria dos agricultores familiares e camponeses vive hoje em aldeias chamadas de sítios ou comunidades.

“Comunidade” é o termo mais utilizado. Em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular.

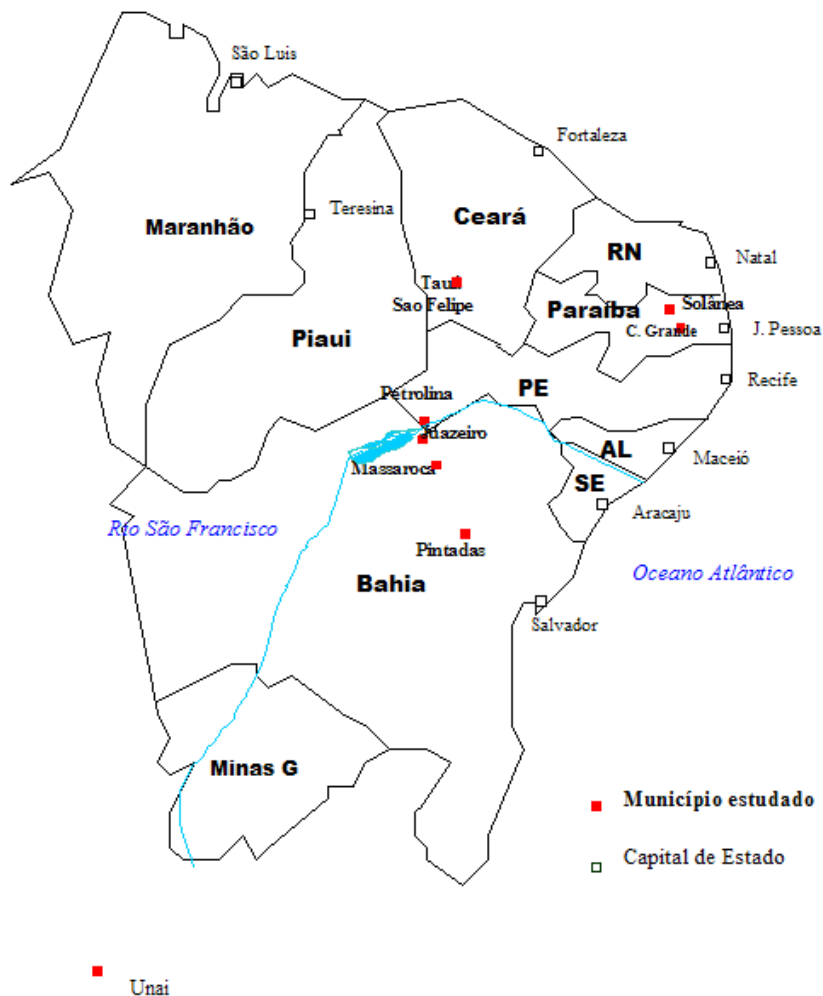
Segundo Fichter (1967), uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns.

A comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais. Com tais definições, é possível apontar os princípios de base da comunidade camponesa do Brasil: parentesco, localidade, sentimento de pertencimento (Tonnie, 1944) e reciprocidade.

Origem das comunidades camponesas do Sertão

O termo “comunidade” tem origem em influências recentes. De resto, ainda são usados os termos “fazenda” ou “sítio”. O termo nasceu na ação pastoral rural da Igreja Católica, por meio da organização das “Comunidades Eclesiásticas de Base”, que tiveram grande atividade durante os anos 1970-80. Hoje, a Igreja Católica brasileira está sujeita a uma hierarquia mais conservadora, mas a

Figura 3 *Localização dos campos e sítios mencionados no Nordeste*



Comissão Pastoral da Terra (CPT) e alguns bispos progressistas continuam marcados pela teologia da libertação. Esta ideologia que se refere, em parte, à idade de ouro do comunismo primitivo, tem contribuído amplamente para o processo de organização das comunidades camponesas do Nordeste e da Amazônia. O mito do paraíso perdido e do acesso à terra prometida está sempre presente. No Nordeste, os nomes das localidades que correspondem ao período da colonização da fronteira agrícola são inequívocos: Nazaré da Mata ou Belém de Maria, perto do litoral; Nova Jerusalém, Jericó, Belém de

São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, no interior do Sertão. Os mesmos nomes são utilizados em colônias amazônicas atuais. Uma ex-favela rural estabilizada na periferia de um perímetro irrigado de Petrolina (figura 3) que passou para o estatuto de “comunidade” foi chamada de Vila Esmeralda. No Nordeste, a irrigação é o novo Eldorado “verde”.

Um dos responsáveis pelo Centro Comunitário de Serviços de Pintadas, no sertão central do Estado da Bahia (figura 3), nos fazia observar que a população do vilarejo no qual acabávamos de construir um açude para o abastecimento de água “não constituía ainda uma verdadeira comunidade e não tinha maturidade para gerenciar suas próprias infra-estruturas”.

Tratava-se, segundo ele, de uma comunidade em processo de estruturação. A base desta “comunidade em gestação” era simbolizada por um patriarca: José do Sapé. Mas, apesar da importância dos laços de parentesco, era de fato perceptível que nessa luta cotidiana pela água, terra e alimento, na maioria dos casos a organização se atinha ao “salve-se quem puder”.

Pior, trabalhar junto tinha sido desaprendido: os filhos do velho José (Zé do Sapé), de 78 anos, não o ajudavam mais praticamente. Este, desgastado e cansado, todavia clamava por alguma solidariedade – responsabilidade comunitária: “não aquela do tempo das fazendas em que só sabíamos trabalhar juntos para o patrão, mas nunca para nós”, dizia. Ele acabava de doar alguns hectares à “comunidade”, para a construção do açude. Uma comunidade de cujos votos ele reclamava, embora não a identificasse verdadeiramente fora de sua própria descendência: daí a dificuldade de se obter um documento escrito de cessão desta parcela a uma coletividade que só existia no imaginário de cada um... Ele recomendava aos filhos que se ajudassem mutuamente, que não fossem “brutos ignorantes”, como tinha sido o seu caso, ou “algozes de trabalho que não soubessem ou não conseguissem parar um instante para refletir sobre sua própria situação”.⁶

Presenciávamos o nascimento de uma comunidade ou, pelo menos, um processo incerto de tomada de consciência de uma identidade coletiva. Apesar da perspectiva da barragem e de uma valorização da água, não sabíamos se esta identidade iria sobreviver após o velho Zé do Sapé, que tinha finalmente “encontrado tempo para pensar”.

É possível se surpreender com esta anedota sobre a gênese de uma comunidade camponesa no meio das fazendas de pecuária em pleno Sertão,

6 Ele, “que tinha feito, durante toda a sua vida, um trabalho de doido, cavalgando um bicho mal domado para capturar outros animais semi-selvagens”, aludindo ao trabalho de vaqueiro a cavalo na caatinga.

quando esta região é normalmente evocada em termos de desestruturação das populações e economias camponesas ou de crise e êxodo. Em outro lugar, no sertão da Bahia, a permanência de “micro-fronteiras” agrícolas e de áreas de pastos comuns em fase de apropriação individual mostra bem que o espaço, inclusive social, está em gestação, em permanente construção.

Características das comunidades camponesas

O parentesco: Em geral, os membros das comunidades são descendentes de um ancestral comum, fundador ou primeiro proprietário “camponês” da ex-fazenda, e conservam laços estreitos de parentesco. Em 1991, na comunidade de Lagoinha (Juazeiro-Bahia, cf. figura 3), de cem moradores, sete apenas não eram descendentes do ancião fundador. Em 1997, em Lagoa do Meio, todos os membros, com exceção de três esposas, possuíam o mesmo antepassado.

A localidade: A maioria das comunidades do Nordeste se origina do desmembramento ou da divisão de grandes fazendas, herdadas por sua vez das imensas sesmarias. Alguns proprietários foram obrigados a vender ou ceder uma pequena gleba aos vaqueiros e meeiros, que tinham antes se instalado em suas terras, para se beneficiar de mão-de-obra barata.

A análise da toponímia da maioria das comunidades indica muitas vezes o nome da fazenda de origem e, às vezes, do antigo proprietário. A fazenda é também o lócus original. Estas grandes fazendas tinham escravos negros, mesmo no interior do Nordeste. Alguns preferiram partir ao encontro de seus semelhantes e fugir para os quilombos isolados, como foi o caso no Vale do Salitre, na região de Juazeiro e Senhor do Bonfim, na Bahia (figura 3).

A reciprocidade: Por reciprocidade, entendemos a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, identificada por Mauss (1924).

Temple (2003c) define a reciprocidade como o redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana.

A comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem. Uma vez que a origem destas comunidades também é ligada à religião, esta constitui muitas vezes um dos principais valores simbólicos de referência comum. Para os camponeses, por definição, “a comunidade” é aquela que reúne as “*famílias que rezam juntas*”. Aliás, esta situação não se atém às comunidades católicas. A comunidade de Caldeirão do Tibério (Juazeiro-Bahia) reúne exclusivamente famílias evangélicas.

Forman (1979, p.282) nota que a religião favorece o fortalecimento de laços interpessoais e, ao mesmo tempo, reforça “as noções de submissão e obrigação que marcam a ideologia do camponês brasileiro”.

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho de chefes de família, rege o acesso aos recursos coletivos: a terra, em particular os pastos comuns, a água e os equipamentos comuns. Ela acerta os litígios nos casos de arrendamento. Suas competências se estendem até as práticas de redistribuição e troca de trabalho ou solidariedade interfamiliar. Esta solidariedade se manifesta nas doações de alimentos e sementes, bem como nas ajudas de trabalho sem retorno sistemático, no caso de uma colheita ruim, doença ou acidente em uma das famílias.

A maioria dos produtores reconhece que, por causa das secas repetidas dos últimos anos, as famílias só passaram a se reunir de forma espontânea na hora de ajudar um vizinho em dificuldade ou nos raros momentos de abundância relativa. É nesta hora que são pagas as promessas feitas ao santo patrono da comunidade ou a um dos santos populares do Nordeste (*São Gonçalo* ou *São Cristóvão*), por meio de danças ou rodas, para as quais são convidados vizinhos e amigos.

Estas séries de doze, vinte e quatro ou até mesmo sessenta rodas de cantos e danças dedicadas aos santos podem durar vários dias e são destinadas a “pagar” uma promessa feita a um santo, geralmente para que realize um desejo ou proteja um membro da família.

As “rodas”, embora se formem mediante convite feito pela pessoa que deseja pagar sua promessa, constituem uma ocasião de celebração coletiva, associando sagrado e profano. Às vezes, reúnem tantos participantes quanto uma vaquejada e, sobretudo, elas oferecem uma oportunidade para uma verdadeira fusão comunitária por meio do canto, da música e da dança. A família mais próxima do “pagador de promessa” tem que cuidar da alimentação e das bebidas dos convidados; alguns trazem outro tipo de contribuições, até em dinheiro.

Assim, a reciprocidade se expressa por meio de formas de solidariedade, na produção ou na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela existe também no plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo. A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem. Reencontramos aqui as bases dos valores humanos éticos, tais como foram reinterpretados por Temple e Chabal (1995): valores humanos universais e fundamentos de uma comunidade plural.

Valores e projetos comunitários

A constituição de comunidades em torno da produção agrícola e da religião se reproduziu em diversas regiões do Nordeste, segundo esquemas, épocas ou ritmos às vezes diferenciados (Caron, 1998). O caso da comunidade de Sapé, em Pintadas (Bahia), é exemplar. O *habitat* é disperso e as casinhas são isoladas, cravadas no meio de grandes fazendas de pecuária extensiva. Segundo os dirigentes do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas, que agrupa todas as associações comunitárias do município, “a comunidade ainda não estava estruturada, a Igreja Católica não tinha atuado nos anos 1970/80 e todo o trabalho de organização ainda estava por fazer”.

As relações de vizinhança e parentesco existiam, mas estávamos diante de um conjunto de núcleos familiares fechados sobre si mesmos, preocupados com sua reprodução social, ou seja, sua sobrevivência, bem mais do que com seus interesses próprios. As mulheres tinham de percorrer oito quilômetros para ir buscar água em estação seca; e o mesmo tanto para os homens, duas vezes por dia, com os animais: “Não tínhamos tempo de pensar, nos reunir... quanto a nos organizar, nem falar”.

Questionados sobre o “projeto comum” como base para uma comunidade, João e outros dirigentes respondem: “isto não basta; para haver uma comunidade, é preciso que os moradores passem a confiar entre si, que se reconheçam a capacidade de fazerem eles mesmo aquilo que sempre esperaram dos outros, do patrão, do prefeito, do deputado...”

A consciência deste poder de agir só pode nascer a partir do reconhecimento de sua existência, de seu próprio estatuto, de maneira a recriar novas formas de solidariedade, adaptadas ao contexto atual. Uma comunidade só pode existir a partir da tomada de consciência, por seus membros, de sua situação e de sua identidade; isto significa tomar conhecimento dessa situação, algo que depende muitas vezes de um líder local, de uma atuação externa, ou até mesmo de um olhar externo.

As comunidades camponesas do Nordeste mantêm ou estabelecem formas de solidariedade e complementaridade na produção, no plano da ajuda mútua agrícola, para o manejo de terras e de recursos comuns (pastos comuns, reservas de água e baixios) ou para a aquisição e gestão de infraestruturas comunitárias (casas de farinha de mandioca, poços, cisternas, escola, energia elétrica etc.).

A *hospitalidade* é uma das primeiras formas universais de reciprocidade. No Sertão, até onde vai a lembrança humana, a hospitalidade começa com

a doação de água: “não se nega água”. Fala-se de água encantada: a fonte secaria se alguém se recusasse a compartilhá-la.

Sempre foi sagrada a hospitalidade com os viajantes e vaqueiros, a quem era assegurado abrigo e proteção contra os bandidos. Isto ainda é verdade, inclusive para os rebanhos, que podem ter acesso aos pontos de água e aos pastos comuns. Em Massaroca (Juazeiro-Bahia), a hospitalidade pode se estender durante vários meses para os rebanhos dos vizinhos, no caso de uma seca prolongada.

Os dotes, os convites para festas familiares e religiosas, bem como a hospitalidade são tantas formas de dádiva que marcam as relações sociais e econômicas. A reciprocidade generalizada (dádiva proporcionada a todos) pode ser observada na ocasião de convites e festas locais, religiosas (pagamento de promessas, celebração dos santos patronos), familiares (batismo, casamento e funerais) ou domésticas (abate e preparação de um animal). De fato, em sistemas econômicos de reciprocidade, generosidade e prodigalidade conferem prestígio e reputação, que são fontes de autoridade, ou até mesmo de poder, como mostram as formas agonísticas da dádiva.

Nas comunidades dos municípios de Juazeiro e Pintadas (Bahia, sertão do São Francisco), mas também nas do agreste da Paraíba, a reciprocidade familiar manifesta-se por meio do dote das filhas e pelas dotações para a instalação dos jovens. São essencialmente doações de animais (e de sua descendência), realizadas por ocasião do nascimento de cada criança. Às vezes, tais dotações são interpretadas como uma obrigação, uma dívida entre gerações. Na realidade, são dádivas associadas à filiação que só fazem reproduzir, de uma geração para outra, a estrutura de reciprocidade (dádiva da vida) da relação unilateral pais/filhos, tal como se expressa ao longo do tempo.⁷ Trata-se de uma forma de “reciprocidade ternária, na qual cada um se encontra em uma situação intermediária entre dois outros; por exemplo, recebendo de um doador (seu pai) e dando para um outro (seu filho)” (Temple, 1998, tradução livre).

Assim, a lógica da reciprocidade marca não somente uma parte importante da produção e sua transmissão, como também o manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à água dos açudes, aos pastos comuns, à mão-de-obra da comunidade (por meio da ajuda mútua) constitui uma redistribuição dos fatores de produção. Trata-se aqui de manejo compartilhado de

7 A este respeito, a relação intergeracional é bem característica de uma estrutura de reciprocidade (ternária), ao passo que Godbout (2000, p.26-31) considera apenas a transmissão dos bens e as formas de reciprocidade simétrica ou bilateral.

bens coletivos, mas também de certa forma de solidariedade na produção, uma vez que estes recursos compartilhados se destinam à produção familiar.

Todavia, a lógica de ajuda mútua ou de solidariedade do sistema de reciprocidade não visa a produção exclusiva de valores de uso ou de bens comuns a compartilhar, e sim a criação “de ser”, de vínculo social. Para obter a consideração dos outros, é preciso possuir, claro; mas é preciso possuir para dar, para redistribuir, no âmbito da família e de uma família para a outra (dote e dotações). Trata-se também de redistribuir no âmbito da comunidade (festas, dádivas religiosas) ou do município, como mostram certas práticas de redistribuição que são também as expressões do clientelismo dos políticos, descritas por Lanna (1995). Assim, a lógica da reciprocidade visa realmente ampliar relações sociais e afetivas através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dádiva (ainda que defasada) ou do compartilhamento dos recursos.

2.2. Ferramenta teórica: a teoria da reciprocidade

Foi Karl Polanyi (1944, 1957) que, dando continuidade a Malinowski e Mauss, identificou a reciprocidade como categoria econômica diferente da troca e associada à redistribuição. Ele propôs uma tipologia dos sistemas econômicos que dá conta das diferentes formas de institucionalização do processo econômico na sociedade. Identificou três formas de integração social: a reciprocidade, definida com “os movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos”, a redistribuição, como “um movimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior”, e o intercâmbio ou a troca, “que corresponde a movimentos de vaivém como aqueles que existem em um sistema mercantil” (Polanyi, 1957, p.109-121).

Para este autor, estas três formas coexistem em quase todos os sistemas econômicos, embora sempre predomine uma delas em uma dada sociedade. A reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco ordenada de forma simétrica. A redistribuição depende da existência de um centro redistribuidor no âmbito do grupo. A troca como modo de integração social depende da existência de um sistema de mercado da concorrência, gerador de preço.

A teoria da reciprocidade de Dominique Temple

Na origem, a teoria da reciprocidade proposta por Dominique Temple (1995, 1997) parte da mesma constatação da dialética da dádiva que Mauss. Mas ela levanta uma pergunta: será possível dar por princípio, quer dizer, sem

reciprocidade? Temple constata que a dádiva não é desinteressada; porém, é motivada, antes de tudo, pelo interesse pelo outro, pelo reconhecimento do outro. Para ele:

A reciprocidade é a matriz do sentido que dá significado à dádiva: o de ser um ato sem contraparte, um ato de absoluta gratuidade. Devemos fazer a distinção entre a reciprocidade, condição da dádiva, e a própria dádiva, cujo único sentido consiste em ser uma dádiva. Quando você se lembra das condições que dão sentido à dádiva, quer dizer, quando você tem certeza de que o outro sabe o que significa dar (porque ele mesmo participa de uma relação de reciprocidade das dádivas), então você pode dar livremente. Assim, quanto mais se insere em uma estrutura de reciprocidade mais rigorosa, mais pura pode ser a dádiva, ou seja, caracteriza-se mais como princípio. Para dissipar a ilusão de uma antinomia entre reciprocidade e dádiva pura, é preciso considerar a dádiva como uma palavra, ou seja, como a expressão de um sentimento nascido da reciprocidade. (Temple, 2004, p.10-12, tradução livre)

Assim, Temple (2004a: 4) propõe que a reciprocidade seja considerada como o redobramento de uma ação ou prestação, tais como, entre outros, a reprodução das dádivas. Desta forma, faz distinção entre a troca e a reciprocidade: “A operação de troca corresponde a uma permutação de objetos, ao passo que a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (Temple & Chabal, 1995, p.12, tradução livre).

Para Temple:

A troca é motivada pelo interesse que se dá às coisas por elas mesmas ou por seu valor simbólico. Ela é feudatária da posse e até do acúmulo. Pelo contrário, com a dádiva recíproca, o ato prevalece sobre a coisa. Mas a troca é por vezes dita recíproca, porque satisfaz o interesse de cada parceiro. Mas então, no que difere da reciprocidade? A reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua. A troca utiliza estes primeiros valores humanos para fazer a economia da violência. A troca é uma relação de interesses, mas que supõe uma reciprocidade mínima. Assim, uma possível confusão entre a troca e determinada forma de reciprocidade é compreensível. Porém, na realidade, a troca inverte o movimento da reciprocidade; pois ao invés de visar o bem do outro, busca satisfazer o interesse próprio. Ela é especificamente esta inversão, esta transformação da reciprocidade em seu contrário. (Temple, 1997, p.106, tradução livre)

As prestações de dádiva correspondem ao “fato social total” identificado por Mauss, na medida em que as relações de reciprocidade implicam o ser huma-

no (indivíduo ou grupo) em sua totalidade, tanto do ponto de vista material (econômico) quanto simbólico e social. É neste sentido que Temple (1998) identifica a produção de valores humanos, associando-os às estruturas de reciprocidade e de redistribuição. Ele propõe considerar assim dois princípios econômicos, tanto opostos quanto complementares: o princípio de reciprocidade e o princípio de troca.

Todavia, tampouco se trata de opor um princípio econômico ao outro e caricaturá-los, simplificá-los ou reduzir o princípio econômico da reciprocidade apenas à única preocupação de produção da dádiva. Na verdade, na economia de reciprocidade, há de fato uma produção material gerada pela economia doméstica e pelas formas de reciprocidade produtiva (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos, de saberes etc.). Mas estas prestações e relações econômicas dependem de estruturas de reciprocidade mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas ou simétricas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como a valores humanos afetivos ou éticos.

A dádiva recíproca não fica trancada na satisfação de um interesse privado, ainda que fosse superior; não se atém a um imaginário particular, mas se abre para um sentimento, um estado de graça que, quando tem um rosto, se chama amizade. (Temple, 1997, p.106, tradução livre)

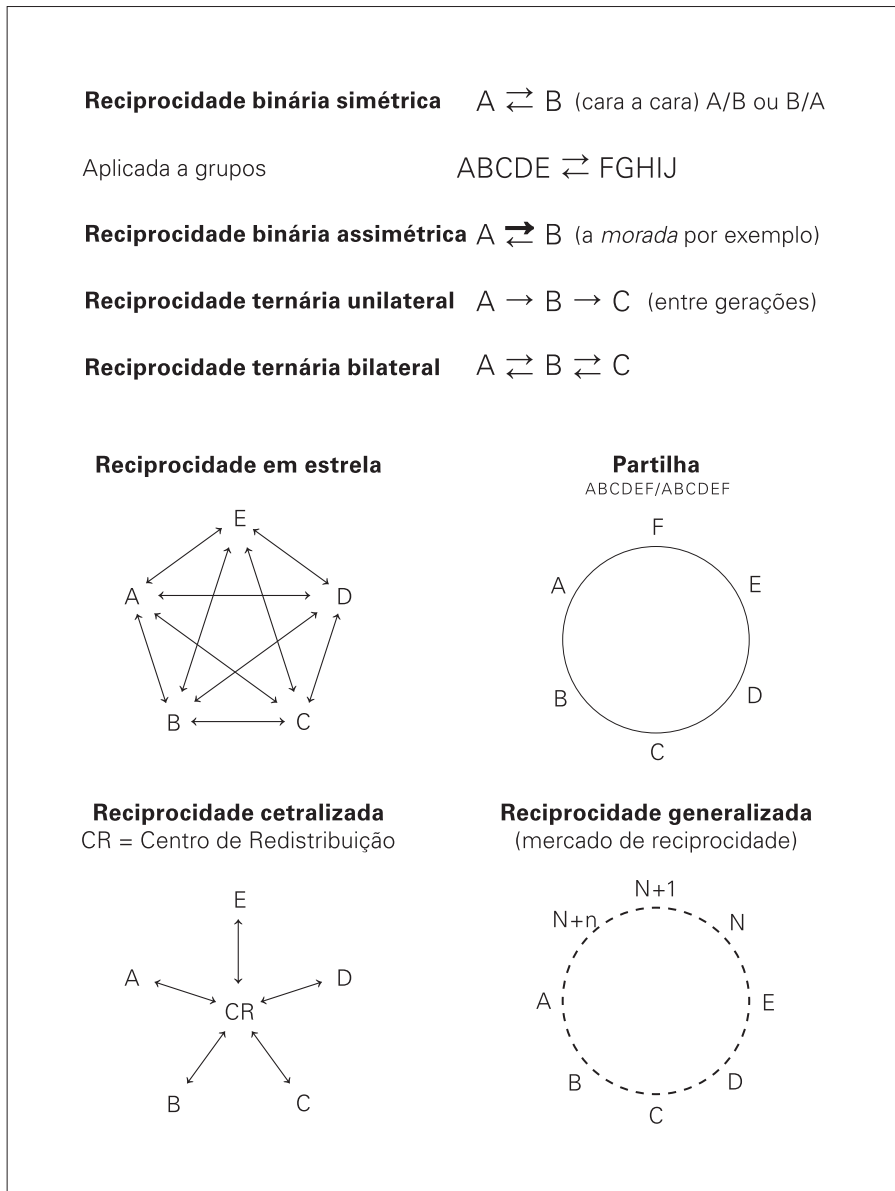
A esse respeito, as estruturas de reciprocidade não são apenas mobilizadas pelas sociedades humanas em função de seus aspectos materiais, no plano do real. Pois, elas funcionam também no plano simbólico, por meio da palavra, das regras, das normas ou costumes, associados ou não a alguma tradição. Essa transformação no plano simbólico pode também se dar por meio da atualização de práticas ou regras de reciprocidade, em estruturas econômicas e sociais atreladas a representações e decisões políticas, por exemplo, em função de condições novas.

As estruturas de reciprocidade

Segundo Lévi-Strauss (1947), a noção de estrutura designa as diversas maneiras por meio das quais o espírito humano constrói seus valores e sistemas de valores. Mas ele não estabelece diferença entre sistema de troca e sistema de reciprocidade, uma vez que considera esta como uma troca recíproca simétrica.

Mireille Chabal (2005) especifica a relação entre reciprocidade e estrutura de reciprocidade.

Figura 4 *Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade*



Falamos aqui de estruturas de reciprocidade e pressupomos a reciprocidade em um sentido antropológico: a natureza dos elementos associados por meio da estrutura não é indiferente. A reciprocidade vincula atos; trata-se de atos de seres humanos, ou melhor, de seres vivos capazes de se tornarem humanos, graças

à reciprocidade. A reciprocidade é antropogênica. Assim, quando falo de reciprocidade, refiro-me à relação intersubjetiva (melhor dizendo, “transubjetiva”) através da quais sujeitos, que não são preexistentes às suas relações, existem. (Chabal, 2005, p.3, tradução livre)

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998) (figura 4). Ele identifica alguns dos sentimentos e dos valores humanos produzidos pelas relações humanas intersubjetivas dentro de cada categoria de estrutura. Os valores éticos são gerados pelas relações de reciprocidade simétrica.

- *As estruturas de reciprocidade binária* correspondem às relações de aliança (casamento, compadrio, redes interpessoais etc.) que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A relação de reciprocidade binária simétrica (cara a cara) gera a amizade.⁸ A relação de reciprocidade binária assimétrica traz o prestígio do doador e a obrigação ou a submissão do donatário (dádiva agonística, *potlach*).
- *As estruturas de reciprocidade ternária* envolvem pelo menos três partes. A relação de reciprocidade ternária pode ser unilateral, por exemplo, no caso da dádiva intergeracional (relação de pais para filhos). Ela gera então o sentido de responsabilidade. Ela pode ser bilateral, como no caso do compartilhamento de recursos comuns. As relações de reciprocidade na estrutura ternária bilateral produzem a justiça e a confiança.

Temple (1998) explica:

Quando [a estrutura ternária] é bilateral, ela submete o sentimento de responsabilidade a uma obrigação nova; por exemplo, a obrigação de equilibrar as dádivas que chegam de um lado com aquelas que vão para outro. O objetivo do doador na estrutura de reciprocidade ternária unilateral consiste em dar o máximo possível; isto porque quanto mais dá, mais gera vínculo social. Na reciprocidade ternária bilateral aquele que se situa entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e de outro de forma apropriada. Tal inquietação é a da justiça. (Temple, 1998, p.241, tradução livre)

- Na *estrutura de reciprocidade centralizada*, as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o patriarca, o rei, o po-

8 Alain Caille (2001) utiliza o termo “amância” para abordar a amizade e o amor generalizado pelos outros, ou por nossos “irmãos humanos”.

der religioso ou o Estado). Nessa estrutura, a confiança torna-se obrigação e obediência ao centro de redistribuição.

Graças aos trabalhos de Temple & Chabal (1995), é possível definir o princípio da reciprocidade que permite produzir algo humano (o *mana*, no sentido antropológico, retomando o termo melanésio tornado famoso por Mauss), ou seja, aquilo que estes autores chamam também “do divino”, para sugerir o mistério, a incerteza ou mesmo a reciprocidade no plano do simbólico.

Chabal (2006:) especifica que:

Este princípio de reciprocidade consiste em lançar atos que se respondem uns aos outros, de forma tal que cada parceiro seja, ao mesmo tempo, agente e paciente. Este princípio de reciprocidade está na origem de nada menos que a consciência humana. Envolve a relação com o outro, tanto diferente quanto semelhante. (Chabal, 2006, p.2, tradução livre)

O princípio de reciprocidade desdobra-se em estruturas de reciprocidade diferentes, centralizadas ou não, binárias ou ternárias, onde as relações de reciprocidade produzem valores diferentes.

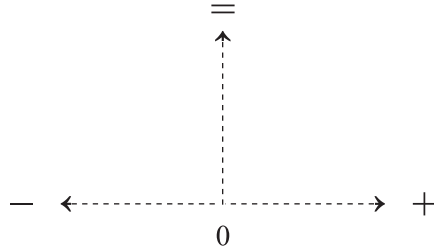
Temple & Chabal (1995, p.8) mostraram que “algumas destas estruturas podem ser ampliadas de maneira a reger a vida de povos inteiros, de civilizações, ou ainda para regular a vida mais moderna em alguns de seus aspectos, políticos por exemplo” (tradução livre).

Foram evocados dois níveis da reciprocidade: o real e o simbólico. Temple (2004a) explica:

Quanto à reciprocidade primordial, recordemos que ela produz um sentimento que dá origem aos valores de referência e que tais valores são imediatamente reinvestidos no plano de sua expressão, em uma nova estrutura de reciprocidade. Sobre estes dois níveis de reciprocidade, podemos dizer que um é real e o outro é simbólico e estrutura a linguagem e a vida política. (Temple, 2004a, p.18, tradução livre)

Para Chabal (2006):

Conforme o real que está em jogo e a natureza das ações dos protagonistas, podemos ver surgir valores mais pacíficos ou mais guerreiros... Estes atos dão origem a três grandes formas de reciprocidade, três desenvolvimentos que chamaremos (por convenção) de reciprocidade “positiva” e de reciprocidade “negativa”, sendo a reciprocidade “simétrica” a forma mais equilibrada. (Chabal, 2006, p.4, tradução livre)



Chabal desdobra estas três formas de reciprocidade da seguinte maneira:

A forma que chamamos por convenção de reciprocidade “positiva” tende a estabelecer um vínculo social de, digamos, envolvimento positivo do outro, ou de inclusão do outro. Esta forma “positiva” é reconhecida na antropologia como a reciprocidade da dádiva. A forma de reciprocidade que chamamos de “negativa” é também um tipo de “vínculo social” com o outro, vínculo social paradoxal, que geralmente não é identificado como tal, nem pelos sociólogos e nem pela opinião pública; é um “vínculo” de envolvimento negativo, de exclusão do outro. É a reciprocidade de vingança, que chamaremos arbitrariamente de “negativa”, se a reciprocidade de dádivas é dita “positiva”. (Chabal, 2006, p.4, tradução livre)

E continua:

Somos tentados em definir a reciprocidade positiva como a união com o outro e a reciprocidade negativa como a oposição. Estas noções correspondem a uma intuição comum. O par união/oposição é análogo ao par identificação/diferenciação com o outro. Todavia, é preciso atentar para o fato de que, à diferença de um preconceito comum, o que se une não é necessariamente semelhante; tampouco o que se opõe é diferente. É até o inverso que é a regra: a união é possível quando se é diferente; melhor, é preciso diferenciar-se para poder se unir. A gente se diferencia para poder se casar, por exemplo. Sendo a união com o semelhante o incesto, é preciso, para que a exogamia seja possível criar a diferença entre cônjuges possíveis e cônjuges proibidos, por meio de sistemas de parentesco. Identificação e diferenciação caracterizam todas as formas de reciprocidade: é sua articulação que permite produzir os valores espirituais, sendo esta produção o objetivo da reciprocidade. (Chabal, 2006, p.5, tradução livre)

Há, de fato, uma necessidade de ferramentas capazes de ir além dos esquemas lineares ou deterministas, expressando o caráter incerto ou “não decidido” e, portanto, dinâmico das relações humanas, inclusive em sua expressão dialética.

Chabal (2006) escreve:

A diferenciação pode ser pacífica. A diferenciação (a oposição) é aquilo que permite impedir a fusão, na qual não há reciprocidade possível; porém, inversamente, a identificação (a união) impossibilita a dispersão total, outro obstáculo para a reciprocidade. A terceira forma, a reciprocidade “simétrica”, é aquela que envolve a situação mais “contraditória”, por exemplo, o cara a cara não decidido do encontro, no qual não se sabe se é a amizade ou a inimizade que vai predominar. As mais antigas instituições da humanidade buscam perenizar este momento: é o caso do casamento ou da aliança, que coloca frente a frente o homem e a mulher e também as duas famílias, famílias diferentes, às vezes inimigas; é também o caso da hospitalidade antiga. (Chabal, 2006, p.6, tradução livre)

As relações mais conhecidas na literatura sob o termo reciprocidade envolvem, em geral, prestações recíprocas simétricas de alimentos ou trabalho de tipo dádiva/contra-dádiva (Margarido, 1974). Estas prestações, não raro, são associadas ao qualificativo de troca simétrica, segundo os termos de Lévi-Strauss (1957).

Segundo Chabal (2006), a reciprocidade simétrica restabelece a paridade ante a alienação da recrudescência da dádiva ou das formas agonísticas (Nicolas, 1996). Cada um dá ao outro sem buscar a submetê-lo e nem obrigá-lo.⁹ Assim, a determinação da dádiva através da busca de prestígio é relativizada pelos limites das necessidades do outro.

Essa simetria da reciprocidade não envolve necessariamente a igualdade de distribuição das dádivas, mas envolve a “justiça”, ou seja, uma redistribuição em função dos méritos de cada um (Temple, 1998). Portanto, a paridade é relativa à participação de cada um na criação do ser social.

A forma de reciprocidade que produz os valores éticos é a reciprocidade simétrica. Mas os valores podem também ser produzidos por relações de reciprocidade desigual. Eles ficam então cativos do imaginário que expressa essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os escravos), a divindade (as religiões e seus sacerdotes) ou o Estado com sua burocracia ou sua tecnocracia.

A respeito da reciprocidade assimétrica, Temple acrescenta:

Se o imaginário impõe seu marco ao valor produzido através da reciprocidade, ele leva cada um a se prevalecer em função do controle que pode exercer sobre a reciprocidade em si e, primeiramente, sobre os meios de produção que

9 Ao contrário das práticas de obrigação e dívidas estudadas no Brasil no âmbito do paternalismo (Lena e outros, 1996).

**Quadro 2 Troca e reciprocidade (Chabal, 1998,
<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>)**

A palavra *troca* significa o fato de ceder um bem mediante contraparte. Por metáfora, designa qualquer circulação de matéria, energia, informação, qualquer tipo de interação, entre sistemas físicos, por exemplo. Portanto, a troca tornou-se um conceito universal cuja aplicação se destina tanto à termodinâmica quanto à economia e à própria função simbólica. Este uso não significa que se deva confundir todas estas “trocas”. Assim, os antropólogos especificam, conforme os casos, “*trocas cerimoniais*” e “*trocas simbólicas*” para designar prestações que estão atreladas à linguagem e à comunicação.

Esta especificação não parece bastar. “Simbólico” mascara o caráter econômico e bem real de algumas destas prestações, por exemplo, a dádiva e a contra-dádiva. Do outro lado, “troca” impõe o modelo da troca mercantil a prestações desprovidas de qualquer cálculo. É evidente que uma “troca de ideias” não é uma permutação, tampouco uma troca. Uma ideia não se perde quando é comunicada. Pelo contrário, o pensamento se constrói ao ir além das representações individuais. Os pensamentos não circulam como bens que são trocados.

A palavra *reciprocidade* significa a existência de uma relação de um primeiro termo para um segundo, bem como do segundo para o primeiro. A reciprocidade é uma relação que se redobra. A etnologia adotou esta palavra para designar as prestações econômicas e simbólicas das sociedades tradicionais. Mas estas prestações são muitas vezes confundidas com formas primitivas da *troca*. Quer se entenda troca no sentido restrito de troca mercantil, quer se entenda no sentido geral de circulação de bens, trata-se, de qualquer forma, de uma transação que diz respeito a objetos. Ora, as prestações de reciprocidade descobertas pela etnologia colocam em evidência uma relação entre as pessoas.

A operação de troca é uma permutação de objetos, a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos.

Claro, a troca supõe a relação prévia de duas pessoas – ou seja, um mínimo de reciprocidade; mas subordina o vínculo criado pela reciprocidade ao interesse. Por outra parte, a reciprocidade pode envolver objetos (a reciprocidade das dádivas, por exemplo); é por isso que às vezes é confundida com uma troca. Já que a troca e a reciprocidade são coisas diferentes, é melhor dar a elas nomes diferentes.

Evitar-se-á, assim:

- *conceber, através do paradigma da troca, a relação intersubjetiva com base no modelo de uma permutação de objetos;*
- *imaginar que todos os sistemas econômicos são formas primitivas da economia ocidental moderna.*

A troca não cria nenhum valor em si mesmo.

A moeda, meio de mensuração antes de ser meio de troca, permite quantificar um valor manifestado pela troca (o valor de troca), mas não o cria. A forma como a economia clássica relatou a criação deste valor, por meio da teoria do valor trabalho, é conhecida.

Ora, Marx mostrou que as riquezas produzidas para serem trocadas apresentam mais aquilo que se vai obter do que o objeto de desejo do outro. Assim, o trabalho abstrato incorporado na mercadoria e que dá seu valor de troca não é fundamentalmente um trabalho para o outro. A venda e compra desta mercadoria bem particular, representada pela força de trabalho, revela, de forma crua, a verdade da troca: o vendedor desta mercadoria busca obter seus meios de subsistência, o comprador só pensa em se apropriar do sobretrabalho.

A reciprocidade cria um valor ético que se torna o valor econômico de uma economia de reciprocidade. Os parceiros de uma relação recíproca exercem os dois papéis antitéticos, que podem ser analisados como os dois polos de uma relação “contraditória”. Por exemplo, na reciprocidade das dádivas, o doador torna-se donatário e o donatário torna-se doador.

A reciprocidade pereniza esta situação de face a face, que permite a cada um redobrar sua consciência da do outro.

Para ambos, o sentido nasce do confronto destas duas consciências antagonistas e de sua relativização mútua. Somente a reciprocidade permite esta confrontação da consciência de um pela do outro, redobrando e invertendo suas respectivas posições. Pelo contrário, a troca, com a permutação dos objetos em função do interesse próprio de cada um, elimina este face a face. Ele anula de antemão – e, assim fazendo, inviabiliza – a relativização da consciência de um pela do outro e interdita a produção de qualquer valor novo.

Portanto, a reciprocidade pode ser uma estrutura que subjaz a outras relações que não sejam a troca, em particular a prestações cujo objetivo consiste em reproduzi-la para ela própria, de forma a gerar sistematicamente mais sentido, ou em produzir valores que não podem ser reificados, em particular os valores éticos, mas também outras economias, desde que a produção do material esteja vinculada ou envolvida na produção do espiritual.

Acerca do homem, os economistas nos propuseram uma visão excessivamente redutora: a de um indivíduo movido pelo seu interesse apenas, embora o interesse em questão possa ser o de uma causa transcendente. Justificando a troca pela satisfação do interesse de cada um pelo menor preço, eles desprezaram o fato de que a única estrutura natural na qual uma força sobrenatural nasce é aquela da reciprocidade entre os homens. É a reciprocidade que produz o valor que o próprio Mauss somente ousou chamar de um nome misterioso, emprestado dos povos que vivem nos antípodas dos nossos, o *mana*, a humanidade ou o sentido de todas as coisas. Ao contrário da troca, que limita a relação a um salve-se-quem-puder estéril, a reciprocidade é um desafio perpétuo para enfrentar a necessidade de outrem, mas também para conservar o distanciamento necessário ao respeito da diferença com o outro.

É nesta matriz que nasce a economia humana, que não deve ser confundida com a economia de troca, por mais que seja racional do ponto de vista instrumental.

esta envolve. Não seria o que acontece entre os senhores da terra e artesões ou agricultores, criadores e pescadores; não será isto que inaugura a hierarquia das castas? (Temple, 2004a, p.26, tradução livre)

É o tipo de relação que se estabeleceu historicamente no Brasil, entre colonizadores e indígenas, mestres e escravos, patrões e peões, proprietário de terras e moradores.

O principal valor metodológico e político das contribuições teóricas de Temple e Chabal consiste em possibilitar ir além das categorias redutoras da economia política e da antropologia econômica, por meio de uma abordagem tanto sistêmica (estruturas) quanto empírica (práticas e valores). A realidade das sociedades humanas e sua contribuição em termos de civilização sendo rica e complexa, necessitamos de ferramentas para poder levar em conta tal complexidade, para além das categorias excessivamente redutoras e ditas universais da troca e do interesse material.

A articulação entre princípio de troca e princípio de reciprocidade introduz uma dimensão dialética graças à qual é possível colocar em perspectiva e articular entre si expressões sociais e econômicas que são, de fato, por vezes muito diversas, conforme as sociedades e culturas.

3. Duas instituições estruturantes da reciprocidade

Dentre as formas de organização oriundas de regras ou normas sociais de origem camponesa, examinamos dois casos de relações no âmbito das comunidades do Nordeste que proporcionam exemplos de estruturas de reciprocidade ligadas à produção agrícola.

Os dois casos – a ajuda mútua e o compartilhamento de recursos comuns (água e pastos) – envolvem tanto a reciprocidade na produção quanto na vida familiar e doméstica (alimentação, *habitat* etc.).

3.1. A ajuda mútua

O termo “mutirão” designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. A primeira diz respeito aos bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de uma rodovia, escola, barragem ou cisterna), a outra aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa) (Sabourin, 2007a).

Segundo Beaurepaire (1956), a palavra “mutirão”, utilizada em todo o Brasil, viria do guarani *potirom*, que significa “mãos à obra”. Também é chamado de “batalhão”, em Massaroca (Juazeiro), e “boleia” ou “balaio”, em outras regiões da Bahia. De fato, a família beneficiária oferecia uma cesta de alimentos (chamada de “balaio”) para os trabalhadores. Em Pintadas, fala-se de “boi roubado”, pois antigamente o agricultor beneficiário da ajuda mútua tinha de sacrificar um boi. Hoje, ele oferece, sobretudo, cachaça ou cerveja.

Às vezes, esta prática é associada à festa que motiva a ajuda mútua recíproca. No caso do mutirão, o número de diárias de trabalho por família não é contabilizado. Todavia, a pressão social supõe a participação de todas as famílias da comunidade. Os homens jovens e adultos são mobilizados para os trabalhos pesados; crianças e adolescentes cuidam da limpeza dos pontos de água; as mulheres raspam a mandioca na hora de torrar a farinha. Se alguma forma de concorrência pode existir, é na redistribuição de alimentos ou bebidas pela família que acolhe. A prodigalidade confere prestígio e reputação, que são sinônimos de autoridade e poder nos sistemas de reciprocidade. Partindo de observações entre as comunidades indígenas e camponesas da América Latina, Temple (1983) já havia proposto que a reciprocidade seja considerada não apenas como contra-dádiva igualitária e sim como “a obrigação que cada um tem de reproduzir a dádiva, como forma de organização da redistribuição econômica”.

Ajuda mútua e estruturas de reciprocidade

A ajuda mútua corresponde a pelo menos três tipos de estruturas elementares de reciprocidade:

- a) *a reciprocidade binária*, quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, geralmente entre vizinhos e compadres. Nesta estrutura de aliança, que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (uma família pode fornecer mais trabalho ou produtos, conforme seu tamanho ou sua riqueza), o principal sentimento produzido pela relação de reciprocidade é a amizade, que se institucionaliza nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo das crianças, dando origem a uma extensão das relações de parentesco.
- b) *o compartilhamento do trabalho* constitui uma estrutura específica: cada um dá à comunidade e recebe dos demais. Quando todas as famílias da comunidade ou todos os membros do grupo se mobilizam para realizar um trabalho em benefício de um agricultor (desmatar uma parcela de terra, cavar um poço etc.), realiza-se um compartilhamento bilateral que gera amizade e aliança. Nessa estrutura, a relação de reciprocidade pode também produzir prestígio para o donatário quando este oferece aos parceiros e convidados bebidas, alimentos especiais, um banquete ou uma festa.

Quando se trata de construir a casa de um jovem casal, o compartilhamento é unilateral. De fato, Temple (2004b) lembra que não é a casa dos pais que é construída, e sim a de seus filhos.

- c) *a reciprocidade em forma de estrela* (Temple, 2004b), outra variante do compartilhamento, corresponde ao tipo de mutirão que mobiliza todas as famílias da comunidade para assumir responsabilidades específicas; por exemplo, para construir a escola, consertar o salão comunitário, uma cisterna ou uma rodovia, cavar ou limpar um açude comum. As relações, nesta estrutura, não apenas produzem amizade, como também confiança entre seus membros. Quem não participa perde prestígio e honra.

No Nordeste, o manejo coletivo das infraestruturas comunitárias envolvia tradicionalmente os pastos coletivos e os pontos de água: cacimbas nos aluviões, lagoas e barragens de terra. Estas infraestruturas beneficiam todos os membros da comunidade. Em contrapartida, estes devem assumir alguns deveres: participar da manutenção e limpeza, respeitar as utilizações dos pontos de água (alguns são reservados à lavagem de roupa, ao banho, outros à água potável e aos animais). Na manutenção do açude, cada grupo assume uma tarefa específica, por faixa etária: os homens cavam, as mulheres e as crianças limpam a área e os jovens carregam a terra. Esta forma de manejo

dos recursos coletivos e dos bens comuns corresponde a uma estrutura de reciprocidade ternária mais complexa do que a ajuda mútua binária simples.

Tal estrutura assume plenamente o desenho das relações em forma de estrela para o caso da repartição e do revezamento das famílias para assumir cargos comunitários, tais como chefe da comunidade, presidente da associação, guardião do santo patrono etc. Nesta estrutura, as relações de reciprocidade não apenas produzem amizade, mas também a confiança entre seus membros e um sentimento de pertencimento e de responsabilidade perante o grupo. O prestígio da responsabilidade do cargo estende-se a toda a família. As famílias que não participam ou nunca assumem cargos perdem prestígio e honra.

As transformações da ajuda mútua

Segundo Sidersky (2006), as prestações mútuas de diárias de tração animal contra diárias de serviço com enxada constituem uma das poucas práticas de ajuda mútua que se manteve na região do Curimatau (Solânea, Paraíba). Todavia, em três comunidades vizinhas, de 100 agricultores entrevistados, 25 declaram participar de mutirões, geralmente entre próximos e parentes (pai e filho, tio e sobrinho, irmãos). A prática regular de mutirões em benefício de uma única das famílias da comunidade tornou-se mais rara, por causa do êxodo, da emigração ou da mecanização. Os mutirões institucionais (consertar a rodovia, a escola, limpar a cisterna, limpar o poço ou a barragem, descarregar os estoques dos bancos de sementes) são mais regulares.

As evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua expressam a dinâmica destas estruturas de reciprocidade, bem como sua capacidade de adaptação. Isto ocorre, justamente, porque, além da necessidade real de contribuições materiais, as comunidades percebem nessa forma de trabalho uma maneira de manter regras de compartilhamento e solidariedade que produzem ou reproduzem valores de confiança e amizade.

Isso é importante, pois no Nordeste rural, mais do que em qualquer lugar, as relações de ajuda mútua, de compartilhamento ou de redistribuição associadas a determinadas práticas enfrentam a concorrência de novas relações de troca: salário, venda de bebida ou entrada paga em festas das comunidades.

Hoje, no mutirão, as diárias não são contadas, ao contrário da troca de diárias entre famílias, que existe também e pode envolver monetarização. Alguns agricultores chegam a pagar um diarista em vez de cuidarem eles próprios de sua prestação nos mutirões coletivos. Assumem assim sua obrigação material, mas, segundo a comunidade, não cumprem com seu dever social ao não participarem pessoalmente dos trabalhos coletivos.

Quando tais práticas são dominadas pela lógica da troca, elas não garantem mais a atualização das estruturas de reciprocidade que mantêm a produção dos valores humanos éticos. A ajuda mútua continua existindo, porém mediante remuneração; as festas continuam, mas pressupõem pagamento de uma entrada. As funções materiais são mantidas, mas os valores éticos produzidos são mínimos e as estruturas de reciprocidade simétrica vão se enfraquecendo ou desaparecendo.

Concretamente, a troca de diárias não garante as funções sociais do *mutirão*; e se qualquer diarista de passagem pode substituir o chefe ou o membro da família, os trabalhos comunitários perduram, mas sem lograr prestígio em favor do nome ou da honra desta família e sem garantir a mesma coesão social.

A produção de valores humanos éticos depende de uma relação de reciprocidade simétrica associada a uma práxis. Pode se dar em torno de um substrato material, do tipo ajuda mútua para a produção ou o manejo compartilhado de recursos; a práxis consiste no compartilhamento do esforço entre pares.

Esta sociabilidade se expressa também nas refeições feitas juntas, num ambiente descontraído ou festivo.

“Durante mutirões de farinhadas de mandioca, a família que convidava fornecia alimento e bebida, e as conversas eram animadas, até bem tarde”, explica um camponês de Solânea. Hoje, no mesmo município, ele considera ser por vezes difícil encontrar mão-de-obra para a farinhada, mesmo pagando diárias.

3.2. O manejo dos recursos comuns

Os pastos comuns

No sertão do Norte da Bahia, nenhuma lógica de cerca generalizada da caatinga é observada até os anos 70. O uso coletivo do pastoreio aberto é dominante. Remanescente de práticas tradicionais, a reserva de pasto corresponde à figura jurídica do “*compascuus*”, “*fundo de pasto*”,¹⁰ ou ainda *campos*, não tendo uma realidade jurídica única (Garcez, 1987). É possível tratar-se de um uso concedido por um grande proprietário, de um acordo entre proprietários vizinhos, da exploração coletiva de terras devolutas, compradas ou ocupadas por um criador cujos descendentes são membros atuais da comunidade.

10 Por oposição às roças próximas às moradias, sendo que os pastos ficam “no fundo” da fazenda.

Neste último caso, em geral, não existe divisão do território fundiário entre os membros (Sabourin e outros, 1995). De fato, trata-se de um espaço aberto de uso coletivo dos recursos naturais que sedia extrações diversas, acessíveis a todos os membros da comunidade: forragem, mas também madeira, colheita (plantas medicinais, frutas do umbuzeiro, *Spondia tuberosa*, mel, cortiças de angico para taninos) e caça (Caron, 1998).

A estrutura de reciprocidade envolve o compartilhamento de determinado recurso natural entre os membros das comunidades camponesas: no caso, uma área de caatinga. Ela comporta regras que especificam as modalidades de acesso ou de uso dos diversos componentes deste recurso comum: pastoreio dos rebanhos, madeira, frutas, mel, cascas e taninos, animais selvagens, água etc.

Nos anos 1980, a implantação de grandes projetos de perímetros irrigados no Vale do São Francisco incentivou especulações e ocupações ilegais destas áreas de fundo de pasto, acarretando numerosos conflitos e uma ameaça à integridade territorial das comunidades que dependiam desse sistema de pecuária itinerante. As comunidades de pequenos criadores, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais, negociaram então um projeto de demarcação e reconhecimento jurídico destes espaços em propriedade comum (quadro 3; tabela 4; Sabourin, 2006d, 2008) com o Governo do Estado da Bahia.

Entre 1982 e 1987, a constituição de centenas de associações comunitárias de pequenos criadores assegurou os títulos de propriedade coletiva dos pastos comuns para muitas comunidades do Nordeste da Bahia, garantindo seus direitos, em um contexto hostil.

Com o programa de demarcação dos fundos de pastos, foi possível parar as ocupações ilegais e os conflitos e limitar a diferenciação econômica e a exclusão social, preservando-se os sistemas de produção baseados na pecuária extensiva itinerante, protegendo-se assim numerosas famílias camponesas do êxodo (tabela 5).

Foi possível também preservar a estrutura de reciprocidade de compartilhamento do recurso, em um âmbito institucional “modernizado”, bem como um modo de produção e de vida de natureza camponesa (Sabourin & Caron, 2008).

Mas era apenas uma trégua. Claro que esta solução não bastou para eliminar os problemas internos de manejo do recurso. O modelo dos grandes rebanhos associados a grandes fazendas continua arraigado nas mentes do Nordeste. Hoje, existe de fato uma diferenciação notável entre os pequenos criadores (50/60 ovinos ou caprinos constituem o mínimo para a sobrevivência

**Quadro 3 O projeto “Fundo de Pasto”:
um instrumento de reforma agrária original**

A partir de 1982, no âmbito da política de reforma agrária, o Instituto de Terras da Bahia (Interba) passou a ser responsável pela execução de um projeto de regularização dos títulos fundiários, co-financiado pelo Banco Mundial. As especulações e invasões em torno dos “fundos de pasto” levaram estas instituições a propor ações de apoio financeiro e técnico, indo além do objetivo inicial de regularização fundiária e de cadastramento das terras públicas.

Em geral, não existiam títulos oficiais de propriedade, tampouco individuais ou coletivos. Os subsídios financeiros dos anos 1980 induziram uma corrida ao cercamento. De fato, tratou-se, por parte do Estado, de uma legalização das práticas camponesas e das formas de uso comunitário, mediante a propriedade coletiva ou associativa dos recursos.

No plano jurídico, os agricultores de uma mesma comunidade ou usuários de uma área indivisa de pastoreiro na caatinga constituem uma associação de direito civil sem fins lucrativos, a quem se atribui um título de propriedade no âmbito da legislação de reforma agrária. A associação comunitária (bem como seus membros) pode almejar as vantagens dos beneficiários dos projetos da reforma agrária:

- auxílios financeiros com taxa bonificada para investimentos produtivos individuais (cerca, implantação de pastos artificiais etc.) e coletivos (campos comunitários, casa de farinha de mandioca);
- subvenções para infraestruturas sociais comunitárias (recursos hídricos, escolas, armazéns, postos de saúde etc.);
- uma assistência técnica pública.

de uma família e a simples reprodução do rebanho) e aqueles que reúnem até mil cabeças. Há um risco de que os fundos de pasto beneficiem com prioridade aquelas famílias que possuem grandes rebanhos, se estas não limitam o número de animais ou seu acesso aos comuns (tabela 6).

Em função das modificações do contexto (mercado, tecnologias, ecologia, pressão demográfica e carga animal), os criadores se deparam novamente com o dilema do manejo dos pastos coletivos. Além do modelo de “superexploração” dos comuns de Hardin (1968), resta verificar se, uma vez mais, as comunidades encontrarão modos de regulação institucional local, por meio da elaboração de novas normas de compartilhamento ou de reciprocidade (Ostrom, 1998). Várias propostas estão em debate:

Tabela 4 Áreas de fundo de pasto legalizadas em Massaroca (Juazeiro-BA)

Comunidades	Áreas de fundos de pasto comuns legalizadas (em hectares)
Cachoeirinha	2.336
Caldeirão do Tibério	700
Canoa	120
Cipó	1.200
Curral Novo	1.396
Lagoinha	2.241
Lagoa do Meio	2.500
Total	10.493

Fonte: Pesquisas junto às comunidades de Massaroca – junho de 2000.

Tabela 5 Distribuição das terras em quatro comunidades de Massaroca em 1995

Comunidade	Área de comuns (hectares)	Áreas individuais com título (hectares)	Total de áreas com título (hectares)	Situação jurídica dos fundos de pasto	Número de famílias
Cachoeirinha	1.336,58	811	2.150	Em andamento	10
Curral Novo	1.393,65	546	1.940	Legalizado	20
Cipó	1.203,65	243	1.446	Em litígio	13
Lagoinha	2.246,41	847	3.095	Legalizado	27

Fonte: Pesquisas junto ao Instituto das Terras da Bahia (Interba), 1994.

- cercar os fundos de pasto, ali onde subsistia possibilidades de entrada de rebanhos ou de ocupação ilegal, ao longo da rodovia federal e das grandes fazendas de pecuária;
- elaborar novas regras de uso: entre as famílias de uma mesma comunidade, limitando o acesso dos grandes rebanhos, permitindo, em caso de crise, o acesso das comunidades membros do Comitê de Massaroca e que não dispõem de fundos de pasto.

Isto se tornou um desafio coletivo regional para as associações agrupadas no âmbito da federação dos “fundos de pasto” do Norte da Bahia. Este desafio

Tabela 6 Evolução dos rebanhos em três comunidades de Massaroca (Juazeiro)

Comunidade	ovinos		caprinos		bovinos		Total UGP*	
	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000
Cachoeirinha	300	6000	2700	4000	150	350	750	2200
Curral Novo	500	2500	2500	3000	60	400	660	2000
Lagoinha	420	1500	2500	5500	250	600	860	2000

* 1 bovino adulto = 1 Unidade de Gado de Grande Porte (UGP); 1 pequeno ruminante = 0,2 UGP.

Fonte: Pesquisa junto ao Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (1993 e 2003).

se expressa em termos de aprendizagem de novas formas e regras, que têm de ser adaptadas a uma situação renovada.

Um dos interesses da experiência de Massaroca é a lucidez dos dirigentes do Comitê de Associações, que tinham percebido, 15 anos atrás, que a preservação dos comuns não constituía mais do que uma etapa. Ao rejeitar sua integração forçada ao sistema de produção irrigada (que representa um fator de exclusão bem mais seletivo do que a pecuária extensiva), eles negociaram a aprendizagem da pequena irrigação (cataventos e poços), o acesso à adução de água, a energia elétrica e, por fim, a criação de uma escola rural e o transporte escolar; são todas inovações compartilhadas que abrem o caminho para uma diversificação e intensificação da produção.

Resta-lhes negociar a evolução das regras de acesso e uso aos comuns no âmbito das associações e entre as comunidades vizinhas, algo mais difícil.

Trata-se de preservar a base do sistema de pecuária (os fundos de pasto), investir em alternativas técnicas (reservas estratégicas para a seca, alimentação e seleção de animais); mas se trata também de apostar na diversificação: fruticultura irrigada, transformação da carne caprina e ovina de qualidade (o bode do sertão agroecológico) e pluriatividade. Este será o custo para que, para um novo ciclo, eles possam limitar tanto a saída dos agricultores idosos, quanto o êxodo dos jovens (Tonneau & Silva, 2003).

O manejo da água

No Nordeste semiárido, muito mais do que a escassez da água, é a concentração fundiária e o poder das oligarquias locais que criaram historicamente uma situação de dependência dos pequenos camponeses (Drousset, 2001;

Durousset & Cohen, 2000). A construção descentralizada de pequenos reservatórios permite cobrir o essencial das necessidades quando o acesso à terra está resolvido.

Em geral, os sistemas locais de manejo da água combinam o uso de três principais tipos de infraestruturas hídricas: o açude, a cacimba e o cacimbão. Estas obras podem ser associadas a outras fontes de água. São, na maioria dos casos, caldeirões em afloramentos graníticos, situados, em geral, no leito dos rios intermitentes que, cavados, cercados e protegidos, constituem cisternas abertas ou cobertas com lajes de granito.

A propriedade da infraestrutura (barragem, poço, reservatório) pode ser privada ou coletiva. No caso das comunidades camponesas, não é concebível proibir o acesso à água àqueles que necessitam, inclusive em terrenos ou reservatórios privados.

Em geral, os reservatórios coletivos (barragens, poços, cisternas) são construídos pela comunidade. São mantidos e administrados de forma coletiva por meio de trabalhos comunitários. É possível haver regras específicas de uso e atribuição, conforme a situação do reservatório, sua capacidade durante a seca e a qualidade ou quantidade de água armazenada. Alguns são reservados aos animais e à piscicultura; outros ao banho, à lavagem de roupa, à lavagem de louça e à cozinha; outros, enfim, se destinam à bebida.

Os primeiros sistemas de manejo agrícola da água tinham por base a valorização de baixios, técnica desenvolvida desde a colonização do Sertão. O objetivo consistia primeiramente em assegurar o consumo humano e o abastecimento dos animais. Implantar culturas que valorizem a água dos reservatórios e poços sempre foi secundário. Esta função só foi desenvolvida a partir da construção de açudes capazes de conservar uma reserva de água de um ano para outro. De 1915 a 1967, mais de seiscentos açudes privados foram construídos segundo o “regime de cooperação” (Guerra, 1981). O Estado financiava os estudos e equipamentos para a construção, as comunidades locais forneciam a mão-de-obra e o proprietário fornecia sua terra. Em compensação, este devia se comprometer a “fornecer água para as populações vizinhas para suas necessidades domésticas”. Na realidade, os proprietários toleraram o acesso à água das populações locais de forma muito variada. O abastecimento dos rebanhos em período de seca foi contestado com frequência. Quanto à utilização das vazantes destes açudes “comunitários”, praticamente sempre houve recusa, até mesmo para as famílias que contribuíram para a sua construção. Os grandes proprietários nunca aceitaram que camponeses pudessem vir a cultivar as margens dos açudes, que consideram uma propriedade privada. Eles invocam os limites ao acesso à água de seus próprios rebanhos,

a necessidade de construir cercas e o fato de que seriam responsabilizados por eventuais roubos de colheitas.

Projetos de desenvolvimento e conflitos para o manejo dos bens comuns

Existem regras de acesso e uso para cada tipo de reservatório, comunitário ou individual. Muitas vezes, estas regras foram abaladas pelas intervenções externas em termos de infraestruturas hídricas e manejo da água. As doações feitas em favor da coletividade que não se inscrevem na lógica das estruturas de reciprocidade se tornam difíceis de administrar pelos camponeses. Provocam conflitos no que tange ao direito de uso e deveres de manutenção, isto quando não destroem as práticas de reciprocidade, desvalorizando-as ou submetendo-as, por falta de informação, à dependência de poderes ou obrigações externas. Há, então, uma confusão em termos de responsabilidade, no que diz respeito à origem e ao sentido da dádiva, ou seja, acerca da estrutura de compartilhamento desses bens coletivos.

Com a atuação da Igreja e do Estado a partir dos anos 1970 e 1980, multiplicaram-se poços, bombas, cisternas, barragens e sistemas de irrigação. Antes, a organização de sua manutenção era garantida pelo patriarca da comunidade, mediante uma forma específica de mutirão. Com a distribuição clientelista de cisternas e barragens públicas, o rigor e a motivação para estes trabalhos costumam ser bem menores, ou propiciar discussões. O estatuto dessas infraestruturas coletivas é ambíguo no que diz respeito ao direito de uso e às responsabilidades. Os conflitos e negociações que envolvem sua manutenção surgiram entre usuários, mas, sobretudo, entre as comunidades e os poderes públicos.

Segundo as comunidades camponesas, o Estado deveria assumir a manutenção e o funcionamento dos equipamentos coletivos que construiu para uso público (em geral, antes de uma eleição). De fato, esse tipo de infraestrutura passaria do estado de bem comum para o de bem público, no sentido proposto por Ostrom & Ostrom (1978).¹¹ O Estado considera serem esses bens comunitários frutos da cooperação entre os agricultores e seus serviços, e cuja manutenção incumbe à população local. Resulta dessa tensão que, por falta de recursos ou por descuido, muitas infraestruturas hídricas e bombas foram abandonadas. Aliás, foi o mesmo princípio de transferência de responsabi-

11 Ostrom & Ostrom (1978) definem os bens públicos pelo seu acesso livre a todos, os bens comuns como bens coletivos sujeitos a restrições de acesso ou direitos de uso.

lidades de manejo das infraestruturas e equipamentos para os usuários que acabou prevalecendo no caso de grandes perímetros públicos de irrigação, em condições que, todavia, deixam pouca escolha para os pequenos produtores em termos de organização.

O manejo dos recursos comuns (água, terras, pastos, floresta) depende de uma estrutura de reciprocidade binária coletiva específica, o *compartilhamento*. Nesta *estrutura de compartilhamento*, todos estão diante de todos: ABCDEF/ABCDEF.

Chabal (2005, p.5) insiste no fato de que “não é tanto o objeto do compartilhamento que importa e sim os atos dos sujeitos”. É exatamente por isso que há um problema com as infra-estruturas hídricas ou os equipamentos “recebidos” de fora. Não se compartilha da mesma forma aquilo que foi construído pelo conjunto das famílias, entre pares, e aquilo que emana de um centro de redistribuição externo. Na estrutura de compartilhamento, fazer junto, bem como o fato de depender de um mesmo recurso “limitado”, gera um sentimento de pertencimento ao grupo, assim como valores de confiança e união.

Chabal (2005) segue: “O compartilhamento visa a produzir a união. A palavra expressa isto através do ‘nós’. O lema é: ‘um por todos – todos por um’. É a ideia de totalidade que predomina” (p. 5, tradução livre). É possível simbolizar a estrutura de compartilhamento por um círculo (figura 3), ampliável conforme o número de participantes e a disponibilidade de recursos.

A alienação específica a esta estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, a reclusão sobre o grupo ou a comunidade. Chabal (2005) explica que “o grande perigo do compartilhamento é que o círculo se feche: compartilhamento e mutualidade dentro do círculo, reciprocidade negativa ou até mesmo troca, fora do círculo, ou seja, o abandono da reciprocidade” (p. 6, tradução livre).

Ao contrário das profecias de Hardin (1968, p.1243-1248), que proclamava a inevitável degradação dos bens comuns por excesso de uso, os camponeses do sertão souberam, ao longo da história, encontrar modos de manejo comuns das reservas de água ou dos fundos de pasto sem comprometer sistematicamente seu acesso ou sua reprodução. Claro, esta regulação se exerce com mais facilidade em grandes áreas, à escala de uma pequena região do que à de uma única comunidade. Além do mais, a prática de distribuição dos animais entre os descendentes, por meio do dote das filhas e das dotações a cada filho, se destina a limitar o acúmulo no plano de uma geração, enquanto assegura a capacidade de produção da geração seguinte. Trata-se de uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral, que assegura valores de justiça, mas também de responsabilidade perante as futuras gerações e perante os recursos naturais

e o meio ambiente. Assim, as comunidades camponesas criaram uma série de mecanismos que permitem que cada um (qualquer família que participe deste sistema de reciprocidade) consuma conforme as suas necessidades.

As Organizações dos Agricultores

1. Movimentos sociais e organizações

Nos dias de hoje, as regras ancestrais de reciprocidade camponesa – estabelecidas essencialmente em torno da redistribuição dos fatores de produção (terra, trabalho e técnicas) e do acesso parcial ao mercado local – não atendem mais a todas as exigências da atividade agropecuária e da atuação dos poderes públicos. Por isso, as comunidades recorrem a novas formas de organização para assumir antigas práticas (ajuda mútua, manejo dos bens comuns) ou novas funções (Haubert, 1981; Bosc, 2005). Trata-se, entre outros, da defesa dos interesses profissionais e da administração das aposentadorias, no caso dos sindicatos, do abastecimento em insumos e da comercialização dos produtos, no caso das cooperativas, ou ainda do acesso aos financiamentos, do manejo dos investimentos e equipamentos coletivos, no caso das associações.

Novas formas de organização, promovidas em boa parte por uma intervenção externa, superpuseram-se ou se justapuseram às formas preexistentes de organização rural, marcadas pela reciprocidade camponesa. Estas últimas adotaram novos modos de funcionamento para atender novas funções, em particular em termos de interface com o mundo externo, enquanto integravam certas práticas de reciprocidade ou se desfaziam de outras.

Primeiramente, convêm situar essas evoluções e interações no âmbito das transformações do movimento social camponês no Brasil, para compreendê-las. Em um segundo momento, apresento as principais formas de organizações profissionais da agricultura familiar e camponesa presentes no Nordeste. Muitas delas foram estudadas, no âmbito de dispositivos locais de pesquisa-ação, em Massaroca e Pintadas, na Bahia, em Tauá, no Ceará, no Agreste da Paraíba e nos perímetros irrigados de Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco) (figura 3).

Em seguida, a título de exemplo de ferramenta metodológica, examino os mecanismos de construção da ação coletiva que estão associados a tais organizações, partindo das grades de Elinor Ostrom.

1.1. A diversidade das organizações profissionais

Movimentos sociais e lutas agrárias

As primeiras organizações nasceram das lutas das categorias mais exploradas: os assalariados e meeiros do final dos anos 50, com as Ligas Camponesas em regiões de produção de cana-de-açúcar dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas (Azevedo, 1982). Em 1963, promovido pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro, este movimento levou à criação do *Estatuto da terra* e do *Estatuto do trabalhador rural*, bem como à implantação dos primeiros sindicatos camponeses, antes destes serem violentamente reprimidos pela ditadura a partir de 1964.

Durante o período militar (1964-1984), as únicas organizações camponesas autorizadas eram os sindicatos oficiais de trabalhadores rurais e as cooperativas, sob controle ou atuação do Estado. O sindicato oficial, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reúne as federações de cada estado federado, que congregam as estruturas municipais de base. A ditadura tentou desviar a Contag de suas funções sindicais, confiando-lhe a gestão da assistência médica e do Funrural,¹² e levou a reforma agrária para a colonização de novas terras na Amazônia.

Com o final do período militar, a Contag retomou sua autonomia e se juntou à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1995. Ela participou da luta para a aplicação da reforma agrária junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); este foi criado em 1984, nos três estados do Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), por ex-camponeses expulsos de suas terras pelos mecanismos de competitividade e modernização da agricultura, durante os anos 1970 e 1980. A estes camponeses e filhos de camponeses sem-terra se uniram assalariados agrícolas que a mecanização havia deixado desempregados e trabalhadores diaristas rurais ou urbanos, chamados de “boias-frias”. O MST estendeu-se até a Amazônia e, por fim, por todo o País.

12 Programa de assistência social criado em 1971, que garante aos trabalhadores rurais seus primeiros direitos à aposentadoria.

A diversificação das organizações

Em 1985, com a Nova República, é lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Com a volta à democracia, várias reivindicações e lutas puderam se expressar, levando ao surgimento de novas identidades: diversos movimentos regionais de sem-terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos Indígenas da Amazônia, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

A partir de 1995, após os massacres de camponeses sem-terra nos estados de Rondônia e Pará que chamaram a atenção da opinião pública brasileira e internacional, estes movimentos iriam obter a implantação da reforma agrária e acelerariam a distribuição de terras.

A segunda conquista importante foi a obtenção de uma política pública diferenciada com a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que introduziu diversas modalidades de crédito agrícola bonificado.

O final dos anos 1990 é marcado pela volta ao uso do vocábulo “camponês” nos movimentos de agricultores. A palavra tinha sido banida do vocabulário oficial por conta da repressão das ligas camponesas. Tinha sido esquecida tanto pela universidade quanto pelos partidos de esquerda, que apostavam na extinção dos camponeses e no desenvolvimento de uma agricultura familiar moderna e integrada ao mercado. Nos seus primeiros passos, o MST pregava também uma visão leninista de integração das Cooperativas Integrais de Produção (socialistas) aos mesmos complexos agroindustriais que as grandes empresas agrícolas. Na medida em que esta prática não foi adotada, nas bases e nos fatos, no que tange à organização socialista da produção, o MST revisou seu discurso, passando a defender um *projeto camponês moderno*. Após o primeiro Fórum Social Mundial, ele se associou à federação mundial *Via Campesina* e ao Novo Sindicalismo Camponês brasileiro (Carvalho, 2005). Este nasceu com o Movimento dos Pequenos Agricultores do Sul do Brasil, que prega uma articulação limitada com o mercado capitalista (ou dando prioridade aos mercados locais ou regionais) e a manutenção de uma parte de autoconsumo, associada a maior autonomia e qualidade de vida.

Para os movimentos sociais, o termo “campesinato” não corresponde às categorias econômicas de agricultura camponesa (Chayanov, 1990) ou ao conceito sociológico de sociedade camponesa (Wolf, 1966; Mendras, 1976), e sim a categorias políticas. Trata-se, para estes movimentos, de se distanciar de um projeto de promoção de um modelo universal de agricultura familiar cujo desenvolvimento está vinculado a uma integração forçada ao mercado

capitalista. Este modelo depende de apoios sujeitos às exigências de garantias do sistema bancário nacional (fiadores, hipotecas etc.) que, por natureza, se mostra pouco adaptado e se desinteressa por esse tipo de público.

Uma estratégia diferente é proposta por certas organizações sindicais, cooperativas ou associativas e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Consiste em investir na ocupação de nichos diferenciados do mercado capitalista por meio da qualificação e certificação de produtos típicos da agricultura familiar. Esta abordagem é defendida, em particular, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), uma dissidência da Contag que nasceu nos estados do Sul e anunciou uma ambição nacional. Realmente, uma proposta desse tipo convém mais à agricultura familiar da região Sul do que à das regiões Nordeste ou Amazônica, mais afastadas dos mercados urbanos e internacionais.

Em seu favor, a Fetraf conta com a federação de grupos de cooperativas de crédito, que oferecem serviços financeiros mais adaptados do que o sistema bancário oficial, inclusive no que tange aos créditos do Pronaf. É associada à criação da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em junho de 2005.

Este não foi um empreendimento fácil, pois até então as cooperativas agrícolas controladas pela fortíssima Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), dominada pelo setor patronal e agroalimentar, não gozavam de boa reputação entre os camponeses. Os grandes produtores monopolizam os postos de direção e gestão. Seus dirigentes, quando não desviam os fundos ou não esquecem de reembolsar os empréstimos, tendem a manipular os pequenos produtores. Assim, estes últimos são mobilizados com frequência para completar o número de aderentes, comprar insumos ou garantir um abastecimento regular, como no caso de muitas cooperativas de leite, por exemplo.

Por sua parte, o MST criou sua própria federação em 1992, a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que associa cooperativas de produção e de serviços com cooperativas de trabalho dos técnicos nos assentamentos organizados pelo movimento.

Além das clivagens e patronatos políticos ou ideológicos, essa diversificação das organizações camponesas traz mesmo duas questões: a diversidade das situações rurais em um país-continente como é o Brasil e a aplicação de um modelo único de desenvolvimento da agricultura familiar.

1.2. Principais formas de organização camponesa

As organizações formais de produtores constituem estruturas sócio-profissionais e voluntaristas. Ninguém se torna membro da associação por essência ou por nascimento, como acontece no caso da comunidade, e sim por escolha voluntária e mediante relação contratual (pagamento de uma cota-parte social). No Brasil, encontramos as três formas clássicas de organização profissional agrícola: o sindicato, a cooperativa e a associação de produtores.

Os sindicatos camponeses

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais¹³ (STR) do Nordeste apareceram no final dos anos 1950, na área de plantações de cana-de-açúcar do litoral. Estes não tardaram a motivar lutas políticas entre as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica (Martins, 1981; Azevedo, 1982).

O golpe militar de 1964 pôs fim a essa dinâmica. Assim, na região semiárida, a maioria dos sindicatos foi criada sob a tutela do Estado Federal, durante a ditadura, emancipando-se posteriormente nos anos 1980.

Foi o caso do Sindicato Municipal de Lagoa Seca, criado em 1972, que se emancipou daquele da cidade vizinha de Campina Grande (que, criado em 1962, foi o primeiro da Paraíba e um dos primeiros do Nordeste); todavia, o fez passando da tutela do Partido Comunista Brasileiro (até então clandestino) para o da Igreja Católica (quadro 4).

Para desviá-los de suas funções de reivindicação sem, todavia, ter de proibi-los, o Estado militar encarregou os sindicatos da assistência médica no meio rural. O mesmo fez a nova constituição brasileira de 1988, que os encarregou da administração local da aposentadoria agrícola. Hoje, aliás, esta função constitui a principal atividade da maioria dos STR do país e garante muitas vezes o essencial de sua base eleitoral.

Sempre que os conflitos fundiários ou salariais dos anos 1970 e 1980 levaram a lutas coletivas e alianças com outros setores (Igrejas, partidos políticos, sociedade civil, ONGs etc.), os sindicatos adquiriram uma capacidade de mobilização e uma legitimidade de representação dos agricultores familiares.

Em Tauá (CE), por exemplo, o Sindicato municipal dos trabalhadores ru-

13 O STR corresponde à organização sindical de base, na escala municipal. Os STR de cada estado federado são agrupados sob Federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). Estas, por sua vez, são confederadas em escala nacional na Contag.

Quadro 4 A criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB) durante a ditadura.

“O Município de Lagoa Seca se emancipou daquele de Campina Grande em 1970. Eram três os motivos para precisarmos do sindicato: o número de litígios do direito trabalhista (principalmente com os engenhos de cana-de-açúcar); a questão das aposentadorias e a pressão da Igreja local para que o STR financie o posto de saúde da Igreja por intermédio do FUNRURAL.

Em 1971, fui a João Pessoa com Frei Liberato e o prefeito de Lagoa Seca para encontrar com o Presidente da Federação (João Almeida, que era de Solânea). Este, conforme o mandato da Federação, já havia escolhido uma diretoria. Mas o prefeito (que era da oposição democrática – MDB) e o padre tinham sido mais rápidos e propunham outra lista de nomes. Finalmente, foi a Igreja que decidiu, e Frei Liberato que conseguiu escolher cada membro com um conselheiro municipal do MDB. Dedé foi presidente durante 20 anos, desde 1972 até 1992, mesmo após serem novamente fundados os estatutos, em 1975. Ele se preocupava apenas com aposentados e tratamentos odontológicos, e houve até 3.000 membros inscritos. Em 1993, pediu afastamento, pois era candidato a um cargo de conselheiro municipal. Foi assim que a oposição de esquerda conseguiu ser eleita à direção do sindicato. Foi meu filho Nelson quem assumiu a presidência do STR a partir de 1995.” (Fonte: entrevista, dia 05/11/1998).

rais se construiu a partir da defesa do estatuto dos meeiros (que, em certos casos, recebiam apenas 10% a 15% da colheita até os anos 1970). Aos poucos, os antigos meeiros emancipados foram se tornando pequenos proprietários camponeses. Eles mantiveram o poder no âmbito do STR, cujas ações privilegiaram os interesses e as necessidades de sua categoria; às vezes, isso se deu em detrimento da defesa/proteção aos/dos assalariados e aos/dos últimos meeiros da região de Inhamuns. Ainda assim, em 1991 sua situação continuava bem precária, pois os proprietários os proibiam de cultivar plantas perenes ou semiperenes (frutíferas, cana-de-açúcar etc.) e até mesmo mandioca. Para os patrões, era questão de impedir qualquer estratégia de acúmulo ou estabilização do meeiro, sob pretexto de poder utilizar as terras de arrendamento de um ano para outro.

Em Pintadas (BA), o STR mobilizou-se para garantir a ocupação da fazenda Lameiro no início dos anos 1980, de forma a obter a instalação de jovens agricultores do município. O projeto foi objeto de uma ação de reforma agrária, e os jovens instalados se beneficiaram de vários apoios: financiamentos de infra-

estruturas hídricas e assistência técnica. As outras comunidades solicitaram o STR de Pintadas para obter o mesmo tipo de ajuda; isto deu origem a um importante projeto de desenvolvimento local, que se estruturou posteriormente em torno da criação do Centro de Serviços Comunitários de Pintadas (Courcier, 1993) e da Cooperativa de Crédito de Pintadas (Magalhães, 2005).

Assim, esses sindicatos puderam imprimir uma dinâmica local que deu origem à implantação de ações de reforma agrária e a projetos de desenvolvimento rural e de formação profissional agrícola em escala municipal. Em Tauá, Pintadas e Lagoa Seca, o STR conseguiu participar da administração municipal ou até ocupar a Secretaria de Agricultura do município nas eleições municipais de 1996 ou de 2004.

As cooperativas

Em matéria de cooperativa agrícola no Brasil, pode-se fazer a distinção entre duas fases bem diferenciadas: o período tradicional das cooperativas de serviços dos anos 1960 a 1990 e, após o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a renovação do movimento cooperativo da agricultura familiar, com a criação de três federações, que correspondem a três dinâmicas conjuntas. São elas: o movimento das cooperativas de reforma agrária ligado ao MST e federado na Concrab; o movimento das cooperativas de crédito federado na Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol) e as cooperativas agrícolas de serviços recém-reunidas no âmbito da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

As primeiras cooperativas de produtores do Nordeste foram criadas por proprietários de grande ou médio porte, que tinham assim a possibilidade de se beneficiar com auxílios públicos. Foi o caso dos produtores de algodão do Ceará e da Paraíba e dos produtores de leite das regiões do agreste da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Os camponeses que eram associados a estas cooperativas não guardaram delas uma boa lembrança. Estas eram muitas vezes ligadas a interesses políticos ou clientelistas e a sistemas de gestão que propiciavam o desvio de fundos (Cohen e Duque, 2001).

Os agricultores tomaram o hábito de dizer que “cada cooperativa tem dono”. Assim, a Cooperativa do Leite de Tauá foi criada em 1987, pelo então Ministro da Irrigação, natural deste município, mas ficou muitas vezes fechada por falta de matéria-prima.

Praticamente todas as cooperativas que estudei no Nordeste estiveram associadas a alguma tutela externa. Nos perímetros irrigados de Bebedouro,

Mandacaru e Maniçoba, em Petrolina e Juazeiro, as cooperativas foram criadas diretamente pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). No distrito de Marruas, em Tauá, a Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Inhamuns foi financiada e administrada durante seis anos por uma ONG estrangeira. Assim, para o pequeno agricultor, a cooperativa chegou a se tornar uma nova autoridade gestora de bens comuns (água, perímetro irrigado, moinho etc.), um intermediário de acesso ao mercado ou até mesmo um novo patrão, quando os camponeses eram afastados de sua gestão. Em vários projetos de reforma agrária do Estado da Paraíba, o presidente da cooperativa é o antigo capataz ou gerente da ex-fazenda expropriada (Lazzaretti, 2003). Há uma continuidade de esquemas e práticas paternalistas, enquanto as relações de reciprocidade (e cooperação) se mantêm assimétricas. É o caso das relações bilaterais desiguais entre o presidente, a direção e os membros. Estas relações podem também ser alienadas por um sistema de reciprocidade centralizado em torno do poder do chefe. Como foi mostrado por Haubert (1981), a recuperação do poder por uma minoria e a alienação das formas comunitárias não são próprias dos empreendimentos cooperativos. Esses processos existem também no âmbito das estruturas de reciprocidade mais preservadas, tais como as das comunidades andinas, por exemplo. Haubert cita o caso do compadrio. Esta estrutura de reciprocidade bilateral pode se tornar assimétrica, no caso do paternalismo, ou até mesmo do patronato, como mostraram também Lena e outros (1996), na Amazônia Brasileira.

Nos projetos de reforma agrária tais como *Lagoa do Angico*, em Petrolina, ou *Dois de Maio*, em Madalena (CE), a cooperativa foi criada pela direção nacional do MST implantada no Rio Grande do Sul. No início, a cooperativa era, com frequência, administrada por um dirigente do MST proveniente do Sul, o que produziu muitas incompreensões e conflitos com os associados. Uma vez que o MST trocou, pelo menos no Nordeste, o modelo das cooperativas integrais de produção pelo das cooperativas de serviço, a integração e a formação de responsáveis locais foram facilitadas.

Solidariedades religiosas para o microcrédito

No Nordeste, as cooperativas de crédito surgiram a partir de 1995, na região de Valente, no sertão da Bahia, em torno de um projeto de desenvolvimento local baseado na reconversão da produção de sisal. As comunidades de produtores, organizadas na Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), optaram pela transformação das fibras em diversos

produtos artesanais. Estas cooperativas se criaram gradualmente, na medida em que fechavam as agências bancárias do Banco do Brasil nos pequenos municípios isolados ou aquelas do Banco do Estado da Bahia (BANEB), quando eram eleitos prefeitos ou conselhos municipais de esquerda (de oposição ao governo do Estado da Bahia), como foi o caso em Pintadas, Curaçá etc.

Magalhães (2005) associa o sucesso e o rigor dessas cooperativas de crédito com as relações de reciprocidade ligadas às práticas solidárias religiosas provenientes das Comunidades Eclesiásticas de Base. Todavia, esta hipótese traz a questão teórica da utilização de estruturas de reciprocidade que dependam do plano imaginário e simbólico (da religião) para as práticas econômicas que remetem ao plano do real, ou até mesmo para práticas reguladas pela troca capitalista: crédito bancário para investimentos produtivos.

As observações realizadas em outras regiões (Pintadas e Juazeiro, na Bahia, e Solânea, na Paraíba) confirmam que cada um desses dois tipos de estrutura, mobilizando relações de reciprocidade, tende a funcionar em planos separados.

Em duas comunidades do município de Solânea, no Brejo Paraibano, continua existindo a tradição das caixas de solidariedade comunitária associadas a uma imagem religiosa – a virgem ou algum santo – chamadas de “medalha”.¹⁴ A “medalha” circula entre as casas das famílias da comunidade, segundo uma ordem predefinida.

O sistema da medalha consistia em garantir a existência de uma caixinha de solidariedade social na escala da comunidade para enfrentar despesas excepcionais: pagar as missas ou o enterro de um defunto... Mas, eventualmente, esse sistema se prestava à compra de medicamentos ou à ajuda de uma família afetada por alguma doença. Neste caso, é o “terceiro incluído”, representado pela imagem – o santo venerado ou a virgem – que garante que cada um contribuirá e que será respeitada a distribuição do dinheiro da caixinha para os necessitados.

Passa-se de uma estrutura de reciprocidade no plano simbólico – neste caso, religioso – para práticas de ajuda mútua no plano do real, que continuam, todavia, vinculadas à religião e ao espiritual, à saúde, à vida e à morte. Não há nenhum registro de exemplo de mobilização dos fundos da medalha para fins de investimentos produtivos. Essa prática, assim como outras estruturas simbólicas de reciprocidade ligadas à religião, produz valores éticos, embora

14 Esta prática, instituída na região durante campanhas de evangelização do início do século XX que visavam remunerar as paróquias, era generalizada sob o nome de *medalha milagrosa* ou *santa medalha*, persistindo até os anos 90 a 95.

estes fiquem reféns do poder da religião ou de seus representantes (padres, freiras etc.).

Assim, talvez seja possível associar a implantação de iniciativas de crédito mútuo aos fins produtivos baseados no princípio do respeito ao compromisso, à palavra dada e ao reembolso da dívida, embora se trate mesmo de estruturas cujo funcionamento se dá em planos distintos.

Em contrapartida, para funcionar, as estruturas de microcrédito dependem mesmo de uma parcela de dádiva (a benevolência dos animadores e administradores) e de valores éticos de confiança, responsabilidade e equidade entre os membros.

Azevedo (1982) relata que a principal liga camponesa do Estado de Pernambuco, a de Galilea (Vitória de Santo Antão), iniciou suas atividades a partir de um fundo de solidariedade destinado a serviços funerários.

Nas comunidades camponesas brasileiras, Forman (1979) observa “um extraordinário sentido de submissão à autoridade e a obrigação de saldar a dívida norteia o comportamento do camponês, tanto no domínio sagrado, como no secular” (Forman, 1979, p.281).

Aliás, ele afirma que, de forma geral, a Igreja Católica “não soube compreender a religião camponesa” e se apresentou de forma “tão distanciada e intocável quanto as demais burocracias nacionais, sendo considerada um instrumento da classe alta” (Forman, 1979, p.284).

As associações de produtores

A associação de produtores é o modelo de organização local dos agricultores que mais se desenvolveu durante os últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais como a Igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos).

Distinguem-se associações comunitárias, que agrupam os agricultores de uma mesma comunidade ou de um assentamento de reforma agrária, das associações de desenvolvimento, organizadas em geral na escala municipal e que federam várias comunidades.

Pode-se citar o exemplo das associações de produtores nas comunidades do distrito de Massaroca (Juazeiro-BA), que foram criadas para receber os títulos de propriedade de fundos de pasto, ou as da Paraíba, implantadas para o manejo dos bancos de sementes.

Dentre as associações de desenvolvimento, pode-se citar o caso do Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM), criado em 1989, que federa nove associações comunitárias.

O Centro Comunitário de Serviços de Pintadas – BA (CCSP) nasceu em 1989, a partir da aprendizagem organizacional adquirida durante as migrações sazonais dos pequenos agricultores para o Sul do país. Foi criado graças ao apoio da Pastoral dos Migrantes, que teceu redes na Bahia. Reúne cerca de trinta comunidades e associações locais em torno de um projeto de desenvolvimento rural da agricultura familiar de todo o município, que conta 12 mil habitantes distribuídos em 500 km².

A Associação de Desenvolvimento e Ação Cultural do Município de Tauá – CE (ADEC), criada em 1996, constitui o braço econômico do STR municipal e das associações das comunidades. Ela não adotou o estatuto de cooperativa por causa da carga negativa que paira sobre este tipo de organização em Tauá, embora exerça o mesmo tipo de funções. Haubert (1999) nota que muitas dessas federações de associações comunitárias ou de organizações de base estão ligadas aos processos de desenvolvimento local, quer seja na América Latina, na África ou na Europa.

Essas organizações formais de direito associativo se fundamentam na adesão voluntária e foram essencialmente concebidas para garantir a defesa de interesses e o manejo de bens comuns. Assim, são muitas vezes associadas, bem como os sindicatos, a movimentos de resistência ou de organização camponesa.

A associação agrupa muitas vezes todos os membros da comunidade, porém o faz em torno de um objetivo específico. Em geral, trata-se de um projeto de tipo produtivo ou econômico, focalizado em novas funções, além daquelas da família ou comunidade: acesso ao financiamento e aos equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade e posto de saúde), apropriação fundiária, comercialização ou transformação dos produtos agrícolas (Haubert, 1981).

A estrutura e o funcionamento dessas organizações dependem da legislação brasileira. São associações de direito civil sem fins lucrativos, cuja obrigação consiste em redigir e registrar seus estatutos, eleger e renovar uma direção e um conselho de vigilância. Na realidade, as regras que prevalecem são readaptadas pela comunidade ou pelos líderes. Muitas vezes as eleições não passam de uma encenação. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas, no âmbito das relações de proximidade ou das relações de poder, entre clãs familiares e grupos locais.

A facilidade de registro dos estatutos, a adaptabilidade do modo de funcionamento e a ausência de controle fiscal ou de sanção por parte da adminis-

tração fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e pelos políticos. Este se presta tanto à iniciativa camponesa ou comunitária quanto aos patronatos políticos e administrativos. Em numerosos casos, como em Pintadas, Tauá ou Massaroca, a convergência entre reivindicação camponesa e propostas de participação dos projetos públicos permitiu dar vida e fortalecer dinâmicas autônomas de desenvolvimento local da agricultura familiar.

As associações são de fato destinadas a administrar a interface entre o mundo doméstico local (a família, a comunidade etc.) e a sociedade externa: o mercado de troca, a administração, a cidade etc.

Todavia, a organização formal dos produtores corresponde a uma estrutura jurídica socioprofissional. Como lembra Haubert (1981), ninguém se torna membro da associação por essência ou nascimento, como é o caso da linhagem ou comunidade, e sim por escolha livre e voluntária e mediante relação contratual (o pagamento de um direito, taxa ou cota-parte). A despeito da inadaptação dessas estruturas jurídicas de ordem produtiva, a criação das organizações de agricultores, como observamos, pode corresponder também à modernização da reciprocidade camponesa; ou, ao contrário, pode favorecer apenas o desenvolvimento da lógica de troca.

Criadores camponeses como os de Massaroca foram reinstalados nos perímetros irrigados públicos do Vale do São Francisco. Confrontados com a lógica da integração ao mercado de troca capitalista por meio da produção intensiva de frutas ou hortaliças, eles tiveram de operar uma mutação, não somente de seu sistema técnico de produção, como também de seu sistema de valores e referências; senão, teriam que abandonar o perímetro irrigado.

No primeiro perímetro da região, em Bebedouro (Petroлина-*PE*), ainda há um conflito entre a lógica da troca mercantil e a lógica do desenvolvimento e da modernização da reciprocidade. Parte dos produtores reinstalados pelo Estado continua privilegiando uma lógica camponesa. Satisfazem-se com a securização de uma pecuária familiar por meio da irrigação de forragens e com o prestígio local, obtido em prêmios nas vaquejadas. Esta situação, perfeitamente legal, perdura, para grande insatisfação dos poderes públicos, que desejam impor a generalização da produção de mangas e uvas de mesa. Julgada mais lucrativa, ela é necessária para garantir a sobrevivência da cooperativa que comercializa as frutas – não o gado – e que visa o acúmulo de lucros – e não de troféus de vaquejada.

1.3. Os modos de coordenação da ação coletiva, segundo Ostrom

Segundo Crozier & Friedberg (1977), a organização é um instrumento da ação coletiva que pode ser definido em relação a um conjunto de ações ou funções. Mas restaria distinguir os principais motores dessa ação coletiva. Crozier & Friedberg lembram que a ação coletiva, quer dizer, para eles, “a ação organizada”, não é necessariamente um fenômeno natural e sim “uma construção social cuja existência em si constitui um problema e cujas condições de surgimento e manutenção ainda hão de ser explicadas” (tradução livre). Em outros termos, trata-se de compreender a elaboração e adaptação destas construções sociais: as organizações, sua evolução e suas regras.

Natureza e aplicação das regras

Segundo Ostrom (1990), para atender a situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada por meio de “instituições”, definidas como um conjunto de regras e normas que são efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar atividades.

As normas correspondem a valores internos do grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior; eventualmente, são sujeitas a sanções (Ostrom, 1998). A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns; a institucionalização destas no âmbito de um grupo constitui um incentivo à cooperação e ao compartilhamento.

Para Ostrom (1990), a ação coletiva é orientada por três diferentes níveis de regras, sendo cada nível condicionado pelo superior.

- as regras operacionais regem as decisões cotidianas e envolvem as informações a serem trocadas e as recompensas ou sanções correspondentes aos comportamentos;
- as regras coletivas são decididas pelo grupo e fundamentam as regras operacionais: são os regulamentos, que especificam os direitos e deveres dos membros;
- as regras constitucionais não são decididas pelo grupo e sim em um âmbito mais amplo; portanto, envolvem mais do que o grupo. Elas definem as modalidades das escolhas coletivas e influem sobre a natureza das regras coletivas operacionais.

Para que as regras funcionem, elas têm de ser transparentes (conhecidas por todos), aplicadas pelos outros e acompanhadas de sanções (Ostrom 1992).

Para criar ou modificar regras, é preciso primeiro compreender de que forma, em dada etapa, os indivíduos tentam tirar o melhor partido das imposições físicas e institucionais; em seguida, buscar-se-á quais são as opções possíveis para mudar as imposições. De fato, para Ostrom (1992), os princípios de concepção das regras constituem uma ferramenta de diagnóstico da durabilidade da ação coletiva, ou seja, de sua capacidade de se sustentar a longo prazo.

A coordenação da ação coletiva

E. Ostrom (1992) propõe três modos de coordenação e construção da ação coletiva: *a delegação de responsabilidade e de poder, a aprendizagem e a elaboração de novas regras*. Na verdade, as conjunções e evoluções dos três modos de coordenação indicados são indissociáveis das características ou dos atributos que Ostrom vincula a esses coletivos; por exemplo, interdependência, reciprocidade, confiança, reputação e percepção comum (Ostrom, 1990).

Em termos de *delegação de responsabilidades*, as propostas de Ostrom completam a abordagem de Olson (1978) acerca das características e do papel dos líderes, que constituem um núcleo ativo na interface entre o grupo e seu meio.

A aprendizagem pode ser definida como uma modificação duradoura do comportamento em decorrência da aquisição de conhecimentos ou valores. Tal modificação envolve a construção de uma percepção comum do recurso, a transmissão dos saberes e do saber fazer, mas também das regras de manejo e de exploração do recurso.

A aprendizagem das regras e dos sistemas de regras revelou ser uma característica central da evolução das capacidades das organizações camponesas e de suas transformações. Essa aprendizagem envolve não somente as regras no âmbito do grupo local e das novas organizações que este criou para si (associações, grupos de produtores), como também as regras de funcionamento das instituições externas: mercado, administração e bancos.

No Nordeste, as negociações das comunidades camponesas ou das associações de produtores com a administração pública são, em geral, precedidas por uma fase de aprendizagem das regras, ou pelo menos das práticas, especificidades e prioridades próprias de cada instituição. Há um processo de construção da percepção comum dessas regras, por intermédio dos líderes ou das experiências coletivas.

Trata-se, em geral, de uma série de acertos e erros coletivos, como aqueles que envolvem, por exemplo, a preservação dos pastos comuns, a negociação

para a constituição de reservas comunitárias de água ou o lançamento dos produtos no mercado.

Portanto, essa *aprendizagem de regras* pode ser compartilhada na experiência e se tornar coletiva; mas ela é muitas vezes cristalizada ou apropriada pelos dirigentes. Na maioria dos casos, favorece e multiplica os processos de inovação técnica organizacional ou institucional, ou seja, contribui para a *elaboração de novas regras*.

A construção social das regras consiste em negociar mecanismos de funcionamento e, sobretudo, de reprodução do sistema. Ela associa atores locais, mas também atores externos. Isso não se dá sem conflito entre atores pertencentes a categorias diversas, a *mundos* diferentes: líderes e técnicos, jovens e anciões, agricultores e criadores. Segundo Livet & Thévenot (1994), *as regras são procedimentos de tratamento dos conflitos de interpretação, ou seja, de revisão dos quadros de ação; não são determinantes da ação imediata*.

A noção de regra também pode ser associada à capacidade de antecipação dos atores, baseada no reconhecimento e na qualificação de objetos comuns ou *referências*. A validação coletiva dos objetos comuns faz deles aquilo que Livet & Thévenot (1994) chamam de *objetos convencionais* (que atuam como convenções): estatutos da associação, plano de trabalho do trator, regulamento interno da cooperativa e projeto de desenvolvimento local do distrito ou município.

A dinâmica de formulação de regras deve também levar em conta o conjunto de estratégias e representações cruzadas dos atores. Cada parte tenta confirmar quais são as intenções da outra e verificar as expectativas recíprocas. É aí que pode acontecer aquilo que Favereau & Thévenot (1991) chamaram de “equilíbrio de regras”, ou seja, “compromissos entre regulações oriundas de princípios de justificação diferentes, que levam a situações em que vários sistemas de regras coexistem” (Requier-Desjardins, 1997, tradução livre). Por exemplo, o manejo do trator associativo de Massaroca associa regras mercantis (venda de serviços) e regras domésticas ou comunitárias (preferência para agricultores membros do comitê, prioridade para as famílias sem mão-de-obra).

Segundo Boltanski & Thévenot (1991), novas regras são necessárias na medida em que se muda de “mundo” ou de princípio de justificação. A partir do momento em que existe uma possibilidade de aprendizagem por intermédio dos líderes ou da construção de percepções comuns, as comunidades rurais do Nordeste manifestam uma capacidade de manipulação ou de co-gestão de diversos corpos ou registros de regras que dizem respeito a mundos diferentes: lógica de reciprocidade para o mundo doméstico; lógica da troca para

o mundo mercantil e lógica da reciprocidade simbólica (da religião) para o mundo espiritual.

Assim, a formalização ou a institucionalização das organizações de produtores pode se fazer necessária para legitimar, em um contexto novo, práticas camponesas de reciprocidade ou normas sociais ancestrais, tais como a ajuda mútua e o manejo compartilhado de recursos comuns.

Partindo de trabalhos empíricos sobre o manejo de recursos coletivos (trabalhos sistematizados em 1998), Ostrom propõe uma série de variáveis-chave graças às quais é possível caracterizar os atributos do recurso, dos atores e de suas inter-relações (quadro 5). Após aplicar essa grade aos atributos dos usuários, pode avaliar seu interesse e suas limitações.

Os atributos dos usuários

Os atributos dos grupos de atores (Ostrom, 1998; quadro 5) que permitem garantir o manejo autônomo de recursos em propriedade coletiva são pertinentes, como pode verificar no Nordeste; alguns deles são até mesmo essenciais em qualquer tipo de comunidade humana. Mas eles partem de registros diferentes e não apresentam todos a mesma capacidade explicativa ou operatória.

A percepção comum: os exemplos citados acima mostram bem que a percepção comum (do recurso, dos outros usuários, das normas do grupo ou das regras de funcionamento das instituições externas) não são variáveis dadas ou adquiridas e sim construções sociais ou relações econômicas e sociais. Na verdade, o mesmo ocorre com a maioria dos outros atributos associados aos atores.

A dependência (do recurso e dos outros usuários): trata-se, na verdade, de uma tríplice interdependência entre atores e entre o recurso (natureza, cultura ou infraestrutura), entre recursos complementares e entre os atores entre si. Essa relação de interdependência, entre os homens e a natureza e entre os homens entre si, é constitutiva da humanidade. Embora seja muitas vezes esquecida ou, na verdade, mascarada por uma leitura do mundo em que predomina a troca capitalista, a interdependência é fundadora dos valores humanos (Simmel, 1897; Temple & Chabal, 1995). Neste quesito, envolve um outro princípio fundador, apontado por Ostrom (1998) como norma central para a cooperação: a *reciprocidade*.

A reciprocidade: para Ostrom (1998), não há cooperação sem reciprocidade, ou seja, sem retorno ou compartilhamento por parte dos usuários. Os atores fazem o esforço de identificar os outros atores envolvidos e os consideram como possíveis cooperantes. *A priori*, cooperam com aqueles que manifestam

*Quadro 5 As variáveis-chave da ação coletiva (Ostrom, 1998)**Atributos dos usuários*

Dependência do recurso, dos outros usuários, por meio da reputação, da racionalidade procedural;

Confiança no envolvimento e compromisso por parte dos outros usuários;

Reciprocidade nas relações: antecipação do interesse e da resposta dos outros usuários;

Percepção comum: dos atributos do recurso e consequência das ações.

Atributos do recurso (segundo os usuários)

Estado do recurso e benefícios locais de sua manutenção e preservação;

Indicadores: informações sobre o estado do recurso;

Variabilidade “conhecida”

Distribuição espacial e limites externos conhecidos

Variáveis estruturais

Tamanho do grupo e homogeneidade dos membros

Taxa de atualização do recurso: baixa, média, horizonte temporal mais ou menos distante;

Distribuição dos ativos: equitativa ou não, com ou sem diferenciação de impacto sobre a totalidade dos usuários;

Autonomia e experiência: capacidade dos usuários para fixar regras internas de acesso e de uso, de se organizar e de reduzir ou não os custos.

essa intenção e se negam a cooperar se não houver reciprocidade. Sanções existem para aqueles que traem a confiança dos outros. Ostrom critica a interpretação reducionista da norma de reciprocidade na estratégia do *tit for tat* (toma-lá-dá-cá) da teoria dos jogos, que consiste em fazer apenas aquilo que o outro faz. De fato, a reciprocidade não se limita a uma troca simétrica ou a uma contra-dádiva. Por outro lado, passa também por terceiros, não sendo apenas bilateral, simétrica e imediatamente interessada. Mas a reciprocidade é muito mais do que uma norma de cooperação social e econômica.

Quanto aos demais atributos dos atores identificados como normas por Ostrom, *a confiança e a reputação* são valores humanos éticos construídos na esfera social e especificamente pelas relações de reciprocidade. Ostrom o reconhece de forma implícita. Para ela, trata-se de *confiança* na reciprocidade do parceiro, mas também na eventualidade de sanções. Ela considera que a reputação incentiva a reciprocidade, ou seja, a cooperação. A reputação é, claro, o sinal de uma qualidade da cooperação; não podemos, todavia,

dissociá-la do prestígio e da pressão social. A reputação se estabelece aos poucos: é uma construção social, um valor produzido, que é valorizado na esfera social e confere fama e prestígio.

Ensinos e limitações da abordagem

No Nordeste, a análise dos três modos de construção da ação coletiva identificados por Ostrom (1992) evidencia várias formas de estruturação institucional dos produtores que correspondem a diversas funções e a diferentes níveis de organização. Para cada uma dessas formas, é possível atribuir uma capacidade de coordenação e regulação que tem por base, por um lado, os saberes coletivos, as normas e os valores dos grupos sociais, e, por outro, a lógica dominante de seu sistema de relação: reciprocidade ou troca, concorrência ou redistribuição.

Mas Ostrom não analisa (ou pouco) as relações entre as normas, os atributos e os valores humanos nos quais estão inscritos.

As normas e regras de ação coletiva fortalecem os processos de auto-organização: Ostrom (1998) constata que a aprendizagem das normas de reciprocidade – ou seja, sua prática – leva a um ciclo virtuoso (reciprocidade/confiança/reputação). Assim, trata-se mesmo de uma reconstrução no tempo de relações que garantam a permanência dos valores próprios do grupo.

Mas uma dificuldade consiste em identificar a natureza específica e a origem daquilo que Ostrom reúne e confunde sob a noção de norma central: a confiança, a reciprocidade e a reputação.

Primeiramente, existe uma confusão entre categorias: a confiança é um valor; a reputação é o reconhecimento público dos valores do outro e a reciprocidade é o nome de todas as estruturas de produção dos valores éticos.

Segundo, Ostrom não levanta a questão da origem desses valores, que ela considera instituídos, de mesmo que Polanyi (1944), quando propõe relações de troca mercantil inseridas nos valores sociais e culturais. Nossas observações no Nordeste confirmam o caráter central da reciprocidade. Ora, como explica Temple (1997), são as formas e estruturas assumidas pelas relações de reciprocidade que podem induzir ou produzir valores tais como a confiança, a reputação, a responsabilidade ou a equidade; estas não são dadas, nem inatas.

2. Líderes, mediadores e “pontes”

As organizações profissionais vieram se sobrepor às estruturas de reciprocidade camponesa ou substituí-las, o que torna mais complexa a adaptação constante de novas formas de coordenação da ação coletiva.

Em todos os casos, as associações se destinam a administrar a interface entre o mundo doméstico local (a família e a comunidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração e a cidade (Berthome & Mercoiret, 1997). Na maioria dos casos, essa interface passa por intermediários. Estes podem ser oriundos das comunidades locais (como é o caso dos líderes camponeses) e podem depender de instituições externas (igrejas, ONGs, serviços públicos ou partidos políticos). Em ambos os casos, esses intermediários entre as comunidades e a sociedade global assumem papéis de mediadores. Birschenk e outros (2000) evocam os “corretores do desenvolvimento”; eu prefiro o termo “passarelas ou pontes”.

Em geral, a atuação técnica, pública ou privada é determinada em níveis de tomada de decisão distantes da realidade dos produtores; a planificação ainda é muitas vezes tecnocrática e burocrática. Assim, no Nordeste, a negociação dos apoios acontece na escala local, no âmbito de relações com as autoridades políticas marcadas pelo clientelismo, ou mediante estes mediadores.

As organizações camponesas tentam transformar o apoio das tutelas em novas alianças, buscando aquelas mediações que propiciem o estabelecimento de relações diretas com a administração ou com o exterior. Trata-se, para os produtores, de ampliar o campo dos contatos e de diversificar as fontes de auxílio, de forma a limitar a dependência.

Uma estratégia alternativa passa pela união de associações comunitárias para mobilizar, no plano institucional, mais força e poder de representação local. Essa estratégia resulta na reunião de grupos de base em federações: Comitê de Associações, na escala do distrito de Massaroca, Conselho ou Centro de Serviços, na escala municipal em Tauá e Pintadas.

É nesse âmbito que surgem líderes como Seu Neném, de Massaroca, e que se enfrentam antigos e novos mediadores.

2.1. Retrato de um líder camponês¹⁵

As comunidades camponesas da região de Massaroca (município de Juazeiro-BA, figura 4) ficaram marginalizadas e isoladas até os anos 70. Antes da intervenção da Igreja Católica, que aproximou os camponeses da administração local, estes desconfiavam dos técnicos agrícolas, considerados como representantes de um Estado repressivo que só se manifestava em áreas rurais do Nordeste por ocasião da arrecadação de imposto (Tonneau, 1994).

Até então, os contatos da gente de Massaroca com o mundo exterior se limitavam às experiências de migrações temporárias dos jovens rumo ao Sul do país, em particular para São Paulo. A partir de 1982, as instituições de desenvolvimento agrícola do Estado da Bahia iniciaram a implantação de associações de produtores nas comunidades do distrito de Massaroca, com o início do projeto dos fundos de pasto.

Raimundo Lima da Silva, dito Neném, primeiro presidente da associação comunitária de Lagoinha, afirmou-se rapidamente como principal vetor da organização das diversas comunidades de Massaroca. Assim, tornou-se um interlocutor imprescindível para as instituições de apoio ao desenvolvimento e para a administração local.

A trajetória de Neném, longe de ser excepcional, é exemplar, na medida em que é representativa da evolução daquilo que foi chamado de processo de participação dos produtores no desenvolvimento, bem como das negociações e formas de organização associadas a esse processo.

Trajетória de um camponês em um mundo rural em transformação

Neném nasceu durante os anos 40, em uma família de sete filhos, na fazenda de Lagoinha, distrito de Massaroca, município de Juazeiro (BA), onde seu pai era vaqueiro. Ele não foi à escola. Aprendeu a ler sozinho, bem depois. Ainda tem dificuldade para escrever.

Como muitos jovens nordestinos da época, ele saiu para trabalhar em grandes usinas de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, em 1960, para constituir seu rebanho e valorizar as terras que herdou. De volta a Lagoinha, instalou-se de forma definitiva como criador e se casou. Graças às ações da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiásticas de Base, ele viajou por todo

15 Uma versão resumida do retrato de Neném de Massaroca foi publicada em 1997, com a colaboração de P. Caron & J.-P. Tonneau, na 11ª edição do *Bulletin de l'Apad*.

o Nordeste e participou de diversas reuniões regionais, sem se iludir sobre a intenção de tutela da Igreja. Com o retorno da democracia nos anos 80, os sindicatos rurais e os serviços de desenvolvimento se revezaram com a Igreja no que diz respeito à continuidade da ação comunitária.

Várias instituições de pesquisa e desenvolvimento agrícola têm atuado para apoiar o processo de organização das associações comunitárias da região de Juazeiro, aproveitando a dinâmica de regularização das terras comunitárias de fundo de pasto. Assim, a terra foi um tema privilegiado de negociação e de aliança entre camponeses e técnicos. Em seguida, foram implantados na região vários projetos de apoio à produção, incluindo crédito, infraestruturas e assistência técnica.

Esse contato com os técnicos ajudou Neném, líder natural, a se forjar um estatuto “moderno” (dirigente de associações de produtores) e a se libertar da tutela da Igreja Católica. Para ele, foi a oportunidade de vivenciar várias experiências de organização camponesa e projetos de desenvolvimento no Nordeste. Em seguida, ele participou de reuniões em Salvador e Recife, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, onde obteve subsídios para construir poços, uma barragem e depois cisternas em sua comunidade de Lagoinha. Em 1988, participou de uma viagem de estudo na França, no âmbito de uma irmanação entre Massaroca e uma organização local de agricultores franceses, o Comitê das Hautes Garrigues. De volta a Massaroca, Neném fundou o “Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca”, que federava nove associações de produtores desse distrito. Em 1989, tornou-se o primeiro presidente do Comitê.

A partir desse dia, ele foi objeto de todas as atenções dos políticos. O sistema clientelista fazia dele um “cabo eleitoral”. Quando o prefeito de Juazeiro não tinha a sua simpatia, Neném soube se afastar discretamente, para cuidar de suas alianças anteriores sem prejudicar o Comitê. Ele promoveu, então, a eleição de um de seus amigos, líder de uma comunidade vizinha e aliado do novo prefeito. Isso não o impediu de dirigir de fato a organização, à espera de sua reeleição. Patriarca convicto, ele afastou seus rivais ou amansou os mais relutantes, dando-lhes cargos na direção do Comitê e reproduzindo, dessa forma, no âmbito da sua organização, o sistema político local, clientelista e paternalista, que, por sinal, criticava. Machista, como a maioria dos seus pares, foi hostil por muito tempo à participação das mulheres e dos jovens no poder. Sedutor e bom orador, soube se adaptar depois, quando foi preciso mudar de atitude e achar alguma legitimidade junto aos jovens.

Diante das dificuldades de sua geração em administrar as finanças das associações ou do Comitê, ele percebeu o interesse da escola e o papel de

mediação que as professoras locais podiam exercer. As professoras, até então, eram consideradas pelos homens como contra-poderes nas comunidades. Por fim, preocupado com o êxodo dos jovens, tentou fazê-los permanecer na região, defendendo o projeto de uma escola rural integrada e “moderna”. Assim que foi possível concretizar esse sonho, em 1995, a escola foi construída em Lagoinha, sua comunidade.

Desde então, Neném foi reeleito na presidência do Comitê das associações de Massaroca. As comunidades tiveram de enfrentar as secas de 1998 e 1999. Mais bem preparados, os agricultores da região limitaram as perdas. Eles se lançaram em investimentos coletivos sempre mais audaciosos. Os projetos se multiplicaram. Neném começou a pensar seriamente em seu sucessor.

Relações entre mediadores tradicionais e novos dirigentes camponeses

É preciso cotejar a história dos sucessos de um líder local como Neném com a lógica dos projetos de desenvolvimento que mobilizam a participação dos produtores. Houve primeiro uma renovação das mediações e tutelas, sob pretexto de desenvolvimento e de competências técnicas.

Os dirigentes de organizações camponesas entraram então em concorrência direta com os mediadores e intermediários tradicionais: políticos locais, comerciantes, grandes proprietários ou descendentes de “coronéis” e, claro, a Igreja Católica. Nesse sentido, a organização camponesa pode corresponder a um ganho de autonomia e à libertação em relação a tutelas pseudofeudais.

A primeira estratégia de Neném e do Comitê de Massaroca foi de ampliar as alianças por meio da generalização da reciprocidade possibilitada pelo processo (e pelo discurso) de união entre as comunidades rurais da região de Massaroca. Não houve oposição marcada contra os poderes políticos locais e sim jogos sutis de aliança, graças à distribuição dos papéis entre os vários dirigentes camponeses no cenário político regional. De fato, os jogos também aconteciam em outras arenas. Se é verdade que o Comitê, uma organização federativa que atua na escala do distrito, não pode mostrar apadrinhamentos variados ou opostos ao mesmo tempo, não é o caso das diversas associações que o constituem e que podem realizar essas alianças.

Assim, existe uma dialética permanente entre as formas modernas e as formas camponesas de organização e representação dos produtores. Todavia, nenhuma correspondência estrita pode ser verificada entre sistema de reciprocidade e organização camponesa *versus* sistema de troca e associações. A associação de produtores permite ter acesso ao crédito, aos subsídios, à

lógica do mercado de troca; mas permite também ter acesso à representação legal das populações camponesas, ou seja, ao poder. Em certos casos, torna possível atualizar estruturas de reciprocidade (a propriedade coletiva dos pastos comuns), ou transferir recursos provenientes do sistema de troca para um contexto de redistribuição (uso de subsídios e ajudas externas).

Por sua parte, o estatuto da comunidade permite mobilizar as relações de proximidade, as relações individuais de apadrinhamento político, de compadrio e as redes interfamiliares; mas viabiliza também os acessos às redistribuições políticas federais e estatais, como foi o caso, por exemplo, após as grandes secas de 1983, 1993 e 1998. Como estrutura camponesa, ela mantém relações de reciprocidade tanto vertical (com as autoridades políticas) quanto horizontal (entre comunidades e famílias).

A habilidade de Neném, que faz dele um verdadeiro negociador e uma *ponte* entre sistemas diferentes, consiste em ter sabido jogar em ambos os lados, a partir de seus conhecimentos das regras e do funcionamento das duas lógicas: a do sistema de troca e a do sistema de reciprocidade. Com isso, ele conseguiu captar “auxílios” tanto por parte do sistema político tradicional quanto das diversas agências públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento.

Para os agricultores da região, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca – uma federação de organizações de produtores, sob a ótica jurídica – constitui uma forma moderna de atualização da reciprocidade camponesa. Trata-se de uma nova forma, supracomunitária, moderna e reconhecida pelo Estado, que favorece o diálogo e a negociação entre as estruturas camponesas e a sociedade nacional ou até global. Este elemento é fundamental no Brasil, onde não existe unidade administrativa menor que o município; por esse mesmo motivo, não há nenhuma forma de representação direta e legal das comunidades camponesas. Assim, o Comitê tem por vocação administrar as interfaces entre as comunidades locais e o mundo de fora: os poderes públicos, os diferentes setores administrativos e as agências internacionais.

Todavia, essa estratégia de negociação corresponde àquela de um dirigente que domina parcialmente a contradição entre os dois sistemas econômicos. Ora, não é o caso para todos os habitantes das comunidades. Não é raro ocorrer uma confusão ou um quiproquó entre os valores de reciprocidade e os valores de troca. É preciso reconhecer que, em um primeiro momento, ter acesso ao livre comércio da sua força de trabalho ou de seus produtos no mercado liberta o camponês do tributo prestado ao patrão, da tutela do proprietário, em particular nos casos dos sistemas baseados na dívida: moradores, meeiros e diaristas sujeitados (Garcia Jr., 1990).

Além da atração natural dos bens do mercado capitalista (roupas, máqui-

nas, veículos etc.), o acesso à liberdade de troca pode dar origem a confusões entre valores de troca, valores de uso e valores éticos. É preciso lembrar que, antes disso, os camponeses e operários só podiam ter acesso a esses bens por intermédio da loja do proprietário, do patrão. Como desconheciam muitas vezes o valor de troca desses produtos (no mercado capitalista), estes eram reinterpretados como presentes, dádivas do patrão e não como o vil pagamento por numerosos dias de trabalho (Geffray, 2007).

O clientelismo político do Nordeste constitui uma herança dessas formas de patronato e de dívida reproduzida. O sistema de morada corresponde a uma relação de reciprocidade bilateral assimétrica, enquanto o clientelismo corresponde a uma estrutura de redistribuição, ou de reciprocidade centralizada, ou seja, também desigual.

Esse sistema ainda existe. Isso se deve, primeiramente, à dependência dos mais pobres; e, depois, ao respeito dos valores humanos que estão associados às relações de reciprocidade. Por exemplo, quando alguém dá sua palavra, não pode retirá-la ou traí-la. Uma camponesa de Massaroca, confirmando que votaria para um candidato que pagou sua fatura de remédios, explicava: “eu sei que este político é um ladrão e um incapaz; mas eu sou tão pobre que eu só tenho uma coisa a dar: minha palavra; e como ele me ajudou, não posso negar este último bem que me resta”.

Diante de tanta pobreza ou dignidade, Neném garantia que a educação por si só não mudaria essa realidade. Sobretudo, ela ameaçava provocar um crescimento do êxodo dos jovens escolarizados. Ele lutou no âmbito do Comitê para criar uma escola familiar rural que possa transmitir valores de reciprocidade camponesa e garantir uma formação profissional na área da produção agrícola, mas também na área das capacidades de negociação dos projetos de desenvolvimento, para que as atividades produtivas possam ser adaptadas às realidades humanas e às necessidades de Massaroca.

Limites da organização comunitária diante do desenvolvimento da troca

Neném tinha de enfrentar uma crítica dupla e uma dupla pressão: uma provinha de dentro, por parte da sua comunidade, da sua família e de seus pares; e outra, de fora, por parte dos técnicos, dos políticos e das instituições de financiamento.

A pressão familiar e comunitária leva ao favorecimento das redes de proximidade mediante as relações de reciprocidade e redistribuição para, por exemplo, fazer com que seus parentes ou próximos (seus compadres) se

beneficiem com financiamentos, vantagens ou cargos associativos. É algo que não deixa de ser interpretado como nepotismo ou abuso de poder pelos técnicos locais, como se na política do Estado e da administração municipal a prática fosse diferente.

Neném não soube sempre avaliar em tempo hábil esses desafios e essas armadilhas. Para ele, distanciar-se não era sempre tarefa fácil, por estar preso a interesses locais e familiares imediatos que o afetavam pessoalmente ou por não confiar ou conhecer bastante os líderes vizinhos para poder tecer novas alianças.

De fato, hoje Neném não é mais rico por ter sido presidente do Comitê de Massaroca durante dez anos (o cargo não oferece salário). Mas ele é rico em relações, conhecimentos e prestígio. Se está em uma situação mais favorável do que há vinte anos, é também porque é um bom criador. Fez sacrifícios pessoais para dedicar tempo à organização. Quando se tratava de distribuir os apoios do projeto de crédito, respeitou as regras da reciprocidade, assegurando-se que os chefes de família de sua geração, seus pares, fossem os primeiros contemplados. Jamais violou essas regras ao favorecer um jovem sem experiência e prestígio, nem mesmo seu irmão caçula.

Na verdade, durante os anos 1990, a tradição de ampliação da reciprocidade do pessoal de Massaroca voltou-se mais para o exterior distante – e mais prestigioso – do que para o exterior próximo (comunidades e organizações da Bahia e do Nordeste). A irmanação com agricultores da França foi preferida àquela da federação de interesses camponeses locais e regionais. Nessa época, Neném afirmava que sua prioridade consistia em fortalecer o desenvolvimento local de Massaroca e realizar alianças com outras organizações sérias; não qualquer uma, muito menos aquelas que a Igreja ou os técnicos indicavam. A partir de 1996, sendo solicitado por seus jovens, o Comitê multiplicou os encontros com diversas organizações sociais da Bahia, inclusive com o MST, embora este seja crucificado no plano local como “invasor de proprietários honestos”. Todos esses contatos não foram decisivos, mas Neném admite que o conhecimento mútuo e a aprendizagem coletiva foram positivos para o Comitê. Os dirigentes camponeses puderam discutir (sem a presença dos técnicos, políticos e igrejas) uma federação das comunidades do Nordeste que ainda possuem fundos de pasto. A federação dos fundos de Pasto da Bahia obteve do governo a reabilitação e a retomada do projeto de demarcação de propriedades coletivas (Sabourin e outros, 2001).

A história de Neném corresponde à mutação de uma economia camponesa rumo a uma agricultura familiar integrada ao mercado capitalista. Sua trajetória de líder comunitário ilustra as condições institucionais e socioeconômicas nas

quais se deu tal evolução. Durante estes vinte anos, houve, de fato, progressos técnicos e em termos de infraestrutura; houve também avanços em termos de organização profissional e de representação dos camponeses.

Em seu papel de “*ponte*”, Neném soube, com perfeição, construir o discurso que dele esperavam os técnicos e instituições de financiamento, no que diz respeito às garantias para a implantação de projetos participativos; isso fez dele um interlocutor imprescindível, com todos os perigos que pode representar. Ao mesmo tempo e apesar dessas dificuldades, ele soube fazer com que crescesse a dinâmica de reciprocidade camponesa e negociar uma inserção das comunidades, tanto no mercado de troca quanto nos mercados locais de proximidade (ou de reciprocidade). Neném contribuiu para experimentar um modelo de organização tipicamente mestiço e brasileiro, embora este mal consiga integrar a contradição entre as lógicas de troca e de reciprocidade.

No Nordeste, reencontramos a reprodução de um quiproquó que Temple (1983) qualifica como histórico. Trata-se do quiproquó entre as propostas de desenvolvimento feitas às comunidades camponesas (focalizadas na produção para a troca capitalista) e a interpretação que estas deram aos auxílios e subsídios, como dádivas que marcariam novas alianças humanas.

Neném exemplifica uma vida de luta de um camponês que só tinha sua própria experiência como referência para tentar adaptar os valores de reciprocidade de sua comunidade em um mundo em plena mutação. A crítica da alienação do sistema de troca capitalista já está escrita, mas não a da alienação dos sistemas de reciprocidade. Ora, a crítica da troca capitalista não funciona para os sistemas de reciprocidade ou para os sistemas mistos, não liberta de nenhuma alienação e até leva, às vezes, ao acúmulo da alienação de ambos os sistemas: por um lado, acúmulo e exploração capitalista na troca desigual; por outro, fixação dos estatutos, patronato e submissão na reciprocidade assimétrica.

Muitas vezes, o discurso de Neném evoluiu mais rápido do que aquele dos políticos e técnicos, pois tinha a seu favor a leitura simultânea das diversas estratégias dos atores locais e o fato de conhecer melhor as dinâmicas sociais das comunidades.

Aos jovens incumbem as próximas lutas; é essa nova geração para quem Neném tardou tanto a ceder espaço... A primeira lição que deixou a eles é sua estratégia, inteiramente camponesa, que guiou o sucesso de sua política: em um contexto de riscos agrícolas e sociais elevados, é imperativo diversificar as fontes de renda e evitar projetos cujos investimentos induzam uma dependência externa grande demais. Mas a principal herança deixada por Neném é sua percepção da contradição, bem como das possíveis hibridações entre

a reciprocidade camponesa e a lógica econômica da troca. Sua contribuição é, antes de tudo, esse papel de “ponte”, é sua capacidade de trabalhar na articulação entre ambos os sistemas.

2.2. Novos mediadores ou novas tutelas?

As organizações de agricultores e seus líderes constituem, de fato, novos atores do desenvolvimento rural, novos mediadores para as comunidades camponesas. Mas estas não eliminaram as antigas mediações ou tutelas, de que às vezes precisam; e têm de lidar com novas intermediações que, por sua vez, correm o risco de se tornar novas tutelas (Haubert, 1981).

Mediações e dependência

Primeiro, cabe lembrar que, no Nordeste como na Amazônia e em boa parte do Centro-Oeste, a dependência das comunidades rurais da oligarquia política local e regional continua extremamente forte. Apesar da evolução da representação política pós-ditadura, da democratização das instituições e da multiplicação dos partidos, o poder continua na mão dos donos da terra, que são também donos do comércio, dos votos e, portanto, da administração local e regional. Na conclusão do seu artigo, ao abordar de forma muito pertinente essa permanência das formas de paternalismo no Nordeste, Bursztyn (2003) lamenta a extinção da Sudene, ocorrida em 2001. De fato, na ausência de regulação e de reguladores, nada pode se opor à aliança perversa entre a exploração, forma de alienação do sistema de troca capitalista, e o paternalismo, forma de alienação dos sistemas de reciprocidade, em sua vertente assimétrica. Mas, há muito tempo que a Sudene, assim como o Banco do Nordeste, foi parar na mão dos grandes proprietários e dos especuladores da região.

Assim, até as instâncias e os espaços de institucionalidade supostamente cidadãos e democráticos têm sido usurpados, ao longo de anos de governos conservadores, pelos descendentes dos coronéis, que souberam cuidar da herança dos currais eleitorais, embora tenham modernizado seus meios. Pelo menos, essa herança é visível e pública e não engana ninguém. Mais problemático, por estar mais escondido, é o poder das novas tutelas das populações rurais.

A imagem do “coronel nordestino”, ainda bem presente, foi também revezada por outros mediadores: políticos, igrejas ou até mesmo ONGs ou serviços técnicos públicos (Bursztyn, 2003).

Essas novas mediações, quando não são controladas, podem facilmente

se transformar em tutelas. Todavia, trata-se aí de tutelas sutis ou insidiosas, na medida em que se afirmam de forma dissimulada, sob pretexto de ajuda, caridade ou solidariedade, ao contrário dos coronéis, que se impunham sem nenhuma preocupação moral, por meio de sua autoridade e de seu poder econômico e político.

Muitas vezes, as igrejas e ONGs se beneficiam com o isolamento e a desinformação política dos camponeses (tanto da crítica da exploração capitalista quanto da teoria da reciprocidade) para reproduzir vínculos de dependência por meio da afetividade, da proximidade e do assistencialismo.

A Igreja faz parte dessas tutelas das comunidades camponesas com as quais a negociação é delicada para camponeses católicos convictos. Como negociar com os representantes de Deus? Não se pode lidar com o sagrado e o espiritual com as mesmas armas que com políticos locais. Para os camponeses, cumprir a palavra é ainda mais fundamental no que diz respeito à religião. Não existe uma verdadeira discussão com os padres, embora eles próprios travem uma “negociação” de seus favores ou de seu apoio espiritual.

As formas de paternalismo e clientelismo foram estudadas no Nordeste (Amman, 1985; Lanna, 1995) e em outras regiões do Brasil (Geffray, 1995; Lena e outros, 1996). Na origem, não se trata apenas de relações de exploração (troca desigual) e sim de relações de reciprocidade assimétrica. A diferença advém dos valores humanos éticos que estão associados a um ou outro sistema de relações.

No Sertão, a permanência de tais relações favorece a reprodução da dependência, mas isso se deve muito menos à coerção do que ao poder de redistribuição econômica e moral. Porém, por vezes, essa permanência afasta a exclusão social vinculada à generalização da troca capitalista.

Assim, os dirigentes camponeses locais podem ser apenas intermediários, integrados pelo avassalamento dos mais fortes: comerciantes, grandes proprietários ou políticos locais. Aliás, o retorno à democracia e às eleições livres em um contexto de analfabetismo e dependência socioeconômica reavivou as práticas clientelistas da sociedade brasileira e do aparelho do Estado.

Nem a tradição paternalista brasileira (Freyre, 1989) nem as aspirações messiânicas das sociedades rurais nordestinas bastam para explicar que essas tutelas tenham perdurado. A cada vez que um movimento social rural consegue se estruturar, o Estado e as classes no poder tentam desviá-lo ou colocá-lo sob tutela, ao invés de negociar com ele. É possível verificar historicamente a repetição desse fenômeno durante os quarenta últimos anos, quer seja com regimes militares ou civis.

O Estatuto da terra e o Estatuto do trabalhador, cuja promulgação res-

ponde à organização das ligas camponesas durante os anos 60 e que foram mantidos pela ditadura militar, selaram e oficializaram a deturpação da reforma agrária para a colonização da Amazônia, enquanto a ação sindical foi convertida em assistência social e médica (Amman, 1985).

Nos anos 80, quando retornou a democracia, a reorganização ativa dos sindicatos de trabalhadores rurais nordestinos, com o apoio da CUT, foi enfrentada mediante uma série de “programas especiais”, que chegou a seu apogeu com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, o PAPP, construído com base na participação. Indiretamente, o Estado financiava as direções dos sindicatos da Contag, que integravam o conselho de administração do PAPP, desviando-os, desta vez, para funções de planificação ao invés de funções de apoio à produção ou de organização. Paradoxalmente, para dispor de bases legais de acesso aos recursos e equipamentos (energia, escola, água etc.), o PAPP deu origem à maioria das associações de produtores, nem tanto com o patrocínio da Contag e sim com aquele dos serviços públicos de extensão rural (Emater) e dos prefeitos e vereadores locais ou das administrações municipais.

Por fim, durante os anos 1990, a força crescente do MST e a afiliação nacional da Contag à CUT levaram à aplicação de distribuições fundiárias, às primeiras medidas de reforma agrária e, em seguida, à implantação do Pronaf, com créditos específicos para agricultores familiares.

O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procerá) e o projeto específico de apoio técnico (Lumiar) implantado pelo Ministério Extraordinário, criado em 1995, após o massacre de Eldorado dos Carajás, foram suprimidos em 1999. Todavia, para controlar o Movimento dos Sem-Terra, o Estado manteve, por intermédio do Incra, um financiamento das cooperativas de assistência técnica do MST, a título de privatização da assistência técnica e extensão agrícola.

Qual o motivo para que, no meio rural brasileiro, as revoltas tenham se tornado tão raras e as recuperações ou tutelagens dos movimentos sociais sejam tão fáceis?

Até o governo Lula, era possível apontar o Movimento dos Sem-Terra como exceção; hoje sua estratégia está sujeita às mesmas dúvidas.

Seria possível generalizar a pergunta para todo o Brasil, para além do setor rural; mas somente pude verificar elementos de resposta no contexto rural.

A primeira resposta é que se as relações sociais, econômicas e políticas no

Brasil tivessem funcionado apenas conforme as regras do sistema da troca capitalista, a crítica marxista já teria motivado revoltas e estas talvez tivessem conseguido provocar mudanças.

Segundo, além do fracasso da crítica marxista,¹⁶ na falta de crítica da alienação da reciprocidade assimétrica, a dupla exploração capitalista e paternalista (Geffray, 2007) continua se sobressaindo às reivindicações camponesas. Isso se dá a pretexto de progresso republicano (a repressão contra a revolta de Canudos), de manutenção da ordem econômica anterior (a ditadura militar) ou, hoje em dia, a pretexto de abertura econômica ou de necessidade da produção de divisas por intermédio do setor agroexportador.

A dependência dos camponeses e de suas organizações é particularmente exacerbada em dois tipos de situações: a desestruturação da economia das comunidades camponesas que advém da crise dos mercados de produções comerciais tradicionais (algodão, sisal, mamona etc.) e a reinstalação de agricultores em novas localidades (colonização de novas terras e implantação de perímetros irrigados ou de assentamentos de reforma agrária).

A situação de dependência tecnológica e organizacional é ilustrada pela difícil evolução dos pequenos produtores dos perímetros irrigados públicos de Petrolina e Juazeiro, uma vez que cessou o apoio direto do Estado. As cooperativas, criadas e gerenciadas de forma indireta pela administração federal durante quase dez anos, se encontraram despreparadas na hora de se “emancipar”. Não raro, faliram ou passaram a depender de novas tutelas: gerentes externos, políticos locais, comerciantes ou integração às indústrias (contratos com empresas de tomate enlatado e manufaturas de tabaco).

A cada vez que as estruturas e valores dos sistemas camponeses subsistem, inclusive em novos dispositivos, multiplicam-se as tensões e incompreensões com as tutelas técnicas e políticas. Mas é muitas vezes de forma velada ou invisível que se manifestam, por meio de formas de resistência, as expressões da justiça e da revolta produzidas pelas estruturas de reciprocidade camponesas (Scott, 1985).

Redistribuição ou desvio

Outro exemplo de conflito mal analisado é o caso das obrigações que os líderes camponeses são forçados a assumir em função das regras de reciprocidade. É possível ouvir técnicos ou políticos locais, falar de alienação dos

16 O MST utiliza uma retórica marxista, ou até mesmo um modo de organização leninista, mas seus fundamentos filosóficos não o são, como veremos mais adiante.

dirigentes camponeses, ou até mesmo de sua corrupção, quando o uso dos fundos ou dos projetos não corresponde às prioridades estabelecidas pelos imperativos técnicos ou administrativos. Temple (1983) explica como os dirigentes das organizações camponesas e indígenas que recebem auxílios ou fundos de instituições externas “ficam sujeitos a duas pressões contraditórias: uma de sua comunidade, que exige a redistribuição; outra das instituições de desenvolvimento, que exigem o investimento visando o acúmulo”. Para não ser condenado por seus pares, o responsável camponês tem de redistribuir. Os técnicos interpretam isso como um desvio ou uma corrupção; mas para os camponeses “que desejam perenizar seu sistema de redistribuição, esta redistribuição é um ato justo, que põe fim ao investimento de um sistema que destrói o deles, bem como seus valores” (Temple, 1983).

Seguindo a mesma lógica, não é raro ver camponeses ou suas comunidades comprometerem investimentos importantes ou aceitarem projetos produtivos que pareçam “incoerentes” *a priori*, mas cuja perspectiva consiste em participar de novas relações sociais, ou seja, fortalecer as estruturas de reciprocidade. Muitas vezes, a comunidade aceita as infraestruturas produtivas padrão oferecidas pelos programas de desenvolvimento (casa de farinha, garagem do trator, armazéns etc.) para poder dispor de um salão de festas, de uma capela, de um centro de reuniões, ou até mesmo de um local para a escola: quer dizer, transformam infraestruturas produtivas para estabelecer relações sociais, espirituais e culturais. Assim, floresceram no Sertão casas de farinha onde não se cultivava mais mandioca e armazéns onde não havia produtos para armazenar.

Em outro registro, os camponeses de Pintadas ou de Massaroca são capazes de realizar despesas ou mutirões consideráveis para construir parques de vaquejada ou pistas de corrida de cavalos. Dada a importância das festas e torneios, o investimento, ainda que seja monetário, é essencialmente garantido por causa das relações e atividades sociais induzidas. Estas podem também garantir, por meio do prestígio, certo respeito político. Haver algum retorno econômico tampouco é desprezado, embora este não constitua a primeira motivação.

De fato, a verdadeira alienação do sistema de reciprocidade não se deve tanto à redistribuição familiar e comunitária, que é obrigatória e lógica, e sim à fixação dos estatutos nas estruturas de reciprocidade assimétrica ou centralizada; deve-se, também, ao enclausuramento da reciprocidade na escala familiar e local (Temple & Chabal, 1995).

De fato, é o recuo da reciprocidade sobre o imaginário ou sobre re-

apresentações que reduzem a identidade que levam ao tribalismo ou ao comunitarismo.

Da mediação à informação: o apoio à aprendizagem

A existência ou até mesmo a tomada de consciência de um interesse comum não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser ativada, incentivada, acompanhada ou sustentada.

A eficácia desse estímulo externo ainda é maior na medida em que se vale dos canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio, redes de diálogo ou de comunicação interpessoais (Sabourin & Tonneau, 1998). Darré (1996) mostrou que essas redes configuram “grupos profissionais locais” marcados por uma grande densidade de relações interpessoais e que eles veiculam normas técnicas. Muitas vezes, mudar de normas e inovar supõe um acordo “coletivo” do grupo local ou de seus membros mais respeitados.

Em escala local, a formalização das redes de diálogo pode ser incentivada no âmbito de uma intervenção; por exemplo, através da organização de grupos de interesse temáticos. O grupo de interesse reúne os produtores interessados para que dialoguem e experimentem juntos, em torno de um tema técnico ou institucional específico (Tonneau, 1994). Grupos desse tipo foram experimentados no âmbito dos projetos de pesquisa-ação em Massaroca, Tauá, no agreste da Paraíba, no Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho, em Petrolina, ou nos assentamentos de reforma agrária de Unai – MG (Sabourin e outros, 2007b).

O grupo de interesse integra agricultores e técnicos, mas está aberto a personalidades externas, escolhidas por suas competências, seu interesse e sua capacidade de levar as aspirações do grupo até outros contextos. Sua tarefa consiste em elaborar um programa de trabalho que mobilize recursos materiais e humanos, acompanhar as ações de documentação e experimentação e organizar a difusão da informação coletada ou criada. O acompanhamento é feito por reuniões e visitas periódicas. A difusão dos resultados e sua avaliação viabilizam uma nova programação. A originalidade do grupo de interesse reside na implantação de um espaço estruturado de diálogo produtor-desenvolvimento-pesquisa para assumir tarefas de planificação e experimentação, normalmente realizadas apenas pelos técnicos ou pesquisadores.

A sociologia das inovações remete às “redes técnico-econômicas” ou aos “sistemas localizados de inovações”. Hubert (1997) opera uma adaptação rural da noção de “rede técnico-econômica” proposta por Callon (1991). Ele define

a *rede sócio-técnica* como a *rede que correlaciona os atores individuais e institucionais em torno de objetos comuns ou objetivos precisos*. Esta rede se constitui de parceiros ou interlocutores técnicos locais, que contribuem para a discussão, para a circulação de informações, para a validação de inovações e concorrem assim para a produção, às vezes discreta, ou até mesmo confidencial, de referências locais. Identificadas e acompanhadas, estas redes podem ser sistematizadas, valorizadas e difundidas.

Estudei o papel das redes de proximidade e dos grupos de interesse na escala comunitária no que tange ao diálogo técnico, à produção de normas e à difusão de inovações. De fato, as redes temáticas de diálogo técnico e de inovação (criação de caprinos, construção de açudes ou de cisternas, cultivo da uva de mesa) se estruturam essencialmente na escala de vários municípios. Além dos produtores familiares, elas integram outras categorias de atores individuais e institucionais. É possível se tratar, por exemplo, de fazendeiros (para a experimentação forrageira), de organizações de produtores (para o leite ou a uva), mas também de centros de pesquisa e extensão (Emater, Embrapa, ONGs) ou por fim, de indivíduos competentes, de pessoas-recurso (agente bancário, comerciante, técnico da agroindústria ou da firma de insumos).

Conclusão

As transformações organizacionais observadas nas comunidades rurais do Nordeste são características de diversas dinâmicas de evolução. Elas traduzem várias formas de gestão da passagem de uma economia camponesa regulada pela reciprocidade, para sistemas mistos parcialmente governados pela reciprocidade e parcialmente integrados ao mercado capitalista regional e marcados pelas regras da sociedade nacional. As relações de reciprocidade permanecem ou até mesmo se modernizam, de modo a garantir formas de coesão social ou de proximidade que sejam praticáveis em um contexto novo (Haubert, 1981) e de forma a captar novas oportunidades para a interface entre os sistemas de troca e reciprocidade. De fato, nenhuma aprendizagem desse tipo pode acontecer sem que se produzam tensões entre indivíduos e grupos, que restringem os esforços de coordenação; todavia estas podem ser resolvidas com a construção de novas regras. Estas regras, por sua vez, dependem às vezes de intervenções externas para facilitar o reconhecimento ou a emergência de objetos (ou objetivos) comuns. Na maioria dos casos, a solução passa pela implantação de novas formas de organização e pela definição de ações locais ou territoriais. Este tipo de dispositivo proporciona uma abertura externa voltada para projetos mais amplos, uma escala de organiza-

ção mais ampla (federação) e alianças específicas, técnicas e políticas (redes sociopolíticas ou sociotécnicas). Nesse sentido, opera-se uma atualização da dinâmica de ampliação e de extensão da reciprocidade.

3. Organizações de agricultores e reforma agrária

A relação entre organizações camponesas, movimentos dos sem-terra e instituições encarregadas da reforma agrária pode ser resumida a uma sucessão de oportunidades desperdiçadas, seguidas por incompreensões mútuas. Uma vez mais, a realidade dos camponeses e trabalhadores que não têm acesso à terra, no Nordeste em particular, não corresponde ao ideal típico do militante lutando por uma revolução socialista do MST; tampouco corresponde àquele de um agricultor familiar envolvido em projetos e empresas cooperativas, conforme planejamentos do Incra. Neste contexto, em termos de organização dos projetos e da produção, há permanentes tensões entre as lógicas familiares dos beneficiários e as lógicas coletivas, organizacionais ou institucionais dos mediadores.

As oportunidades desperdiçadas abrangem as políticas e legislações ao longo da história fundiária do Brasil independente. As tensões se devem a uma incompreensão generalizada da natureza familiar e camponesa dos projetos dos agricultores sem-terra, que sonham se tornar camponeses ou fazendeiros.

3.1. As oportunidades desperdiçadas

As primeiras tentativas

No Nordeste, as Ligas Camponesas, criadas a partir de 1945 em todos os estados do Brasil com o apoio do Partido Comunista (PCB), foram os primeiros movimentos organizados a propor alguma reforma agrária.

Mas na época, a luta pela terra se inseria em um conjunto de reivindicações que envolviam os direitos elementares ao trabalho, à saúde, ao seguro social, à escolarização e, na base, o direito a alguma organização autônoma. Desde o início, as Ligas reuniram tanto trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, meeiros ou moradores, quanto pequenos moradores de estatuto bem precário. De fato, todas estas categorias eram expulsas com regularidade de sua terra ou de sua fonte de trabalho, conforme as necessidades dos patrões ou dos proprietários.

Quadro 6 Celestino P. da Silva, fundador do STR de Campina Grande (PB)

“Desde o período das Ligas camponesas na Paraíba, existiu uma concorrência entre o Partido Comunista e a Igreja Católica. A ideia de criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Campina Grande foi de Don. M. Pereira, para evitar a criação de um sindicato ligado aos comunistas das Ligas Camponesas. Os comunistas nos tratavam como “fiéis” da Igreja. Na realidade, foi preciso negociar uma direção mista do novo sindicato para fundá-lo, pois os membros das Ligas eram em sua maioria funcionários, advogados e operários que não dispunham de bastante camponeses em Campina Grande para constituir uma direção de 12 membros.

A Igreja tinha muita influência sobre os camponeses. As primeiras reuniões aconteciam no salão paroquial da Igreja Matriz de Campina Grande.

Mas por ocasião da nova eleição da direção do STR, após o golpe de Estado, todos os membros do STR ligado às antigas Ligas foram presos. Foi neste momento que eu tive que deixar a direção.

A polícia militar perseguiu os ex-membros das Ligas e os comunistas, sem trégua. O sindicato se solidarizou e a Igreja ajudou a libertar vários de nossos companheiros em Campina Grande.”

Entrevista, dia 10/11/1998

Após a interdição do PCB, em 1947, as Ligas foram reprimidas e ressurgiram somente em 1954, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, principalmente nas áreas de produção de cana-de-açúcar.

A pressão das Ligas Camponesas no Nordeste levou o governo de João Goulart a instaurar o *Estatuto do trabalhador rural* em 1963, dando aos camponeses os mesmos direitos, teoricamente, que aqueles a que faziam jus os trabalhadores urbanos (estabilidade no emprego, indenizações de demissão etc.). Estes direitos não foram aplicados e deram origem a expulsões maciças e, por reação, à constituição de sindicatos locais dos trabalhadores rurais (quadro 6).

A próxima dentre as *reformas de base* do governo Goulart era a lei de reforma agrária. Foi aí que aconteceu o golpe militar de 1964, resultando na segunda oportunidade desperdiçada entre as organizações camponesas e o Estado.

Além da repressão, o Estado militar recorreu a novas formas de organização camponesa – os sindicatos oficiais de trabalhadores rurais – para administrar programas sociais e desviá-los de suas funções iniciais.

O mesmo aconteceu com a primeira lei de reforma agrária, o *Estatuto da terra*, promulgado em novembro de 1964, que de antemão previu uma indenização dos proprietários em caso de expropriação (em numerário ou a partir de títulos de empréstimos públicos) e um programa de colonização dirigida das terras dos Cerrados e da Amazônia. Esta foi a terceira oportunidade desperdiçada para a reforma agrária. O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária só foi definido em 1985, com a volta da democracia. Rechaçado pela categoria patronal, nunca foi aplicado, até a nova constituição de 1988.

No Nordeste, a implantação de projetos de reforma agrária concentrou-se no litoral, nas áreas de grande densidade de população rural. É o caso, em particular, da região da Mata, a das grandes plantações de cana-de-açúcar, que entraram em crise ou faliram no final dos anos 80, deixando um grande número de assalariados e meeiros desempregados.

Na área do semi-árido, a ocupação das terras não exploradas e a negociação de sua expropriação em benefício da reforma agrária constituem um fenômeno recente, que começou nos anos 1990. As primeiras experiências dos anos 1980 e 90 foram ligadas às comunidades de base e se beneficiaram, em geral, com o apoio dos sindicatos da Contag, dos movimentos de pastoral da Igreja Católica (pastorais dos Migrantes e da Terra), ou até de governos de estado, tais como os de Miguel Arraes (Pernambuco) e Waldir Pires (Bahia). Foi o caso dos movimentos camponeses de Pintadas e Tauá, supracitados.

Durante a fase de modernização conservadora dos anos 1970 e 80, houve uma concentração da estrutura fundiária do Brasil, já muito mal distribuída. Apesar das distribuições de terras ligadas aos mecanismos de colonização e, logo, de reforma agrária, esta concentração se manteve sem alteração (tabela 7).

Em seguida, o processo foi substituído pela criação do MST, em 1985, e sua expansão para a totalidade do país, com o apoio do setor progressista da Igreja Católica, que se mobilizou, após o final do movimento das comunidades de base, no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na área do semiárido, vários projetos de reforma agrária foram negociados entre os movimentos (MST, Contag e CPT), os proprietários em falência e o Inca. Foi o caso das empresas de irrigação do Vale do São Francisco (Marinozzi & Menu, 1998). De fato, a partir de 1998, com um decreto federal que proibia o requerimento de uma propriedade enquanto esta estivesse ocupada, reduziram-se de forma considerável as possibilidades de expropriação após ocupações, inclusive de propriedades inexploradas ou abandonadas (Porto-Gonçalves, 2005).

Nas áreas do agreste dos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba,

Tabela 7 Estrutura fundiária do Brasil (2003)

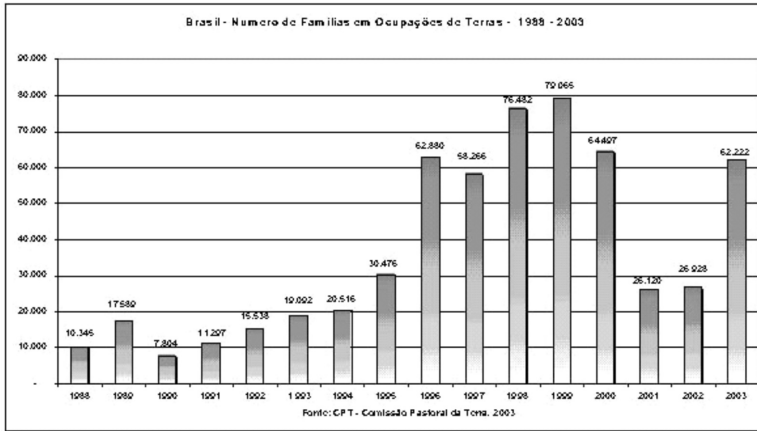
Categories de área (ha)	Quantidade de estabelecimentos	% dos estabelecimentos	Área total (ha)	% áreas	Área média (ha)
menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
10 a 25	1.102.999	26	18.985.869	4,5	17,2
25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8	69,3
100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1381,8
mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4110,8
Total	4.238.421	100	420.345.382	100	99,2

Fonte: Cadastro fundiário Incra (agosto 2003).

caracterizadas por uma estrutura agrária que ainda associa minifúndio e latifúndio com uma grande densidade de população rural, o processo de ocupação de terras foi mais intenso do que no Sertão. No agreste da Paraíba, após as falências de numerosas usinas e plantações de cana-de-açúcar situadas na área úmida do Brejo, no norte de Campina Grande, um processo de reinstalação dos trabalhadores destes engenhos foi implantado através da reforma agrária, entre 1995 e 2005 (Moreira, 1988; Moreira e outros, 2004).

Sucessos e limitações dos movimentos pró-reforma agrária

Sem uma organização coletiva forte e determinada dos sem-terra fazendo uso do mecanismo de ocupação de propriedades inexploradas, está claro que, por razões tanto políticas quanto técnicas e financeiras, a reforma agrária não teria passado do esboço. Ela teria se limitado à colonização de frentes pioneiras (Cerrados, dos estados de Minas Gerais, Maranhão, Piauí, e Floresta Amazônica) ou à disponibilização de terras de domínio público, das unidades federadas ou da União. Em contrapartida, se os movimentos sociais, pelo menos até 1998, conseguiram obter a distribuição de terras com relativa fa-

Figura 5 *Evolução das ocupações de terras entre 1998 e 2003*

Fonte: CPT (2003)

Tabela 8 *Ocupações de terras por região (1988-)*

Região	1988-2003	1º ano de Gov. F. H. Cardoso	1º ano de Gov. Lula
Norte	387	11	4
Nordeste	1402	58	44
Centro-Oeste	639	26	7
Sudeste	672	38	30
Sul	549	16	18
Total	3649	147	103

Fonte: Dataluta, Dep. de Geografia, UNESP, Presidente Prudente

cidade, sempre lhes foi mais difícil negociar ou organizar sua valorização. As razões para isso são múltiplas.

Há, primeiro, a questão da pressão social para o acesso à terra, que justifica quase sempre a alocação de áreas insuficientes para garantir a sobrevivência de uma família, inclusive com a aprovação dos beneficiários e das suas organizações. Não bastasse, raramente são as melhores terras, consistindo na maioria dos casos em pastos degradados.

De fato, há um grande número de trabalhadores demandadores de terra nas regiões que possuem uma tradição de empregos agrícolas assalariados; a estratégia do MST foi justamente de reunir o maior número possível desses

Tabela 9 Famílias com acesso à terra, com áreas insuficientes e que demandavam emprego em 1998

Proprietários		Não proprietários					Total
	minifúndio	moradores	meeiros	ocupantes	cessão	outros	
BRASIL	16000	4000	6000	2000	7000	1000	36000
Norte	5000	0	0	0	0	0	5000
Nordeste	9000	4000	4000	2000	6000	1000	26000
Sudeste	1000	0	1000	0	0	0	2000
Sul	1000	0	1000	0	1000	0	2000
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	1000

Fonte: Projeto Rurbano, in: Silva & Grossi (2000).

trabalhadores, inclusive urbanos, para constituir uma organização de massa, capaz de pressionar o Estado (figure 5 e tabela 8).

Segundo dados do censo agrícola (1996), existiam 2,3 milhões de proprietários de unidades de produção, com uma área útil inferior à área mínima de instalação em 1995, ou seja, 65% das unidades de produção agrícolas. Os dados das entrevistas por agregado doméstico (PNADS) registram 1,9 milhões de famílias solicitando terras e empregos em 1998 (tabelas 9 e 10; Silva & Grossi, 2000).

A Região Nordeste concentra quase a metade (44,6%) das famílias minifundiárias ou sem-terra com renda inferior a meio salário mínimo e cujos membros buscam emprego.

A segunda dificuldade está vinculada às características desse público e à incompreensão à qual está sujeito, tanto por parte de dirigentes sindicais ou do MST quanto do pessoal-quadro do Incra e das políticas públicas. A maioria dos beneficiários é analfabeta ou possui baixa escolarização, tendo trabalhado principalmente como assalariado (cortador de cana-de-açúcar, peão, vaqueiro) ou como meeiro (tabela 11). Em geral, os assentados não dispõem dos conhecimentos práticos da policultura-pecuária, nem da experiência de

Tabela 10 Famílias de trabalhadores rurais sem acesso à terra que demandavam emprego em 1998

	Agricultoras		Pluriatividades		Não agrícolas	Desempregados	TOTAL
	Urbanas	Rurais	Urbanas	Rurais			
BRASIL	44000	35000	17000	12000	69000	63000	240000
Norte	3000	0	2000	0	1000	0	8000
Nordeste	13000	17000	4000	9000	28000	27000	98000
Sudeste	16000	11000	7000	2000	24000	18000	78000
Sul	6000	2000	2000	1000	12000	12000	36000
Centro-Oeste	6000	4000	2000	0	3000	50000	19000
Fonte: Projeto Rurbano, <i>in</i> : Silva & Grossi (2000).							

manejo de uma unidade de produção. Sobretudo, é raro que tenham participação anterior em alguma experiência de organização coletiva. Dentre os antigos assalariados das plantações de cana-de-açúcar, tratados até os anos 2000 em condição de semiescravidão,¹⁷ muitos beneficiários da reforma agrária, no momento do assentamento, não dispunham de documentos de identidade e desconheciam completamente seus direitos mais elementares no que diz respeito a trabalho, seguro social e justiça.

Por outra parte, muitas vezes os apoios que o Estado dá aos projetos de instalação (crédito, assistência técnica, formação) são tardios ou insuficientes, por falta de recursos humanos e convicção no âmbito dos serviços públicos.

Por fim, há uma colusão histórica entre os movimentos sociais (principalmente o MST) e o Incra, de programação e apoio a projetos de instalação ou de produção de natureza coletiva, que são, em geral, fadados ao fracasso.

Claro, a dinâmica coletiva é essencial. Funciona relativamente bem durante a fase de reivindicação, ocupação e luta pela obtenção de terra; e pouco ou mal para a valorização da terra ou o manejo de infraestruturas comuns.

17 Colocavam-se para trabalhar as mulheres e as crianças a partir da idade de 7 anos, permitindo o trabalho de sobrevivência.

Tabela 11 Atividade anterior dos beneficiários da reforma agrária (2000)

Atividade anterior	%
Agricultor ou camponês	54
Outra atividade rural independente	4
Trabalhador assalariado não especificado	8,3
Diaristas	3,7
Motorista	2,5
Pedreiro	2
Minas	1,5
Guardas florestais	1,4
Vaqueiros	1,2
Professores	1,2
Diversos	10
Indefinidos	10
Total	100

Essa característica se torna tão pregnante que, na maioria dos assentamentos de reforma agrária, a questão da coesão social e da organização constituiu o primeiro fator de limitação, muito mais do que os problemas técnicos e econômicos (Cepeda e outros, 2002; Mello, 2006). Afinal, as dificuldades técnico-econômicas acabam sendo superadas com o tempo e a formação. Se não o são, uma vez esgotados os créditos de instalação, a família abandona o lote que lhe foi atribuído e este é recuperado por um vizinho, um outro militante do movimento ou um parente. Esta prática, proibida pelo código de reforma agrária, é amplamente tolerada pelo Incra, pois permite demonstrar o sucesso dos projetos; o mesmo ocorre com as organizações sindicais e com o MST, cujas listas de espera são intermináveis. Todavia, essas substituições de beneficiários passam muitas vezes por transações tanto ocultas quanto ilegais.

Segundo a mesma lógica, no Nordeste, assim como em Minas Gerais, encontrei numerosos assentamentos de reforma agrária oriundos de fazendas em falência em que a ocupação foi arranjada. Os próprios proprietários foram tomar contato com os movimentos sem-terra, às vezes financiando o transporte dos futuros “ocupantes”, através de intermediários especializados. Em seguida, a indenização foi negociada diretamente entre o movimento ou o sindicato, o Incra e o proprietário.

Esta é uma medida recorrente. Assim, dentre os beneficiários de lotes de

reforma agrária, além dos meeiros ou empregados da fazenda, não é raro encontrar o antigo gerente, o capataz, ou até mesmo um ou mais filhos do antigo proprietário. São entre eles que, em sua maioria, se distribuem as melhores terras, a casa-sede da antiga fazenda e os cargos-chave de responsáveis da nova associação ou cooperativa e que administram os contatos com o Inca e os políticos locais.

Esse quadro rápido aponta alguns dos problemas de aplicação da reforma agrária no Brasil e da sua relação com as organizações. É política sob duas perspectivas: por uma parte, o processo sempre foi freado por interesses e alianças das classes no poder; por outra, por causa do enclausuramento em um modelo distributivo e coletivo sujeito a diversas oposições. E é social, pois ainda que se trate, na origem, de responder a uma situação de grande pobreza e desigualdade, a injustiças extremas causadas pela concentração da terra e das rendas fundiárias, a aplicação do projeto de reforma agrária depende também das modalidades de organização da produção e da vida social de seus beneficiários.

Os debates político e sociológico

O debate em torno da política da reforma agrária no Brasil corrobora, por evidente, o debate mais geral sobre o projeto de sociedade, o papel da agricultura ou o futuro da agricultura familiar. O debate político está muitas vezes limitado ao enfrentamento de grupos de interesse e, por vezes, provoca alianças inesperadas.

De fato, uma maioria da categoria política e econômica brasileira, apoiada pela agricultura patronal, se opõe à reforma agrária por princípio, por medo, por defesa de seus privilégios ou por segregação com os pobres. Outros, tanto de esquerda quanto de direita, não acreditam no sucesso econômico da reforma agrária, mas veem nela interesses sociopolíticos, eleitorais, ideológicos ou até mesmo econômicos, já que a reforma agrária, dado os recursos que lhe são dedicados desde 1994, garante um verdadeiro mercado fundiário e institucional que, *in fine*, beneficia, antes de tudo, as empresas e os proprietários.

A terceira tendência importante é aquela dos defensores da reforma agrária por convicção social, ideológica e econômica. Inclui os movimentos sociais e os sindicatos camponeses, as organizações dos sem-terra, a Igreja Católica e alguns partidos de esquerda, tal como o Partido dos Trabalhadores. A partir dos anos 90 e 2000, após a comoção que se seguiu à repressão policial dos sem-terra nos estados de Rondônia e Pará (dezenas de mortos em 1995), a

maioria da opinião pública, sobretudo das classes médias, se tornou favorável ao processo de reforma agrária, influenciando o Governo FHC.

O MST constitui um caso particular no âmbito desta tendência, pois seus dirigentes e fundadores lutam por uma revolução socialista no Brasil (Stedile, 2002), embora a maioria dos agricultores simpatizantes ou membros do movimento não compartilhe necessariamente este objetivo (Lazzaretti, 2007).

O debate acadêmico é importante, se consideramos seu volume de produção escrita, mas continua muito marcado por essas três tendências, ainda que aborde argumentos mais científicos. Hoje, duas teses principais ocupam esse debate. Para uns, dentro de uma perspectiva “desenvolvimentista”, a reforma agrária constitui uma das vertentes de uma política de apoio a uma agricultura familiar baseada na pequena propriedade e no trabalho da família, e integrada ao mercado capitalista. Essa inserção no mercado pode passar pela integração às grandes cadeias agrícolas mundiais, pela articulação com os mercados locais ou pela ocupação de nichos de mercado segmentados por meio da qualificação dos produtos. A referência ao modelo europeu é muito forte (Veiga, 2002; Abramovay, 2002). Ela se justifica pelo sucesso de uma maioria dos beneficiários da reforma agrária nos estados do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Nessa região, justamente, os primeiros projetos reuniram trabalhadores provenientes de uma tradição de agricultura familiar europeia: filhos de produtores, antigos meeiros ou moradores, ex-pequenos proprietários que tinham entrado em falência com o processo de modernização e capitalização dos anos 70 e 80 (Silva, 1982).

Para outros (Martins, Silva, entre outros), a concorrência capitalista no âmbito da agricultura brasileira e mundial teve tanto desenvolvimento que a instalação de pequenos agricultores sem-terra por meio da reforma agrária chegou mesmo tarde demais; do ponto de vista da produção agrícola, estes nunca poderiam se tornar competitivos.¹⁸

Em contrapartida, a reforma agrária pode se justificar no Brasil como uma política social que se destina a limitar o êxodo rural e lutar contra o desenraizamento e a marginalização dos rurais condenados à migração.

Silva (2002) afirma, de forma pragmática, que “a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a

18 Esta tese, qualificada de pragmática ou realista, bem presente no âmbito do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula, apresenta a característica de se equiparar ao pensamento neoliberal defendido pelas classes conservadoras e pela oligarquia fundiária. Na verdade, é a tese do pensamento econômico único.

burguesia, seja para as classes produtoras. Isto não quer dizer que ela não seja uma possibilidade” (p.142).

Martins (2003a, p.13) considera que no Brasil uma aliança entre o capital e o trabalho contra uma renda fundiária – *ainda que irracional, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo* – foi sempre impossível. Pelo contrário, a herança escravagista e a tentativa de perpetuá-la selaram uma aliança entre o capital e a propriedade da terra.

O principal objetivo de uma reforma agrária distributiva seria reduzir as relações de trabalho ligadas à concentração fundiária e ressocializar as populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social (Martins, 2003, p.33).

Assim como Silva (2002) e Veiga (2001), Martins (2003, p.178) vê também um efeito keynesiano na reforma agrária: multiplicação dos municípios e dos equipamentos e infraestruturas no meio rural, urbanização e fortalecimento da sociedade civil. Ele critica, não sem razão, a política atual: *o programa de reforma agrária é um programa social tratado como se fosse um programa econômico para pequenos empresários agropecuários* (Martins, 2003a, p.85; 2003b, p.36-40). Propõe uma extensão e uma rotinização da reforma agrária como modalidade cíclica de desconcentração fundiária. Tal política não se limitaria à simples distribuição de terra e à multiplicação dos assentamentos.

Uma verdadeira falta de alternativa

Várias análises e propostas alternativas foram estudadas (Silva & Del Grossi, 2000), porém poucas são adotadas pelas organizações sindicais e pelos movimentos sem-terra, que, ao contrário, aceitaram negociar uma co-gestão da política, ou até mesmo financiamentos públicos da reforma agrária, em particular com os últimos governos.

Apesar de tudo, há um campo ainda pouco explorado, composto por modalidades de ação como a regularização fundiária (cadastro ou sistemas de informação geográfica), a atribuição dos títulos aos ocupantes legítimos em situação precária (os posseiros e descendentes de escravos dos quilombos).

Outros instrumentos também podem ser considerados, a começar por um verdadeiro estatuto do meeiro e do arrendatário (com controles públicos dos alugueres da terra) e um estatuto adaptado para as cooperativas de serviços da agricultura familiar; são estatutos inexistentes no Brasil. Poder-se-ia tratar da descentralização de algumas competências de reforma agrária para os estados e municípios, mesmo sujeita ao controle federal. Uma alternativa poderia residir na constituição de sociedades fundiárias – do tipo das Safer

francesas (sociedades de ordenamento fundiário e estabelecimento rural), ou ainda das sociedades fundiárias mútuas na Europa (GFA) ou dos grupos de agricultores com exploração em comum (GAEC).

A única alternativa para o sistema distribucionista vivenciada no Brasil com um co-financiamento do Banco Mundial é o programa de crédito fundiário (ex-Banco da terra e Cédula da Terra, durante o governo FHC). Este programa, também qualificado de reforma agrária pelo mercado, conta com uma parte especificamente dedicada à instalação de jovens agricultores (Primeira Terra). De fato, esta experiência, que teve seu início em 1999, herdou alguns vícios do modelo anterior sem conservar suas vantagens. Está sendo aplicada pelo mesmo organismo, o Incra, com o mesmo tipo de métodos. Os beneficiários estão instalados em assentamentos coletivos e o *habitat* é agrupado em agrovilas, de forma a reduzir os custos de infra-estrutura (rodovias e pistas, eletricidade, água etc.), enquanto a tradição camponesa é de habitação no meio dos lotes (Buanaim, 1999; Pereira, 2004; Barbosa, 2005).

A inovação principal é que os beneficiários, ao invés de obter um lote de terra por concessão do Estado, têm de reembolsar a terra com a ajuda de um crédito fundiário. Além dessa notável diferença para os beneficiários, os auxílios em termos de infra-estrutura (habitação), crédito bonificado e assistência técnica (que passa a ser paga após dois anos) ainda são menos favoráveis do que aqueles do esquema clássico, para o qual os apoios já foram reduzidos em 1999 (Incra, 1999).

Para o Banco Mundial e o governo, o fato de comprar as terras dos proprietários que desejam vendê-las deveria aumentar a disponibilidade fundiária, flexibilizar os procedimentos e reduzir o custo da terra (por causa do custo dos recursos na justiça). Além do mais, o fato de ter de reembolsá-la responsabilizaria e comprometeria os beneficiários. De fato, embora seja refutada pelas estatísticas (FAO-Incra, 1996, 2000; Heredia e outros, 2004), uma das críticas dos grandes proprietários de terras seria a enorme taxa de abandono dos beneficiários da reforma agrária; em outros termos, o desperdício dos recursos públicos (Neto, 2002). Na verdade, a única mudança é mesmo a imposição de que os beneficiários reembolsem terras muitas vezes superavaliadas cujos meios de valorização nem por isso serão mais fáceis de se obter. No Nordeste semiárido (Solânea-PB), famílias de jovens agricultores foram instaladas pelo Crédito Fundiário em lotes absolutamente inviáveis de 17 hectares (Sidersky, 2006). Assim, a taxa de abandono é igual ou até mesmo superior àquela dos projetos anteriores (Barbosa, 2005). Ora, o que pode ser feito se não há possibilidade de levar um pobre insolvente (ou aqueles seus companheiros que se apresentaram como fiadores solidários) a pagar? Mandar prendê-lo?

Em termos de disponibilidade fundiária, este projeto não mudou nada. Os processos de expropriação de terras não cultivadas já eram assaz raros e longos,¹⁹ seja por causa de alianças entre o Poder Judiciário e os proprietários, seja por causa da corrupção. Com a falta de meios de pressão dos sem-terra, eles se tornaram praticamente impossíveis a partir do decreto que, em 1998, proíbe a expropriação de uma propriedade ocupada. Daí por diante, as ações na Justiça passaram justamente a ser intermináveis e aumentam o custo da reforma agrária de forma considerável. As únicas propriedades expropriadas e redistribuídas na forma de assentamentos coletivos eram e continuam sendo indenizadas a seus proprietários, muitas vezes acima do preço de mercado.

Aliás, Silva (2007) defende o processo de expropriação de terras, que custa menos para o Estado, ao invés de sua compra.

Todavia, uma das consequências dos programas de reforma agrária pelo mercado consiste em ter difundido um suposto fracasso econômico e social do modelo de distribuição das terras, embora a maioria das avaliações, governamentais ou não, aponte resultados econômicos muitas vezes superiores àqueles da agricultura familiar tradicional das mesmas regiões, em termos de infraestruturas e rendas (FAO-Incra 1996, 2000). De quebra, influenciada pela imprensa e pelos intelectuais, a opinião pública não dá mais o mesmo apoio à reforma agrária e muito menos aos movimentos sociais que a defendem.

Tabela 12 Número de famílias instaladas por região (1979-2002)

Região	Ocupações 1988 a 2003	Instalações 1979 a 2002 (número de famílias)
Norte	387	251.452
Nordeste	1402	225.666
Centro-Oeste	639	111.865
Sudeste	672	38.527
Sul	549	37.919
Total	3649	665.429

Fonte: Dataluta, Dep. de Geografia, UNESP, Presidente Prudente.

As cifras globais dos resultados da reforma agrária, fornecidas pelos

¹⁹ No Nordeste, encontrei referências somente em casos de propriedades expropriadas por conterem culturas ilícitas.

Tabela 13 Famílias instaladas pela reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2005

Período/Ano	Número de famílias
1985/1989	82.896
1990/1993	42.382
1993/1994	17.946
1995	42.912
1996	43.486
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2002	63.477
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506

Fonte: Incra/MDA, citado por Schneider, 2006.

Tabela 14 Resultados e custos da reforma agrária (1995 a 2005)

Ano	Número de famílias instaladas	Despesas em Reais
1995	30.716	2.150.000,00
1996	41.717	1.235.000,00
1997	66.837	1.940.000,00
1998	98.740	1.545.000,00
Total Gov. FHC 1	238.010	6.870.000,00
1999	99.201	938.000,00
2000	69.929	406.000,00
2001	73.754	331.000,00
2002	43.486	380.000,00
Total Gov. FHC 2	286.370	2.055.000,00
2003	28.000	400.000,00
2004	97.000	1.000.000,00
2005	127.000	1.330.000,00
3 anos de Gov. Lula	226.800	2.730.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, Brasil (www.mda.gov.br).

serviços do MDA, têm de ser comparadas com aquelas da Universidade do Estado de São Paulo (Dataluta, UNESP) e dos movimentos sociais (MST e CPT) (tabelas 12, 13 e 14). Assim, ainda é preciso manuseá-las com as precauções habituais.

O número de famílias instaladas foi maior durante o último ano dos mandatos dos governos FHC e Lula (em consequência das campanhas eleitorais). No caso do governo Lula, só foi possível aplicar os recursos a partir de 2004 e 2005.

O número médio durante o primeiro governo FHC foi de 59.500 famílias instaladas por ano, para um custo médio de 28.800 reais por família; foi de 70 mil famílias instaladas por ano, entre 1998 e 2002, para um custo médio de 7.180 reais por família.

Segundo os dados da Unesp, os resultados provisórios até outubro de 2007 indicavam que o número de assentamentos criados tem capacidade para abrigar apenas pouco mais de quatro mil famílias. Isso quer dizer que, desde 2003, o MDA/Incra assentou apenas 135 mil famílias da Meta I do II PRNA, o que equivale a 26% do total de 520 mil famílias que deveriam ter sido assentadas. Além disso, a distribuição territorial foi a seguinte: 52% das famílias foram assentadas na região Nordeste, 22% no Norte, 17% no Centro-Oeste, 6% no Sudeste e 3% no Sul.

Na verdade, o custo indicado na época pelo Incra era de 13 mil a 15 mil reais por família, conforme a modalidade (de expropriação ou de crédito fundiário), o que é relativamente pouco. Todavia, os volumes indicados pelo Incra no que diz respeito ao custo global da reforma agrária para o período de 1995 a 1998 (6.878.000 reais) são principalmente devidos aos financiamentos de indenizações de terras, pagas aos proprietários.

A cifra indicada pelo MDA de, em média, 75 mil famílias instaladas por ano durante os três primeiros anos do governo Lula, se sujeita também a controvérsias por parte dos movimentos sociais e da oposição. O custo seria de cerca de 12 mil reais por família instalada, ao passo que o orçamento previsto no Plano Nacional de Reforma Agrária é de 30 mil reais por família. Existe de fato, comparada com os governos FHC, uma melhoria global do orçamento dedicado à educação, ao crédito e à assistência técnica; mas os fundos dedicados ao apoio às famílias instaladas continuam inferiores às previsões.

Movimentos sociais e valores

Alguns dos defensores da reforma agrária, decepcionados com esses desvios essencialmente devidos às políticas públicas, como Martins (3003a), responsabilizam o MST e os movimentos sociais.

Segundo este autor, a facilidade com a qual as organizações de luta para a reforma agrária mobilizam massas para uma identidade provisória de “sem-terra”, inclusive entre a população urbana, mostra a vitória da propriedade sobre o trabalho, como valor de referência e orientação dos comportamentos políticos e das aspirações sociais, como projeto político e opção histórica.

Tão radical é a crítica que, no mesmo livro, o autor reconhece que, justamente, com ou sem terra, a característica desse público é precisamente de “não dispor de *opção ou possibilidade de fazer escolhas*”, retomando uma bela definição do desenvolvimento proposta por Sen (1999).

Trata-se, escreve Martins (2003a, p.14), “do tipo de latifúndio o mais difícil de combater, aquele das mentalidades populares colonizadas pelo caráter central da renda fundiária”. Segundo ele, os sem-terra reconstituem uma mediação insidiosa e, frequentemente, aderem à busca por lucros fáceis proporcionados pelo aluguel de suas terras a terceiros, mecanismo, que qualifica “de renda fundiária ‘de retalho’, por ser praticada por pobres”.

Estes argumentos, duros com os pobres, me parecem exagerados, pelo menos do ponto de vista dos estudos publicados e das minhas próprias observações.

De fato, é verdade que, por não dispor de meios de valorizar eles mesmos seus lotes, certos assentados alugam uma parte das suas terras a vizinhos mais bem dotados ou a grandes proprietários da região.²⁰ Tais práticas são proibidas pelo código da reforma agrária, mas toleradas pelo Incra, na falta de outra alternativa. Mas, claro, não são majoritárias e, sobretudo, poucas advêm de uma escolha calculada. Mesmo se alugar dez ou 15 hectares, em vez de cultivá-los, proporcionasse alguma facilidade de sobrevivência, tal prática dificilmente pode ser associada a uma opção especulativa e calculada de renda fundiária. De fato, os beneficiários tiveram de esperar, às vezes, por dois, cinco ou até mesmo oito anos em acampamentos precários, debaixo de lonas de plástico, para ter acesso à sua gleba.

Nos estudos que realizei em assentamentos do Nordeste e do Centro-Oeste (Minas Gerais e Mato Grosso), tais comportamentos podem existir, embora

20 O que Martins não conta é que alguns as emprestam sem exigir pagamento de aluguel.

sejam minoritários e assimilados pelos agricultores sob forma de fracassos, ou até de fracassos de vida, e não como especulação fundiária.

Existe, sem dúvida, como em toda comunidade, aproveitadores e preguiçosos nos movimentos dos sem-terra e entre os assentados. A miséria, a dependência e o desprezo por parte do resto da sociedade tampouco podem justificar esses comportamentos; mas podem explicar parte das trajetórias.

Segundo as entrevistas realizadas, a primeira motivação das famílias que se alistam nos movimentos de luta pela terra é a procura da sobrevivência na dignidade e, se for possível, na autonomia e segurança. Segurança para escapar da violência dos patrões ou das favelas e, mais tarde, nas fases de acampamento e ocupação, segurança para escapar da violência policial. Segurança, ainda que por vezes ilusória, de poder alimentar sua família com o produto do seu trabalho e com os frutos da terra; segurança, por fim, de dispor de uma alternativa de sobrevivência para poder escolarizar as crianças (Porto-Gonçalves, 2005).

Claro, existe um sonho de autonomia e de ascensão social para aqueles que sempre foram sujeitados (Garcia Jr., 1990). Concorro com Martins em um ponto: o modelo da grande fazenda de pecuária, da renda fundiária que liberta da escravidão do trabalho, está arraigada na sociedade brasileira e na população rural em particular. Assim, não é de se surpreender que este modelo influencie os comportamentos de todas as classes da sociedade. Mas nem por isso coloniza especificamente as mentes dos mais pobres.

A reação de Martins talvez advenha da decepção de um grande intelectual brasileiro, defensor dos camponeses e da reforma agrária desde o seu primeiro momento, que constata que os pobres, quando têm acesso aos meios de produção, podem querer brincar de ser ricos e poderosos. Ao esperar dos sem-terra um comportamento diferente ou até exemplar, ao procurar transferir exigências cidadãs para aqueles que têm menos acesso à cidadania e ao reconhecimento dos outros, sua atitude não difere muito das tendências que denuncia: a dos dirigentes do MST, que projetam uma visão dos sem-terra como vanguarda de uma revolução socialista, bem como a dos quadros do Inca, que sonham com produtores modelos, inseridos em projetos produtivos cooperativos.

A realidade vivenciada pelo público da reforma agrária, por não corresponder a nenhum desses dois perfis mediatizados, permanece oculta, invisível. A esse respeito, Martins (2003) evoca um *sujeito invisível ou oculto*. Assim, os candidatos e beneficiários têm que implementar estratégias de contornamento ou evitamento para ter acesso à terra ou aos apoios públicos no âmbito de es-

*Quadro 7 Opinião dos assentados do Sumé (PB),
sobre o MST (15/09/2005 e Lazzaretti, 2007)*

“O MST começou a ocupar as terras e, eu acho isto justo, pois nossas famílias de sem terra nunca tivemos essa possibilidade. Não sou militante, mas apoio porque a causa é justa e porque as famílias trabalham terras que antes não produziam. É por isso que sou a favor do MST, porque tudo que vem em apoio às comunidades é bem-vindo.” (Antônio A. F.)

“Para mim isto aqui do MST significa tudo, porque antes nunca tinha tido um pedaço de terra e ainda menos uma casa.” (Marluce B. N.)

“O MST é um lutador. Traz melhorias e continua ainda a luta depois de assentar.” (José A. L.)

“A causa é justa, nos não roubamos a ninguém. Essa terra era abandonada. Agora, posso dizer que sou feliz, porque já fui morador na terra dos outros e era muito duro. Muitas vezes eu plantava e o patrão chegava e falava ‘Vai, colha rápido que necessito colocar o gado a pastar nessa parcela’. Aqui, planto e depois sou seguro de poder colher tranquilamente. Não estou de acordo com todas as ações do MST. Essa história de ir até Brasília para quebrar prédios públicos, eu não concordo. Teria que encontrar uma maneira mais pacífica de conquistar apoio do governo. Também acho errado ocupar uma fazenda e queimar tudo que têm lá.” (Moacir M. S.)

“Socialismo, não, não sei muito bem não o que é.” (José M.)

“O MST traz uma solução e um pedaço de chão aos pobres que não têm onde morar. Às vezes, eu acho tudo um pouco desorganizado. Têm muita gente de tudo tipo incluso gente que não gostam dessa terra, assim, é difícil viver nesse ambiente.” (Francisco A. L.)

“Me sinto orgulhoso de ser do MST, de ser chamado de sem terra, mas já aprendi a responder, porque hoje, estou ‘com uma terra’. Sem terra são aqueles que se vendem aos fazendeiros.” (Pedro O., líder)

“Entreí no MST por simpatia, vi que o seu trabalho era bom é útil; e na Universidade camponesa, aprendi a importância dos movimentos sociais e o outro lado do MST, porque antes eu mesma falava mal deles. Então, comecei a trabalhar no meu assentamento.” (Fabiane B., líder)

“Ser do MST é um orgulho, me sinto a vontade, porque quer ou não quer, só tem o MST para lutar para nós, porque não temos a força de chegar sozinhos aos organismos públicos. O MST fala para nós. O MST fala para nós. Muitos não gostam do MST, tudo bem, mas, o que o MST faz, faz para nós.” (Dagmar B., líder)

truturas que não correspondem a seu perfil e a suas aspirações. Se existe uma prática especulativa, ela vem dos grandes proprietários que negociam com o Incra a desapropriação e indenização de suas terras; ou vem dos urbanos e fazendeiros que compram lotes abandonados pelos assentados arruinados. São práticas ilegais que acabam sendo aceitas pelo Incra, bem como pelos movimentos sociais.

No Brasil de hoje, a parte de fracasso da reforma agrária é antes de tudo um fracasso dos instrumentos de políticas públicas ou da sua aplicação; a parte bem-sucedida, (primeiro, o fato dela existir, bem ou mal, mas com resultados positivos no plano global, independentemente de seus limites), pode ser considerada como uma conquista dos movimentos sociais, inclusive do MST. Daqui para frente, Silva (2007, p.6) reconhece que “os resultados da reforma agrária brasileira mostram a importância do protagonismo da estrutura sindical e da organização social”. Ele continua destacando a importância da reforma agrária na melhoria das condições de vida da população rural: “A reforma agrária é uma das poucas políticas públicas que garantem casa, comida e trabalho” (Silva, 2007, p.7).

Os limites da crítica marxista

O MST associa um discurso marxista-leninista a uma tentativa de promoção de uma agricultura familiar moderna, projeto que passa pelo acesso ao patrimônio fundiário, ao capital (crédito) e às infraestruturas públicas e pela integração com o mercado de troca capitalista. Esta é a primeira contradição. Ela se consumiu com o fracasso das cooperativas integrais da produção (as CPA), estes sonhos de colcozes tropicalizados (Lazzaretti, 2007). No Brasil como no resto do mundo, os agricultores assentados confirmam que um projeto de produção coletiva que torne anônimo o trabalho individual não faz sentido na agricultura (Lazzaretti, 2007). Depois desse fracasso, o MST associou-se, no discurso, mais do que na prática, às teses da Via Campesina, de um projeto camponês moderno, em torno da autonomia: a segurança alimentar e a qualidade da vida. Ora, sendo esquecida a questão da articulação com o mercado, o projeto se mantém essencialmente sob a forma do discurso.

Claro, graças à análise marxista da exploração do homem pelo homem é possível denunciar a injusta distribuição das terras no Brasil e promover a reforma agrária, tanto como forma de ruptura dos mecanismos de expulsão de pequenos camponeses de sua terra, quanto de exclusão social dos trabalhadores sem-terra. Mas, qual seria o modelo alternativo? Uma vez obtida a terra, esta crítica não funciona mais para propor um modelo social e econômico

diferenciado. Os assentamentos são tudo menos uma experiência socialista ou revolucionária. Ainda que não constituam *a expressão pobre da renda fundiária “de retalho”*, denunciada por Martins (2003a), eles reproduzem – e com o aval do MST – as relações de paternalismo e clientelismo da classe política e da sociedade brasileira, ou seja, estruturas de reciprocidade desigual.

Estas estruturas estão tão arraigadas no inconsciente coletivo rural do Brasil desde a conquista colonial e a escravidão, que colonizam as mentalidades com certa eficácia. O MST, que não dispõe das ferramentas teóricas para fazer a análise crítica dessa desigualdade, que constitui uma alienação dos sistemas de reciprocidade, persiste na retórica marxista e tenta explicar esses comportamentos por meio da mística, da disciplina, da obediência ao centralismo democrático etc. Todavia, os assentados reconstituem relações de subordinação de tipo paternalista e clientelista (ou seja, em termos antropológicos, estruturas de reciprocidade assimétrica) com os dirigentes do MST.

Por outra parte, como explicar essa outra contradição que constitui uma reprodução, inconsciente entre os sem-terra, do modelo dominante da propriedade rural, individual e familiar: é o modelo do patrão ou do inimigo de classe?

De fato, em uma sociedade ocidental capitalista, os inimigos de classe são membros de um mesmo sistema, do qual também fazem parte as vítimas. Portanto, existe uma identificação entre membros de classes “opostas”, como aconteceu, por exemplo, com o acesso ao consumo dos operários das fábricas da Europa ou do ABC paulista no Brasil. Às vezes, estas vítimas sonham em compartilhar as vantagens do sistema: por exemplo, que todos tenham um salário de patrão ou de alto funcionário. Isto é, por exemplo, como no caso dos funcionários do Tribunal Superior Federal ou ainda dos membros do Congresso Nacional no Brasil. Quer dizer, todos se encontram igualmente alienados: ou pela atração do lucro, mediante a lógica da troca, ou pelos privilégios das castas, mediante a alienação da reciprocidade. Como diz Temple,²¹ alguém pode ficar alienado pela atração do lucro ou pelos privilégios de casta ao mesmo tempo em que desenvolve um discurso marxista de solidariedade e justiça.

O mesmo se produz com os julgamentos de valor que, voltando-se contra os partidários da luta de classes, desaparecerão talvez com a consciência crítica do próprio sistema de classes, mas não com a vitória dos oprimidos contra os opressores.

O limite da crítica marxista no Brasil advém do fato de que este país associa

21 Comunicação pessoal.

estruturas de troca (mercantil ou capitalista) com estruturas de reciprocidade (embora sejam parcialmente desiguais e assimétricas). Assim, reúne as formas de alienação respectivas a cada um dos dois sistemas: a exploração capitalista para o acúmulo privado (em geral produtiva) e a dominação (improdutiva e parasitária) das grandes fazendas rurais e dos profissionais da política. Ora, a crítica marxista é inoperante perante a alienação do sistema de reciprocidade; para este, ainda há que se construir uma análise crítica específica, como o mostrou o fracasso do PT em mudar a maneira de fazer política.

A alienação específica do princípio de reciprocidade consiste na centralização assimétrica (reciprocidade centralizada ou redistribuição) ou na fixação de estatutos, classes ou castas, institucionalizando alguma desigualdade essencial entre grupos humanos. Com sua herança escravagista, caciquista e colonial, o Brasil padece deste tipo específico de alienação, que a crítica marxista não basta para denunciar, até a hora em que um Marx não ocidental “surja” para estimular uma análise crítica da alienação paternalista e patrimonialista.

3.2. Tensões entre lógicas familiares e coletivas

De fato, a política pública de reforma agrária, por meio, inclusive, de suas recentes inovações por intermédio do mercado fundiário, continua dando prioridade a formas coletivas de organização dos projetos, serviços ou até mesmo da produção agrícola. Esta lógica coletivista é promovida e institucionalizada tanto pela ação do Incra quanto pelo discurso do MST.

De maneira paradoxal, a instalação resulta na concessão de lotes individuais a um público formado, em sua maioria, por ex-assalariados ou camponeses no âmbito de uma política de promoção de unidades de produção familiar (Pronaf).

As consequências das interações entre estas diferentes lógicas são examinadas a partir de exemplos nos projetos de reforma agrária do Nordeste (Paraíba) e do Centro-Oeste (Minas Gerais).

Contradições em torno das obrigações coletivas

A instalação nos projetos de reforma agrária leva sempre à permanência de uma tensão entre o interesse individual associado ao novo estatuto de recém-proprietário e as lógicas coletivas. Por um lado, estas dizem respeito às fortes lógicas familiares; por outro, às práticas ou estruturas coletivas. Estas práticas coletivas são induzidas ou introduzidas por três categorias de mecanismos.

Primeiro, há uma necessidade de organização coletiva ligada aos instrumen-

tos de política de reforma agrária e de acesso à terra, às infraestruturas, aos créditos e a determinados auxílios que só podem ser adquiridos por meio de coletivos. Constituir a associação de produtores do projeto de reforma agrária é a primeira ação do Incra para oficializar um assentamento. Em certos casos, como no projeto Massagana III (Cruz do Espírito Santo-PB), essa medida antecipou ou contrariou o procedimento de constituição de uma associação comunitária pelo STR ou de uma cooperativa pelo MST (Lazzaretti, 2003).

Os financiamentos de infraestruturas coletivas (eletricidade, água, estradas etc.) ou, por vezes, individuais (habitações) deveriam passar por uma associação comunitária e não necessariamente de caráter produtivo. Na prática, por causa da desconfiança do Incra com os assentados (parcialmente causada por abusos e desvios de alguns responsáveis de associação), os fundos do Estado federal transitam pelo estado federado ou pelas prefeituras, o que muitas vezes atrasa ou compromete sua liberação e impõe às associações mais um intermediário político e administrativo.

Quando rivalidades políticas ou pessoais existem entre o prefeito e os movimentos sociais, como é muitas vezes o caso com o MST, os fundos são bloqueados. Isso motiva, portanto, a constituição de uma cooperativa ou de uma segunda associação de produtores, apoiada, desta vez, pelo MST (caso de Massangana III, cf. Lazzaretti, 2007).

No caso do assentamento de Mandacaru (Sumé-PB), ao contrário, o abuso de poder do dirigente da associação inicial, promovida pelo MST, motivou a criação de uma segunda associação, apadrinhada pela Contag e que se beneficiou de financiamentos do MDA. Tais práticas mantêm conflitos que podem chegar até o enfrentamento físico entre grupos, em particular quando benefícios financeiros estão em jogo (subsídios, indenizações de monitores ou salários de professores).

Como a maioria dos beneficiários não dispõe de capital pessoal, o acesso ao crédito do Pronaf ou ao crédito fundiário para reembolso da terra é garantido por um sistema de garantia por fiador que constitui uma imposição de natureza coletiva que se revela, na prática, pouco eficaz para o banco. De fato, em caso de incapacidade de reembolso, o agricultor pode ser obrigado a ceder seu lote, ou ser excluído do assentamento pela associação ou pelo Incra, sem que isso garanta uma possibilidade de restituição para o banco. No pior dos casos, se as regras são aplicadas ao pé da letra, o banco pode se voltar contra os colegas que assinaram a garantia como fiadores e obter que também sejam excluídos.

Há financiamentos públicos (Fundação do Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social, Programa Fome Zero etc.) ou privados (igrejas

e ONGs) de equipamento a fundo perdido (irrigação, descascador de arroz, tanque de refrigeração de leite etc.) que só estão acessíveis aos sem-terra se estes apresentarem um projeto coletivo. Em Unaí (MG), verifiquei inclusive esta exigência do coletivo para financiar projetos de criação de animais (frangos, galinhas poedeiras etc.) ou de culturas alimentares (cultivos de mandioca, arroz etc.), o que não deixa de ser muito problemático.

Para ter acesso a equipamentos de custo elevado e adaptados a um uso coletivo (tanque de leite, tratores e maquinário agrícola, casa de farinha mecanizada etc.), o procedimento coletivo pode ser lógico. No caso das oficinas de criação coletiva, salvo exceções, o uso coletivo é fadado ao insucesso, sobretudo se o projeto abrange todos os membros do assentamento de forma unilateral.

No limite, pode funcionar com um pequeno grupo de proximidades de agricultores voluntários para trabalhar em comum. Os dois casos podem ser observados nos projetos de reforma agrária do município de Unaí (MG).

A parcela coletiva de arroz e de mandioca do assentamento Jiboia reúne seis famílias amigas e permitiu obter um financiamento para a descascadora de arroz; esta se encontra à disposição de todos os produtores de Jiboia, inclusive das comunidades vizinhas, mediante uma contribuição mínima para sua manutenção e seu amortecimento. Este tipo de coletivo funciona bem; inclusive cresceu, integrando novas famílias do assentamento.

No mesmo município, as associações de Campo Verde e Papa Mel foram beneficiadas com um financiamento do projeto Fome Zero, destinado à segurança alimentar e a melhorar a nutrição das famílias. Uma lógica deste tipo, de autoconsumo familiar, poderia supor uma distribuição de pequenos animais e de aves de raças rústicas para cada família, bem como uma formação técnica adaptada (criação, higiene e nutrição). O que aconteceu foi exatamente o contrário. Cada presidente destas duas associações (contatados pelas ONGs locais) recebeu mil galinhas poedeiras para cerca de trinta famílias, bem como alimentos para os primeiros meses e grades para construir uma granja coletiva.

Os agricultores, que tinham logicamente ficado preocupados com o escoamento no mercado de tamanha quantidade de ovos, acreditaram nas promessas dos serviços de assistência técnica ou da prefeitura, que teriam de encontrar compradores ou adquirir a produção para as cantinas escolares da cidade. Ao término de alguns meses, uma boa quantidade de ovos foi doada ou apodreceu ali mesmo, por falta de mercado onde vendê-los. As aves que sobreviveram, nos dois projetos, foram redistribuídas entre as famílias. Em Papa Mel, por falta de informação, elas não tinham recebido o alimento “pré-

cria” e não punham mais ovo; em Campo Verde, como o alimento faltou, as famílias tiveram que fazer um rateio para pagar as dívidas da associação.

De outra forma, por ideologia ou por catecismo marxista, o MST insiste na criação de cooperativas de produção nos projetos que apadrinha ou nos assentamentos em que é majoritário. Após uma década de fracassos, passou-se da cooperativa integral de produção (de tipo colcoz) para a cooperativa de serviços, mais adaptada à realidade camponesa, para a qual subsistem, todavia, os problemas de administração. É preciso reconhecer que o MST implantou um sistema de formação que vai desde a alfabetização até a formação permanente, passando pela escolarização; mas a formação técnica continua sendo a parte mais frágil do dispositivo.

As cooperativas de assistência técnica criadas pelo MST, que recebem um apoio importante do MDA, teriam de garantir esta formação técnica, na mesma base que os serviços de extensão rural, públicos e privados (diversas EMATER e cooperativas de técnicos). Em suma, o apoio público do MDA financia um técnico, um veículo e um computador para cem famílias assentadas. Segundo os agricultores supostamente acompanhados por estes técnicos, nos projetos visitados na Paraíba e em Minas Gerais, a formação é antes de tudo ideológica e os apoios técnicos são falhos. Certamente, não se pode generalizar. Na verdade, como em qualquer organização na qual o recrutamento é feito com uma base parcialmente ideológica, estas cooperativas associam pessoal de qualidade com militantes pouco competentes no que diz respeito a extensão rural e a inserção no mercado.

Solidariedade, reciprocidade e identidade coletiva

A obrigação de solidariedade familiar ou comunitária é de outra natureza e depende das relações de reciprocidade. Ela constitui uma obrigação mútua por causa da precariedade durante o processo de acampamento e, em seguida, de instalação.

Esta solidariedade se constitui do prolongamento das relações de parentesco e de proximidade. Ela explica o sucesso dos projetos de reforma agrária em que todos os beneficiários são provenientes da mesma região ou de comunidades vizinhas e possuem laços de parentesco. Durante a composição dos assentamentos, quando lotes estão disponíveis ou em caso de desistência, é frequente um beneficiário chamar um membro de sua família ou um amigo do movimento, já na lista de espera para atribuição de uma parcela.

É também o caso dos assentados que vivenciaram juntos uma experiência de organização coletiva durante as fases de luta pela terra ou de acampa-

mentos precários, às vezes durante vários anos. Neste caso, a reciprocidade sob forma de ajuda mútua, hospitalidade, se vê fortalecida por processos de aprendizagem coletiva ou social (Ostrom, 1998).

Por outra parte, formas de solidariedade nascem e funcionam em torno do caráter unificador da ideologia ou dos valores humanos compartilhados, quer seja na religião ou na mística discursiva, na ética ou na estética dos movimentos sociais.

Muitas vezes, a religião constitui o último fator de reciprocidade e de identidade coletiva, quando os demais valores se degradaram ou estão sujeitos a conflito. O estudo de Mello (2006) nos assentamentos do Rio Grande do Sul mostra que a religião constitui uma das causas principais de coesão social e contribui para reduzir o abandono dos seus lotes por parte dos beneficiários da reforma agrária. Ele observa que a Igreja Evangélica se torna o principal movimento concorrente do MST, em termos de organização social dos assentamentos.

No assentamento de Jiboia, (Unaí-MG, figuras 6 e 7), profundamente dividido em dois clãs, a religião católica é o único fator de unidade e proximidade. Sem ajuda externa, o grupo informal organizado pelas mulheres conseguiu reunir os fundos e construir uma capela em alguns meses, ao passo que a associação de produtores de Jiboia não consegue se organizar para acabar o teto de sua sala de reuniões.

Em vão, os agentes de pesquisa e desenvolvimento propuseram a aplicação do método das mulheres católicas, fundamentado na ajuda mútua e nas práticas de reciprocidade (organização de bingos, vendas de aves em leilões, mutirões etc.) para financiar o teto da associação.

Na verdade, importa fazer a distinção entre a reciprocidade na produção, que se desenvolve no plano do real, com a qual é possível garantir e reproduzir prestações materiais mútuas ou coletivas e a reciprocidade no plano simbólico, aqui, da religião católica. Não se pode passar de um plano para o outro automaticamente; essas estruturas são reguladas por valores de natureza diferente.

No caso da ajuda mútua, trata-se não apenas de produção de bens ou do bem-estar material no plano do real; é questão, sobretudo, da amizade. Assim, a amizade se torna eficiente e contribui também para a reprodução da estrutura elementar de reciprocidade binária de ajuda mútua. Por outra parte, a palavra de união expressa o valor produzido pelas estruturas de reciprocidade coletiva de tipo compartilhamento; valor que, na estrutura de reciprocidade centralizada, passa a ser a obediência.

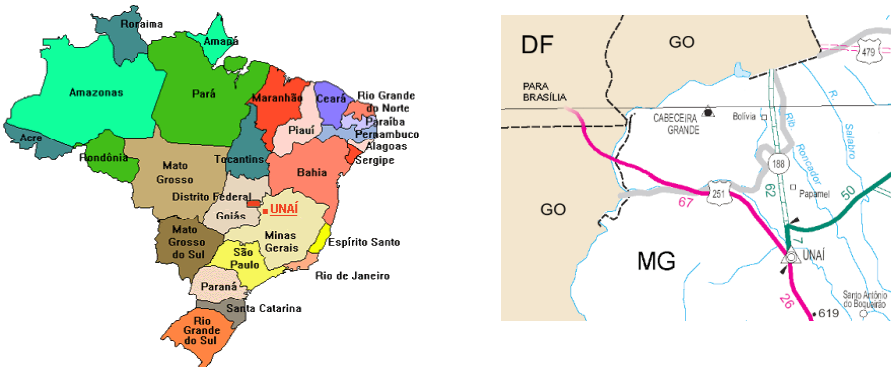
No caso da religião, trata-se de reciprocidade no plano simbólico, domi-

nada pela palavra de união da religião, que expressa o valor produzido por uma estrutura de reciprocidade coletiva, embora centralizada, que produz um valor de obediência (a um terceiro incluído de natureza divina), representado pelo padre ou pelo líder religioso. Se este líder tenta manter sua autoridade ou seus valores, é impossível transpor a estrutura simbólica para uma aplicação no nível material, no plano do real.

Encontramos o mesmo tipo de mecanismo em torno da mística político-religiosa proposta pelo MST por meio de cantos, jogos e exercícios de motivação mútua. Compartilhar a mística cria um sentimento de identidade coletiva; a palavra de união permite a mobilização de coletivos muito amplos, motivados e disciplinados para as caminhadas, as ocupações de terra ou de prédios públicos, as grandes concentrações e encontros. Trata-se novamente de uma estrutura de reciprocidade centralizada pela redistribuição de uma palavra de união que produz obediência à palavra de Deus, seu representante ou um líder do movimento.

Na escala do assentamento, a religião pode dificilmente funcionar para reconstruir estruturas de reciprocidade na produção. Tais práticas dependem ou da proximidade, ou de relações binárias de amizade, compadrio e parentesco, ou da capacidade de compartilhar um recurso, um equipamento, em uma relação de reciprocidade ternária. Porém, para tanto, é preciso haver reconhecimento do outro e abrir o círculo para todas as famílias do assentamento, e não se dividir ou se fechar em tornos de pequenas cliques. Pelo contrário, tais situações e relações produzem sentimentos de impotência, incompetência e frustração; ou seja, são o contrário dos sentimentos positivos de identidade coletiva, de conquista da terra e dos meios de produção, de reconstrução de uma dignidade e cidadania, oriundas da reciprocidade na luta e da aprendizagem coletiva.

Figura 6 *Localização de Unai-MG*



A dependência dos assentados para com as tutelas e a multiplicação dessas frustrações têm contribuído para romper esse sentimento, essa dignidade, substituindo-a pela construção social e política de uma identidade coletiva invertida. Claro, essa identidade invertida de sem-terra é fortalecida e alimentada pelos estigmas manifestados pelo resto da sociedade a seu respeito. Prova disso é o qualificativo “sem-terra”, estigma que se constitui como uma marca de ferro quente e continua sendo utilizado de forma pejorativa, inclusive para aqueles que obtiveram a terra; ou, pior, para seus filhos na escola da vila.

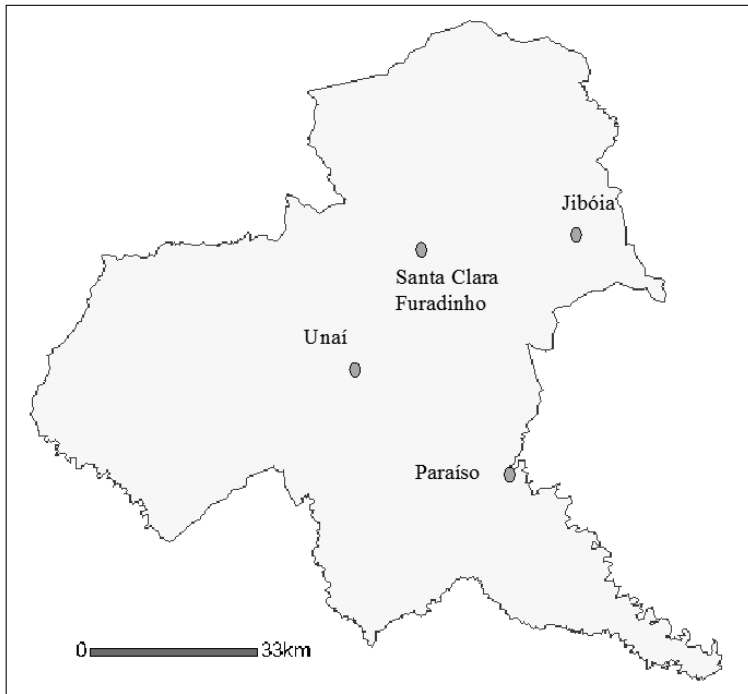
Realmente, a perda de legitimidade ou, dito de forma mais simples, a perda de simpatia da opinião pública, prejudica o movimento e o futuro da reforma agrária, muito além dos pleitos eleitorais, que, como se vê no governo Lula, não alteram em nada (ou bem pouco) a situação. É isso que os dirigentes do MST não percebem, ou mal percebem; é isso que muitos assentados encontrados no Nordeste ou em Minas Gerais explicam em seus depoimentos.

Ainda que não compactuem com a ideologia e os valores do MST, ou mesmo desconheçam seu projeto de revolução socialista, ou até mesmo o que “socialismo” quer dizer, continuam militantes ou fiéis ao movimento que lhes permitiu ter acesso à terra. É um sentimento de reciprocidade com o movimento vinculado a esta aquisição tanto material e humana, quanto simbólica, representada pela propriedade de uma parcela ou de uma pequena unidade de produção familiar e pela possibilidade de uma autonomia social e econômica. É precisamente o contrário do recrutamento em estruturas coletivistas que fusionam ou misturam os esforços dos indivíduos ou das famílias (quer dizer, sua honra) e negam o reconhecimento da qualidade do trabalho bem feito que, às vezes, é seu único orgulho por ser o único sinal distintivo de sua identidade.

Para Silveira (2006, p.12), segundo um estudo em projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, “o sujeito invisível da reforma agrária se recompõe num novo projeto camponês e artesão, associando família, trabalho e terra”. A organização e o valor da família convivem perfeitamente com um imaginário político constituído de forma simbólica na luta pela terra e pela sobrevivência. A análise dos relatos dos sem-terra mostra bem o inverso de uma introjeção da resignação: os assentados constroem uma imagem positiva de si próprio, cujo elemento fundamental é a simbólica épica do herói que supera os obstáculos com fé, esperança e coragem.

Assim, é em torno desses valores e das relações que os envolvem e os reproduzem que é possível reconstruir uma identidade positiva e estruturas de coesão social, mais aptas a fazer com que os novos agricultores possam

Figura 7 Assentamentos citados no município de Unai



responder aos numerosos desafios que têm de enfrentar, tanto no plano individual e familiar, quanto coletivo e institucional.

A despeito dos inevitáveis conflitos humanos nas condições analisadas anteriormente, modos adaptados de apoio podem contribuir para a reconstrução de uma organização dos assentados, como mostram os resultados obtidos pelos pesquisadores e pedagogos da UnB, Embrapa e CIRAD, em vários projetos de reforma agrária do município de Unai-MG (figuras 6 e 7).

Os dois instrumentos que, por experiência, se revelam de maior eficácia, inclusive como prerrogativas para permitir a apropriação e valorização das infraestruturas e apoios técnicos ou financeiros, são aqueles que envolvem os homens, incluindo-se neste termo mulheres e jovens.

Assim, trata-se prioritariamente das ações de educação, de formação e dos esforços, no que diz respeito à organização. O apoio à organização não pode se limitar às regras de gestão (embora este tipo de informação seja necessário), devendo garantir também a criação de competências e a defesa de valores para viver, trabalhar e decidir juntos.

Dentre esses tipos de instrumentos, várias experiências são realizadas no

Brasil, tanto no âmbito dos projetos de reforma agrária, quanto de comunidades rurais e camponesas.

A característica comum dessas ações consiste em partir de problemas concretos das famílias, em valorizar os atributos dos agricultores e de suas comunidades e em responsabilizá-los em suas decisões e no manejo dos dispositivos coletivos e institucionais implantados para esse fim.

Existem três grandes categorias de intervenção que apontam nessa direção, em termos de aprendizagem social e de formação de competências através da ação. A educação rural, a construção social de inovação e o crédito solidário.

No Brasil, a educação rural (*Educação no campo*) passa por uma renovação, graças, em boa parte, aos esforços empreendidos no âmbito da reforma agrária; esta deu origem à implantação de uma série de programas de educação em meio rural, financiada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA.

As experiências de escolas administradas pelos agricultores, as Casas Familiares Rurais (CFR) e as Escolas Família Agrícola (EFA), abriram o caminho nesse sentido, a partir de uma pedagogia de alternância (entre estudo e trabalho na comunidade), baseada no estudo da realidade e no acompanhamento dos alunos durante os períodos práticos.

A título de exemplo de recente aplicação desses princípios em situação de reforma agrária, pode-se citar o caso dos cursos por alternância na Escola Técnica Agrícola de Unaí (quadro 8) e da Universidade Camponesa do Cariri (capítulo IV).

A construção social da inovação reúne uma série de iniciativas de grupos de agricultores e técnicos (ONGs ou organizações de produtores) que, juntos, mobilizam recursos externos (inclusive junto a centros de pesquisa e à universidade) para conduzir processos de experimentação e divulgação de inovações adaptadas às situações locais. Dentre os projetos de reforma agrária do município de Unaí, começa a nascer um processo desse tipo a partir da experiência de pesquisa-formação (quadro 9). Outros casos mais antigos são tratados no capítulo IV.

Mobilizado a partir de experiências tradicionais em torno da religião e das comunidades de base, o crédito solidário diversificou-se, em particular, em três tipos de iniciativas: os bancos de sementes, os fundos rotativos para aquisição de cisternas no Nordeste e as cooperativas de crédito da agricultura familiar. Tais dispositivos de organização camponesa, ainda mal desenvolvidos no âmbito da reforma agrária, serão apresentados nos capítulos III e IV.

Quadro 8 O curso de formação de agentes de desenvolvimento rural por Alternância (Escola Técnica Agrícola de Unai/Incrá-Pronera/UnB)

Objetivos

- formar técnicos agrícolas oriundos de projetos de reforma agrária, com perfil de agente de desenvolvimento sustentável;
- desenvolver, a partir dos alunos, ações de organização social e de apoio à produção sustentável em seus assentamentos.

Princípios pedagógico-metodológicos

- alternância e formação em processos;
- educação integral e formação contínua;
- participação e pesquisa-ação.

Perfil de competências

- capacidade de análise da realidade complexa da produção e da organização social;
- capacidade de mobilização da organização social;
- capacidade do educador e do comunicador de construir conhecimentos e projetos com os agricultores e as comunidades;
- abertura para articular o saber local com o conhecimento científico.

Resultados do 1º curso (2002 a 2005)

- 58 alunos formados (80% de aprovação);
- 11 projetos comunitários em andamento no Estado de Minas Gerais;
- prêmio Banco Real-Unisol para a Escola Familiar de Padre Bernardo;
- parcerias múltiplas: MDA, UnB, Embrapa, Emater, Municípios, ONGs, CIRAD;
- avaliação positiva do Pronera e financiamento de um segundo curso de agroecologia.

Estes métodos e instrumentos apresentam várias características especialmente adaptadas às situações dos beneficiários da reforma agrária:

- com os mecanismos de construção social da parceria, é possível haver uma complementaridade entre as lógicas e as ações de natureza individual, familiar coletiva e pública;
- a abordagem metodológica é de tipo pesquisa-ação-formação e tem por base a parceria entre os atores envolvidos;
- essas iniciativas visam construir valores e competências de responsabilização

Quadro 9 Método de planificação estratégica participativa aplicada aos projetos de reforma agrária em Unai

Diagnóstico conjunto

- reconstituição da trajetória histórica do assentamento;
- perspectiva participativa: visão do futuro dos agricultores;
- contexto estratégico, jurídico e institucional;
- elaboração do mandato e dos estatutos da associação;
- identificação e caracterização dos atores, interesses e desafios;
- atores externos e atores internos – regras de convívio.

Planificação estratégica

- identificação e hierarquização das questões e dos problemas;
- caracterização das oportunidades, pontos fortes e fracos para cada questão;
- formulação de propostas estratégicas;
- identificações de ações estratégicas e hierarquização para cada proposta;
- definição de um Plano de Ação e programação em função dos obstáculos.

Realização do plano de ação

- reuniões, comissões;
- acompanhamento-avaliação, reorientações.

e autonomia dos atores, de forma a romper com os esquemas tradicionais de dependência, assistência, apadrinhamento e patronato, mantidos por tutelas que se sucederam no meio rural;

- elas levam em conta os recursos, as práticas, os ganhos e os saberes dos camponeses e contribuem assim para fortalecer e alimentar a recuperação de sua dignidade e identidade individual e coletiva, de forma a prepará-los a assumir seu processo de desenvolvimento;
- tais ações são sempre territorializadas e localizadas: acontecem *in loco*, o mais perto possível do local de vida e trabalho dos agricultores e de suas famílias, a partir das condições, recursos e características das realidades específicas de seus territórios; isso não exclui uma abertura para os outros, por meio de visitas de estudo no exterior ou convite de pessoas-recurso de outras regiões.

Políticas Públicas e Ações Locais

Os dois primeiros capítulos, que abordam as comunidades e suas organizações, buscam compreender quais são as tensões existentes entre os agricultores e as atuações das instituições de desenvolvimento ou do Estado, em particular no que diz respeito ao apoio às organizações e à reforma agrária.

Este capítulo se refere mais especificamente às evoluções e à renovação das políticas de desenvolvimento rural no Brasil desde cerca de trinta anos, bem como sua articulação com as dinâmicas locais e territoriais.

Primeiramente, abordo os limites e os aspectos recorrentes das políticas de desenvolvimento que estão por trás de seus disfarces sucessivos. Em seguida, analiso as interações entre a ação coletiva dos agricultores e a ação pública do Estado, em particular no caso do reconhecimento público dos dispositivos dos agricultores. Por fim, são tirados alguns ensinamentos em termos de políticas de multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais para os países do Sul.

1. Limites e repetições das políticas de desenvolvimento rural

Durante o período dos anos 1970-80, dito de modernização conservadora da agricultura brasileira (Silva, 1982), as políticas públicas deram prioridade à grande fazenda e às empresas agrícolas. O apoio à produção proporcionado pelo Ministério da Agricultura, pelos bancos e pelos serviços de extensão (crédito, assistência técnica, formação etc.) era concebido a partir de intervenções individualizadas em grandes unidades de produção modernas, tendo por base a competitividade, a produtividade e a separação total entre empresa e família. Estas modalidades se revelaram ineficazes para a maioria dos camponeses e agricultores familiares. Tais medidas levaram boa parte dos

pequenos produtores ao fracasso, à falência e ao êxodo rural; isso ocorreu, em particular, nos estados do Sul do país, acarretando a criação do Movimento dos Sem-Terra. Durante os anos 1980 e 1990, o Estado brasileiro concebeu programas específicos para a pequena produção rural, tendo por base, em geral, abordagens coletivas ou comunitárias, muitas vezes com a ajuda da cooperação internacional e das agências multilaterais. Tais enfoques visavam, entre outros, acalmar ou desviar as reivindicações das organizações camponesas, como vimos acerca das novas intermediações. Mas esses projetos, embora associativos ou comunitários, eram dirigidos a um pequeno produtor modelo que, pelo menos no Nordeste, raramente existia na prática.

A política específica de agricultura familiar implantada desde 1995 constitui um progresso do ponto de vista de sua concepção e das tentativas de levar em conta as realidades do público-alvo. Todavia, ela apresenta duas grandes limitações. Em termos de estratégia, continua pouco diferenciada, focalizando um tipo de agricultor que é minoritário, sobretudo no Norte e no Nordeste: o empreendedor familiar integrado ao mercado. Em termos de aplicação, o crédito e o apoio técnico continuam dependentes de instituições inadaptadas: os bancos generalistas, que só aceitam aplicar o crédito ao pequeno produtor em troca de garantias e de remuneração de seus serviços, e os serviços de extensão ultrapassados que carecem de meios suficientes.

A recente abordagem territorial do desenvolvimento rural, associada à promoção da agroecologia, constitui um esboço de alternativa, embora continue minoritária e sujeita a essas mesmas limitações institucionais.

1.1. Continuidade e evolução das políticas públicas

O desenvolvimento comunitário

Essa abordagem foi defendida durante os anos 1980, inclusive pelos organismos internacionais, decepcionados com os limites ou fracassos da Revolução Verde, visando desenvolver projetos que se aproximem mais dos beneficiários. *A priori*, a proposta é sadia; porém, sua interpretação burocrática acarreta efeitos perversos, a cada vez que o financiamento de infraestruturas, o crédito agrícola e a assistência técnica têm necessariamente de passar pelo molde dos projetos comunitários ou participativos.

Durante os 25 últimos anos, as comunidades rurais do Nordeste praticamente só receberam apoios públicos por meio dos programas comunitários de luta contra a seca ou contra a pobreza. Estes eram, muitas vezes, chamados de “programas especiais ou de emergência”, o que denota seu caráter paliativo.

Na medida em que a produção camponesa é administrada na escala de unidades familiares e, cada vez mais, no âmbito de lares restritos, qualquer intervenção que tenha necessariamente de passar pela associação ou pela cooperativa produz também vieses e contradições. Porém, além da própria abordagem comunitária, o verdadeiro problema reside na natureza, na elaboração, no manejo e nos conteúdos dos projetos.

Após uma primeira experiência realizada no marco do Programa Nordeste (1985 a 1988), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) implantou o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), entre 1988 e 1992, com um financiamento do Banco Mundial. O projeto instituiu a participação dos “pequenos produtores rurais” através do movimento sindical dos trabalhadores rurais, das cooperativas e das associações de produtores. A organização em associação ou cooperativa constitui uma das condições do apoio às ações comunitárias ou à aquisição de equipamentos coletivos. Os projetos estão sujeitos à aprovação de um Comitê Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR), formado pelos representantes dos sindicatos e dos estados federados. A concorrência entre a Contag, majoritária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), minoritária, e as cooperativas (dominadas por produtores de grande e médio porte) resultou em uma aliança objetiva das federações da Contag com os governos locais, mediante o financiamento das diretorias das federações sindicais pelo projeto PAPP (Novaes, 1994).

Os investimentos comunitários mostraram-se bastante adaptados para implantar infraestruturas comuns, tais como as casas de farinha, as pequenas barragens de terra, os armazéns ou os silos para grãos ou forragens. Muitas vezes, foi difícil garantir a manutenção e o manejo desses equipamentos. Estes ensejaram a criação de numerosas associações comunitárias, dentre as quais, boa parte se tornou inativa posteriormente. Em contrapartida, a ação de redistribuição fundiária e as atividades de crédito para a produção foram apenas simbólicas (Novaes, 1994; Weid, 1993).

A última fase do PAPP (1993 a 1997) foi marcada por uma inflexão no processo de desengajamento do Estado na implantação, a título da luta contra a pobreza, de apoios sociais específicos e segmentados (aposentados, jovens, mulheres etc.), sempre por meio da participação das comunidades. O modelo, divulgado depois na África e em outros países da América Latina sob o nome de Community Driven Development, foi primeiro testado no México e no Brasil.

O modelo brasileiro permitiu testar dois tipos de ferramentas “participativas”, no âmbito da linha de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR): os Projetos de Crédito Comunitário (PCC), para equipamentos coletivos, e os

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que seriam retomados posteriormente no âmbito dos planos de desenvolvimento sustentável do Nordeste (1994) e, mais tarde, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1996.

O apoio à agricultura familiar

Em 1994, em particular com a filiação à CUT da maioria das federações da Contag e as repetidas manifestações anuais chamadas de “grito da terra”, os movimentos sindicais de trabalhadores rurais obtinham a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma política federal específica para os agricultores familiares. No início administrado pelo Ministério da Agricultura, foi posteriormente associado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para criar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 1999, durante o segundo governo FHC. A criação do Pronaf e, em seguida, do MDA, é considerada uma vitória pelos movimentos de agricultores familiares e de camponeses, pois eles sabem que nada se deve esperar do Ministério da Agricultura com a configuração atual, considerando a força e o poder de *lobbying* da agricultura patronal e empresarial no âmbito do Congresso Nacional, por meio da chamada “bancada ruralista”.

As diversas avaliações (Abramovay e Veiga, 1999; Abramovay & Piketty, 2005; Carneiro, 1997; Ibase, 1999) reconhecem que o Pronaf, na forma de crédito individual ou de subsídio para equipamentos coletivos, beneficiou principalmente os agricultores familiares mais abastados em capital e articulados com a rede bancária, essencialmente nos estados do Sul do Brasil (cf. tabelas 15 e 16, figuras 8 e 9).

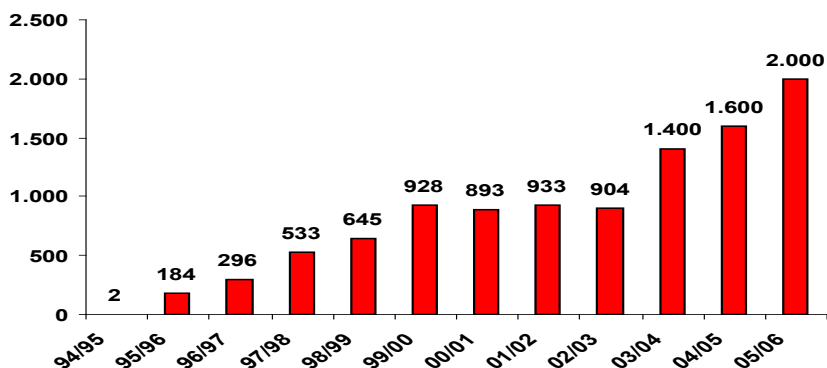
O impacto limitado em termos de financiamento ou de apoio à produção constatado no Norte e no Nordeste levou o governo atual a diversificar as formas e linhas de auxílios (jovens, mulheres, semiárido, agroecologia, transformação dos produtos etc.). Em contrapartida, mesmo para os agricultores mais pobres, trata-se ainda de um apoio àquela produção agrícola voltada para o mercado capitalista nacional ou internacional ou, no melhor dos casos, para novos nichos de mercado específicos, ou seja, limitados, ou até exclusivos. Até a recente experimentação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nenhuma medida foi considerada que vise fortalecer as estratégias de autoconsumo e de venda direta. O Pronaf tampouco facilitou de forma explícita a implantação de mercados locais de proximidade ou de pequenas cadeias produtivas entre produtores e consumidores. Em 1998, a saudável

Tabela 15 *Créditos do Pronaf (1999 a 2003)*

Ano	Créditos de custeio		Créditos de investimento	
	Quantidade	Valor (R\$ 1000,00)	Quantidade	Valor (R\$ 1000,00)
1999	672.426	1.246.159	131.610	586.223
2000	757.536	1.392.128	212.191	796.506
2001	723.754	1.444.733	186.712	708.617
2002	677.730	1.419.748	275.517	985.102
2003	860.730	2.364.895	277.382	1.442.003

Fonte: MDA/SAF – Pronaf, 2004 http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/2004_05/credito.htm.

Figura 8 *Evolução da quantidade de contratos de crédito Pronaf (1995 a 2005/06)* Fonte: MDA – Pronaf, 2006. Citado por Schneider, 2006.

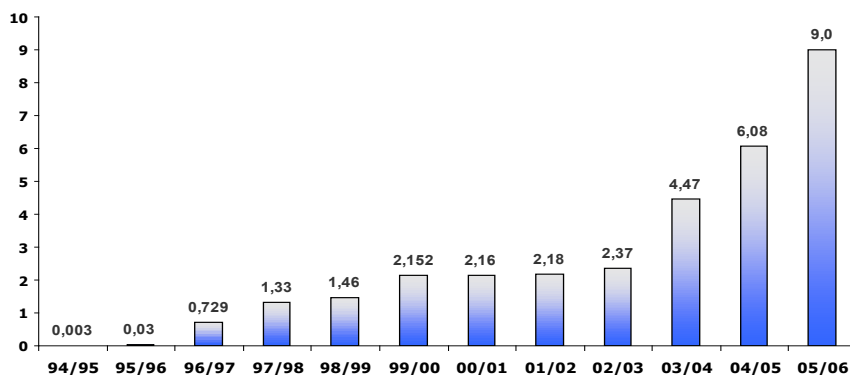


http://www.brasil.gov.br/noticias/publicacoes/publicac_teste/noticias/publicacoes/publicac_teste/02_Bal30meses.pdf.

iniciativa do Pronaf agroindústria, apesar de padecer desses mesmos vieses, foi rapidamente frustrada no âmbito do Ministério da Agricultura. Apesar do aumento constante dos créditos destinados a agricultura familiar por meio do Pronaf desde o primeiro governo Lula, estes apenas têm representado de 15% a 20% dos financiamentos atribuídos a cada ano para a agricultura patronal e empresarial (tabela 16).

No Norte e no Nordeste, as infraestruturas de base (educação, saúde, transporte, comunicações, lazer, eletricidade etc.), a educação e a qualificação dos

Figura 9 *Evolução dos créditos atribuídos à agricultura familiar (1994/95 a 2005/06), em bilhões de reais*



Fonte: MDA/SAF, 2006, http://www.mda.gov.br/sistemas/modelos/result_SGCOM.php?sccid=333. Citado por Schneider, 2006.

Tabela 16 *Evolução dos financiamentos federais para agricultura familiar e patronal em bilhões de reais*

Anos	2002/2003	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Agricultura familiar	4,3	8,5	10	13
Agricultura patronal	32	50	57,2	65
% Agricultura familiar	13,3%	17%	17,5%	20%

Fontes: Plano Safra, MAPA e MDA, Secom.

recursos humanos ainda apresentam carências cruéis. Consequentemente, o auxílio financeiro à produção e os incentivos sociais (em sua maioria por meio de recursos monetários) acabam, sobretudo, canalizados para o consumo de produtos industrializados. Na verdade, as transferências públicas contribuem para melhorar as condições de vida das famílias, essencialmente por meio da universalização da aposentadoria para idosos e de políticas de assistência que, cada vez mais, fazem com que os agricultores sejam consumidores ao invés de produtores (cf. figuras 8 e 9).

Não obstante os limites orçamentários e políticos que pesam sobre a sustentabilidade dessas políticas sociais, podemos nos indagar sobre os mecanismos e as consequências dessas doações da sociedade para os rurais. Na verdade, a redistribuição centralizada pelo Estado passa em seguida pela

intermediação dos estados federados, dos municípios, dos partidos políticos, das ONGs de escala regional e local, ou seja, por uma série de tutelas e instrumentos de dependência.

O desenvolvimento rural sustentável

No Norte e no Nordeste, as estratégias de desenvolvimento sustentável não nasceram de iniciativas dos poderes públicos. Elas atendem a uma injunção dupla: externa, por parte das agências multilaterais e das ONGs; e interna, por parte da sociedade civil e das organizações camponesas que defendem um modelo de agricultura alternativa ou agroecológica (Almeida, 1998; AS-PTA, 1999; Aubertin & Pinton, 2006).

Florentino e outros (2006) mostram como, na Amazônia e no Nordeste, os movimentos sociais camponeses e os sindicatos de trabalhadores rurais acabaram investindo e mobilizando a retórica do desenvolvimento sustentável para promover projetos mais autônomos ou para reivindicar o acesso ou o manejo dos recursos naturais locais. No Nordeste, durante os anos 90, as primeiras políticas de desenvolvimento sustentável foram impostas pelo Banco Mundial, que sujeitou seus co-financiamentos (após o final do Projeto PAPP) à realização prévia, por cada estado federado, de planos de desenvolvimento sustentável (no marco do programa Áridas). É bem verdade que, do ponto de vista dos executivos estaduais, a redação de tais planos nunca se destinou à sua aplicação, embora tenham introduzido essa dimensão no discurso público de forma definitiva.

O segundo fator corresponde à implantação do Pronaf, sujeitando-se a liberação dos créditos e apoios às infraestruturas coletivas à criação de conselhos municipais de desenvolvimento rural e à realização de planos municipais (Schneider e outros, 2003).

No Nordeste, na realidade, o modelo de desenvolvimento rural é caracterizado por três processos que interagem entre si: o desengajamento do Estado de diversos apoios diretos à produção, em particular para a agricultura familiar e camponesa (comercialização, extensão e formação); a implantação de políticas segmentadas que se destinam à agricultura familiar, mas a partir de uma abordagem mais social ou assistencialista do que produtiva (segurança alimentar, luta contra a pobreza, assistência social, gênero, jovens, meio ambiente etc.); o enfoque territorial e participativo do desenvolvimento sustentável.

O desengajamento do Estado está associado a dois processos conjuntos: à descentralização administrativa e à privatização de certas funções de apoio público. Embora haja mesmo transferência de responsabilidades no plano

local, esta não é sempre acompanhada por uma transferência de recursos e de competências. Mesmo quando esta acontece, existe um risco de manipulação pelas oligarquias que controlam as administrações locais. Este fenômeno, que foi chamado de “prefeiturização” do desenvolvimento, tem ocorrido em inúmeros municípios. Enfim, a privatização dos serviços de extensão não está sujeita à constituição de verdadeiras competências privadas, e o controle público é mínimo. As organizações de produtores reivindicam sua habilitação para poder garantir essas funções da mesma forma que as estruturas privadas. Os recentes esforços do Ministério do Desenvolvimento Agrário facilitaram essas formalidades, mas o processo ainda é extremamente burocrático, sobretudo junto ao Incra, e o Estado não exerce uma verdadeira capacidade de controle da qualidade da assistência técnica.

Cada vez mais, sob a influência das agências multilaterais, os instrumentos de políticas públicas são concebidos de forma segmentada, acarretando uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas, ao contrário do princípio tripartite do desenvolvimento sustentável (equilíbrio entre social, econômico e ambiental). Essas abordagens (aposentadorias rurais, bolsa família, ajuda alimentar etc.) restringem amplamente a questão econômica ao simples princípio do acesso das populações rurais (os chamados *rural poors*, os “rurais pobres”) ao mercado de troca capitalista; assim fazendo, mantêm sua dependência dos supermercados e das empresas agroalimentares. O programa Fome Zero, em sua fase inicial fornecia um auxílio alimentar de cinquenta reais por mês para as famílias mais desprovidas. Porém, o fez por meio da distribuição de um cartão magnético que só podia ser utilizado nos supermercados conectados à rede bancária, favorecendo a compra de bens importados ou produzidos pelo agronegócio em vez de estimular a compra da produção familiar e agroalimentar regional ou local.

Tensões e contradições entre as diversas políticas públicas em meio rural

No Brasil, várias categorias de políticas públicas atuam no contexto do desenvolvimento rural e da agricultura: (i) as políticas distributivas e de apoio à produção (subsídios, créditos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA); (ii) a política de irrigação da Secretaria de Recursos Hídricos; (iii) as políticas sociais proporcionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de luta contra a Fome – MDS (segurança social, aposentadorias rurais, Fome Zero, Bolsa-Família, aquisição de alimentos); (iv) as políticas de regulamentação:

do manejo dos recursos naturais, com o Ministério do Meio Ambiente, da administração dos mercados, com o Ministério da Indústria e do Comércio, da gestão de normas sanitárias, com o MAPA e (v) as políticas de tributação, com o Ministério das Finanças e da Economia.

Em 1995, com o reconhecimento oficial de uma política específica de apoio à agricultura familiar, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural, no âmbito do MAPA; e, a partir de 1999, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), no âmbito do novo MDA. A partir de 2003, o MDA passou a comportar três secretarias: a SAF, que administra o Pronaf e a política nacional de assistência técnica e extensão rural; a Secretaria de Reorganização Agrária (SRA), que cuida do Incra e da reforma agrária; e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), encarregada de implantar novas abordagens do desenvolvimento rural, sob a orientação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar (Condraf).

Indiretamente, a ação do MAPA envolve também a agricultura familiar. Ele se encarrega da regulamentação da comercialização dos produtos e estoques, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento agrícola (Conab), da legislação, dos controles sanitários ou de qualidade e também da pesquisa agrônômica, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Essa organização setorial dos ministérios leva a uma separação das políticas de desenvolvimento rural, agrícola, social e ambiental, e a uma especialização das secretarias em função dos públicos-alvo: agricultores familiares, beneficiários da reforma agrária ou das infraestruturas públicas de irrigação, produtores da agricultura patronal etc.

Assim, não há apenas uma política agrícola dualística entre agriculturas familiares (MDA) e patronais (MAPA); há também uma pluralidade de políticas e de ministérios. É natural que o Brasil, país-continente de agricultura tão diversificada, não disponha de uma única e só política agrícola. Porém a tendência que prevaleceu consistiu em satisfazer a cada setor de acordo com sua capacidade de reivindicação. Em decorrência, privilegiou-se o apoio à agricultura patronal, que dispõe de muita força no Congresso Nacional e nos governos dos principais estados. Por outra parte, medidas compensatórias estão distribuídas entre os diversos setores da agricultura familiar e camponesa. A falta de orientação geral, de um verdadeiro projeto nacional, se faz sentir. As respostas parecem desconectadas e meramente corporativistas. Enfim, diferenciação dos instrumentos de política pública e flexibilidade não significam necessariamente segmentação entre medidas separadas. Essa segmentação de orientações e prioridades, já pouco propícias à legibilidade e à compreensão

pelos beneficiários ou pela sociedade, acabou exacerbada pela distribuição de cargos no primeiro governo Lula. Os três ministérios, da Agricultura, da Indústria e do Comércio e Desenvolvimento, foram entregues a grandes proprietários, agroexportadores de cana-de-açúcar, de gado ou de aves.

As três secretarias do MDA foram distribuídas entre responsáveis e equipes provenientes dos movimentos sociais e das organizações sindicais da agricultura familiar, concorrentes entre si: a SRA para a Contag, a SAF para a Fetraf, o Incra para o MST e o SDT para as cooperativas de agricultura familiar.

Esta configuração não facilita a coordenação entre os vários instrumentos e programas. Acarreta também a superposição de medidas, por vezes contraditórias (entre produção e conservação ambiental ou entre produção e legislação sanitária). Com frequência, a justaposição de políticas públicas divergentes é alimentada pela disputa entre projetos de diferentes secretarias em uma mesma região ou pela falta de correspondência entre os territórios rurais apoiados pelo MDA e os territórios de planificação dos estados federados. Em princípio, a abordagem territorial, mais global, deveria contribuir para coordenar melhor as abordagens setoriais, partindo das realidades dos meios e dos atores locais. Como anda a abordagem territorial no que diz respeito ao desenvolvimento rural?

1.2. Abordagem territorial do desenvolvimento rural²²

Um procedimento atraente, mas exigente

O governo Lula retomou e amplificou a abordagem territorial e participativa (MDA, 2003) proposta durante o governo anterior (Incra, 1999; Sabourin e outros, 2005). A negociação e a gestão de projetos territoriais sustentáveis têm por base a implantação de mecanismos de interação entre ação pública e ação coletiva dos rurais, por intermédio dos conselhos de desenvolvimento sustentável. No papel, a justificação teórica e metodológica do programa é atraente. Ela procura construir bases mais humanas para o desenvolvimento econômico, fundamentadas em valores éticos de equidade, justiça, respeito da

22 Este subcapítulo utiliza resultados do Projeto “Diálogos”, parceria entre CDS/UnB, CIRAD, ICV, IPAM e WWF-Brasil, financiado pela União Européia. Seu objetivo é apoiar o diálogo entre os atores da sociedade, os setores público e privado, tendo em vista a construção e a implementação de políticas que visem a sustentabilidade social, econômica e ambiental na área de influência da BR-163, na Amazônia brasileira.

*Quadro 10 A visão de desenvolvimento territorial do
Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004)*

“O MDA justifica a abordagem territorial do desenvolvimento rural por quatro motivos:

- o rural não se limita ao agrícola;
- a escala municipal é reduzida demais para o planejamento e a organização do desenvolvimento, e aquela do Estado é demasiado ampla para levar em conta a heterogeneidade das especificidades locais;
- é necessário descentralizar as políticas públicas, atribuindo competências aos espaços e atores locais;
- o território é a unidade que melhor permite tomar em consideração e mobilizar os laços de proximidade entre indivíduos, grupos sociais e instituições.

A abordagem territorial deve criar as condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de seu futuro, de um diagnóstico de suas potencialidade e limitações e dos meios para perseguir seu próprio projeto de desenvolvimento sustentável.

Deve considerar a interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ecológicos, a integração produtiva e a valorização competitiva dos recursos que permitem a cooperação e a co-responsabilidade dos atores sociais; trata-se de mobilizar os valores de equidade, de respeito da diversidade, da solidariedade, da justiça e da inclusão social.

Esses valores dependem do reconhecimento da multifuncionalidade das dimensões que contribuem ao futuro de um território:

- dimensão econômica: capacidade de inovação, de diversificação, de articulação dos recursos locais, de integração das redes de pequenas empresas;
- dimensão sociocultural: equidade social por meio da participação cidadã às estruturas de poder a partir do respeito dos valores e da cultura do território e a procura do melhoramento da qualidade de vida das populações;
- dimensões político-institucionais: institucionalidades renovadas, governabilidade democrática e promoção do exercício da cidadania;
- dimensão ambiental: os recursos naturais como ativos do desenvolvimento, sustentabilidade para as gerações futuras.”

diversidade, co-responsabilidade e reconhecimento da multifuncionalidade dos espaços rurais (cf. quadro 10).

A abordagem territorial deve permitir a constituição de espaços de diá-

logos entre organizações locais, sociedade civil, municipalidades e serviços do Estado, de forma a levar mais facilmente em conta dinâmicas territoriais, prioridades e especificidades das iniciativas dos atores locais. Segundo a proposta do MDA, o desenvolvimento territorial poderia ser a base espacial e rural de uma política de desenvolvimento sustentável, que resulta da capacidade de coordenação dos múltiplos atores de um território, da definição conjunta de orientações e de projetos a realizar, bem como da implementação dos meios necessários para alcançá-los. Assim, o desenvolvimento territorial seria o resultado da interação entre dinâmicas locais produtivas, sociais e dinâmicas institucionais. Um dos principais desafios consiste em fortalecer a capacidade dos atores da agricultura familiar de contribuir de forma ativa para a definição e implementação de projetos e instrumentos adaptados de políticas públicas.

Nesse âmbito, o MDA identificou e homologou uma centena de territórios prioritários, propondo um apoio metodológico para a implementação de planos de desenvolvimento territorial que devem orientar decisões sobre os financiamentos de infraestruturas e equipamentos intermunicipais destinados a apoiar o desenvolvimento rural e a agricultura familiar (cf. tabela 17 e figura 10).

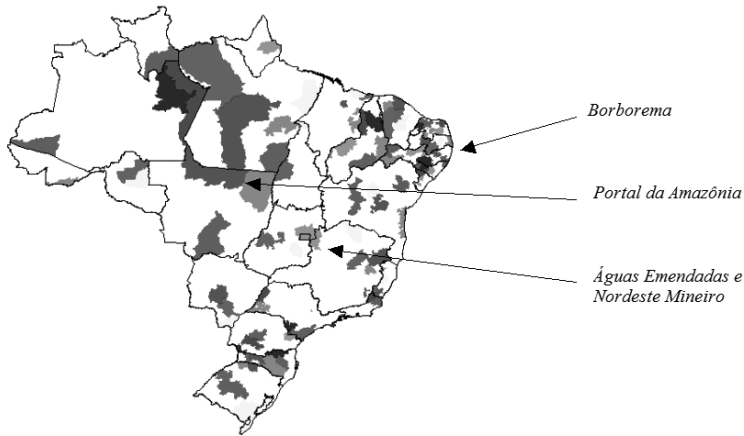
Tabela 17 Territórios rurais homologados pelo MDA (2005)

Macrorregião:	Territórios	Municípios
Norte	16	137
Nordeste	45	718
Centro-Oeste	9	128
Sudeste	18	303
Sul	16	386
Total	104	1.672

Fonte: MDA/SDT, 2005

Dotados de uma comissão provisória de implantação dos projetos mais ou menos colegial e de um articulador local designado pelo MDA, os próprios territórios institucionalizados e desenhados pelas autoridades públicas se tornam novos atores coletivos do mundo rural (Abramovay, 2002 e 2005). Porém, cabe perguntar qual é a sua legitimidade, já que, muitas vezes, os atores humanos encarregados do projeto coletivo terminam sumindo atrás de uma nova estrutura institucional.

Figura 10 *Territórios do MDA/SDT (2005) www.mda.gov.br/sdt/*



Territórios mencionados neste trabalho

Uma institucionalização em andamento

De fato, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) tenta federalizar um apoio estrutural à agricultura familiar, na continuidade do “Pronaf infraestrutura”. Para o MDA, trata-se, ao mesmo tempo, de inovar institucionalmente em relação às políticas agrícolas anteriores (com projetos negociados e intermediados pela sociedade civil organizada, num marco territorial etc.) e, no plano político, de tentar contornar as autoridades dos estados e dos municípios, soberanas no que tange a execução dos programas e dos projetos em virtude da subsidiariedade do sistema federal.

Esse processo de territorialização do desenvolvimento por meio de projetos geoeconômicos, não é completamente novo no Brasil. Há vários antecedentes no que tange ao Desenvolvimento Regional Integrado (DRI): o PAPP no Nordeste, com as APR no Nordeste, apoiadas pelo Banco Mundial e as Community Driven Development e os Coredes do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento regional territorializado. Por isso, o PDSTR acaba fortalecendo um processo de institucionalização da participação da população rural, por meio da sociedade civil organizada e da representação dos agricultores familiares, que já está em andamento. Pode-se destacar, a favor do PDSTR, o surgimento de uma nova geração de líderes técnicos nos serviços públicos e nas ONGs e de dirigentes das comunidades e organizações de agricultores familiares e camponesas. Aliás, se o processo de elaboração, discussão e avaliação colegial de projetos intermunicipais pode funcionar, é justamente

a partir destes novos líderes que ainda não foram engolidos ou corrompidos pelo sistema clientelista tradicional.

Todavia, segundo a opinião dos próprios responsáveis do MDA/SDT, estes territórios, cujos contornos foram desenhados por decisões dos municípios e dos Estados federados têm, às vezes, pouca identidade própria e pouco reconhecimento por parte dos agricultores, dos atores econômicos e até dos políticos.

Claro, a descentralização não se dá por decreto. A experiência mostra que embora a sociedade civil e o setor privado estejam acostumados com relações horizontais, o Estado e seus serviços têm dificuldade em abandonar o eixo vertical de tomada de decisão. Em geral, os territórios rurais apoiados pelo MDA foram definidos a partir de bases geográficas (vales, bacias vertentes, periferia de uma capital etc.). Por vezes, isto se deu a partir de bases políticas: polos sindicais regionais da Fetraf e da Contag, entre outros, acarretando uma reação de desconfiança, ou até de hostilidade por parte das administrações municipais e dos governos de Estados federados que não se alinham com o poder federal. Por sua vez, os municípios e Estados federados tentaram contornar a política de territorialização federal, criando então Consórcios de Municípios, às vezes no próprio âmbito dos territórios rurais apoiados pelo MDA, em bases políticas concorrentes, por exemplo no Estado do Mato Grosso.

A vantagem destes consórcios, comparados aos territórios rurais, consiste em dispor de uma pessoa jurídica oficial e poder administrar financiamentos públicos. A população rural envolvida não foi consultada e, em muitos casos, desconhece a existência do território ou do projeto de território, após vários anos.

Além do mais, o processo de territorialização é contrariado tanto pela concepção de pequenos projetos locais, quanto pela pregnância do sistema federal. Ora, o financiamento das infraestruturas e dos equipamentos selecionados pelas comissões ou pelos conselhos territoriais só pode ser canalizado e implementado por intermédio do Estado federado ou dos municípios. Assim, a capacidade dos poderes políticos locais e regionais de frear ou de desviar estes projetos é muito forte e, às vezes, empregada de forma sistemática (Delgado e outros, 2007).

O investimento previsto pelo MDA para acompanhar a construção de processos de identidade territorial é louvável; porém, sem dúvidas continuará se deparando com estes problemas estruturais.

Uma territorialização limitada

O primeiro freio à territorialização dos projetos apoiados pelo PDSTR advém do tamanho dos territórios (10 a 20 municípios) e da necessidade de mudança de escala em relação à administração municipal. A nova escala é estranha às práticas e às representações dos atores políticos e econômicos; sobretudo, é pouco adaptada ao apoio às dinâmicas produtivas locais da agricultura familiar.

Assim, subsiste um forte tropismo, verdadeira “dependência do caminho” (no sentido da *path dependency*) das estruturas dos municípios e dos estados federados. Além do mais, o sistema de administração, de financiamento e de monitoramento no âmbito do MDA é organizado por estado e não por território. Por exemplo, os projetos são arquivados por estado no âmbito da SDT, já que um estado pode contar vários territórios; todavia, um território pode se sobrepor à fronteira de vários Estados.

O segundo empecilho do efeito territorial e participativo é de ordem tecnocrática e profissional. O poder dos técnicos, em sua maioria agrônomos (presentes desde o MDA, os serviços do Inbra, as Emater, as secretarias estaduais e municipais de Agricultura, até as ONGs locais etc.) se vê fortalecido pela própria natureza do programa, que trabalha essencialmente a partir de objetos técnicos (planos, projetos, equipamentos, máquinas etc.). A elaboração, instrução e execução dos projetos, as oficinas de capacitação e as relações interinstitucionais dependem em grande parte destes agrônomos. Naturalmente, eles passam a constituir uma rede sociotécnica bastante forte e institucionalmente presente para constituir um poder de regulação de todo o sistema.

Por outra parte, as circunstâncias coincidem para esta regulação sociotécnica. Em função das exigências técnicas e burocráticas dos processos de elaboração, seleção, acompanhamento, financiamento e execução dos projetos, somadas a um calendário muito curto (projetos anuais) a maior parte das reuniões e dos debates, mas também das capacitações, se dedica a estes objetos técnicos intermediários (diagnóstico, plano, projeto etc.), que acabam se tornando os fins ao invés dos meios. Muitas vezes, para os técnicos dos conselhos e da SDT, ter conseguido fazer aprovar e financiar um projeto mais ou menos dentro dos prazos já representa uma vitória. De fato, para os técnicos, o projeto realizado se torna facilmente um fim, ao passo que nunca deixa de ser um meio para a população.

Esse tropismo sociotécnico é fortalecido pela natureza dos investimentos e das ações financiadas: em 90% dos casos, são infraestruturas e equipamentos

técnicos, embora as prioridades indicadas nos diagnósticos, nos planos ou pelos agricultores se refram, sobretudo à regularização fundiária, à comercialização dos produtos, ao acesso a financiamento, à assistência técnica e à formação.

Essa rede de técnicos é marcada por fortes dependências da esfera política (cargos de confiança ou recrutamento direto) ou por alianças com os políticos com os quais compartilham, muitas vezes, um certo autoritarismo e um sentimento de competência técnica perante os agricultores. Muitas vezes, no âmbito desta rede, existe uma tensão, uma concorrência por recursos ou até mesmo uma oposição marcada entre os técnicos dos serviços públicos (Emater, secretarias de agricultura dos estados e municípios, Incra etc.) e os técnicos das ONGs. Tal competição pode gerar conflitos que, por sua vez, prejudicam a qualidade dos projetos. Em tese, estes projetos deveriam beneficiar diretamente agricultores familiares ou suas organizações, mas, em realidade, o programa da SDT passaria a financiar veículos, computadores para as empresas de extensão rural ou capacitações e consultorias para as ONGs. Em muitos casos, essa tensão é alimentada pela própria SDT, que atribui a realização de estudos prévios e a implementação do apoio financeiro e técnico-metodológico às entidades de assistência técnica e extensão rural. De fato, esta habilitou uma série de ONG ou de fundações regionais que, na prática, se beneficiam com a quase exclusividade das consultorias e dos estudos técnicos associados aos territórios rurais, contrariando, às vezes, iniciativas ou propostas locais. As tensões vêm também do fato que esta habilitação foi realizada sobre bases muitas vezes tão ideológicas quanto técnicas e a despeito de qualquer processo de concurso ou de licitação.

Durante os primeiros anos de implantação do PDSTR, os valores dos financiamentos destinados à formação, à elaboração de diagnósticos e de planos eram equivalentes ou até superiores aos investimentos atribuídos a cada território. Estes fatos chocaram muitas vezes os dirigentes camponeses, quanto mais que, em certas ocasiões, a qualidade dos estudos era questionável. Os agricultores que coordenam o Território Águas Emendadas consideram que esses estudos foram alimentados por dados estatísticos ou secundários de que já dispunham e por vieses tecnocráticos, muito mais do que por consultas com as populações envolvidas, como o defendia o método indicado pela SDT.

Até agora, o programa não dispõe de mecanismos de controle, de monitoramento e avaliação dos projetos. As primeiras propostas de implantação de um sistema de monitoramento informatizado confiam sua avaliação aos agricultores beneficiários e aos técnicos que deram origem à elaboração dos projetos. Isto pode levar a conflitos de competências e de interesses. Por fim,

como este tipo de mecanismo de avaliação confunde participação e fortalecimento das capacidades dos atores locais com lógica de territorialização, há riscos de se favorecer também o surgimento de projetos inadaptados. Sem sombra de dúvidas, um dos pontos fracos do dispositivo PDSTR reside na associação sistemática entre fortalecimento da participação popular e territorialização; ao passo que são dois processos distintos que não adotam a mesma lógica, embora possam, porventura, ser complementares.

Por outra parte, surgem outras dificuldades mais conjunturais no que se refere à implementação do procedimento, apesar de haver mesmo um voluntarismo dos agentes do MDA/SDT e verdadeiros progressos serem obtidos em termos de institucionalização do processo e de avanços ligados à urgência das necessidades, ao entusiasmo pioneiro e à mobilização dos movimentos sociais.

Dificuldades operacionais

Primeiro, criar espaços de diálogo abertos às organizações camponesas não basta se estas não dispõem dos meios de elaborar e defender seus projetos. Em geral, nos conselhos municipais e territoriais, as organizações camponesas não têm muito poder de decisão e não dispõem de nenhum meio de garantir as responsabilidades de controle ou de implementação das decisões. Muitas vezes, as nomeações dos conselheiros são realizadas pelo executivo e os pareceres são de ordem apenas consultiva (Schneider e outros, 2003; Duque & Diniz, 2003). Os camponeses e os agricultores familiares, em todos os conselhos que pude acompanhar, reconhecem que, na hora de defender seus pontos de vista, preferem se calar por humildade, por falta de confiança em si próprio e em suas capacidades de expressão diante de técnicos e políticos. Esta assimetria é um convite aberto para a aprovação, às vezes unânime, de projetos inadaptados ou contrários aos desejos dos agricultores, quando não se destinam a favorecer prefeituras municipais ou escritórios locais da assistência técnica e extensão rural.

Segundo, os volumes de financiamento de projetos do PDSTR ainda estão bem reduzidos, limitados por orçamentos anuais. Isto acarreta uma grande fragmentação de microrrealizações sem verdadeiro impacto territorial. A implementação de projetos mais amplos e de natureza intersetorial depende de articulações com outros ministérios e com os Estados federados. Assim, os projetos de maior porte dependem também da capacidade de negociação política dos respectivos municípios e Estados. Há, também, visões muito diferenciadas acerca da necessidade da agricultura familiar, da natureza dos

projetos prioritários, acarretando várias representações do que é ou deveria ser o projeto territorial, entre a União, os Estados e os municípios. Finalmente existem diferenças entre os três níveis de governo, em termos de escala de ação, de temporalidades de tomada de decisão ou ainda em termos de ritmos de execução, sem falar das inevitáveis divergências ou concorrências.

Terceiro, como a recente Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA não dispõe ainda de um corpo de funcionários, ela recorre a consultores *ad hoc* contratados para períodos de 6 meses, renováveis, ao invés de implantar recrutamentos seletivos por meio de concurso (inclusive para estes contratos de prazo determinado). Assim, o apoio aos territórios está sujeito a um processo de terceirização que pode se tornar perverso. Por exemplo, a realização dos diagnósticos e dos planos de desenvolvimento territorial depende de sistemas de financiamento de consultores externos pagos por produtos intermediários e não por tempo decorrido ou por resultado. Estes, para recuperar sua remuneração, tendem a aplicar, ao pé da letra e de uma forma rígida, esquemas preconcebidos, passando por uma série de produtos e de relatórios intermediários cujo principal defeito consiste em não levar em consideração as realizações anteriores ou em andamento, ou a especificidade das dinâmicas locais (Schneider e outros, 2003).

Por fim, esses consultores externos são, com frequência, recrutados em função de critérios de interconhecimento ou de pertencimento político o que não garante uma qualidade homogênea da animação do processo territorial e nem sua neutralidade nos debates dos colegiados territoriais.

O enfoque territorial não pode nascer sem processos de concertação e negociação articulados por uma animação local, embora esta possa ser fortalecida por um apoio externo. Esta animação requer atores competentes, de engajamento e motivação reconhecidos; mas é preciso que estes não estejam associados a interesses em conflito. Disto depende sua legitimidade para poder construir a tomada de responsabilidade dos atores a partir de uma capacidade de compreensão e reconhecimento dos outros e de suas posições (Tonneau & Sabourin, 2007). Por exemplo, muitos dos primeiros projetos votados, já vinham sendo elaborados por técnicos de uma ONG ou de uma Emater local, que iam ser contemplados para assegurar a assistência técnica, quando não a execução do projeto.

A intenção do MDA/SDT consiste em promover um desenvolvimento territorial a partir de práticas de democracia participativa que incluam a participação de todos os setores envolvidos na elaboração e na apropriação de um projeto comum. A maioria dos problemas decorre justamente do déficit de projeto comum, ou até da incapacidade de promover seu surgimento. Por enquanto,

foi dada prioridade a projetos de apoio à agricultura familiar; segmento que, por natureza, não está sujeito a desafios exacerbados ou a grandes polêmicas, ressaltando-se o caso da reforma agrária.

De fato, com esta abordagem, as decisões que envolvem os investimentos em infraestruturas e em equipamentos coletivos não competem mais aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), acusados de não dispor de poder de decisão ou de ser facilmente manipulados pelos prefeitos; estas decisões dependem, agora, da comissão territorial, cuja legitimidade pode também ser questionada quanto à sua representatividade e aos seus processos de designação (indicação, eleição ou cooptação). Claro, para as administrações municipais e para os prefeitos, o fim do acesso das CMDR aos recursos do Pronaf infraestruturas representa uma perda de poder. Nem por isto deverão os agricultores familiares obter mais poder no novo conselho intermunicipal. Tudo depende das capacidades de suas organizações de se mobilizar e de se coordenar para influenciar as decisões, mas também para adquirir as competências de construção de projetos comuns.

Todavia, a despeito das dificuldades iniciais de implementação operacional, devidas em grande parte à falta de experiência, estas iniciativas prefiguram um campo de experimentação no que diz respeito à interação entre ação coletiva dos rurais e ação pública do Estado, em suas mais diversas escalas.

O projeto territorial do Polo Sindical da Borborema

O Polo Sindical da Borborema (PSB) reúne os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de 16 municípios do Agreste da Paraíba, situados em torno de Campina Grande. A origem do polo advém de três fatores: uma ação sindical orientada para o apoio à agricultura familiar e ligada a uma nova geração de dirigentes que aborda os problemas de produção agrícola e de meio ambiente; a necessidade de se opor à posição conservadora da federação de trabalhadores rurais do Estado da Paraíba, membro da Contag, que não aderiu à Central Unificada de Trabalhadores; e as parcerias dos STR com várias ONGs regionais em apoio à agricultura familiar sustentável ou agroecológica.

A partir de 2001, o PSB começou a organizar formações para a elaboração de um plano de desenvolvimento regional da agricultura familiar, em decorrência da realização de um diagnóstico participativo territorial na escala dos 16 municípios, com o apoio metodológico da AS-PTA, uma ONG local. A metodologia abrangia três ferramentas, que se tornaram clássica: zoneamento agroecológico, tipologia dos sistemas de produção e estudo dos mercados rurais.

Quadro 11 A implantação dos territórios nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso

*O caso do território Águas Emendadas
(Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais)*

Este território rural, que corresponde à região econômica do Distrito Federal (DF) de Brasília e sua periferia, é o resultado de uma decisão política entre o MDA e as autoridades do DF. Ele é o único a cobrir três unidades federativas diferentes Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, com toda a complexidade de gestão que isto representa. Portanto, não se trata de um território de identidade rural e sim de um território de projeto econômico, associado à expansão do DF e a sua demanda por recursos humanos, mão-de-obra, alimentos e espaço. Águas Emendadas reúne as 10 regiões administrativas do DF, 3 municípios do Estado de Minas Gerais (inclusive Unai) e sete municípios do Estado de Goiás. A Comissão de Implantação das Ações Territoriais-CIAT conta 42 membros, dentre os quais 30 representantes dos agricultores familiares dos vários municípios e regiões do DF.

O caso do território do Portal da Amazônia – Mato Grosso

A implantação do território do Portal da Amazônia, que agrupa 16 municípios da frente pioneira amazônica do Estado de Mato Grosso, na fronteira com o Estado do Pará, começou bem: mobilização de prefeitos, de cooperativas de agricultores familiares e de ONGs locais em torno de uma dinâmica dupla de diversificação e qualificação das produções agrícolas locais e de preservação dos recursos naturais, em particular a floresta e os pastos ameaçados de degradação. Todavia, o processo local foi atrasado, ou até bloqueado, pelas intromissões ou pelas decisões unilaterais do consultor financiado pelo MDA, seguidas de sua substituição provisória e, por fim, por uma rotatividade de técnicos que mal conseguiram encontrar os meios para um verdadeiro diálogo com as organizações locais. Ao término de três anos, o plano territorial ainda não foi elaborado e os projetos financiados, que não correspondem às prioridades ou às demandas locais, correm o risco de ser inúteis ou inadaptados (por exemplo, o centro de capacitação em Colider, bem pouco utilizado durante os dois primeiros anos, cujos componentes foram roubados antes mesmo de o edifício ser administrado pelo Consórcio Intermunicipal local).

Privilegiando a escala intermunicipal e dando prioridade à agricultura familiar, o MDA/SDT tenta favorecer o surgimento de contra-poderes em relação a uma situação tradicional de prefeitos onipotentes e ligados à agricultura patronal. Mas a realidade continua mais complexa do que uma oposição política binária entre situação e oposição. Assim, o poder das ONGs encarregadas pelo MDA de realizar os estudos ou nas quais são recrutados os consultores e animadores locais e regionais pode se tornar preponderante em relação às capacidades de expressão das organizações de agricultores e dos políticos locais; isto, sem nenhum tipo de legitimidade democrática representativa (eleição) ou técnica (seleção).

Ainda é bem cedo para avaliar a capacidade da Comissão Executiva do Portal da Amazônia de co-construir projetos comuns e novos instrumentos. Mas de antemão, a abordagem MDA/SDT revela uma fraqueza tecnocrática associada a uma grande tensão entre gestão administrativa e gestão política. Em seu formato atual, o processo de territorialização pode, quando muito, contribuir para a gestão do desenvolvimento, mas dificilmente para a gestão das escolhas políticas; pois a representação setorial continua pseudocolegial, não sendo garantida por nenhuma forma de representatividade ou legitimidade política (Sabourin e Rodrigues, 2007).

O PSB não esperou pelo plano e pelos financiamentos públicos do MDA antes de passar à ação. Com o apoio da AS-PTA, ele se encarrega da animação e do monitoramento de uma rede de Agricultores-Experimentadores (que realizam testes e experimentos programados em suas unidades de produção, avaliados de forma conjunta) e das comissões temáticas territoriais: manejo da água e construção de cisternas (Unidade de Gestão do programa “1 milhão de Cisternas”); culturas agroecológicas (manejo de 3 mercados de produtos orgânicos); e alimentação, saúde animal e sementes (apoio à rede de bancos de sementes comunitários) (Sabourin e outros, 2004b).

No caso do PSB, a Borborema foi selecionada para beneficiar do apoio do MDA-SDT, na consolidação de seu Plano. Porém, o procedimento participativo partindo dos atributos e das dinâmicas locais, não tardou a se deparar com o procedimento descendente do MDA. De fato, uma animação “participante” foi aplicada, mas atrelada a um método engessado com etapas e subprodutos impostos pelos consultores, justamente por serem remunerados por produto (seminário, reunião, plano etc.).

Estas tensões entre o consultor do MDA e as instituições locais acarretam fricções com os prefeitos, sobretudo com aqueles que pertencem a partidos

de oposição e que aceitavam negociar com os sindicatos da região, mas que agora os acusam de serem manipulados pelo governo. O polo sindical fica refém do consultor, por causa de sua aliança política com o MDA.

Por outra parte, para não ter de compartilhar o método, o debate e as decisões, o consultor do MDA preferiu afastar as organizações locais parceiras do PSB, de forma a contratar técnicos menos exigentes.

Por fim, para não criar conflito, a solução adotada pelo Polo Sindical foi de continuar participando dos debates e dos trabalhos da comissão territorial, acolhendo inclusive seus técnicos e o articulador em sua sede. Todavia, paralelamente, o PSB retomou seu próprio trabalho de diagnóstico e formação, com seus parceiros habituais. O ritmo é mais lento, embora seja mais adaptado às necessidades e às possibilidades dos diferentes sindicatos municipais.

No âmbito da Comissão Territorial da Borborema, a elaboração do plano, a definição das prioridades e, sobretudo, a localização das infraestruturas (abatedouro, unidade de transformação das frutas, mercados etc.) opõem os municípios em função de lógicas bairristas. Assim, não raro, aproximam, apesar de suas opções políticas, prefeitos e dirigentes sindicais de um mesmo município na defesa de um projeto, desde que esteja situado no município “deles”. Como se não fosse bastante, os financiamentos ainda são limitados e pulverizados, a própria noção de plano de desenvolvimento territorial traz um problema para os atores locais. Eles tenderiam mais a contar com um modo de programação flexível, descentralizado e horizontal, mas que se insira nas grandes orientações de um plano de desenvolvimento regional, no qual estariam previstos orçamentos para investimentos plurianuais.

Em termos de impacto, o PDSTR continua pouco significativo; seu orçamento anual representa cerca de 100 milhões de Reais, ao passo que o Pronaf continua sendo a única política pública estruturante da agricultura familiar brasileira, com cerca de 10 bilhões de Reais aplicados em 2006.

Conclusões

Podemos nos perguntar se não se deveria temer que a abordagem territorial, além de seu efeito “inovador” em torno dos conceitos e do vocabulário, fique limitada a uma nova roupagem de velhas receitas, depois das abordagens integrada, integral, apropriada, autocentrada, endógena ou sustentável do desenvolvimento rural.

Primeiramente, a própria abordagem territorial, quanto mais limitada ao setor agrícola, não soluciona todos os problemas de desenvolvimento rural de uma região desfavorecida e não pode pretender ser universal. Na Europa,

onde este procedimento deu continuidade as dinâmicas de desenvolvimento local já antigas, nem por isto todo o espaço nacional se encontra automaticamente dividido por completo em territórios rurais (ou em *pays*, como são chamados na França). Isto continua sendo uma opção dos moradores e dos atores locais. Na Espanha, este procedimento se insere em um grande movimento de descentralização e de autonomia das regiões. No Brasil, alguns governos (Bahia, Sergipe etc.) já se empenharam em dividir todo o Estado federado em territórios rurais; às vezes, isto ocorre mais por causa de uma lógica de oportunismo face a novos financiamentos do que por vocação pela planificação territorial.

De fato, o exercício de implementação de conselhos municipais, territoriais e regionais representa um progresso, com efeitos positivos em termos de espaço de aprendizagem, para os agricultores e para os políticos. Em contrapartida, podemos indagar qual é a possibilidade de desencadear verdadeiros efeitos-alavanca para o desenvolvimento rural. O estudo de Veiga (2006) sobre os primeiros procedimentos territoriais em duas regiões do Rio Grande do Sul indica que os efeitos em termos de desenvolvimento dependem mais dos ativos iniciais da região (infraestrutura e capital humano) do que do apoio territorializado.

Na perspectiva nacional, vários fatores podem explicar estas dificuldades:

- a assimetria de informação e de poder de decisão no âmbito dos conselhos;
- os limites da democracia técnica participativa e das competências dos consultores, bem como a dos técnicos;
- a pulverização dos financiamentos, dos projetos e dos efeitos decorrentes da fragmentação dos poderes;
- a abordagem pela agricultura, ainda setorial e agrícola;
- as dificuldades de coordenação entre ministérios e destes com os Estados, as concorrências entre espaços e poderes de planificação;
- os freios ligados à Constituição brasileira: o regime federal, a pulverização do orçamento através de um sistema de emendas distribuído em mais de 5000 municípios e o ritmo bienal das eleições;
- os limites cognitivos no que diz respeito ao recorte territorial ou à fronteira entre o rural e o urbano (Veiga, 2002). É o caso, por exemplo, do efeito polarizador e desestruturante da integração de grandes centros urbanos – inclusive capitais regionais tais como Brasília (Águas Emendadas) ou como Campina Grande (Borborema) – no âmbito dos territórios rurais.

A principal limitação, no Nordeste e na Amazônia, provém também do fato

que o Estado não tinha garantido a implantação dos ativos e das infraestruturas de base antes de passar a apoiar os atributos específicos dos territórios, como foi o caso na Europa, com os projetos territorializados de recuperação regional, muitas vezes adotados como modelos no Brasil (MDA, 2003). Assim, as regiões que podem valorizar os apoios específicos são aquelas que já dispunham das infraestruturas: são os polos irrigados, as bacias urbanas e periurbanas dotadas de agroindústrias, as áreas turísticas... inúmeras situações em que a agricultura camponesa e familiar já é marginalizada ou não dispõe de vantagens competitivas perante as empresas agrícolas; tantas situações em que os camponeses correm o risco de se tornar invisíveis.

A experiência dos CMDR já mostrou a perversidade da visão neoliberal da descentralização, que leva a uma fragmentação dos poderes e dos contrapoderes locais, podendo contribuir para a fragilização de antigos espaços de resistência e de negociação construídos nas esferas social e histórica. Em certos casos, em particular na Amazônia onde as instituições são mais recentes ou frágeis, a dinâmica territorial do MDA foi instrumentalizada por meio de lutas entre facções sindicais para a representação dos agricultores familiares. Na região de Marabá (Território da Amazônia Oriental, no Pará), o processo destruiu praticamente a organização camponesa anterior (Veiga e outros, 2007). Em outros casos (Acre, Mato Grosso etc.), os projetos dos agricultores ficam reféns de ONG concorrentes (Sabourin, 2006c). Nesse tipo de dialética de negação do outro e de concorrência entre ideologias, destruir projetos comuns é mais fácil e mais rápido do que construí-los.

O futuro do procedimento territorial depende da capacidade dos agricultores familiares e camponeses, por um lado, de construir sua representação, de tomar a palavra e de consolidar um poder de decisão no âmbito dos conselhos; por outro, de tecer colaborações com as comunidades locais e com os setores público e privado, no contexto da elaboração de projetos comuns.

Está claro que, por natureza, a implantação de qualquer procedimento de planificação ascendente (quando é mesmo este o caso) favorece o surgimento e a formalização de novas demandas sociais e de novas alianças entre atores. Permite também levar em conta melhor a diversidade regional, ecológica e étnica, que pode abrir possibilidades de conquista de espaços, ou no mínimo, de janelas de negociação entre atores públicos e privados ou entre ação coletiva e pública.

Uma das dificuldades do PDSTR vem também da sua ambição de associar territorialização do desenvolvimento, desconcentração ou descentralização do Estado e participação popular em um mesmo processo. Ora, são três categorias de enfoques e de instrumentos bem diferenciadas e independentes.

Participação popular e territorialização não são sinônimas e não funcionam naturalmente juntas. Da mesma maneira descentralização e desconcentração do Estado se dão mediante a transferência de competências e recursos aos estados federados e às prefeituras municipais, mas, não obrigatoriamente mediante a participação da população. É, por exemplo, o caso dos consórcios de municípios. Uma das dificuldades do PDSTR é o risco de confusão entre territorialização e participação popular, uma vez que, nessa política, a elaboração e execução dos projetos devem assumir, simultaneamente, essas duas características.

2. Interações entre ação coletiva e ação pública

Cada vez mais, na Europa e na América Latina, as políticas públicas aparecem como construções sociais resultantes de processos de ação coletiva que associam diversas categorias de atores públicos e privados (Callon e outros, 2001). No Brasil, as experiências de democracia participativa sobre orçamentos municipais são relativamente recentes e envolvem, sobretudo, situações urbanas. Em contrapartida, como foi indicado anteriormente sobre o desenvolvimento comunitário, existe uma experiência rural de participação dos programas públicos no país, embora esta tenha sido muitas vezes instrumentalizada pelas tutelas, no caso do Nordeste. Nestes últimos anos, surgiram novos tipos de atores coletivos no meio rural, o que provocou uma renovação em termos de negociação e de elaboração de instrumentos públicos de desenvolvimento agrícola.

2.1. Origens, avanços e dificuldades

Surgimento de novos atores coletivos

No Nordeste, a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais tem suas raízes no movimento sindical camponês (Ligas Camponesas do fim dos anos 50, sindicatos de trabalhadores rurais dos anos 1970) ou nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs, anos 1970 e 1980) e por vezes ambos (Amman, 1985). A democratização dos anos 1980 – 1990 favoreceu bastante a autonomia destas organizações em relação às tutelas dos partidos, das Igrejas ou dos políticos locais.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos que vão além da defesa dos interesses de classe ou de grupos socioprofissionais, se deve a dois elementos: à tradição

de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais, como água, pastos, floresta (caatinga), sementes, terras etc. e as carências do Estado e das coletividades territoriais para cuidar de certos serviços e bens públicos de base no meio rural, tais como educação, saúde, informação e inovação técnica.

Estas carências, aliás, foram acentuadas pela redução do apoio público à agricultura, somada à descentralização das funções de apoio do governo federal, sem transferência dos recursos correspondentes aos Estados ou às coletividades territoriais.

Por fim, três mecanismos mais recentes fortaleceram as modalidades de articulações entre iniciativas coletivas isoladas na escala microlocal ou comunitária (quadro 12):

- a territorialização do desenvolvimento rural, após a criação do Pronaf, em 1995, e a implantação dos CMDR para orientar decisões acerca dos investimentos municipais em matéria de infraestruturas agrícolas ou rurais (Abramovay, 1999, 2002);
- a constituição de polos sindicais que reúnem os STR de vários municípios (10 a 15), na escala da microrregião;
- o surgimento de fóruns mistos e o engajamento de ONG e de universitários junto aos movimentos sociais do campo, nestas articulações “híbridas”.

Interações entre políticas públicas e dinâmicas locais

A partir dos anos 1990, a descentralização começou com a transferência, para as estruturas municipais, da gestão das políticas de educação e, posteriormente, de saúde. De fato, os prefeitos podem optar por se apoiar ou não nesta representação da sociedade civil e dos corpos socioprofissionais no âmbito dos conselhos municipais de educação e saúde, que se tornaram obrigatórios; mas eles não podem ignorá-los, sobretudo em período de eleição. Em 2003, o Governo Lula inaugurou as consultorias nacionais e regionais da sociedade civil, por intermédio de conferências temáticas (meio ambiente, cidade, desenvolvimento rural, esporte etc.). Dando continuidade, foi proposta a criação de novos espaços de negociação, os conselhos e as comissões dos territórios rurais, no âmbito dos projetos de desenvolvimento rural. Mas esta dinâmica sequer se manteve sempre e a sociedade civil tem dificuldade de identificar, na aplicação das políticas resultantes, as orientações e as recomendações específicas produzidas pelas conferências.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural, os efeitos destas interações entre ação coletiva local e poder público foram sistematizados a partir da

Quadro 12 Tipologia dos atores coletivos em meio rural

Uma primeira série de iniciativas tem origem na federação de organizações camponesas ou em grupos socioprofissionais dos agricultores familiares (associações comunitárias reunidas em comitês ou centrais de serviços) ou até na federação de sindicatos municipais de trabalhadores rurais, em “polos sindicais”.

O segundo tipo corresponde a dispositivos coletivos de agricultores, sem estatuto jurídico, mas que cuidam de funções de interesse familiar e coletivo de apoio à produção bem como de outras funções de interesse comum ou público: bancos comunitários de sementes, grupos de Agricultores-Experimentadores, grupos de crédito mútuo (fundos rotativos), escolas familiares rurais etc.

A terceira forma de articulação é constituída pelas cooperativas de crédito no meio rural, reunidas recentemente em diversas associações regionais e federadas em 2005 no âmbito da Unicafe, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

A quarta categoria corresponde ao surgimento dos fóruns mistos que reúnem tanto organizações de agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, como também representantes da sociedade civil organizada: técnicos de ONGs, cooperativas de trabalho e de assistência técnica, universitários e personalidades independentes.

valorização dos resultados de dez estudos de casos de transformação da agricultura familiar em quatro das principais macrorregiões do Brasil (Tonneau & Sabourin, 2007). Os resultados deste estudo ilustram as principais características e tendências das articulações entre as políticas de desenvolvimento rural e as dinâmicas sociais da agricultura familiar ou camponesa.

Mais que oposições ou conflitos marcados, surgem complementaridades ou dinâmicas paralelas e, na maioria dos casos, tensões entre políticas públicas e dinâmicas locais.

- *As complementaridades*: os apoios públicos podem produzir um efeito alavanca sobre as dinâmicas locais, graças à concentração dos esforços e dos recursos que fortalece a constituição, o funcionamento inicial e a institucionalização das dinâmicas locais ou de suas estruturas portadoras.

A ação de diversas instituições, em particular instituições de pesquisa e ensino, contribui para a informação, a formação e a abertura dos atores locais. A criação ou a promoção dos conselhos ou dos espaços de debate induz progressos no que diz respeito a processos de aprendizagem; alguns são ir-

reversíveis, inclusive em contextos hostis, como o mostram os exemplos de Pintadas, Massaroça ou Tauá (cf. capítulo II).

- *As dificuldades e as tensões*: devem-se, primeiramente, à descontinuidade dos apoios, caracterizada pela instabilidade e pelas rupturas das políticas públicas ou de seus instrumentos (crédito, formação, assistência técnica etc.). Segundo, surgem os problemas devidos à defasagem entre os ritmos e prazos dos atores locais e dos gestores das políticas públicas. Além dos prazos ditados pelas instituições de financiamento e pela administração pública brasileira, vale notar os efeitos perversos de um sistema político marcado por eleições locais ou gerais bienais.

Por outra parte, os agricultores se queixam da falta de envolvimento ou de competências dos serviços técnicos públicos; e mais ainda, das empresas privadas quando foram terceirizadas a assistência técnica e a extensão rural.

- *As dinâmicas paralelas*: as políticas públicas só afetam uma minoria de agricultores familiares de cada região ou localidade. Uma outra minoria beneficia de apoios alternativos por intermédio das ONGs, das universidades ou de suas próprias organizações. Muitas vezes, até anos recentes, essas duas dinâmicas não conviviam, eram paralelas, quando não hostis. Mas a maioria, a dos camponeses invisíveis, continua afastada destes dois tipos de atuação (Sidersky, 2006).

São várias as explicações dadas pelos agricultores ou por seus representantes:

- o sistema político e administrativo centralizado e ainda autoritário dos anos 80 levou os camponeses a buscar soluções não governamentais. Assim, tiveram não só que aprender a lidar com o apoio de tipo alternativo das ONG que militavam então contra o Estado, mas também com o apoio dos movimentos sociais, da Igreja e das agências de cooperação internacional. Muitas vezes, apesar da volta à democracia, os serviços públicos mantiveram posturas autoritárias; ou, em todo caso, continuaram sendo temidos pelos pequenos agricultores. No ano 2000, os representantes sindicais de Lagoa Seca, um município vizinho à cidade de Campina Grande, reconheciam ainda que eram intimidados pelos técnicos ou pelos pesquisadores e que a maioria dos camponeses das comunidades os temiam e não ousavam contradizê-los.²³

23 Ghilaine Duque, professora da Universidade Federal de Campina Grande, cita o caso de uma comunidade que aceitou um ensaio de cápsulas porosas de cerâmica, cuja função consistia

- há uma evidente assimetria de informação e de meios, ou seja, de poder de negociação e de decisão entre, por um lado, os camponeses ou suas organizações e, por outro, os poderes públicos, os bancos e as empresas. Essa assimetria tende a limitar os enfrentamentos e conflitos e a favorecer o silêncio e o evitamento, ou até mesmo os desvios e a corrupção, na mais completa impunidade;
- por fim, ainda existe, nas esferas municipais e estaduais, uma falta de espaços de negociação e de oportunidade de expressão livre e estruturada das oposições ou das propostas alternativas.

Que participação?

As novas relações entre o Estado e as organizações camponesas e rurais mostram claramente que a atitude exclusiva de reivindicação das ONGs e das organizações de produtores foi superada. Esta atitude, característica dos anos 1970 e 1980, era diretamente ligada à ditadura militar, bem como à herança histórica do clientelismo político e do paternalismo, que não desapareceu.

Por outra parte, o apoio dado pelo Estado às organizações de agricultores constitui uma nova forma de resposta à complexificação crescente das políticas públicas, mediante relações contratuais negociáveis.

Muitas vezes, durante o processo de privatização e de desengajamento do Estado durante os governos FHC, tendeu-se pela substituição das funções do Estado pela sociedade civil organizada para serviços públicos não-rentáveis e cuja transferência para o setor privado era difícil (Leite & Medeiros, 2003).

Durante o primeiro Governo Lula, houve um debate sobre este tema; por exemplo, no que diz respeito ao modelo de Assistência técnica agrícola. Havia duas ou três tendências opostas no âmbito do MDA: alguns defendiam uma volta a um serviço público de extensão agrícola federal integral com a reconstituição da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta em 1990); outros preconizavam a privatização e o recurso ao auxílio dos bancos internacionais de desenvolvimento (programa do Crédito Fundiário); a terceira via, que tem prevalecido, consiste em homologar instituições públicas (Emater), privadas ou coletivas financiadas pelo Estado

em conservar a água disponível para as plantas. Esta comunidade foi a única na qual o ensaio se mostrou positivo. A inovação fracassou em todo o Sertão. Os camponeses entrevistados acabaram confessando que regavam manualmente com regularidade, temendo que o técnico ficasse aborrecido com o fracasso de seu sistema.

(cooperativas de trabalho, ONGs, organizações de agricultores etc.); ou seja, um sistema misto que associe operadores privados e públicos.

O mesmo tipo de debate existe no contexto da política de reforma agrária. Mas se trata de um falso debate entre reforma agrária, distributiva ou pelo mercado, puramente ideológico,²⁴ na medida em que as expropriações se tornaram muito limitadas ou são realizadas mediante indenização da terra aos proprietários a preço de mercado.

O Governo Lula apostou na participação da sociedade civil. Face aos futuros desafios eleitorais e sociopolíticos, podemos nos perguntar se um mandato de quatro anos é compatível com os desafios de uma política participativa que supõe investimentos a longo prazo e prazos amplos, para medir resultados concretos. Além dos riscos habituais de manipulação e de instrumentalização que circundam estas abordagens ditas participativas (Chauveau, 1994; Olivier de Sardan, 1995), as práticas de intermediação Estado-população mostram bem que a necessidade de contribuir com o surgimento ou a validação das escolhas é da própria natureza da decisão política. A arte de governar consiste em conseguir tornar válidos acordos sociopolíticos ou institucionais.

Após quatro anos de administração do primeiro governo Lula, pode-se constatar que as organizações de agricultores e os movimentos sociais que foram coagidos ou atraídos pelo novo poder, têm muitas vezes a impressão de terem sido desviados de seu rumo e trabalho anterior, sem que as políticas públicas tenham seguido suas recomendações ou suas reivindicações. Entre as organizações rurais, existe uma decepção em termos de realização no que diz respeito às expectativas levantadas pelas conferências e consultorias nacionais em termos de meio ambiente, de desenvolvimento rural ou de assistência técnica. Por outra parte, algumas destas organizações acabam enfraquecidas ou desestruturadas em termos de sua capacidade de mobilização social. Primeiramente, o governo contratou ou empregou seus melhores quadros. Segundo, estes, na medida em que deixaram de reivindicar e assumir uma posição crítica perante o governo, sem obter os resultados esperados, decepcionaram ou perderam suas bases sociais.

24 Ambas as formas padecem principalmente da falta de controle público (aplicação do imposto fundiário e indenização no custo real da terra), das lentidões e posições reacionárias do aparelho jurídico, ou até da corrupção.

2.2. Resultados, lições e perspectivas destas interações

Efeitos diferenciados das interações

Em geral, estas interações acarretam novas dinâmicas que, por sua vez, trazem várias consequências. Dentre os dez estudos de casos sistematizados, cinco tendências foram identificadas (Tonneau & Sabourin, 2007).

O fortalecimento das organizações econômicas dos agricultores constitui, não raro, um primeiro efeito dos apoios públicos, por intermédio da inserção no mercado, da intensificação ou da especialização induzidas pelos projetos produtivos. Em geral, a consequência associada é a aceleração do processo de diferenciação socioeconômica entre os agricultores familiares ou até mesmo a exclusão dos menos competitivos (como demonstram os exemplos de Massaroca ou dos perímetros irrigados públicos).

A busca por alternativas coletivas (agroecologia, mercados de proximidade, venda direta, mercados de proximidade, processamento local, processos de qualificação, etc.) constitui uma opção para reduzir os fenômenos de exclusão induzidos pelas políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, que insistem justamente na especialização e na competitividade. Até o final dos anos 1990, tais iniciativas beneficiavam somente de apoios não governamentais. Hoje, existe um esboço de apoio público diferenciado por meio de diversos programas e ministérios. Podemos citar: os projetos do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas (Sebrae); as incubadoras de cooperativas em universidades (apoio da Secretaria de Economia Solidária); as novas linhas do MDA para apoio aos territórios e à agroecologia; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar destinados à ajuda alimentar e aos mercados institucionais (escola, hospitais, etc.), administrado pelo MDS e a CONAB.

A segmentação das políticas públicas: essa segmentação se traduz pela multiplicação de ações de transferência de renda dirigidas a categorias específicas da população ou voltadas para certas temáticas (meio ambiente, gênero, juventude, segurança alimentar, combate à pobreza). Os efeitos apresentados por estes programas são tanto positivos quanto perversos. É verdade que reduzem a pobreza mais urgente, vinculada à segurança alimentar; porém não atacam as causas da pobreza enquanto mantêm processos assistencialistas (Demo, 2003). Chegam a produzir estratégias de captação destes novos recursos, que geram concorrência entre os membros das famílias, das comunidades e das localidades (os prefeitos determinam as listas de beneficiários). Estas medidas de transferência, quando não são generalizadas ou condicionadas,

geram também uma concorrência com as dinâmicas econômicas locais. Mesmo quando sua legitimidade não é questionada (como no caso da Bolsa Escola e da Bolsa Família), cabe examinar e questionar se estes programas são de natureza perene ou transitória e se estão associados a programas de inclusão social e econômica. Uma das questões-chaves tem a ver com o caráter transitório e a proporcionalidade entre instrumentos de assistência social e modalidades de políticas de integração social e econômica.

A construção de dinâmicas territoriais específicas constitui a tendência mais recente, por causa do novo apoio proporcionado pelas políticas públicas. De antemão, esta induz processos de fortalecimento das capacidades dos atores locais e de suas organizações, por meio dos mecanismos de representação e de delegação de responsabilidade, de aprendizagem de competências para a negociação e co-construção de ferramentas, ou até mesmo de novas regras (Ostrom, 1990 e 1992).

A evolução das políticas públicas resulta das mudanças da sociedade: as políticas públicas, os governos, precisam se apoiar em uma base social. No período autoritário, a solução consistia em criar movimentos sociais oficialistas para controlá-los. Com a abertura democrática, os governos passaram a instrumentalizar tais movimentos; assim, as políticas públicas tentaram negociar compensações parciais para acalmá-los ou para despertar seu interesse. Foi o caso do PAPP, com a Contag, das cooperativas dos perímetros irrigados públicos e, aos poucos, do controle compartilhado dos assentamentos de reforma agrária entre o Incra e os movimentos de trabalhadores. Posteriormente, com a implantação do Pronaf, tratou-se de confiar às autoridades locais (os prefeitos) a constituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, mais ou menos representativos e consultivos, de forma a justificar financiamentos federais.

Mais recentemente, alguns instrumentos ou programas de políticas públicas foram criados a partir das propostas das organizações camponesas, quando estas conseguiram se unir no contexto de fóruns híbridos ou de articulações regionais. Foi o caso do apoio aos bancos de sementes e às cisternas de coleta de água de chuva no Nordeste.

Propostas e perspectivas

Necessidade de co-construção

A co-construção de políticas públicas não é sempre desejável e possível (obviamente, algumas decisões dependem apenas do poder público), mas, em

termos de instrumentos de políticas públicas intermediárias e locais, ela pode se revelar pertinente e adaptada.

As políticas públicas, dadas sua crescente complexificação e diversificação, podem ser analisadas como conjuntos complexos de acordos institucionais entre agentes econômicos e sociais cujos interesses divergem em maior ou menor grau (Callon e outros, 2001). Neste tipo de perspectiva, as condições de existência e de funcionamento de quadros de negociação entre atores, de elaboração e de monitoramento – avaliação da aplicação das políticas públicas – são cada vez mais determinantes. Como afirma Duran (1999), *governar é administrar a ação coletiva*.

Assim, a co-construção de instrumentos de políticas públicas passa por várias condições:

- a necessidade de construção de marcos de definição, de aplicação e de monitoramento das políticas com os representantes legítimos dos atores sociais e econômicos;
- a necessidade de realizar esforços de pesquisa aplicada, de forma a conhecer e socializar melhor as potencialidades dos recursos locais e os sistemas produtivos; necessidade, também, de definir modos adequados de gestão;
- a necessidade de produzir conhecimento e construção das inovações com a participação dos agricultores e dos atores locais;

Posturas humildes

Os casos analisados indicam que não há receita conhecida e universal (Tonneau & Sabourin, 2007). Não há boas políticas públicas sem organizações locais fortes, capazes de mobilizar seus instrumentos ou de participar à concepção de novos dispositivos.

O estudo recomenda uma atitude de humildade; pois, para os agricultores, é difícil construir e implementar um projeto. Assim, um quadro de referência é necessário, devendo ser construído ou adaptado a cada situação, socializado por meio de atividades de animação e de processos de aprendizagem, de forma a:

- i) construir o projeto, mobilizando e articulando os saberes locais, científicos e técnicos;
- ii) adaptar ou criar dispositivos e ferramentas de gestão do conhecimento e da informação;

iii) conduzir pesquisas aplicadas a partir de experimentação social em condições reais.

Algumas hipóteses foram confortadas por este estudo:

A articulação entre o plano do Estado e as escalas territoriais: a abordagem regional ou territorial do desenvolvimento permite integrar os três diferentes níveis de governo e de administração e os diversos atores institucionais (ONG, movimentos sociais e organizações de agricultores) em um processo de diálogo e de coordenação, graças a uma articulação entre as diferentes escalas territoriais. Mas é preciso ter consciência da mutação que isto representa para os serviços do Estado e para os políticos locais e regionais e antecipá-la.

O papel da inovação localizada: a construção de propostas adaptadas e viáveis depende de determinadas condições e precauções. A pertinência dos instrumentos de atuação e a valorização dos atributos dos territórios passam pela organização destes ativos locais. A dinâmica da inovação depende tanto dos efeitos e resultados de uma organização fundamentada no território, quanto da injeção de recursos externos (cf. capítulo IV, itens 1 e 2).

A construção de competências: uma abordagem territorial deve ser acompanhada de um processo específico de construção das capacidades dos diversos atores e, se for possível, a campo, *in loco* (cf. capítulo IV, 3). A qualificação e a formação devem incluir os agentes administrativos e técnicos, os produtores, os políticos e os tomadores de decisão.

3. Reconhecimento público dos dispositivos coletivos dos agricultores

Para justificar a política de desenvolvimento rural territorial, invoca-se amplamente a ação coletiva e a organização dos agricultores familiares, no que tange à eficiência ou ao manejo descentralizado de recursos escassos. O reconhecimento público da legitimidade ou da eficácia das organizações de agricultores, bem como a implantação de mecanismos de interação entre ação do Estado e ação coletiva dos rurais, constitui sem dúvidas um progresso notável (Abramovay, 2002; Sabourin e outros, 2005; Sabourin, 2007a). Em contrapartida, muitas vezes, as mesmas organizações são mobilizadas para justificar políticas ou projetos “participativos” nos quais, na verdade, elas têm pouco ou nenhum poder de decisão e sim responsabilidades em termos de execução, de gestão ou de administração, substituindo o Estado e seus serviços.

Já defendi, junto com outros autores, que este é um caminho favorável, de médio ou longo prazo, para fortalecer capacidades de governança ou de

sustentabilidade institucional das populações rurais: representação, aprendizagem, autonomia e capacidade de gestão (Sabourin, 2002; Schneider e outros, 2003). Hoje, considero que o reconhecimento público das iniciativas de gestão ou de produção de bens comuns pelos grupos de agricultores abre novas perspectivas. Com ele, é possível fundar, a partir de práticas locais, por um lado, mecanismos de co-construção de instrumentos de políticas públicas e por outro lado, uma alternativa de política de multifuncionalidade para os países do Sul.

3.1. Dois casos de co-construção de instrumentos de políticas públicas

Perante as dificuldades econômicas e técnicas ou face às carências do Estado, os agricultores do Nordeste desenvolveram formas diversificadas de manejo de recursos comuns, no âmbito de suas comunidades ou de suas organizações profissionais. É o caso de coletivos de manejo de recursos naturais (bancos comunitários de sementes, reservas de água etc.), de produção de conhecimentos (grupos de agricultores-experimentadores, casas e escolas familiares rurais, universidade camponesa etc.) e de comercialização dos produtos (mercados e feiras de produtos locais ou orgânicos).

Cada vez mais, estas funções de interesse comum ou público são garantidas por fóruns de tipo híbrido, tais como a Articulação do Semi-Árido, ou os fóruns regionais e municipais. Estas iniciativas, sendo associadas ou a estruturas jurídicas ou a grupos informais, é possível assimilá-las, de forma genérica, a dispositivos institucionais ou coletivos de agricultores no sentido dado por Mormont (1996): “arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos em uma perspectiva de regulamentação” (tradução livre).

Além da experiência dos pastos comuns da Bahia, este tipo de processo pode ser ilustrado por dois casos de apoio público a dispositivos coletivos de agricultores do Estado da Paraíba: os bancos de sementes comunitários e os grupos de construção de cisternas de armazenamento de água.

Os bancos de sementes comunitários

No Nordeste, os Bancos de Sementes Comunitários (BSC) apareceram durante os anos 1980, promovidos pela Igreja Católica, pelos sindicatos camponeses e por diversas ONG, para garantir o acesso dos agricultores a um mínimo de sementes de qualidade, de maneira a poder lidar com a variabilidade da pluviometria e das colheitas. O manejo coletivo de um estoque de sementes em

silos metálicos tinha por objetivo garantir a possibilidade, para cada família da comunidade rural, de produzir e conservar suas próprias sementes.

Esta iniciativa tinha por base práticas de ajuda mútua camponesa entre famílias vizinhas. Sempre houve um sistema de dádivas recíprocas de sementes entre agricultores; desde pequenas quantidades (meio-litro), para plantios ou experimentações mútuas, até uma ou duas sacas em caso de necessidade imperiosa, de doença ou de colheita ruim.

A Igreja Católica e, em seguida, a Articulação do Semi-Árido/Paraíba (ASA-PB), rede mista de organizações de agricultores e da sociedade civil, criaram mais de 320 bancos de sementes comunitários no Agreste e no Sertão da Paraíba, entre 1995 e 1998. Em 2003, somente 225 funcionavam realmente, essencialmente por falta de continuidade no abastecimento dos silos.

Um estudo conduzido em 1995 e 1998 pela AS-PTA (1999) e pelos STR no agreste da Paraíba evidenciou a má qualidade das sementes e a erosão genética das variedades de feijão. De fato, apesar dos resultados encorajadores, os BSC não trabalhavam, ou pouco, com as variedades locais, embora sejam as mais apreciadas pelos consumidores da região.

Além do apoio à produção, por meio da criação de estoques descentralizados de variedades de milho e de feijões adaptadas à diversidade das condições agroecológicas, os Bancos de Sementes Comunitários contribuem para a conservação da biodiversidade das espécies e dos cultivares locais e concorrem para a segurança alimentar regional. Por intermédio da AS-PTA, eles foram beneficiados com um apoio do Fundo Nacional para a Biodiversidade. De 1995 a 1998, a AS-PTA se encarregou do monitoramento de 18 BSC, que beneficiaram 530 famílias, nos municípios de Remígio, Solânea e Lagoa Seca. Ainda havia 17 bancos ativos em 2005. Mas o movimento social decisivo foi a negociação, com o Estado, do reconhecimento público dos BSC para garantir estas funções de manejo de sementes nas regiões do Agreste e do Alto Sertão (ASA-PB, 1999, cf. quadro 13 e tabela 18).

Graças a este reconhecimento, os BSC puderam encontrar novos recursos e, sobretudo, certa legitimidade institucional para continuar funcionando. O apoio público resultou em acordos contratuais: os BSC podem se encarregar de receber, fazer o armazenamento local e distribuir sementes públicas ou privadas. Esta tarefa abrange desde a avaliação das necessidades até a administração dos estoques e sua redistribuição. No ano de 2002, o apoio público se distribuiu entre sementes e recursos financeiros, fazendo com que os BSC possam prefinanciar, conforme as necessidades, a compra de variedades locais dos agricultores de toda a região e não somente no plano local; isto facilitou a constituição de reservas de variedades locais e fortaleceu a biodiversidade

Quadro 13 O apoio aos bancos de sementes

A partir do ano 2000, a gestão e a realização da distribuição pública de sementes do Estado da Paraíba em regiões semi-áridas e Agreste passa pelos BSC.

No ano de 2002, o apoio do Estado da Paraíba se distribuía entre 50% de sementes e 50% de recursos financeiros, de forma a fazer com que os BSC possam se encarregar da melhor maneira possível da função de proteção da biodiversidade, prefinanciando a compra de variedades locais com os agricultores da região.

No final do ano de 2002, a Assembleia Legislativa da Paraíba votou uma lei “de apoio aos Bancos de Sementes Comunitários” (Lei nº7.298 de 27/12/2002) para evitar, entre outros, os litígios com as empresas de produção de sementes certificadas e para legalizar a distribuição de sementes que não sejam necessariamente certificadas. Esta lei reconhece, de forma jurídica e oficial, o processo e o dispositivo dos BSC e o princípio de função ecológica de conservação da biodiversidade.

Tabela 18 Evolução dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC) na Paraíba

Ano	Quantidade de BSC	nº de famílias	Reservas em toneladas	nº de municípios	nº de silos
1998	62	1 860	15		
1999	129	3 830	66,5		
2000	200	6 920	100,4	55	98
2004	220	7 145	162	55	488

Fonte: ASA-PB, 2005

dos estoques. Por fim, uma lei do Estado da Paraíba legalizou a distribuição de sementes por meio do sistema dos BSC, sem que estas precisem ser certificadas por empresas especializadas (Almeida e Cordeiro, 2001).

Esse sistema representa uma fonte de satisfação e de dignidade para os agricultores, cujas sementes, antigamente, eram rejeitadas pelos serviços públicos, como “grãos” impróprios à reprodução. Após os períodos de seca, quando os BSC tinham esgotado suas reservas, eles dependiam das distribuições oficiais para semear; distribuições que, muitas vezes, chegavam tarde demais ou consistiam em variedades híbridas, que não podiam ser reutilizadas e eram muito dependentes de insumos externos. Assim, o sistema de bancos

comunitários foi aplicado a outras espécies: inhames, amendoim, gergelim e batata. Os agricultores começaram a colher e armazenar sementes de leguminosas forrageiras (*gliricidia sepium*, *cajanus cajan* etc.) e de espécies arbóreas e de cactáceas em diminuição na Caatinga, divulgando seu uso para a alimentação animal e humana.

Está claro que os BSC enfrentam as mesmas dificuldades e imprevisibilidades de gestão que todos os dispositivos coletivos ou institucionais de agricultores. Existe uma diversidade de formas de gestão dos BSC. O tipo de gestão mais comum é aquele realizado por uma associação comunitária ou pelo seu Presidente. No âmbito de um BSC associativo, o mesmo centralismo das associações ou da política municipal pode existir. Mas encontramos também os casos de BSC que levaram à criação ou à revitalização de associações comunitárias (Lagoa do Gravata em Lagoa Seca, Serra dos Matos em Remígio etc.). Em geral, eles possibilitam o envolvimento dos agricultores, que muitas vezes são excluídos de outras formas de ação coletiva ou de inovação. Segundo as organizações, a ausência de contrato formal não impede a reprodução do dispositivo e nem o princípio de ampliação da reciprocidade; em contrapartida, tampouco impede os abusos ou os desvios privados, se nenhum controle social é exercido na base ou no topo (Sidersky e outros, 2004).

Esta experiência teve um impacto sobre a legislação federal de certificação de sementes e sobre a Lei dos cultivares, que regula os testes e o registro de novas variedades (Almeida e outros, 2002). Abriu-se um debate: como multiplicar variedades locais por meio dos BSC? Como utilizar os recursos públicos e que tipo de articulação tem de ser lançada entre a ação pública e a ação coletiva, na escala do Estado? O primeiro passo consiste em um acordo de cooperação entre os BSC e a pesquisa agrícola, por intermédio dos Agricultores-Experimentadores, produtores potenciais de sementes locais.

Construção de cisternas familiares e crédito mútuo

Em toda a região semi-árida, diversas iniciativas de ação coletiva se encarregam da construção e da manutenção de reservatórios de água, em geral, a partir de prestações de trabalho gratuitas (mutirão). Os açudes e demais reservatórios comunitários servem para o consumo de água doméstica, embora se destinem também a funções produtivas: dar de beber aos rebanhos, irrigar as hortas, as culturas anuais e até as culturas de vazante.

As cisternas de captação e armazenamento das águas de chuvas dos telhados, tradicionalmente construídas de tijolo ou de concreto, existem desde o século XIX. A partir dos anos 90, diversas ONG e organizações de produtores

*Quadro 14 Alguns indicadores sobre os fundos rotativos no Estado da Paraíba**Comunidade de Caiçara (Soledade-PB)*

11 cisternas em 2 anos (na origem, uma única financiada)

Comunidade de Gamaleireira (Massaranduba-PB)

91 cisternas em 3 anos (25 financiadas)

Polo Sindical da Borborema

Municípios de Remígio, Solânea, Lagoa Seca e Massaranduba:

228 cisternas entre 1998 e 2000

328 em 2001

Município de Esperança: 178 cisternas entre 1998 e 2001

Os Fundos de Crédito Solidário no Estado da Paraíba (2005)

20.000 famílias

1800 comunidades

140 municípios

difundiram um modelo mais adaptado: econômico (US\$ 300,00 para 15 a 20 m³), resistente (cilíndrico) e realizável por pedreiros locais. Trata-se de um tanque semi-enterrado, fabricado com finas placas pré-moldadas de cimento (Sabourin e outros, 2002b).

A divulgação deste modelo foi acompanhada de diversas formas de crédito rotativo com aval solidário e de fundos rotativos, indo desde o autofinanciamento total, de tipo “consórcio”, até o reembolso parcial ou total do custo da cisterna, prefinanciado por uma ONG ou uma organização de produtores (quadro 14).

Essas medidas de crédito e de autofinanciamento parcial possuem forte valor simbólico. Além dos argumentos quanto a autonomia, independência e responsabilização dos atores locais, elas proporcionam uma alternativa em relação à assistência clientelista dos políticos locais (Duqué & Cirne, 2001). Estes, de fato, preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas, para poder tirar benefícios eleitorais imediatos, sem depois se preocupar com seu destino e sua manutenção (Diniz, 2002; Duqué & Oliveira, 2003).

Desde 2002, a Articulação do Semi-Árido Brasil (ASA)²⁵ obteve do Estado Federal um amplo programa de apoio às iniciativas de autoconstru-

25 Rede que reúne as Articulações similares de cada Estado da região semi-árida, constituindo um fórum que integra associações, paróquias, sindicatos, ONG se personalidades, no âmbito

ção deste tipo de cisternas do Estado Federal. É o Programa “Um milhão de Cisternas”²⁶ – P1MC, administrado com base em Unidades Gestoras locais (ONGs, Sindicatos ou organizações camponesas) membros da ASA. No Estado da Paraíba, apesar dos protestos do governo local e dos prefeitos, o programa deu origem à formação de fundos comunitários, mediante um sistema de crédito mútuo, os Fundos de Crédito Solidário. Em certos casos, a parte de autofinanciamento continua simbólica, embora seja significativa para as famílias mais pobres. A taxa de contribuição varia muito entre um fundo e outro, conforme a coesão social, os precedentes associativos locais, o controle real da Unidade Gestora e, claro, os efeitos de concorrência ou de desmotivação dos políticos locais que oferecem cisternas gratuitas, às vezes provenientes do mesmo financiamento federal (Duque e outros, 2004). De quebra, o impacto do crédito solidário se mede mais em termos de aprendizagem mútua e de mobilização coletiva das organizações membros da ASA-PB para defesa de seu sistema de co-financiamento, visando romper com as práticas assistencialistas e clientelistas dos políticos e governos (Oliveira & Duque, 2004).

Ensinamentos a partir destas experiências

Os dispositivos estudados trazem lições ou alternativas em termos de articulação entre as organizações de agricultores e as políticas públicas de desenvolvimento local ou regional. Primeiramente, a institucionalização destes dispositivos possibilita seu reconhecimento público e, logicamente, contribui para garantir sua permanência ou faz com que estes tenham acesso a apoios e a recursos públicos (Bako-Akiri e Le Meur, 2001).

Esses dispositivos mostram várias constantes, que encontramos também nos exemplos dos fundos de pasto de Massaroca, dos perímetros de reforma agrária ou do Território da Borborema.

- *Recorrer às organizações profissionais*: no caso dos fundos de pasto, ameaçados de desaparecimento, a criação de associações comunitárias resolveu a questão da atribuição de títulos de propriedade coletiva. É com este mesmo estatuto de associação que os bancos de sementes puderam receber apoios públicos. Sem estatuto, é mais difícil para os fundos rotativos das cisternas institucionalizarem as práticas e as transações.

de uma reflexão e de uma ação comuns a favor dos agricultores familiares da região semi-árida.

26 Programa cujo nome completo já indica a filosofia: “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas”.

- *A intermediação dos movimentos sociais*: no plano das comunidades, as organizações de base não têm o poder de negociar os apoios públicos; estes passaram a ser intermediados pelos movimentos sociais híbridos. Durante os anos de 1980 a 1985, o apoio público e a integração dos fundos de pasto aos projetos de reforma agrária foram obtidos por meio da mobilização da Igreja Católica (os bispos de Senhor do Bonfim, de Juazeiro etc.) e dos sindicatos de trabalhadores rurais do Nordeste da Bahia. O apoio aos bancos de sementes foi obtido pelo intermédio da ASA-PB. A ASA Brasil teve que criar uma instituição específica para negociar com o governo federal e administrar o programa PIMC. A ASA-PB negociou com o MDS e, assim, manteve o sistema de fundos rotativos solidários.
- *Compartilhamento e aprendizagem coletiva*: para cada comunidade ou organização local, este procedimento federativo pressupõe compartilhar os eventuais benefícios com outras organizações, participar de processos de delegação de poder e de responsabilidade e, por fim, aceitar um mínimo de institucionalização das transações ou das transferências de recursos mediante acordos ou contratos. Eventualmente, isto supõe aplicar as normas burocráticas exigidas pela administração para garantir a transparência das operações financeiras, o que obriga as organizações a se submeter a uma lógica de funcionamento que lhes é alheia. Estes elementos constituem um processo de aprendizagem coletiva ou institucional considerável: aprendizagem de saberes, de posturas, de regras, de normas e também de valores: confiança, responsabilidade, justiça e equidade. Segundo a opinião dos agricultores animadores do Polo Sindical da Borborema, estas exigências administrativas e burocráticas demandam muito tempo e recursos humanos. Eles calculam que se este tempo de trabalho fosse remunerado no valor do custo dos técnicos dos serviços públicos ou das ONG, só as despesas com pessoal já superaríamos de longe o montante total dos recursos recebidos pelas organizações de agricultores para administrar estes projetos. Melhor dizendo, o trabalho de gestão e administração dos agricultores em favor da coletividade local não é remunerado. E este é um exemplo que mostra que o reconhecimento e o apoio dos poderes públicos por si só podem se revelar insuficiente para garantir a continuidade e o funcionamento de tais dispositivos.

Dificuldades da articulação entre ação coletiva e ação pública

O monitoramento destes dispositivos revela as tensões características das políticas estatais. Estas se devem às diferenças de prioridades econômicas e sociais no que diz respeito aos investimentos entre os tomadores de decisão

e as organizações rurais. E se devem também à falta de competências nos serviços técnicos ou nas empresas privadas contratadas pelos estados ou municípios para implementar os projetos.

Entre a ASA Brasil e o Governo Federal, surgiu um conflito sobre o ritmo do programa de construção de cisternas. O ano de 2004 foi um ano de eleições municipais, dois anos antes do escrutínio geral, durante o qual o governo ameaçou transferir os financiamentos das cisternas para os estados locais e os municípios. Para a sociedade civil, a distribuição gratuita de cisternas pelos políticos representaria uma verdadeira regressão: fim dos programas de formação à autoconstrução, desresponsabilização dos beneficiários e retorno ao clientelismo político. De fato, os Estados e municípios terceirizam estas construções para empresas privadas que, no mínimo, não se preocupam com os custos e, muitas vezes, pagam propinas aos políticos ou aos partidos no poder.

Sem autonomia institucional real, como construir um projeto territorial territorial na Borborema a partir de normas e etapas decididas em Brasília? A dinâmica do diagnóstico territorial participativo constituiu um bom começo, quando o Polo Sindical da Borborema obteve um estatuto de associação e a possibilidade de contratar seus próprios técnicos. Mas estes avanços foram questionados pelo consultor do MDA que não sabia como garantir a remuneração do seu trabalho se seu método não for adotado à risca. Além do mais, guardado as devidas proporções, pode-se encontrar também uma reprodução das práticas clientelistas e paternalistas da oligarquia política por parte das organizações (Sidersky, 2006). A aprendizagem a nível da base ainda é reduzida ou muito lenta para poder garantir uma capacidade de crítica e um controle social (Sidersky e outros, 2004). De fato, estes dispositivos frearam os processos de diferenciação sócio-econômica entre produtores, dado seu acesso aberto a todos os membros da associação comunitária. Apesar disto, alguns agricultores se beneficiam sempre mais do que outros com as inovações e os serviços. Em geral, são famílias próximas dos líderes ou dos técnicos; sobretudo, são aquelas que, no início, se beneficiavam com os melhores recursos em termos de terras, mão-de-obra ou renda monetária: aposentadorias dos idosos, salários de alguns membros,... (Duque e outros, 2004).

Necessidades de perenização e de aquisição de competências

De fato, estes dispositivos são frágeis porque dependem muitas vezes de apoios privados ou condicionados e, sendo “informais”, não são protegidos por nenhum tipo de reconhecimento público ou jurídico. Assim, apoios pú-

blicos negociados e contratualizados são essenciais; a começar pelo apoio à aquisição de estatutos jurídicos adaptados. Os agricultores dedicam uma parte de seu tempo para cuidar destas funções gratuitamente. Em parte, são também usuários ou beneficiários de tais funções. Mas antes de mais nada, são agricultores que precisam também cuidar da produção e da reprodução de suas unidades familiares. Esta hibridação entre privado, coletivo e público, reivindicada pela economia solidária, pode ser exemplar quando envolve apenas a colaboração gratuita de todos. Mas quando aparecem recursos específicos, pode também constituir uma fonte de confusão entre bens privados e bens públicos. Ora, este tipo de confusão já está tão arraigado nas práticas políticas e institucionais da sociedade brasileira, que chega a ser naturalizado, podendo facilmente ser adotado pelos grupos de agricultores ou por seus dirigentes (Sidersky e outros, 2004).

A negociação de projetos entre organizações camponesas e poderes públicos, agências financeiras ou de cooperação (nacionais ou internacionais) continua marcada pela assimetria de informação, de competências, ou seja, de poder. Ações adaptadas de formação dos líderes e dos dirigentes camponeses *in loco*, por meio da prática e/ou em alternância com o trabalho cotidiano, constituem alternativas de redução progressiva desta lacuna. Contribuem para promover recursos humanos locais e limitar sua dependência dos aparelhos dos movimentos sociais.

As experiências de produção de conhecimento, de inovação e de aprendizagem, tais como a rede de Agricultores-Experimentadores do Agreste (Sabourin e outros, 2004b) e a Universidade Camponesa do Cariri no Estado da Paraíba (Caniello e outros, 2003; Tonneau e outros, 2004), têm contribuído para sistematizar e socializar resultados e referências em uma linguagem e em suportes pedagógicos adaptados aos agricultores e aos agentes rurais.

Além de atender a necessidades técnicas (em termos de sistema de produção) e institucionais (aquisição de conhecimento sobre as leis e as regras da administração, os mercados, os projetos públicos etc.), dispositivos de formação deste tipo, integrados ao meio e à vida camponesa constituem verdadeiros espaços de recuperação de autonomia, de raízes rurais locais e de dignidade. Trata-se de experiências de aprendizagem em situação coletiva e de conscientização que correspondem à abordagem de Paulo Freire (1963, 1968).

3.2. Organizações camponesas e políticas de multifuncionalidade da agricultura

No Nordeste do Brasil, os sistemas de produção das agriculturas camponesas e familiares – embora sejam histórica e parcialmente integrados aos mercados – são fragilizados pelas variabilidades climáticas e econômicas, ou até por políticas públicas inadaptadas. Inovações institucionais que visam criar ou manejar recursos comuns são implantadas de forma coletiva pelos agricultores, visando garantir a viabilidade de unidades de produção familiares, cuja produção se destina parcialmente ao mercado.

Dispositivos multifuncionais

Dispositivos coletivos de apoio à produção familiar: os dispositivos implantados são importantes ou até imprescindíveis para a função de produção e para a sobrevivência das unidades de produção familiares, pelo menos nos casos dos fundos de pasto de Massaroca e dos reservatórios de água. Os bancos de sementes e as cisternas de água associam apoio à produção (plantios e hortas) com segurança em termos de alimentação (milho e feijão) e de água potável.

Dispositivos multifuncionais: além de seu apoio à produção, o manejo comum dos fundos de pasto contribui para a conservação de áreas importantes de caatinga ricas em biodiversidade, garante a reprodutibilidade deste recurso para as gerações futuras e, sobretudo, a preservação de um verdadeiro modo de vida em torno da pecuária ovina e caprina extensiva. Os bancos de sementes contribuem para a conservação da biodiversidade das espécies locais e regionais e para a segurança alimentar. A coleta de água de chuva nas cisternas garante uma água de maior qualidade sanitária, protegendo a saúde das famílias.

Dispositivos que articulam vários planos: o caráter multifuncional destes dispositivos coletivos de agricultores não pode ser compreendido apenas na escala da unidade de produção, embora contribua para os sistemas de produção de cada família de agricultores envolvida. De fato, apesar de que estes dispositivos são essenciais ou até mesmo imprescindíveis para a função de produção e para a sobrevivência das unidades de produção familiares, eles só existem e produzem resultados por causa de seu caráter coletivo. O sistema de manejo de pastos comuns funciona na escala da comunidade. Os bancos de sementes agrupam agricultores de várias famílias, ou até de várias comunidades vizinhas. Assim, é preciso considerar estes dispositivos no

âmbito de escalas territoriais mais amplas do que a unidade de produção: a comunidade (o grupo de crédito e a associação), o território (biodiversidade), a federação de comunidades (fundos de pasto) ou o município (STR, fóruns híbridos e prefeitura).

Dispositivos de ajuda mútua baseados na reciprocidade: os três dispositivos estudados têm por base práticas anteriores de ajuda mútua (trabalho, sementes etc.), de manejo compartilhado de recursos comuns (pastos e água) e de redistribuição local da produção (grãos e animais). Outrora, estas práticas se garantiam com a observância de regras de reciprocidade simétrica ou de redistribuição de origem camponesa (Mendras, 1976; Ellis, 2000), impostas pela pressão social e pela autoridade patriarcal dos anciões. O caso dos fundos de pasto mostra bem o sucesso da adaptação das formas e das regras de reciprocidade camponesa em uma estrutura institucional moderna e formalizada: a associação de produtores. Mas estas regras de reciprocidade não se estabilizam nunca de maneira definitiva e sua reprodução depende de relações sociais onde predomina cada vez mais a lógica da troca e da troca monetária. Ora, estas experiências se construíram de maneira histórica e social e dependem de processos de aprendizagem institucional das regras e das lógicas na interface entre local e global.

As bases iniciais são aquelas das práticas de reciprocidade de sociedades camponesas que desejam resistir e se desenvolver. As dificuldades estão ligadas à confusão no que diz respeito à natureza dos sistemas e à interface entre princípio de troca e princípio de reciprocidade. A reprodução dos processos de reciprocidade depende de estruturas e de relações sociais sempre ameaçadas ou recolocadas em jogo; sua atualização, em formas de organizações de natureza essencialmente produtivas (associações e cooperativas), dá também origem a tensões ou a conflitos de interesses.

Uma alternativa de reconhecimento público da multifuncionalidade da agricultura

Na verdade, em termos de política pública, há várias vantagens em facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução ou até a perenidade ou a modernização destes dispositivos coletivos de interesse geral.

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços ambientais por meio de uma política pública contratualizada. Para as organizações camponesas, este apoio é bem-vindo para fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma. Tal política passa por todas as medidas de reconhecimento (jurídico, político e territorial) e de apoio

(técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) que visem garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão destes dispositivos. Com tais estratégias, seria possível negociar interfaces positivas, superando os bloqueios e as paralisias costumeiras entre sistemas de reciprocidade e sistemas de troca.

Essas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; mas, além de apoiar a produção, elas cuidam de outras funções de interesse coletivo: conservação da floresta, da biodiversidade e da água, segurança alimentar, produção de referências técnicas etc.

Por outra parte, estas prestações dependem de estruturas e regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas ao longo do tempo. Assim, recuperar estas funções significa contribuir para a preservação ou para a modernização destas estruturas econômicas de reciprocidade e redistribuição (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos etc.) e dos valores humanos éticos produzidos pelas relações de reciprocidade simétrica. Esses valores humanos de solidariedade, equidade, justiça e responsabilidade não são dados cultural ou socialmente. Sua manutenção e reprodução passam pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, dos agricultores, dos artesões e dos pescadores. Disto dependem seu ser social, seu estatuto e seu prestígio. Todavia, a mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento. A mercantilização destas práticas poderia também levar a uma desagregação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e de manejo compartilhado que as regulam, transformando a natureza de suas regras e valores. A este título, as experiências de recuperação das raízes culturais e técnicas dos agricultores, ou ainda de confrontação de seu saber-fazer com as técnicas e saberes científicos constituem apoios valiosos, como no caso da Universidade Camponesa e dos Agricultores-Experimentadores.

Uma estratégia deste tipo, que leva em conta a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais a partir de dispositivos coletivos apresenta várias vantagens para os países do Sul.

Primeiramente, seu custo é reduzido em termos de recursos públicos, já que se trata essencialmente de confortar e apoiar práticas multifuncionais preexistentes.

Depois, um reconhecimento ou apoio público permite evitar o desaparecimento destas práticas multifuncionais, preservando as relações e estruturas econômicas de compartilhamento, de ajuda mútua ou de redistribuição que as mantém, bem como os valores éticos de responsabilidade, confiança ou justiça que elas produzem.

Várias modalidades de apoio são possíveis, desde a atribuição de um estatuto jurídico (associação, comitê, federação etc.) até a distribuição de equipamentos ou infraestruturas ou ainda de subsídios sujeitos a vários tipos de condicionantes: contrato, prestação de serviço, manejo de bens comuns etc.

Pode se tratar, por exemplo, de validar ou de reconhecer práticas preexistentes em um âmbito legal, como no caso da atribuição de direitos de uso ou de títulos de propriedade coletiva às associações de agricultores que cuidam do manejo de recursos comuns, de reservas de água ou de bancos de sementes (Sabourin, 2007a).

Nos casos estudados, é raro que o apoio público se transforme em remuneração individual para os agricultores dos serviços que assumiam gratuitamente no passado. A remuneração, se existe, diz respeito ao dispositivo ou à estrutura coletiva, fortalecendo seu funcionamento ou sua perenização.

Bem pelo contrário, a aplicação de um sistema de multifuncionalidade baseado na remuneração (individual) dos serviços associados à produção agrícola tende a monetarizar e mercantilizar prestações gratuitas que, por sinal, garantem a produção de valores humanos universais (Barthélémy & Nieddu, 2002). A mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento (em particular quando uma remuneração deste tipo não seria mais garantida), ou levar simplesmente a uma desagregação das estruturas de reciprocidade que as garantiam, desnaturando suas regras e seus valores.

Um modelo em expansão?

Na verdade, as dinâmicas de reconhecimento público dos dispositivos coletivos de manejo de recursos comuns estão longe de se generalizar no Nordeste. Em contrapartida, encontramos cada vez mais casos de apoios públicos a ações coletivas que não se destinam ao manejo de comuns e sim à produção de bens públicos como informação, formação e inovação (Ostrom & Ostrom, 1978; Bindabran e outros, 1999). Por exemplo, é o caso do apoio às formações rurais mantidas pelas organizações de agricultores (casas ou escolas familiares, Universidade camponesa, etc.) ou os dispositivos coletivos de produção de inovação através de grupos de Agricultores-Experimentadores. Por meio destes dispositivos, os agricultores ou suas organizações se encarregam no plano local ou regional, de funções de interesse geral de pesquisa, experimentação, extensão, formação, de forma gratuita e coletiva.

Como pensar a implementação de uma política pública contratualizada de desenvolvimento territorial e multifuncional?

Os limites da experiência dos Contratos Territoriais de Exploração (CTE) na França não devem ocultar suas contribuições. A noção de contrato entre atores de um projeto multifuncional territorializado ou de um novo projeto territorial pode facilitar a formalização de uma interface entre relação de reciprocidade e relação de troca, conforme mostrei no caso dos dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais comuns ou no caso da produção de bens comuns ou de bens públicos locais.

Na abordagem multifuncional e territorial, o contrato encontra aplicações que podem tanto servir para favorecer o controle das relações de reciprocidade por estruturas capitalistas (mediante o uso da ajuda mútua ou das redes interpessoais), quanto para iniciar uma reflexão mais aprofundada que levaria a trabalhar com a noção de territorialidade, ou seja, de territorialidades de reciprocidade “preservadas”. A territorialidade é um conceito plural, ao contrário do conceito de território. Ora, o plural acarreta a interface; e a interface, por sua vez, acarreta o contrato. É por exemplo o caso das territorialidades econômicas de reciprocidade produzidas pela qualificação dos produtos em torno de uma identidade territorial, através do selo personalizado (cf. cap. V., item 3.2.)

Conclusões

No estudo da multifuncionalidade da agricultura do Nordeste (Sabourin, 2008a), foi dada ênfase à criação ou à modernização de dispositivos coletivos de apropriação e/ou de distribuição coletiva de recursos (ou de meios de produção), necessários à produção agrícola, assimilados como bens comuns ou com bens públicos locais. Estes exemplos estabelecem de que maneira pode se dar a atribuição dos meios de produção, de forma coletiva e conforme práticas de reciprocidade, embora posteriormente o processo de produção se realize de forma familiar e individual, visando uma venda nos mercados (capitalistas ou não).

Nos casos estudados, o caráter multifuncional, bem como o caráter territorial e gratuito destes dispositivos coletivos são garantidos por regras de reciprocidade de origem camponesa. Por vezes, a atualização destas regras em formas de organizações de natureza produtivista, fundamentadas no desenvolvimento da troca mercantil (associações e cooperativas), dá origem a tensões ou a conflitos de interesses.

Os principais ensinamentos são de duas ordens: os dispositivos estudados revelam a existência de complementaridades mais ou menos estabilizadas e de tensões entre prestações muitas vezes qualificadas como mercantis e não

mercantis. Na verdade, tais prestações decorrem de naturezas econômicas diferentes. Isto leva, portanto, a aprofundar e qualificar melhor a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem a cada categoria de prestações. Para tanto, propomos o uso, ao invés dos conceitos de mercantil e não mercantil, daqueles de troca e reciprocidade que apontam uma diferença entre dois princípios econômicos de natureza diferente e de sua relação dialética.

Recorrer à oposição mercantil/não mercantil induz um erro, com duras consequências: excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não capitalista são mercados de reciprocidade, como o veremos no capítulo V.

Esses dispositivos coletivos oferecem uma alternativa original em termos de instrumentos de política de multifuncionalidade da agricultura para os países do Sul. Trata-se-ia de uma política fundamentada no reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores que cuidam da produção ou do manejo de bens comuns ou públicos.

Mudança Social e Mudança Técnica

Os exemplos que ilustram o capítulo anterior acerca das políticas públicas e dos modos de atuação no meio rural evidenciam os desafios e dificuldades dos métodos de apoio à agricultura familiar e camponesa. No entanto, convém aprofundar um ponto central: aquele do apoio técnico e da inovação em meio rural.

Hoje em dia, ficou clara a associação da inovação a processos de mudança de ordem tanto técnica quanto social. Mas os serviços *ad hoc* estão longe de dominar os métodos e ferramentas necessários para compreender, antecipar e acompanhar tais mudanças, ou mesmo de adaptá-los à diversidade das situações.

De um ponto de vista técnico e social, somente aquilo que se conhece e se compreende pode verdadeiramente ser melhorado. Até mesmo a realidade apresentada pelos sistemas técnicos de produção e sua evolução é mutável e específica, em função das situações particulares, tanto do ponto de vista físico quanto econômico, social ou cultural.

Assim, ferramentas de diagnóstico são essenciais para melhorar o conhecimento destes sistemas *in situ*. Porém, também é essencial dispor de instrumentos de monitoramento e avaliação graças aos quais seja possível acompanhar e analisar suas transformações ao longo do tempo.

Este capítulo começa com a apresentação de uma abordagem metodológica criada ou adaptada no Nordeste do Brasil, em particular no Agreste da Paraíba, região de agricultura camponesa por excelência. Entre outros, este procedimento permitiu identificar as práticas de inovação dos agricultores. Esta inovação qualificada como *ordinária* por Alter (2000) ou *discreta* por Albaladejo (Geslin, 2002) é, antes de mais nada, uma inovação invisível para os organismos de pesquisa e desenvolvimento. E até fica invisível, não raro

inclusive, para os demais camponeses da região, com exceção dos agricultores “inovadores”.

Graças à análise dos mecanismos que levam à produção deste tipo de inovação local, foi possível contribuir com a implantação de procedimentos que tentam associar os agricultores, mediante seu saber e seu saber fazer, aos processos de inovação implementados pelos centros de pesquisa e desenvolvimento. Isto será o tema da segunda parte do capítulo, que diz respeito aos métodos e ferramentas em matéria de construção de inovação em parceria entre agricultores, pesquisadores e técnicos. Por fim, a terceira parte analisa duas experiências de aprendizagem dos agricultores, mediante processos de produção e de compartilhamento de conhecimento e de competências.

1. Trajetórias e dispositivos de inovação

1.1. O contexto do Agreste da Paraíba

A região do Agreste se destaca por sua extrema diversidade agroecológica (Andrade, 1986). A média pluviométrica da parte oriental dos municípios de Remígio e Solânea é de cerca de 1.000 mm/ano, quando caem 400 mm/ano a apenas 40 km de distância. A vegetação natural reflete este gradiente, bem como a agricultura e a pecuária (figura 11).

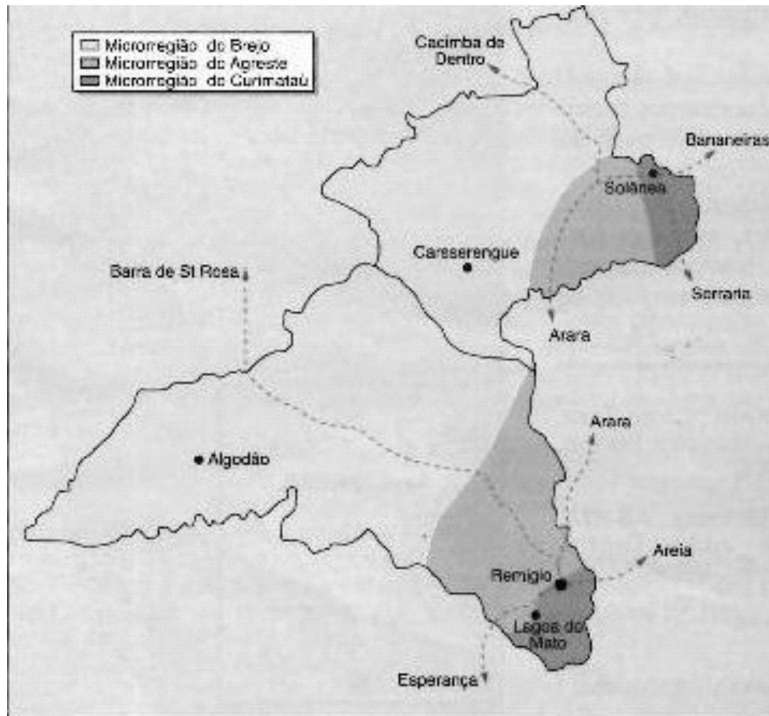
A associação policultura-pecuária está na base dos sistemas de produção da agricultura familiar da região. Baseia-se no consórcio milho-feijão-mandioca, associado com algumas culturas comerciais (erva doce, batata, algodão, hortaliças etc.) e com culturas forrageiras. Quase todos os pequenos produtores criam alguns animais. Os dados existentes sobre a estrutura fundiária confirmam a importância da agricultura familiar e, sobretudo, a proporção do minifúndio (77% de unidades são de tamanho inferior a cinco hectares). 90% das unidades são menores que dez hectares e representam 30% da área agrícola, ao passo que as propriedades de tamanho superior a 200 hectares ocupam mais de 50% das terras (IBGE, 1986).

Desde muito tempo, esta agricultura foi integrada ao mercado internacional por meio de uma sequência de ciclos de culturas comerciais (tabaco, café, mamona, sisal, algodão, batata, erva doce,...). Mas a partir dos anos 90, com o fim destes ciclos, reduziram-se as rendas e as possibilidades de acúmulo.

Centro tradicional da produção de grãos e tubérculos das cidades do litoral do Nordeste, o Agreste vivenciou uma aceleração das mudanças técnicas a partir dos anos 50.

Com a implantação da Sudene e do Banco do Nordeste nos anos 60 e, em

Figura 11 Unidades agroecológicas dos municípios de Remígio e Solânea (Paraíba)



(AS-PTA, 1997)

seguida, do Fundo Institucional do Nordeste (FINOR) nos anos 70, a resposta das políticas públicas privilegiou o desenvolvimento de grandes fazendas de pecuária extensiva, embora alguns nichos de cultura tais como os da batata inglesa tenham sido apoiados por alguns anos. Créditos e apoios técnicos foram dirigidos a grandes unidades de produção, seguindo mecanismos clássicos de garantia fundiária e de clientelismo.

O apoio dado pelo Estado à produção regional, mais significativo durante os anos 1975 a 1980, se ateu, nos anos 90, a medidas sociais de emergência (sobretudo durante as grandes secas). Em termos de inovação para a agricultura familiar, o impacto das políticas públicas foi seletivo e se limitou a algumas culturas comerciais.

A distância entre as comunidades rurais e o poder local (oligarquia e clientelismo) ou o aparelho público de desenvolvimento rural (pesquisa, extensão rural e crédito) concorre também para a fragilidade do tecido social e as dificuldades de organização autônoma dos camponeses. Além do mais, a

ampla diversidade das condições agroecológicas e dos sistemas de produção, associada à falta de referências técnicas locais adaptadas torna qualquer esforço de inovação agrícola muito complexo (Noya, 1999).

Todavia, os agricultores familiares apresentam capacidades de resistência e adaptação que são muitas vezes superiores àquelas das grandes propriedades especializadas na pecuária bovina e no algodão. Muitas fazendas da região não sobreviveram às crises do sisal e do algodão. Mais recentemente, as secas dizimaram as grandes unidades de pecuária extensiva, ao passo que os pequenos criadores pecuários familiares conseguiram enfrentar a situação, adotando práticas de manejo da biomassa e de produção e conservação de forragens.

Na falta de perspectiva de ampliação das áreas, melhorar a renda passa necessariamente pelo aumento da produtividade e pela diversificação da produção. Isto supõe uma intensificação da agricultura e da pecuária, preservando-se, todavia, o potencial de recursos naturais; ou seja, é preciso renovar as práticas de uso dos recursos e do meio ambiente.

Este foi o desafio aceito por um grupo de sindicatos de trabalhadores rurais de três municípios situados ao Norte de Campina Grande, a capital regional do Agreste da Paraíba; primeiro com o apoio da AS-PTA, em seguida do CIRAD e, por fim, de equipes universitárias. Estabeleceu-se o diálogo técnico em torno da inovação após realizar uma série de diagnósticos de forma conjunta entre técnicos e agricultores. Estes diagnósticos proporcionaram uma representação da diversidade e das condições de implementação dos sistemas de produção. Em seguida, alimentaram testes técnicos em meio camponês (Sidersky & Silveira, 2000; Sabourin e outros, 2004b, 2004c). A descoberta das práticas locais de inovação dos agricultores levou a AS-PTA a investir na identificação dos Sistemas Locais de Conhecimento (SLC). A hipótese era de que co-construir e representar estes sistemas de saber poderia melhorar ou intensificar os processos de produção e socialização de inovações locais dos agricultores.

Na origem do questionamento no agreste da Paraíba, tratava-se de compreender como funcionavam os processos de inovação agrícola, quais eram seus mecanismos e seus vetores. Em particular, a equipe do projeto se questionava acerca dos papéis respectivos das redes interpessoais, das organizações profissionais, dos serviços de extensão, das ONGs etc.

Assim, o objetivo consistia em completar os diversos diagnósticos anteriores sobre os sistemas agrários e de produção por um diagnóstico dos sistemas de conhecimento e de inovação localizados. A equipe optou por construir com os camponeses uma representação de suas próprias potencialidades de

Quadro 15 Metodologia de construção dos Sistemas Locais de Conhecimentos

1. *Construção coletiva da trajetória das mudanças técnicas locais*
 - identificação das principais mudanças técnicas no plano local;
 - identificação da origem e dos vetores destas mudanças;
2. *Identificação dos espaços e fatores locais de comunicação sociotécnica*
 - classificação e localização no mapa dos principais espaços sociotécnicos;
 - (diversos locais e oportunidades de comunicação interpes-soal);
 - identificação, localização dos agentes internos e externos de informação/ inovação;
 - desenho das relações de ajuda mútua e diálogo técnico;
3. *Sistematização e representação do Sistema Local de Conhecimentos (SLC)*
 - identificação das redes sociotécnicas em torno da localidade/região;
 - elaboração de uma matriz de temas, vetores, canais de informação e inovação;
 - representação no mapa dos elementos essenciais do SLC.

inovação, identificando com eles os papéis, vetores e atores privilegiados dos processos de produção e troca de saberes, de técnicas ou práticas inovadoras na escala local. O método analisa as circunstâncias da produção e da circulação de conhecimentos, bem como aquelas da informação no âmbito das comunidades rurais.

1.2. Diagnóstico do sistema local de conhecimento e inovação

Trajetórias de inovação e espaços sociotécnicos

O exercício de identificação e representação do Sistema Local de Conhecimento (SLC) foi primeiramente realizado na escala da pequena região do Curimataú (Município de Solânea), reunindo membros das famílias de cinco comunidades vizinhas (figura 10 e quadro 15). A ferramenta das trajetórias de desenvolvimento local foi mobilizada e adaptada ao caso específico das inovações técnicas, institucionais ou socioeconômicas significativas para a agricultura local. O procedimento metodológico se inspira também de ferramentas em-

pregadas no estudo das redes de diálogo técnico (Darré, 1986b; Röling, 1992),²⁷ da configuração dos grupos profissionais locais (Darré, 1986a) e do Rapid Appraisal of Agricultural Knowledge Systems (Röling & Engel, 1992).

O método das trajetórias de desenvolvimento local ou das mudanças significativas, para retomar a terminologia utilizada com os camponeses, foi aplicado ao tema da inovação técnica e social, mediante dois tipos de exercício. A construção das trajetórias de desenvolvimento das principais inovações foi realizada com os grupos de interesse temáticos, em particular por aqueles que trabalham com as alternativas para a cultura da batatinha, em crise durante os anos 1998 a 2000.

Os resultados mostraram haver fenômenos cíclicos de repetição das crises de culturas comerciais (tabaco, algodão, mamona, sisal e erva doce). Com eles, foi possível evidenciar as alternativas aplicadas sucessivamente pelos agricultores: retomada da pecuária ou das culturas mistas (milho, feijão), busca por culturas de substituição etc. (tabela 19). Para o caso da batata, as seguintes alternativas foram testadas: retorno aos sistemas de cultivo consorciados (batata/algodão, batata/coentro, batata/erva-doce, etc); uso da cultura agroecológica e da venda de proximidade para agregar valor; e transformação local em flocos ou batata frita (Sabourin, 1999; Sidersky & Silveira, 2000).

O segundo tipo de exercício foi realizado no âmbito da construção dos Sistemas Locais de Conhecimento. Mais especificamente, envolvia as inovações (mudanças significativas) para todos os sistemas agrícolas e pecuários de uma pequena região. Foi possível identificar as inovações significativas para os sistemas de produção, sua origem ou seus vetores (quadro 16) por meio de entrevistas coletivas (oficinas ou reuniões). O caso das cinco comunidades da região de Curimataú de Solânea trouxe resultados rápidos graças à reunião de um grupo de agricultores e agricultoras de diversas faixas etárias. Esta reunião durou cerca de duas horas.

Sessenta mudanças técnicas foram identificadas para a região do Curimataú. Dentre elas, cinquenta eram propostas técnicas agrícolas e dez eram mais gerais (quadro 16). Todas não pertencem à mesma categoria; encontramos práticas, técnicas, equipamentos (eletricidade, rádio, pesagem etc.) ou a introdução de novo material genético. Mas todas representaram novidades para as comunidades camponesas e, a este título, constituem inovações locais.

27 Röling (1992) define estes sistemas como “*the articulated set of actors, networks and/or organisations expected or managed to work in a synergetic way to support knowledge processes which improve the correspondence between knowledge and environment, and/or the control provided through technology use in a given domain of human activity*”.

*Tabela 19 Trajetória de desenvolvimento do Curimataú
(Município de Solânea)*

Fases	Produções	Terras/recursos naturais	Inovações	Vetores de inovação
1920 a 1950	Milho/feijão, mamona, caprinos e bovinos, porcos criados em liberdade.	Cerca/madeira, floresta, frutas, mel, caça, pesca, poucas reservas de água, pouca gente.	Introdução do algodão e do sisal. Carros de bois.	Comerciantes, patrões, agricultores.
1950 a 1970	Período do sisal. Crescimento milho/feijão e criação caprina. Redução da mamona.	Desmatamento para carvão, lenha e implantação de culturas (sisal), pousio, redução da vegetação natural, venda de terras de grandes fazendas.	Palma forrageira, sisal e algarroba, algodão arbóreo, tração animal, desfibradora sisal, porcos e aves e rádio.	Comerciante, rodovia e ferrovia. Ligas e sindicatos, Escola rural, ação da Igreja.
1970 a 1988	Crescimento das culturas de algodão e sisal; em seguida, fim do sisal em 1980, e do algodão, em 1984.	Desmatamento para pastos e expulsão de meeiros. Redução de grandes extensões e compra de terras. Os camponeses passam a ter acesso à propriedade.	Algodão herbáceo, silos. Trator, Leis sobre terras, barragens, tração animal, arame farpado.	Igreja + criação da EMATER, rádio, projetos especiais para a seca (água).
1988 a 2000	Crescimento de culturas de milho, feijão, criação bovina (forragens) e ovina/caprina. Fim da mandioca.	Crescimento do número de unidades de produção. Porém, redução da extensão da área (divisão por herança). Final das madeiras (queimadas), venda de estume e sisal, falta de Matéria Orgânica (MO); seca e frentes de emergência.	Aposentadoria rural. Pecuária intensiva cercas, cocheiras e estábulos, estoque de forragem, ensilagem, sorgo, amendoim, manejo de biomassa.	Banco e projetos; eletrificação rural. Sindicatos/associações de encontro de jovens, grupos de interesse, Agricultores-Experimentadores, banco de sementes, cisternas.

A metade provém dos agricultores. Por exemplo, as práticas de tração animal ou de culturas forrageiras foram transmitidas pelos criadores da região vizinha do Cariri. Quinze propostas provêm da atuação da AS-PTA; sete dos comerciantes; seis dos bancos, por intermédio do crédito agrícola; cinco da extensão pública e quatro da Igreja.

Quadro 16 Origem e vetores das inovações significativas para a agricultura da pequena região de Curimataú (Município de Solânea-PB), durante o período de 1965 a 2000.

<p>Agricultores familiares (20 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantação de árvores • Apicultura • Cercas vivas • Plantas medicinais • Cobertura morta • Plantio direto / cobertura vegetal • Feijão de mortas • Feijão carioca • Cultura em xadrez, tração animal • Uso de carro de bois • Uso de enxada ou tração animal • Armazenamento forragens • Cercas / quebra ventos de juncos • Faixas de pasto/parcela cultivada • Barragens de pedra antierosivas • Ajuda mútua (<i>mutirão</i>) • Tração animal com bois • Sorgo associado às culturas • Uso matraça / plantadeira manual • Introdução do feijão guandu (<i>Cajanus cajan</i>) 	<p>AS-PTA (16 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cisterna de placas • Ensilagem • Fenil • Barragem subterrânea • Fim da queimada • Plantio de Aгрóstis • Aleias arbóreas intercaladas • Sistemas agrofloretais • Introdução de <i>Arachis hypogaea</i> (amendoim) • Experimentação • Diagnósticos técnicos • Visitas de estudos • Bancos de sementes • Conservação de sementes • Introdução do sorgo (<i>Sorghum bicolor L.</i>) • Faixas de vetiver (<i>Chrysopogon zizanooides</i>) 	<p>Projetos especiais de luta contra a seca (crédito dos bancos) (5 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crédito destinado a equipamentos agrícolas • Eletrificação rural • Barragens de terra / abastecimento de água • Salas de reunião / associações • Crédito para o algodão herbáceo <p>Serviços de Extensão (ANCAR/EMATER) (5 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Itinerário técnico do palma forrageira • Curvas de nível • Itinerário técnico do algodão herbáceo • Silos em chapas • Itinerários técnicos para milhos híbridos
<p>Criadores (grandes proprietários) (6 inovações utilizadas por pequenos produtores)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução do <i>Prosopis juliflora</i> • Cercas vivas de <i>Euphorbia tirucalli</i> (aveloz) • Introdução da palma forrageira (<i>Opuntia sp.</i>) • Pastos artificiais • Cooperativa • Batedeira de grãos 	<p>Comerciantes (7 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução de variedades de feijão; • Introdução de algodão arbóreo, “Mocó” <i>Gossypium hirsutum</i> • Produtos de conservação das sementes • Arame farpado • Embalagens plásticas • Rádio / transistor • Compra por quilo (peso) 	<p>Igreja Católica (4 inovações)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização de comunidades de base • Diagnóstico local (CEDUP) • Ideia dos bancos de sementes • Curvas de nível <p>Legislação (1)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei da cerca (para criações)

Representação dos espaços e redes sociotécnicas locais

Os agricultores e os diversos atores com os quais se relacionam no plano local mantêm uma série de relações e de prestações que produzem fluxos de informações, saberes e práticas acerca da produção agrícola, mais ou menos densos e ordenados. Albaladejo (1999) indica como essas relações são intensas e estruturadas na Amazônia brasileira, onde constata a construção de um *espaço sociotécnico local*, no sentido proposto por Bourdieu (1987) de espaço ou de campo social.

Eu defino a noção de espaço sociotécnico como *locus*, ou seja, o lugar e as circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais que mantêm elos de proximidade de densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetos técnicos vinculados a seu trabalho. Ao contrário do caso do Grupo local profissional de Darré (1986a), a natureza do grupo não é predefinida e o espaço sociotécnico é construído a partir das ocasiões repetidas que reúnem os mesmos atores em um mesmo local e nas mesmas circunstâncias.

Para Röling (1992), o SLC é constituído de várias categorias de atores individuais ou institucionais que desenham diversos tipos de espaços e redes sociotécnicas. A identificação de tais espaços e redes feita por um grupo de vizinhos permite validá-los e caracterizá-los de forma interativa (quadro 17).

O mapeamento do SLC da comunidade de Goiana (figura 12) evidencia espaços de encontro: reservas de água, pontos de transporte até a cidade, o local da associação, a escola, o campo de futebol, o bar etc. Há outros espaços privilegiados externos à comunidade: as feiras, as reuniões do sindicato, da cooperativa ou da AS-PTA em Solânea. Os curandeiros e artesões são identificados como detentores de um saber específico. Os vetores externos citados são a AS-PTA, o padre, o agente de saúde, o sindicato e o técnico da cooperativa.

Entre vizinhos, as relações de ajuda mútua funcionam de forma bilateral para os trabalhos correntes e por pequenos grupos de três a quatro famílias para os trabalhos pesados. Os mutirões para a manutenção das infraestruturas comunitárias (escolas, estradas, barragens etc.) mobilizam todas as famílias da comunidade. Estes elementos conferem à pequena região de Goiana um sistema local de conhecimento relativamente aberto para o exterior. O cruzamento das redes e a diversidade dos espaços sociotécnicos contribuem para a integração da maioria das famílias, com um número limitado de excluídos. Todavia, estes existem: são pessoas idosas, viúvas e camponeses sem-terra.

Quadro 17 Mapeamento do espaço sociotécnico local da comunidade de Goiana.

Espaços de comunicação no âmbito da comunidade

Locais cotidianos dos encontros e de diálogo técnico

- Local de espera do transporte para a feira;
- Bar da Amizade e açude;
- Salão da associação comunitária (reuniões, escola e salão de festas);
- Casa do vigia do santo patrono e cisternas de pedra (reservatórios de água);
- Escola/campo de futebol;

Oportunidades sociais de diálogo técnico: festas e jogos, preces, canteiros de ajuda mútua, bares.

Espaços de comunicação fora da comunidade

- Espaços do cotidiano comercial: Feira de Solânea, feira de Arara e comércios de insumos
- Espaços socioprofissionais: Sede do sindicato, Reuniões com a AS-PTA, a cooperativa.
- Espaços socioculturais: Centro de catequese, viagens, visitas ao sindicato, Igreja, parentes

Principais agentes de informação/ inovação

Saberes locais na comunidade: Agente de Saúde, Agricultores-Experimentadores; curandeiros.

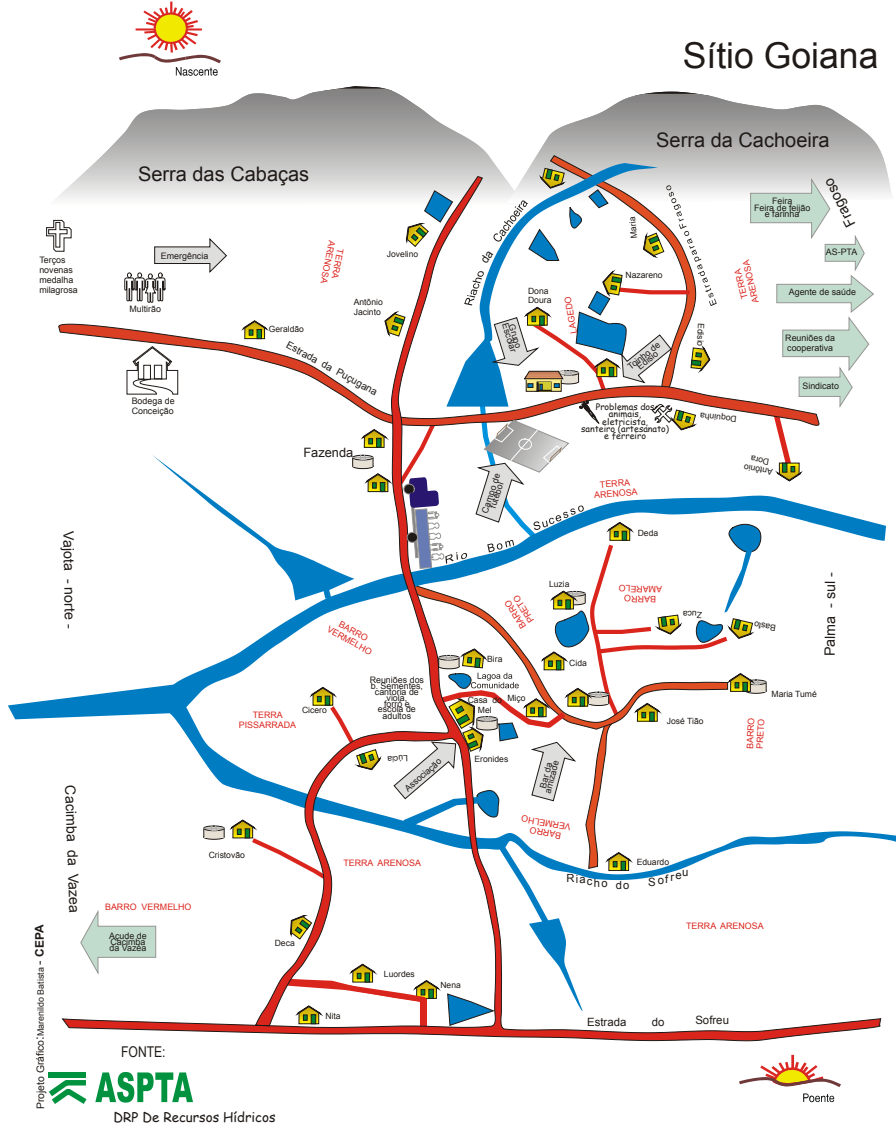
Agentes externos: Sindicatio, AS-PTA, Cooperativa de Solânea, Igreja, rádio, agente de saúde.

A análise dos resultados com os agricultores

Ao término das oficinas, a restituição, aos camponeses, da análise destes dois exercícios de representação (trajetórias de mudança e mapeamento dos espaços sociotécnicos) motivou uma primeira satisfação, associada ao reconhecimento de suas capacidades. Todavia, questionados sobre a utilização e valorização destes sistemas de saber local para fins de experimentação ou de produção coletiva de inovação, não vislumbram nenhuma nova possibilidade. Apesar disto, os resultados da identificação do SLC em suas comunidades contradiz seu discurso (quadro 18).

O individualismo camponês (no sentido de autonomia) parece estar tão

Figura 12 Esquema do sistema local de conhecimento na comunidade de Goiana (Solânea-PB)



arraigado na cultura do Agreste que os agricultores reproduzem alguns clichês do discurso das instituições, para explicar a pouca adoção de determinadas inovações conhecidas e validadas no plano local. Verifica-se uma inversão entre os valores e sua representação, clássica em situação “subalterna”.

Todavia, os fatos, embora desmintam parcialmente o discurso dos agri-

Quadro 18 Discurso dos produtores e dados do SLC em Solânea (2000)

Os agricultores não comunicam: Foram identificados 6 a 10 espaços coletivos de comunicação diferentes por comunidade e mais de 10 espaços e oportunidades de diálogo técnico fora da localidade.

Os agricultores são cabeças-duras, eles recusam a mudança: foram introduzidas 50 novas propostas desde 1965 e 24 técnicas são experimentadas na pequena região. Dentre as 50 inovações técnicas listadas, a metade provém dos agricultores.

Os agricultores não são organizados: No Curimataú, com exceção de organizações formais, existem 4 bancos de sementes, grupos de experimentação, uma organização para a gestão de recursos coletivos (água, escola, rodovia e terras), uma para o transporte coletivo, uma para o crédito solidário e outras para a religião, as festas etc.

cultores, mostram que a inovação e o saber são distribuídos e socializados de forma diversa. Esta diferenciação pode ser explicada pela dificuldade de transgredir normas transmitidas de pai para filho. O acesso à informação não implica necessariamente seu uso. Aqui, encontramos três motivos principais: o peso da norma familiar ou social; a falta de recursos para investir na inovação e o fato de não assumir riscos em situação de incerteza.

Em realidade, para as práticas agrícolas, há uma norma técnica de base comum ao grupo que evolui lentamente por causa da pressão social. De fato, ela foi validada tecnicamente e foi eficaz em dado momento. As mudanças provêm de fatores externos, crises do sistema (variações climáticas ou do mercado) ou de reflexões individuais que induzem práticas diferentes, que passam a ser consideradas como desvio em relação à norma, como mostrou Darré (1996). Muitas vezes, os camponeses inovadores são tidos por fantasistas que escapam à norma. É também o caso daqueles que desenvolvem conhecimentos específicos, sobre doenças que atingem animais ou plantas medicinais, por exemplo. Alguns se tornam curandeiros, inspiradores de temor e respeito com seu don. Então, adquirem um estatuto especial, que assim permite aos demais não transgredir a norma comum dos agricultores.

Estas observações, conduzidas em uma região cuja reputação não é de ser particularmente dinâmica em termos de agricultura, mostram claramente a diversidade das formas e vias da inovação, bem como as dificuldades de sua socialização e divulgação, dadas sua especificidade e localidade.

1.3. A inovação invisível

Quanto mais as comunidades camponesas são dominadas e marginalizadas ou quanto mais se fecham sobre formas reduzidas de proximidade, reciprocidade familiar ou laços interpessoais diante de um contexto hostil, mais isolada, discreta ou até mesmo invisível é a inovação.

O peso institucional e cultural dos modelos dominantes, ditos modernos, em termos de mercado, saber e poder, é apenas uma razão a mais que explica esta invisibilidade. Razão que, aliás, também está arraigada no individualismo da autonomia camponesa. Quando inova, o camponês o faz primeiramente para si mesmo e sua família, em função das especificidades de seu sistema de produção e de sua situação socioeconômica. Por isto também, todas as inovações camponesas não têm por vocação de ser retomadas, difundidas e adotadas por todos os agricultores da região.

Todavia, os trabalhos conduzidos da região de Curimataú mostram que mais da metade das inovações dos últimos vinte anos têm origem nos próprios agricultores. Assim, trata-se de considerar os caminhos e circunstâncias decisivas que determinam sua socialização e sua evolução local ou regional. Quais são as circunstâncias em que circulam as inovações e informações e por meio de quais redes, quer sejam endógenas ou exógenas? Considerando que tais circunstâncias são tanto temporais (conforme cada momento) quanto espaciais (conforme cada lugar, cada *locus*), faço uso do termo “configuração sociotécnica” no sentido de situação sociotécnica específica. Aproxima-se a noção de configuração de Elias (1965),²⁸ na medida em que se trata de situações recorrente de interdependência mútua entre indivíduos.

As categorias de configurações sociotécnicas

O espaço sociotécnico local é desenhado por relações de interconhecimento e por prestações recíprocas no que diz respeito à produção ou redistribuição de produtos e conhecimentos, características das sociedades rurais e principalmente camponesas. A inter-relação entre pessoas, mas também entre locais

28 Dizer que os indivíduos “entram em configuração” equivale a dizer que o ponto de partida de qualquer pesquisa sociológica é uma pluralidade de indivíduos que, de uma ou outra forma, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis, equivale a dizer que não conseguiríamos explicá-las com termos que suponham que, de certa forma, elas existem de maneira independente em relação aos indivíduos. Tampouco conseguiríamos fazê-lo por meio de termos que envolvam a existência dos indivíduos fora destas configurações. (1965, p.253, tradução livre).

e objetos, constitui redes. Por definição, uma rede de relações interpessoais envolve um número variável de indivíduos que mantêm relações privilegiadas em torno de um tema ou uma função precisa (parentesco, vizinhança, religião, profissão etc.). Assim, as relações em rede são específicas e, não raro, exclusivas. Ainda que alguns indivíduos possam pertencer a várias redes, outros se situam à margem de todas. De fato, vários tipos de situações ou configurações e redes se cruzam e ficam intrincadas em diversas ocasiões da vida cotidiana ou do ciclo agrícola, para garantir funções que não são todas ligadas à produção.

É possível fazer a distinção entre vários espaços e configurações comunitárias, associadas à produção ou à vida cultural e religiosa, e espaços externos às comunidades.

A *configuração produtiva comunitária* é marcada pelas prestações de trabalho (ajuda mútua comunitária ou interfamiliar, trocas de diárias) e pelos locais de encontro e diálogo nas reservas de água (às quais são levados os animais a cada dia durante a estação seca) ou ainda no caminhão ou no ônibus que leva, a cada semana, à feira ou à missa, na sede do município.

Segundo os agricultores, os transportes e espaços externos, em particular *na rua* da cidade, são mais importantes para dialogar e discutir. Estas configurações envolvem, sobretudo os locais comerciais das sedes municipais. É o caso, em primeiro lugar, das feiras – em particular aquelas especializadas (gado ou grãos), onde são trocadas informações sobre as raças, as variedades, as práticas culturais do milho e do feijão – e também das lojas de insumos, onde se fala de adubos e de pesticidas.

A *configuração produtiva socioprofissional* se constitui de oportunidades de diálogo no universo das organizações socioprofissionais agrícolas: associação de produtores, banco de sementes, sindicato, dias de campo ou visitas técnicas com os serviços de extensão ou com agentes das ONGs.

A *configuração sociocultural profana* corresponde aos momentos e espaços de lazer (campo e partidas de futebol dos jovens, bar da comunidade) e às festas locais (danças, vaquejadas, festas de São João).

A *configuração espiritual* é marcada pelos ritos da religião católica, frequentemente associada às festas familiares (batismo, casamento, obséquios, festa patronal, rezas etc.). Os agricultores reconhecem que falam muito dos trabalhos agrícolas, de suas práticas e experiências durante as missas, as rezas coletivas e, sobretudo, os festejos de Novena da Medalha (do Santo Patrono). Esta é a forma de prece mais regular e frequente do Agreste, realizada em cada família a seu turno. A passagem das configurações e dos lugares para

redes é especificamente marcada pelo tipo de ator e o modo de regulação envolvido.

Redes sociotécnicas

Os trabalhos de Rogers & Kincaid (1981), nos EUA, e de Darré (1986), na França, mostraram a correlação entre relações sociais e circulação dos conhecimentos técnicos. Identificam redes desenhadas por relações mais ou menos regulares e estruturadas entre agricultores ou entre estes e agentes externos. Darré (1994) faz a distinção entre as redes de diálogo técnico (interlocutor com quem o agricultor fala de seu trabalho) e as redes de prestação de trabalho (ajuda mútua). Estas redes, constituídas por relações socioculturais, afetivas e profissionais, foram chamadas de *redes sociotécnicas* (Callon, 1991).

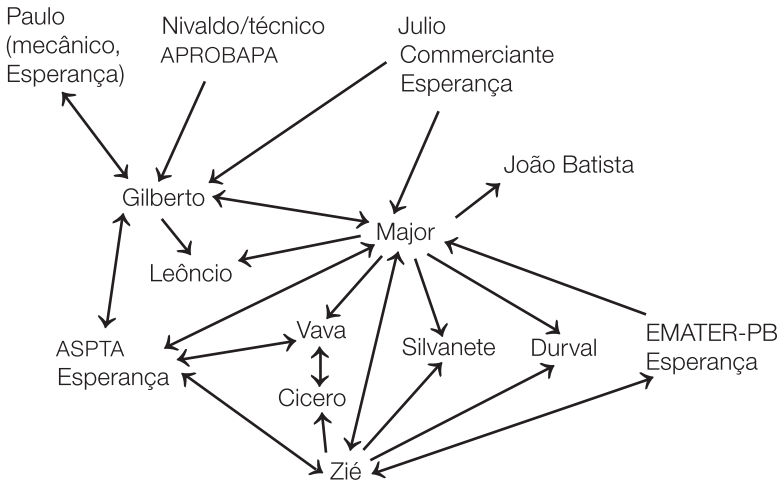
A rede sociotécnica desenhada pelos camponeses da comunidade de Goiana (figura 12) mostra claramente a importância de indivíduos detentores de saber ou competências específicas, a quem é possível recorrer em caso de necessidade. Mostra também relações privilegiadas de ajuda mútua, marcadas muito mais pela proximidade, pelo parentesco e pela amizade do que pelos aspectos técnicos da produção.

Para comparar, no caso de uma comunidade marcada pela monocultura da batatinha e amplamente inserida no sistema “sementes-extensão-crédito-mercado-organização”, como a de Meia Pataca, a pregnância da parte técnica sobre as relações é bem mais forte.

A rede sociotécnica da batatinha em Meia Pataca (figura 13) é extremamente estruturada em torno de dois líderes, sendo aberta a agentes externos. Além destes líderes, os agricultores identificam indivíduos pioneiros e/ou competentes, não de forma absoluta (cada um domina seu próprio sistema de referências) e sim para uma dada prática ou técnica: uma dica para um *veneno* (pesticida), uma forma de *abrir ou cobrir o sulco*, uma intuição para o uso ou a qualidade do estreme... No caso da cultura da batata, de nível técnico relativamente sofisticado, não há representação ou aceitação pública de “agricultores que melhor dominem o conjunto do sistema técnico”. É mais fácil reconhecer uma competência específica dos outros produtores, por exemplo, para a comercialização, que não constitui uma função de primeira ordem na profissão de agricultor: “Ah, o Zazá está numa boa, por que ele consegue vender suas batatas no supermercado”. Na verdade, Zazá ficou *numa boa*, porque foi ele quem mais investiu em informação técnica, experimentação e formação junto aos diversos serviços técnicos da região.

Na microrregião do Curimataú, a ajuda mútua é muitas vezes associada

Figura 13 Rede sociotécnica da batata em Meia Pataca



Legenda

Relação polarizada →
Relação simétrica ↔

Pessoas chave

Major: principal proprietário de Meia Pataca
Zié: presidente da associação de Meia Pataca
Gilberto: agricultor-experimentador da comunidade de Lajedo

Instituições

APROBAPA: Associação de Produtores de Batata da Paraíba
AS-PTA: Apoio e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (ONG)
EMATER-PB: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

às inovações que exigem mutirões ou trabalhos de grupo, tais como a ensilagem, a construção de fenil, cisternas ou barragens subterrâneas. Assim como para a adesão às organizações formais, há fortes diferenciações em termos de participação às redes de ajuda mútua e consequentemente, de acesso às informações. Este peso dos elementos sociais sobre os processos de socialização da inovação fortalece a necessidade de compreender seus modos de regulação.

Modos de regulação e categoria de configuração ou de rede

Para cada tipo de configuração sociotécnica identificado, o modo dominante de regulação corresponde a formas de relação e a regras específicas, que geram diferentes formas de valor: valores de uso e valores de troca na configuração produtiva, valores éticos, espirituais ou de prestígio nas configurações socioculturais. Estes valores materiais, instrumentais, éticos ou simbólicos

resultam da natureza das relações socioeconômicas (troca ou reciprocidade) e da sua polaridade. Tensões podem ser observadas entre sistemas de valor diferentes: produção e religião, comunidade e sociedade, comércio e redistribuição, troca e reciprocidade.

Mas a aparente diversidade dos *mundos* – segundo a expressão de Boltanski & Thévenot (1991) – e das configurações sociotécnicas tem de ser relacionada com a dualidade dos modos de regulação: a troca ou a reciprocidade e as configurações intermediárias entre estes dois tipos ideais (Lamarche, 1992). Por exemplo, as prestações de ajuda mútua podem funcionar conforme a lógica da troca (troca de diárias, assalariamento etc.), ou de forma gratuita, segundo a lógica da reciprocidade. É esta mesma lógica de reciprocidade que regula as dádivas mútuas entre famílias: sementes, plantas medicinais, remédios, carne quando um animal é abatido, bem como saberes e práticas. Assim, há redes de proximidade marcadas pela reciprocidade (parentesco, ajuda mútua, religião etc.) e redes técnicas ou comerciais regidas pela troca. De fato, constata-se uma relação entre o modo de regulação e a transmissão do saber ou da inovação. As regras da reciprocidade envolvem as relações de parentesco, aliança, ajuda mútua, dádiva, dote e herança. As regras da troca são aplicadas ao comércio, no marco do mercado capitalista e a certas prestações de trabalho ou de serviço que passam a ser contabilizadas.

Características dos sistemas de conhecimento no agreste da Paraíba

A pesquisa no Agreste da Paraíba confirma a existência de vários Sistemas Locais de Conhecimento (SLC), que se cruzam na escala local ou regional: eles mobilizam atores correlacionados por meio de diversas redes sociotécnicas e configurações marcadas na esfera social.

Esses canais diferenciados contribuem para os movimentos das práticas e técnicas que Darré (1996) qualifica de normas, preferindo esta noção àquela de saber (no sentido de conhecimento adquirido).

As redes sociotécnicas de que participam os agricultores também não são exclusivamente locais: o parentesco, o compadrio, as migrações, o comércio e a televisão envolvem relações com as cidades, as escolas, os serviços técnicos e a indústria... Por exemplo, as redes técnicas específicas de uma dada produção (batata ou apicultura) são, sobretudo, redes regionais. Esta escala é determinada pelas estruturas de comercialização dos produtos e pela densidade dos serviços (pesquisa, extensão e formação) sobre esta temática. Aqui, trata-se da natureza do ambiente institucional.

Nygren (1999) lembra que a noção de “saber local” foi associada, em demasia, à capacidade dos atores locais de observarem seu ambiente imediato, sem qualquer outra aplicação mais ampla. A noção de “saber indígena”, também ambígua, enfatiza, todavia, que as pessoas desenvolveram modos de compreensão e representação complexos de seu mundo, ainda que sejam autóctones em relação a uma dada área. Albaladejo (1999) indica que além de serem *agricultores*; os camponeses participam também de outras atividades. O próprio Darré (1994) fala de *multipertencimento* dos agricultores a diversas redes de *pares*.

A ação de desenvolvimento ocorre em espaços marcados por lógicas e estratégias sociais e econômicas. Darré (1986) evoca uma ordem social das técnicas em agricultura, por meio da qual devem ser negociadas as mudanças. O que conta, mais do que o saber de um agricultor, é sua influência, que é ligada a sua posição social no âmbito do grupo local. Engel acrescenta que não é tanto o conhecimento que é importante e sim o processo de acesso ao conhecimento. Completando os trabalhos de Veiga e Albaladejo (1997) na Amazônia, as observações conduzidas na Paraíba especificam a estruturação desta ordem local; é a *gramática das relações sociais locais*. Esta não é apenas determinada pelo parentesco e pela morfologia das relações de troca; trata-se também da permanência de práticas de reciprocidade camponesa que muitas vezes não são diretamente produtivas. No meu ver, muito mais do que a *constituição de uma dívida social destinada a garantir a vinculação de uma força de trabalho*, como propõe Albaladejo (1999), estas práticas de reciprocidade privilegiam a ampliação das relações sociais. Assim, confirma-se uma dialética dupla entre lógica de reciprocidade e lógica de troca.

Ensino a partir destas experiências

Evidenciar os SLC só apresenta interesse prático se isto fizer com que os agricultores e técnicos possam mobilizá-los para a elaboração de ações de desenvolvimento e possam identificar pontos de passagem obrigatórios ou modos de socialização das decisões.

Trata-se não só de revalorizar o saber dos agricultores, mas também de vislumbrar seus limites e avaliar as potencialidades e carências destas configurações, em termos de acesso à informação. No âmbito do diagnóstico empreendido para criar o Polo Sindical regional da Borborema, (PSB) a reconstituição das trajetórias de desenvolvimento aplicada à inovação se revelou adaptada à análise da situação da agricultura familiar local e à caracterização do déficit de apoios institucionais (Sabourin e outros, 2004b).

A identificação dos SLC pode constituir uma ferramenta relevante para o diagnóstico, na medida em que os agricultores não separam os momentos técnicos dos momentos sociais. Mas sua utilização para fins de apoio ao desenvolvimento apresenta diversas limitações. De fato, muitas vezes, as redes são específicas e seletivas, ou seja, insuficientes para promover a socialização de saberes ou a apropriação de inovações. Para que o processo de aprendizagem ocorra, convém agregar outros elementos, revezados por uma encenação contextualizada ou por organizações formalizadas mais visíveis e legíveis. Trata-se de formações práticas ou técnicas clássicas, de unidades demonstrativas ou de dias de campo, mas, sobretudo de visitas mútuas ou de estudo.

Por outra parte, as redes funcionam segundo regras próprias, culturais, afetivas ou sagradas, que não são públicas. No Brasil, as informações e os discursos ligados aos espaços culturais e espirituais são muito valorizados. Não faltou gente para considerar que os eventos religiosos, muito respeitados e regulares, poderiam constituir um suporte excepcional para a informação e a formação. Exemplo disto dá a Igreja Católica (com as comunidades eclesiais de base ou com o MST) e agora, as Igrejas evangélicas que baseiam sua principal fonte de financiamento no incentivo ao lucro de seus fiéis. Alimentar o conteúdo das discussões que ocorrem após ou durante estas reuniões de natureza espiritual pode garantir um impacto, mas seguramente apresenta riscos de proselitismo e de confusão de valores. Como o mostra Temple (2003), o respeito aos valores morais em nome da fé passa também pela submissão e obediência aos preceitos da doutrina e apresenta, portanto, um risco de tutela, pelas Igrejas, das comunidades de agricultores.

As informações técnicas podem circular em espaços e redes profanas ou espirituais. Por este motivo, as relações sociais de reciprocidade podem assim ser utilizadas para veicular informações utilitárias. Mas parece difícil misturar as lógicas e principalmente, os valores. Os membros das redes as estruturam em função de suas necessidades e prioridades. Claro, as redes espirituais (religiosas) mobilizam a reciprocidade, mas o fazem no plano simbólico e não no plano real. As relações e a palavra do âmbito religioso são marcadas pelo princípio de união e produzem obediência. A solidariedade de ordem religiosa depende tanto desta obediência e do medo da vingança de Deus ou dos padres, quanto da compaixão ou da fraternidade, valores estes também provenientes da fusão na palavra de união da religião. Assim, a passagem de um sistema de reciprocidade baseado no plano simbólico para um sistema de reciprocidade e ajuda mútua baseado no plano material (como o da produção agrícola) não é automático, e pode até ser impossível.

Segundo este mesmo princípio, é também difícil ou até contraditório, utilizar uma estrutura ou uma rede de reciprocidade para desenvolver práticas comerciais de troca. Problemas graves têm origem no fato que as relações de reciprocidade são, com frequência, mobilizadas em favor da produção de valores de troca.

Por outra parte, os camponeses ignoram a razão profunda das relações de reciprocidade, pois elas são inconscientes. Assim, não percebem logo quando são deturpadas de sua finalidade e desqualificadas em seu princípio. Eis porque seria necessário propor uma reflexão científica e crítica acerca da reciprocidade, ou até mesmo algum tipo de ensino, para se precaver deste grave tipo de confusão ou de engano.

Independente desses aspectos, que requerem um mínimo de análise para ser desvendados, a identificação do SLC não pode ser considerada nem como um método auto-suficiente nem tampouco como uma ferramenta isolada. Qualquer seja a técnica mobilizada para identificar e representar estes sistemas, é essencial inserir esta função dentro de um processo de experimentação e de formação, da forma mais interativa possível, para poder alimentar dinâmicas locais de aprendizagem e de autonomia.

O estudo das configurações sociotécnicas mostra claramente como os mecanismos de inovação são alimentados por informações, práticas e referências produzidas ou pela comunidade ou pelas instituições, ou seja, pelos níveis da ação coletiva e da ação pública.

Os processos individuais de produção e adaptação de inovações podem ser multiplicados, socializados e enriquecidos pelo apoio metodológico e institucional e por processos de aprendizagem ou de organização. Não se trata de substituir as instituições de pesquisa e desenvolvimento pelas organizações de produtores, nem tampouco de substituir estas por redes. Trata-se de valorizar melhor, de forma coordenada, os conhecimentos e funções específicas destes três planos de ação: individual, coletivo e público.

2. Construção da inovação em parceria

Como apoiar esta inovação invisível; primeiramente, como descobri-la? E, sobretudo, será que esta abordagem proporciona algum interesse e faz sentido aos camponeses e às suas organizações? São estas as perguntas às quais tentam responder os trabalhos apresentados na segunda parte, que se dedica à mudança social e técnica do Agreste da Paraíba.

Esta co-construção de inovação na região do Agreste foi, claro, iniciada pela atuação dos agrônomos da AS-PTA, seguidos de pesquisadores do

CIRAD e da universidade, que tentaram multiplicar as ações conjuntas com os agricultores, observando-os e aprendendo com eles. Esta abordagem levou à multiplicação das relações e contatos dos camponeses entre si e com camponeses de outras regiões no Brasil e, inclusive, na América Central; levou também a implantação de uma experiência original em torno de grupos de agricultores experimentadores na escala da região do Agreste da Paraíba.

2.1. Interações entre agricultores e agrônomos²⁹

Os trabalhos conduzidos com os agricultores do Agreste da Paraíba se baseiam em duas constatações. Primeiro, a inovação segue um processo permanente de adaptação e não de simples criação-difusão. Para Schumpeter (1935), a inovação corresponde à *elaboração de novas combinações entre diversos recursos (fatores de produção) e seu uso econômico e social*. Para Flichy (1995), a dinâmica de inovação é um processo de criatividade e aplicação de saberes; é o resultado deste processo. Segundo Gondard (1991), que retoma a distinção entre inovação e invenção estabelecida por Schumpeter, uma inovação é uma invenção que obteve sucesso ou que encontrou utilizadores.

Segundo, a inovação remete à área da ação coletiva. Darré (1986b) mostrou que os produtores inovam de forma individual na escala da parcela ou de sua unidade de produção, mas o fazem em função de interações entre si e com diversos atores e objetos no âmbito de redes e coletivos, tais como aqueles que foram analisados, entre outros, por Callon (1986; 1991).

Estas interações situam a inovação técnica em um conjunto mais amplo de inovações institucionais e de processos de aprendizagem em um contexto da ação coletiva³⁰ que envolve as organizações de produtores, os serviços de apoio à agricultura, bem como as empresas de insumos e até a mídia (Alter, 2000).

As observações deste capítulo resultam do monitoramento de um caso de produção coletiva de inovação na região do Agreste do Estado da Paraíba, desde 1995, entre a AS-PTA e agricultores vinculados aos sindicatos muni-

29 Este parágrafo retoma os elementos apresentados em dois artigos: Sabourin, Sidersky e Silveira (2004b e 2004c) e Sabourin, Hocdé, Tonneau e Sidersky (2006).

30 No contexto da ação coletiva, a aprendizagem pode ser definida como uma produção e uma transformação de conhecimentos, dentro de uma perspectiva de coordenação entre atores (relações entre atores, normas e regras para a organização da ação etc.). De fato, para Hatchuel (2000), não é possível separar, nos processos de aprendizagem, os saberes das relações. Para Ostrom (1992), no centro da ação coletiva, a aprendizagem é uma adaptação conjunta dos saberes, normas e regras colocadas em prática.

cipais de trabalhadores rurais. Esta parceria se construiu a partir da escolha de privilegiar e multiplicar as interações – aqui compreendidas como uma série organizada e programada de diálogos e ações recíprocas – entre pesquisadores e técnicos (agrônomos, zootécnicos, sem contar socioeconomistas e pedagogos) e grupos ou organizações locais de agricultores.

Interações entre técnicos e agricultores

Os agricultores se organizaram em sindicatos na escala municipal e em associações de produtores na escala da comunidade camponesa. Na realidade, estas organizações não foram criadas para tratar das questões de produção agrícola. Seu primeiro objetivo consistia em garantir, para os sindicatos, o acesso aos serviços sociais e jurídicos ou, para as associações, o acesso às infraestruturas de base (escola, água, eletricidade,...). Todavia, a colaboração entre a AS-PTA e os agricultores se construiu em torno da elaboração de alternativas técnicas. Mobilizada por uma demanda dos sindicatos dos municípios de Remígio, Solânea e Lagoa Seca (figura 10), ela se estendeu progressivamente para associações comunitárias e de paróquia; e mais recentemente, para o Polo Sindical da Borborema, que agrupa as organizações de dezesseis municípios da região do entorno de Campina Grande.

Os primeiros contatos entre os sindicatos e a AS-PTA se deram durante ações de educação popular (formação sindical, alfabetização etc.) inspiradas dos métodos de análise da realidade propostos por Paulo Freire.³¹ A prática de diagnóstico conjunto, dito “participativo”, foi a primeira ferramenta na base do diálogo entre técnicos e agricultores. Primeiro foi realizado um diagnóstico rápido dos sistemas agrários na escala municipal e, em seguida, foram aprofundados diversos temas (sistemas de pecuária, sementes, fertilidade, plantas locais, sistemas agroflorestais, exclusão social etc.) por meio de diagnósticos temáticos intermunicipais.

Durante os diagnósticos temáticos, foram identificadas práticas inovadoras de alguns agricultores que foram chamados de *inovadores*. Estas práticas experimentais espontâneas produziam resultados muitas vezes superiores àqueles dos testes de comportamento e ensaios multilocais implantados pela AS-PTA a partir de problemas identificados durante os diagnósticos. Por exemplo, as cercas de cactáceas e as barragens de pedra se revelavam mais adaptadas do

31 Historiador e pedagogo brasileiro nascido em Recife (1921-1997), ele criou, durante os anos 60, um método de conscientização participante por meio de uma alfabetização que parta da realidade e dos problemas das classes populares.

que as faixas antierosivas ou as curvas nível; foram simplesmente apropriadas pelos agricultores. Da mesma maneira, eles consideraram o cultivo e o uso da melancia forrageira mais fácil do que a fabricação de ensilagem ou de feno. A associação milho-sorgo ou entre leguminosas (inclusive as arbóreas) intercaladas entre as fileiras de palma forrageira (*opuntia* sp.) se mostrava mais produtiva do que a monocultura.

A identificação destes agricultores *inovadores* que, em geral, não pertenciam às organizações locais, levou os técnicos e sindicatos a conceber e testar dispositivos específicos para a experimentação. Dois tipos sucessivos de dispositivo de parceria foram implantados: primeiro, os grupos de interesse; e a partir de 1998, os grupos de Agricultores-Experimentadores (A-E) (Sabourin e outros, 2004b).

O grupo de interesse temático agrupava alguns agricultores, oriundos dos três municípios e envolvidos no mesmo tema; é um grupo animado por um técnico, voltado para a programação conjunta de estudos, visitas, experimentações e formações. De 1995 a 1998, nove grupos de interesse funcionaram acerca de problemas específicos: doença da bananeira, fertilização da batata, alimentação animal, fertilidade dos solos e sistemas agroflorestais. No início, eram constituídos por alguns agricultores que cuidavam ou acolhiam ensaios multilocais em suas parcelas. Com a participação de agricultores que operam diversos sistemas de produção, os grupos puderam integrar o funcionamento de toda a unidade de produção nas reflexões. Antes, isto era difícil, pois os diferentes grupos de interesse temáticos só socializavam seus resultados uma vez por ano. Como principal consequência, a diversidade das condições de produção passou a ser considerada. Isto levou a AS-PTA a investir em formas mais localizadas de organização do trabalho e de acompanhamento.

Os grupos de Agricultores-Experimentadores foram constituídos em 1997 a partir de agricultores voluntários, acompanhados pela AS-PTA. Assim como os grupos de interesse, os grupos de A-E utilizaram de forma sistemática as visitas de estudo e intercâmbio desenvolvidas em torno das inovações e experimentações implantadas por centros de pesquisa ou por outros agricultores.

O acompanhamento é coletivo. As visitas a parcelas ou experiências são momentos e lugares privilegiados de trocas de informação entre A-E, agrônomos, pedagogos e demais agricultores interessados. A socialização final dos resultados é feita durante uma reunião de avaliação, no fim do ciclo agrícola ou do ano civil. A sistematização e valorização dos resultados e métodos sempre constituíram um ponto de estrangulamento e foram garantidas essencialmente pelos técnicos, às vezes por pesquisadores.

Ao longo dos anos, a lógica inicial se inverteu. Passou-se de uma parti-

cipação dos camponeses às experimentações em meio real propostas pela AS-PTA, para um acompanhamento pelos agrônomos, das experimentações individuais ou coletivas dos agricultores. As escolhas e projetos dos agricultores se tornaram determinantes, tanto do ponto de vista das temáticas quanto dos métodos; em particular, os critérios e indicadores de observação e, posteriormente, de avaliação.

Um enfoque construtivista

Aos poucos, o enfoque se consolidou em torno dos processos de aprendizagem e de um procedimento construtivista no sentido proposto por Piaget. Esse processo pedagógico foi organizado em ciclos iterativos, segundo três fases:

Aprendizagem conjunta do outro e do meio

Trata-se de compreender uma realidade e fazer com que cada um aprenda a conhecer o outro para que juntos possam atuar. O “conhecimento do outro” se torna conscientização mútua entre atores pertencentes a mundos e lógicas diferentes. Aprendizagem há se houver (re)conhecimento, inclusive da especificidade e das estratégias do outro. Por exemplo: para os agrônomos, estratégias ligadas à necessidade de justificação dos financiamentos e resultados quantitativos; para os camponeses, necessidade de resultados concretos e adaptáveis aos seus sistemas diversificados. Às vezes, esse reconhecimento mútuo foi construído em torno de objetos intermediários (no sentido proposto por Vinck, 1999) ou de representações comuns: os mapas e zoneamentos, as maquetes, as tipologias de unidades de produção, a representação dos SLC. Esse (re)conhecimento constitui uma premissa e um motor para a ação conjunta.

Plano para a ação: a experimentação e a divulgação

A fase anterior permite definir regras para agir: a reciprocidade das dádivas de material vegetal durante visitas ou as normas de monitoramento dos ensaios. A programação corresponde a um processo de institucionalização: é o caso da construção de dispositivos coletivos ou de estruturas entre atores (grupos de interesse ou de A-E, redes de trocas, festas de A-E, jornadas por produtos etc.); mas é também o caso da elaboração conjunta do protocolo de uma experimentação ou de uma lista de materiais necessários para sua implementação.

Ação conjunta entre pares, que traz saberes e valores

Trabalhar e produzir juntos referências técnicas e ferramentas nas mesmas parcelas aproxima agrônomos e agricultores. A ajuda mútua e o compartilhamento dos saberes e da práxis constroem relações sociais e econômicas de reciprocidade que, por sua vez, produzem valores humanos éticos: respeito, amizade, confiança e principalmente responsabilidade e equidade. Participar da reprodução de tais valores sela alianças interindividuais e coletivas que contribuem para a parceria institucional.

Além da exigência da parceria, o esforço de aplicação do princípio de aprendizagem é essencial para esse enfoque: fornecer os elementos-chave da percepção dos fenômenos, construir as soluções de forma coletiva e dizer não às receitas prontas. São princípios simples, mas necessários para todos os atores envolvidos (quadro 19).

Rapidamente, esse procedimento, bastante original nesse contexto e em torno de objetos técnicos e agrícolas, acarretou efeitos conjugados. Houve uma multiplicação dos agricultores que desejavam integrar processos de experimentação, atraídos pela dinâmica camponesa de generalização da reciprocidade. Notou-se que o principal objetivo do forte entusiasmo dos técnicos

Quadro 19 Princípios de ação da parceria (Sabourin e outros, 2006)

- dar aos agricultores e demais parceiros os meios de agir, em vez agir por si mesmo: incentivar processos de mudanças/ inovações ao invés da transferência de pacotes técnicos;
- estimular, de forma constante, interações entre agricultores, entre agricultores e pesquisadores, entre fazendeiros e camponeses sem-terra e entre situações contrastadas;
- formar e informar os agricultores sobre políticas e métodos de pesquisa e extensão, para que possam compreender, criticar e interagir;
- garantir uma parceria a longo prazo e proporcionar, de forma concomitante, soluções de curto prazo, ainda que intermediárias, importadas ou que remetam a modelos clássicos;
- não se lançar em uma corrida que visa resultados imediatos, até mesmo sob pressão das instituições de financiamento;
- evitar a substituição e o isolamento: recorrer às instituições existentes, ainda que sejam imperfeitas, porém legítimas, em vez de construir novas instituições.

consistia em nutrir esses processos de experimentação, em detrimento de seu registro e da sistematização de seus resultados.

Finalmente, obteve-se a colaboração de pesquisadores e universitários para garantir um apoio e um monitoramento científico mais rigoroso e contribuir com a valorização dos resultados.

Durante vários anos essa dinâmica socioprofissional e sociotécnica complexa esteve sujeita a um acompanhamento pela pesquisa, realizada *in situ* (de 1998 até 2001) e por meio de visitas breves e pontuais (a partir de 2001) (Sabourin e outros, 2003, 2004b, 2006).

2.2. Os grupos de Agricultores-Experimentadores

Os grupos de agricultores inovadores, chamados de Agricultores-Experimentadores (ou A-E), a partir de 1997, funcionaram de maneira informal, embora fossem reconhecidos no plano institucional, desde o momento em que se beneficiaram de um apoio técnico e financeiro de proximidade por parte da AS-PTA e das universidades da Paraíba.

A parceria institucional com os agricultores inovadores

Os grupos de A-E reúnem agricultores voluntários de uma mesma região que testam novas técnicas, práticas ou espécies em sua unidade de produção e aceitam divulgar os métodos e resultados de suas experimentações.

O procedimento proposto não se insere na prática clássica de ensaios multilocais em meio camponês que a pesquisa, os serviços de extensão ou as empresas de insumos costumam implantar. Situa-se no âmbito de uma co-concepção de inovações entre técnicos, pesquisadores e agricultores fundamentada em processos de experimentação camponesa. Portanto, a experimentação corresponde a uma etapa metodológica em um processo de parceria negociada marcado por escolhas comuns em termos de prioridades estratégicas e temas de inovação. A parceria institucional que determina o tipo de participação de cada instituição consiste, assim sendo, em conceber e explicitar o papel e o espaço de cada parceiro.

É possível fazer a distinção entre quatro funções da parceria institucional em torno dos A-E:

- promover, animar e alimentar o funcionamento de grupos de A-E;
- ajudar a sistematizar e avaliar os resultados (por meio de reuniões específicas);

- socializar e difundir os resultados e as lições da experimentação camponesa;
- alimentar alguns processos de experimentação em termos de métodos e material (material genético, referências, insumos, equipamentos etc.).

Programação e monitoramento de uma campanha de experimentação pelos agricultores

No final do ano, as atividades dos grupos são programadas durante as reuniões de avaliação e programação, sendo em seguida assumidas conforme as necessidades de cada grupo. A partir daí, com o aumento do número de A-E, as associações comunitárias, bancos de sementes e sindicatos se encarregam de uma parte das tarefas (fornecimento de sementes, mudas etc.). A AS-PTA assume, de forma provisória e por meio de fundos rotativos, novas necessidades, tais como financiamentos específicos para a implantação de determinados ensaios. Os diagnósticos participativos localizados ou temáticos (plantas locais, fertilidade, recursos hídricos etc.) constituem também mecanismos importantes de auxílio na programação da experimentação (tabelas 20 e 21).

Além do monitoramento individual dos ensaios específicos de cada A-E, é realizado um monitoramento coletivo que reúne os membros do grupo por meio de diversas atividades de reflexão e intercâmbio: visitas de estudo, excursões, visitas de ensaios camponeses, reuniões de programação ou avaliação. A socialização final dos resultados e referências produzidos é realizada durante uma reunião de avaliação, ao final do ciclo agrícola ou do ano civil. Esta socialização também pode ocorrer por ocasião de uma jornada de demonstração, um dia de campo, um curso de formação ou mesmo uma festa local ou municipal, como aquelas que são organizadas a cada ano pelos sindicatos municipais e pelos grupos de agricultores (tabela 21).

A evolução dos comportamentos dos agricultores no âmbito dos grupos de A-E, entre fases de ação individual e coletiva, confirma a alternância identificada por Aggeri (2002), entre momentos de segregação e de socialização. Conceber a inovação é antes de tudo a questão de um ou alguns indivíduos envolvidos e motivados; em contrapartida, adaptá-la ou validá-la posteriormente depende de mecanismos de socialização e co-prescrição por outros atores, já que, como bem mostrou Darré (1996), os inovadores encontram-se fora das normas, ou até mesmo são considerados como desviantes das normas locais.

Tabela 20 Atividades coletivas ligadas à experimentação em 2000, Solânea (PB)

Comunidade	Famílias de A-E	Famílias de banco de sementes	Fundos rotativos palma forrageira	Fundos rotativos cisternas	Associações	Caixas de crédito	Grupos Paróquia
1. Salgado de Souza	8		3		1		
2. Corrimboque							
3. Palma	5	13	3	1	1	1	
4. Bomsucesso	12	20	4	3	1		1
5. Goiana	7	12	2	3	2	1	
6. Fragoso	2	17	2	1			1
7. Pedra Grande	6			1		1	1
8. Capivara	1			1	1		
9. Açude Velho	-			1		1	1
10. Várzea Cacimba	-				1		1
11. Varjota	-			3			
12. Tanque Preto	-				1		1

Tabela 21 Temas de experimentação do grupo de A-E do Curimataú (Solânea-PB)

Temas de experimentação	Origem	Comunidades	Número de A-E
LUTA CONTRA A EROSÃO			
1. microbarragens de pedras	espontânea e local	2	3
2. faixas de vetiver em curva de nível	AS-PTA Sul do Brasil	2	6
3. cercas vivas de cactáceas, bromeliáceas e plantas locais	espontânea e local	6	15
4. aleias de <i>cajanus cajan</i> e <i>gliricidia</i>	diversas	2	4

INTENSIFICAÇÃO FORRAGEIRA			
<i>Produção de biomassa</i>			
5. campo de milho ou de sorgo puro	AS-PTA	6	18
6. sorgo e <i>cajanus cajan</i> consorciados com cultivos anuais	espontânea e local	5	10
7. plantações de aleias forrageiras	diversas	3	5
8. plantação de forrageiras arbóreas nas cercas vivas	espontânea e local	4	15
9. valorização de baixios	espontânea e local	4	5
10. plantação de melancia forrageira	espontânea e local	6	20
11. plantação de palma forrageira consorciada	espontânea e local	6	16
12. pracinhas de pastos	EMBRAPA	8	4
<i>Conservação de forragens</i>			
13. fenil	Diversas, Embrapa	6	14
14. ensilagem (4 tipos de silo)	AS-PTA, EMATER	6	18
DIVERSIFICAÇÃO			
15. introdução de plantas medicinais	Paróquia	3	9
16. introdução de amendoim e gergelim	EMBRAPA	6	11
17. variedades de feijão	espontânea	3	5
18. viveiros de árvores (frutíferas, madeira e leguminosas)	AS-PTA	3	3
19. introdução de pecuária ovina	espontânea, EMATER	2	3
FERTILIDADE			
20. uso do estrume	diversas	2	4
21. uso de resíduos de sisal	espontânea e local	2	2
22. pequenos bosques, pousios arbóreos de longo prazo	espontânea e local	2	6
MANEJO DA ÁGUA			
23. barragens	fazendeiros	2	6
24. cisternas	AS-PTA	8	25

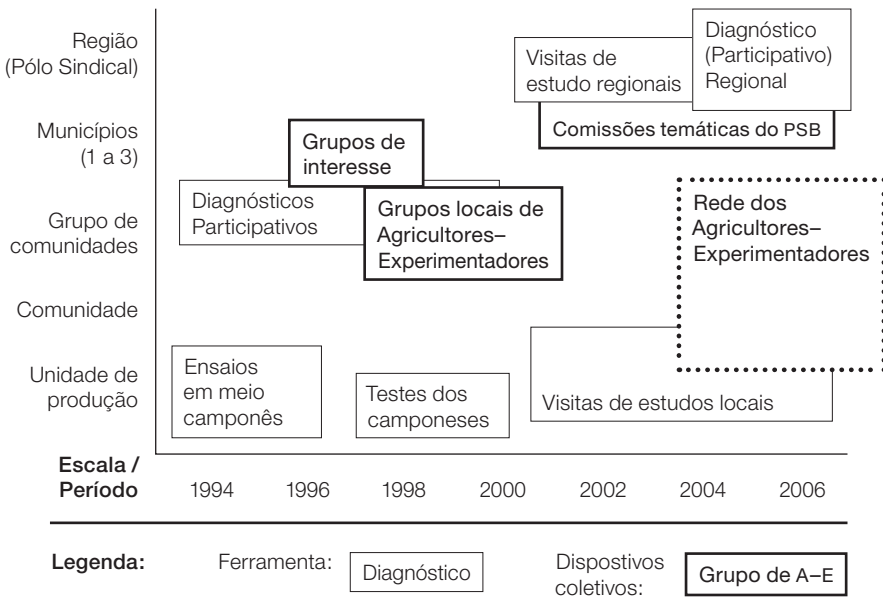
SIGLAS: AS-PTA: Assessoria Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa, Emater: Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural; Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; UFPB: Universidade Federal da Paraíba.

Evolução dos dispositivos coletivos

De 1997 a 2000, o número de experimentadores dos três municípios passou de 50 para 200; cada um realizava vários ensaios por ano.

O método de monitoramento/acompanhamento testado entre 1997 e 2000 revelou consumir muitíssimo tempo para a equipe da AS-PTA. A partir de 2002, diante do *boom* de iniciativas e demandas decorrente da ampliação para os 16 municípios que constituem o território da Borborema, a AS-PTA modificou seu sistema de acompanhamento e favoreceu a autonomia dos grupos de A-E. O apoio passou a ser metodológico e logístico, por meio de sessões de formação, de um lado, e de fornecimento de material vegetal e insumos, de outro. Os animadores dos sindicatos e os primeiros A-E se encarregaram da intermediação, assumindo uma função de monitores junto aos agricultores dos novos municípios do polo da Borborema (figura 14).

Figura 14 *Evolução das ferramentas e dispositivos coletivos de inovação no Agreste (Sabourin e outros, 2006)*



A mudança de escala operada a partir de 2002 acarretou dificuldades de sistematização e valorização dos resultados. Por isso, a função de formação ficou reduzida; somente aqueles agricultores que estavam mais bem preparados se beneficiaram com as referências e informações mais sofisticadas. As

ações coletivas foram programadas conforme quatro comissões temáticas de escala regional: água, sementes, pecuária, alimentação e saúde.

A institucionalização dos grupos de A-E, por meio de dispositivos coletivos autônomos ou no âmbito das associações e sindicatos, é uma hipótese de perenização formulada no início do processo que não foi verificada. Em contrapartida, nos municípios iniciais, a atividade de experimentação foi mantida, bem como os laços entre os núcleos de indivíduos ativos que estão na base de cada grupo de A-E.

No plano regional do Polo Sindical da Borborema, esse dispositivo, que tem por base as comissões temáticas, as visitas de intercâmbio e as atividades de monitores dos A-E, parece favorecer uma institucionalização mínima sob a forma de uma rede de A-E. Mas se trata de uma rede de elite e não mais de vizinhos que se passam convites ou realizam trocas mútuas em função da proximidade social e geográfica. Segundo os camponeses, esta institucionalização arrisca não trazer nada além de burocracia.

Assim, de certa forma, em escala local, passamos da democracia direta para a delegação da autoridade que se constitui como poder e não tem mais por base a democracia e a reciprocidade, e sim a organização da produção visando objetivos materiais e as complementaridades seletivas; nasce então a burocracia...

Além das ações em massa apoiadas pelos poderes públicos (bancos de conservação e distribuição de sementes e mudas, cisternas de coleta de águas de chuva), as atuações não alcançam facilmente as famílias mais pobres ou isoladas do ponto de vista institucional ou geográfico.

Resultados e lições em termos de apoio aos processos de inovação

Os agricultores procuram melhorar a eficácia de seus sistemas de produção (desempenhos e condições de trabalho) adotando diversas propostas locais e externas. Assim, os agricultores produzem referências locais.³²

Podem também contribuir para a socialização de informações, por meio dos mecanismos sociais de proximidade e das redes de relações interpessoais. Na verdade, eles implantam o quadro organizacional (dispositivos, regras, formas de coordenação) que faz com que os artefatos técnicos (sementes, associações de culturas, barragens etc.) possam se tornar elementos de inovação nos sis-

32 Referência: informação que abrange a caracterização da prática e do contexto no qual é implementada, bem como os resultados alcançados.

temas locais de produção. Mas faz-se necessário esse diálogo entre agricultores e instituições, ainda que se dê por meio dos sindicatos ou da AS-PTA, para que os dispositivos estabilizados de experimentação possam funcionar; dispositivos que, afinal, tornam possível a co-produção de referências entre técnicos e comunidades. Mais do que os próprios grupos de A-E diretamente, são os sindicatos ou foros regionais híbridos que continuam assumindo o papel de tradutor ou porta-voz de lógicas diferenciadas de inovações (no sentido proposto por Akrich e outros, 1988) junto às instituições públicas.

Em contrapartida, os agricultores desenvolvem capacidades de aprendizagem. Os conhecimentos científicos sobre ecologia, biologia, economia e filosofia, sempre que estejam acessíveis, são incorporados aos processos de inovação. Por exemplo, as informações sobre a ecologia dos insetos foram valorizadas para lutar contra a propagação do verme da bananeira; os dados sobre a umidade do ar foram integrados para melhorar a secagem dos grãos. No plano comunitário, os agricultores implantaram práticas específicas de ajuda mútua e organização que levam à atualização de processos antigos de reciprocidade camponesa. Assim, mesmo partindo de apoios externos, foram capazes de adaptar modelos institucionais (Barbier & Lemery, 2000).

Papel das organizações profissionais

Há várias formas de coordenação, grupos e estruturas destinadas a cuidar de funções múltiplas em torno da produção agrícola e da vida das comunidades camponesas. Podem-se distinguir entre as estruturas criadas de forma específica para a inovação técnica (bancos de sementes, grupos de interesse, grupos de A-E etc.) e as organizações generalistas (associações, sindicatos, cooperativas etc.). A questão da parceria para construção de inovação entre as estruturas camponesas, as organizações profissionais agrícolas e os poderes públicos pressupõe que os grupos de experimentação sejam, minimamente, institucionalizados. Esta parceria pode passar pelas estruturas existentes ou pela criação de novas organizações.

As estruturas especializadas são mais propícias ao desenvolvimento de processos de inovação; mas em geral elas funcionam por meio de redes limitadas ou seletivas e podem trazer os mesmos problemas de assimetria de informação, ou até mesmo de exclusão, que as atuações das instituições públicas. Esse é o motivo pelo qual o modelo de grupo de A-E que funciona no âmbito de organizações generalistas oferece mais garantia de socialização dos resultados. As referências latino-americanas, na Argentina (Chia e Dedieu, 2002) ou na América Central (Hocdé, 1997; 1999), foram aprovei-

tadas, levando-se em conta a proximidade do contexto; mas uma reflexão específica desenvolveu-se no plano do sindicalismo camponês brasileiro em torno da abordagem territorial da inovação. Hoje, ela é assumida pelo grupo de trabalho sobre construção do conhecimento agroecológico, no âmbito da Associação Nacional de Agroecologia (ANA-GT info) e da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (Petersen, 2006).

É mesmo em termos de ambiente institucional e atitudes de serviços públicos de P&D que a maioria das dúvidas reside quanto à implantação desse tipo de parceria. Os pesquisadores e técnicos não foram formados para trabalhar a partir da valorização do saber e do saber fazer dos agricultores.

As dificuldades e os limites da institucionalização

O apoio institucional a grupos de A-E pode constituir uma interface entre o nível da ação individual e o da ação pública que proporcione alternativas para os serviços de extensão agrícola. Esse tipo de método representa um avanço em relação a dispositivos descendentes (extensão rural clássica, *training and visit*) ou a sistemas bastante rígidos ou exigentes em termos de registro de dados, tais como as redes de fazendas de referência. Mas o apoio dado aos grupos de A-E se mostra muito exigente também em termos de recursos humanos. Entre 1998 e 2000, o monitoramento de seis grupos de A-E mobilizou, em média, três técnicos e pesquisadores e três diretores dos sindicatos ao longo do ano; algo que, nada supérfluo, constitui uma taxa bem superior às normas da assistência técnica e extensão pública. Por fim, não se trata de substituir as funções da pesquisa e da extensão, embora aquelas sejam falhas, pela ação dos agricultores. Pelo contrário, por natureza, uma dinâmica regional de experimentação camponesa leva rapidamente a solicitações crescentes dos centros de P&D. Não é possível conceber que um apoio seja prestado aos grupos de A-E sem que reformas sejam feitas no âmbito das instituições de P&D. É mesmo questão de transformar uma dinâmica exploratória de *construção de parcerias* (Aggeri, 2002; Lindenperg, 1999), em colaborações institucionais flexíveis e pontuais no que tange a dispositivos de inovação e construção de objetos de pesquisa.

Para as instituições públicas envolvidas no enfoque e que nele desejem se inspirar para renovar os métodos de extensão agrícola, a principal restrição é o nível de recursos necessários do ponto de vista humano, técnico e financeiro. O governo empreendeu uma reforma do sistema de extensão e alguns responsáveis do programa de Crédito Fundiário do MDA propuseram uma generalização dos grupos de A-E. Estes atuam tanto como monitores quanto

como técnicos, formando seus próprios corpos técnicos; organizar-se-iam em cooperativas ou no âmbito das associações de agricultores existentes. Mesmo com apoios consistentes, adotar esse rumo ainda não funcionou na Borborema. Dispusesse o Estado dos recursos institucionais e financeiros, o empreendimento continuaria incerto. O processo analisado no agreste da Paraíba se construiu de forma social e institucional durante mais de dez anos, entre atores e personalidades que se identificaram, que se reconheceram e optaram por trabalharem juntos. Porém, no caso do programa de Crédito Fundiário, o prazo para constituir equipes ou instituições de assistência técnica paga é de apenas dois anos, o que torna praticamente impossível montar um grupo ou uma rede de A-E. Aliás, a ideologia penetra também os argumentos em favor das abordagens participativas; pois na verdade, tanto o Banco Mundial quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pretendem apoiar, antes de mais nada, a privatização dos serviços de extensão, no âmbito dos programas de reforma agrária pelo mercado. Em contrapartida, é possível lançar o procedimento contrário, ou seja, o reconhecimento pelo Estado das experiências de A-E ou de assistência técnica assumida pelas organizações de agricultores, que já estão em andamento na Paraíba e no resto do Brasil e, logo, o apoio à sua institucionalização e funcionamento. O Polo Sindical da Borborema solicitou que esses grupos de A-E sejam integrados, em sua região, ao processo de desenvolvimento territorial apoiado pelo MDA, mas não conseguiu até hoje mobilizar recursos específicos. Os fundos do PROINF-PDSTR são reservados apenas a infraestruturas e equipamentos, via entidades estaduais ou municipais.

De fato, esses dispositivos coletivos entre agricultores, sindicatos e demais instituições, marcados pela espontaneidade e pelo voluntarismo, carecem, muitas vezes, de práticas contratuais ou até mesmo de regras sistematizadas e sancionadas. Diversidade, autonomia e criatividade foram estimuladas por essa flexibilidade, que, por vezes, também acarretou anomia e fragilidade. É, por exemplo, o caso para o registro e a socialização dos resultados dos ensaios, ou o reembolso dos créditos para as parcelas de palma forrageira. A fraqueza das regras no âmbito desses dispositivos pode restringir a produção, a socialização e a apropriação de resultados.

As dificuldades de diálogo e reconhecimento dos outros não se atêm apenas aos grupos de agricultores; parte da responsabilidade é dos pesquisadores.

Exemplo disso é a pesquisa sobre a fertilidade e os fluxos de biomassa no agreste da Paraíba (Tonneau e outros, 2002). A colaboração dos universitários, justificada pela necessidade de validação científica dos resultados da experimentação camponesa, foi difícil. Os pesquisadores não apresentavam

o envolvimento, a experiência e o domínio das ferramentas participativas adquiridas pelos técnicos da AS-PTA. Faltou a fase inicial de formação dos agricultores sobre a concepção da pesquisa e o domínio das ferramentas. Os trabalhos delegados a equipes universitárias foram realizados por estagiários, aceitos pelos camponeses mais na base da amizade que da competência. Os dispositivos foram mal dimensionados; muitas vezes, a coleta dos dados foi ruim (pois camponeses e estudantes não compreendiam sua razão de ser) ou incompleta.

A experiência mostra a dificuldade de se manter a co-construção de métodos, saberes e inovações. Essa dificuldade ocorreu também no âmbito dos grupos de A-E. Na falta de um dispositivo de monitoramento e avaliação institucionalizado ou contratual, os agricultores não registram resultados ou se lembram apenas dos seus próprios critérios e indicadores de avaliação: resistência, rusticidade, comportamento ao longo do ciclo, retorno forrageiro das palhas e restos de culturas. Estes critérios são relevantes, mas devem ser associados a indicadores mensuráveis sempre que o objetivo seja convencer a pesquisa agrônoma do interesse das práticas camponesas ou agroecológicas ou produzir referências para a região.

As únicas experimentações que estiveram sujeitas a algum monitoramento por parte dos centros de pesquisa foram aquelas que diziam respeito às mensurações e análises de fluxo de biomassa graças às quais é possível verificar os resultados das práticas agroecológicas (culturas associadas, adubo verde e orgânico, aleias de leguminosas, sistemas agroflorestais etc.) em termos de rendimentos e comportamento da fertilidade dos solos.

Evolução da rede regional de A-E

Na rede atual de A-E da região da Borborema, as dinâmicas de experimentação coletiva e de produção e socialização de referências funcionam em três casos.

Isso aconteceu primeiro em termos de manejo da água, porque a experimentação está ligada ao programa de construção de cisternas e porque o Polo Sindical da Borborema constitui uma das unidades gestoras do PIMC na região.

Foi também o caso com a implantação das feiras agroecológicas em vários municípios pelo PSB, que ensejou reuniões e intercâmbios técnicos entre produtores de frutas e legumes, mel e, em menor proporção, aves e queijo.

Assim, em 2005, as associações de produtores das feiras agroecológicas da Borborema organizaram um encontro na escala do Estado da Paraíba, com

os produtores das feiras do Alto Sertão e litoral. Em 2006, estes implantaram uma articulação dos produtores dos mercados agroecológicos; esta organizou o primeiro encontro de agricultores experimentadores da Paraíba.

Finalmente, em 2006, atendendo a uma demanda de comercialização de algodão orgânico, o centro Embrapa Algodão tomou contato com um grupo de A-E para que estes se encarreguem de experimentar a conversão das variedades regionais no sistema de cultura agroecológico.

Essas evoluções mostram que, fora um desejo de ser apoiados e acompanhados pelos centros de pesquisa e desenvolvimento, os A-E só se encarregam das funções de experimentação quando existe uma compensação ou motivação prática (as reservas de água) ou econômica (as feiras agroecológicas e as perspectivas do algodão orgânico).

De fato, as condições e imposições desse tipo de dispositivo de inovação em parceria são tanto simples quanto consideráveis.

Dialogar no respeito mútuo pressupõe conhecer o outro e levar em conta suas necessidades específicas. O tempo passado em relacionamentos humanos para o diálogo, a formação, o diagnóstico conjunto, o monitoramento-avaliação, a restituição dos resultados é determinante e demandador. A abordagem pressupõe um procedimento de formação contínua dos agrônomos, bem como dos agricultores. Tais condições, por si só, impõem os limites da experiência. Essas interações com os agricultores e com outros atores colocam em posição-chave aqueles agrônomos dotados de uma capacidade de resposta em termos de método e monitoramento dos processos de inovação (mais do que de transferência imediata de pacotes tecnológicos). Melhor seria, ainda, se estes agrônomos fossem acompanhados por suas instituições. Diante do desafio e da dificuldade da mudança de escala, um dos resultados da experiência de apoio aos A-E no agreste da Paraíba consistiu em fornecer meios e competências para que organizações de agricultores possam negociar um reconhecimento e um apoio mais adaptado junto aos serviços de pesquisa e desenvolvimento.

3. Aprendizagens, formação e intervenção

Dentre as numerosas questões levantadas pelas experiências de construção de inovação em parceria, várias envolvem os métodos de apoio às aprendizagens.

Como conciliar processo de produção de inovação de qualidade e aprendizagem para todos? Como atender às enormes necessidades de “formação em massa” dos agricultores, aliando criatividade pedagógica e adaptação

dos conteúdos? Como enfrentar o desafio colocado pelo número de pessoas a formar? Como alimentar e estimular os processos de inovação, indo além do campo da experiência local? Como não se fechar sobre uma parceria com os núcleos de agricultores (ou de pesquisadores e técnicos) mais hábeis e providos no quesito terras ou capital?

Entre os parceiros e atores locais, essas experiências produziram também a socialização de alguns ensinamentos: por um lado, os agricultores inovam de sua própria iniciativa, mas o fazem de forma mais eficaz se são estimulados e apoiados; por outro lado, o efeito demonstração é bem limitado, bem como a difusão “natural”.

Assim, para exercer, além do seu trabalho de produtor, cada vez mais complexo, as novas funções de experimentadores, monitores ou facilitadores, os agricultores precisam de formações e apoios científicos, pedagógicos (material didático adaptado) e logísticos.

Faz-se indispensável sistematizar e valorizar métodos e resultados. Produzir referências significa valorizar experiências e suas condições de realização, só que as analisando e apresentando-as de forma a servir de suporte para um processo de aprendizagem.

A questão-chave passa a ser aquela da formação para a produção de conhecimentos de base e para a adaptação das inovações para o maior número de beneficiários.

Será que essas funções competem ainda (e, sobretudo: exclusivamente) a um organismo de pesquisa e desenvolvimento, a exemplo da AS-PTA na Paraíba, apesar de seu quadro rico em agentes multifuncionais?

Não deveriam passar pela criação de um quadro formal de formação profissional, inicial e contínua de agricultores, jovens e menos jovens, como propõem as Casas Familiares Rurais, as *Farmer Field Schools* (Tonneau e Silva, 2003), ou a Universidade Camponesa (Caniello e outros, 2003), para citar três iniciativas de formação já experimentadas na região?

Com base nessas questões múltiplas, esta terceira parte apresenta os ensinamentos de duas experiências originais de formação de agricultores: a Universidade Camponesa do Cariri, região vizinha do agreste no Estado da Paraíba (figura 2 e 10), e o ciclo de formação de agentes de desenvolvimento rural provenientes dos projetos de reforma agrária na Escola Técnica Agrícola de Unai, no Estado de Minas Gerais (figuras 7 e 8).

3.1. A Universidade Camponesa do Cariri³³

Na região do Cariri da Paraíba, a Escola Técnica Agrícola de Sumé funciona desde 2003; é uma experiência de formação por alternância de líderes de organizações camponesas chamada de Universidade Camponesa ou projeto Unicampo (Caniello e outros, 2003).

Um projeto inovador

O objetivo do projeto Unicampo era desenvolver competências locais no que diz respeito ao apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável por meio da formação de dirigentes camponeses. Na origem, este projeto foi criado a pedidos das organizações camponesas e contra a lógica da Universidade. O primeiro ciclo foi construído para atender a uma solicitação dos sindicatos de trabalhadores rurais da região após um estudo sobre o crédito, realizado pelo departamento de sociologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A formação foi oferecida pela UFCG no âmbito da Escola Agrícola de Sumé, no centro da região do Cariri, em colaboração com diversos atores do desenvolvimento regional, dentre eles ONGs locais.

O princípio consistiu em garantir, no âmbito local, uma formação por alternância sobre desenvolvimento sustentável para um grupo de 25 a 30 dirigentes de organizações de base (comunidades rurais e projetos de reforma agrária). Os agricultores foram designados por suas organizações.

Os cursos ocorreram nos finais de semana, de forma a permitir que os alunos garantissem sua atividade profissional. Tratava-se de uma sensibilização geral para os temas do desenvolvimento sustentável, que devia se ater a um ciclo de três meses. Mas em fevereiro de 2004, na hora do balanço, os alunos exigiram que a formação continuasse, o que levou o projeto a se lançar em um segundo ciclo de aperfeiçoamento e a buscar novos financiamentos para um terceiro ciclo. Uma dúzia de alunos adicionais foi selecionada nos assentamentos de reforma agrária do Cariri, sob pedido do MDA (Projeto Don Hélder Câmara), que co-financiou a formação a partir de 2004. Este segundo ciclo durou nove meses. Com ele, os alunos puderam se familiarizar com a metodologia de pesquisa-ação. Os estudos locais deram-lhes a possibilidade de analisar, em suas comunidades, quais recursos estavam disponíveis e quais eram as necessidades em termos de projetos. Por fim, um terceiro ciclo de

33 Alguns trechos deste subcapítulo são provenientes de um texto redigido em colaboração com Émilie Coudel e Jean-Philippe Tonneau (Coudel e outros, 2007).

nove meses, voltado para a realização de projetos produtivos nas comunidades dos alunos, completou a formação Unicampo (março-novembro 2005). A primeira turma foi diplomada no final de 2005. A maioria dos alunos continua trabalhando como agricultores, mobilizadores sociais ou agentes de saúde, participando de novos projetos em suas comunidades de origem ou no âmbito do território do Cariri.

Aprendizagens diversas, até mesmo inesperadas

Além dos ensinamentos práticos, profissionais e escolares, a avaliação desses três ciclos experimentais revelou uma diversidade e uma riqueza de aprendizagem, ambas ligadas em parte à dinâmica de construção coletiva da formação com os atores locais.

O contexto da formação é importante: é a Universidade que vem até os camponeses e não os camponeses que vão até ela. Aliás, os camponeses gostariam de levar muito adiante essa intromissão pioneira, ainda que prudente, da Universidade no meio rural: para eles, é ela que deveria sair da sede do município e ir até suas comunidades. Isso revela, por um lado, a necessidade de uma universidade “deles e próxima a eles”; por outro, a necessidade de criar e gerar relações de proximidade e interconhecimento com suas comunidades para legitimar ações.

Os camponeses sensibilizaram-se com a utilização do seu meio local ou regional como base de recursos pedagógicos, com a proximidade entre os temas abordados e seus interesses, suas necessidades e seus hábitos. Por sinal, segundo a pedagogia da problematização, essa combinação de “discussão/análise da realidade” constitui um momento pedagógico do processo de aprendizagem. Por exemplo, os participantes apreciaram muito a realização de um jogo chamado “Jogo do Cariri”:³⁴ é um trabalho de grupo que permite interagir com os outros de maneira lúdica (aprendizagem social e aprendizagem de regras), mediante uma simulação de manejo dos recursos naturais. O jogo trata diretamente das suas realidades e lhes permite participar de forma ativa, manejando conhecimentos elaborados com suas contribuições e que dão origem a novas construções de saberes.

Sobretudo, o papel ou lugar dado a cada ator no âmbito do coletivo foi essencial, passando em particular por dois processos: o comprometimento e

34 Jogo de gestão de uma unidade familiar agrícola em um circuito de tipo banco imobiliário, construído a partir de eventos e recursos simbolizados e adaptados a partir da realidade agroecológica e socioeconômica da região do Cariri.

a “troca mútua” (ou reciprocidade). Nos cursos, a participação ativa dos alunos induziu em cada um a motivação para se envolver em uma participação mais institucional, em particular com a criação de sua associação. Graças aos intercâmbios mútuos entre pessoas de origem e estatutos muito diferentes, os camponeses puderam se abrir para outros modos de pensamento e constatar que seus próprios saberes podem ser respeitados, algo que lhes trouxe confiança. Graças às relações entre alunos, tornaram-se possíveis encontros entre mundos que, de hábito, convivem sem se misturar; por exemplo, os agricultores das comunidades camponesas e aqueles dos assentamentos de reforma agrária. Assim, eles puderam confrontar suas premissas, aprender a se conhecer e a se respeitar, apesar das diferenças.

Qual avaliação do papel da ação coletiva?

Afora o reconhecimento implícito de um trabalho de grupo e de um verdadeiro projeto coletivo, a equipe pedagógica não considerava a Unicampo como um arquétipo de ação coletiva, talvez com razão. Ora, o projeto inicial comportava apenas um único ciclo de 120 horas, que devia se encerrar em dezembro de 2003. A continuação da experiência e sua formalização final se deveram à mobilização coletiva dos alunos, constituídos em associação a contar do final do primeiro ciclo. Não é de se surpreender que um projeto que retome os princípios fundamentais de Paulo Freire (1968) em termos de pedagogia da conscientização leve à organização dos alunos para a defesa de seus interesses.

Por outra parte, ainda que esse projeto vise uma aprendizagem para fins de fortalecimento de competências profissionais individuais, nem por isso os formadores e formandos deixaram de esperar um efeito de aprendizagem coletiva no que tange à integração do dispositivo de formação a um movimento social que vise melhorar a vida local. Ora, a articulação com o movimento social local, regional ou nacional constituirá um dos elementos-chave para qualquer continuação ou renovação da experiência.

A Unicampo influenciou também novas ações coletivas. A criação da associação dos alunos, por sua própria iniciativa, mostra o desenvolvimento de suas capacidades em se lançar em ações de desenvolvimento em suas comunidades. A eles cabe criar um espaço e modalidades para continuar a partilhar saberes, regras e técnicas baseadas em valores comuns. Com a recuperação de suas raízes camponesas, antes desprezadas ou ocultas por conta da alienação de sua sociedade dominada (Mendras, 1976), é possível construir relações de reciprocidade que têm por base a dignidade e a conscientização coletiva.

A institucionalização desse tipo de relação, sua reprodução ou ampliação pode contribuir para criar uma ou várias estruturas de reciprocidade ternária (aberta para terceiros) sustentáveis. Trata-se aí de uma das condições potenciais de valorização dos recursos de seu território local ou regional; essas condições, além de materiais, são também éticas, espirituais e simbólicas (Sabourin, 2005a).

Limites e perspectivas

Todavia, não obstante os avanços pedagógicos e, em particular, com a perspectiva da reprodução ou continuação da experiência, faz-se útil enfatizar certo número de limitações do projeto Unicampo (Mercoiret, 2004), inclusive no que tange às condições de uma ação coletiva sustentável (Ostrom, 1990) e às modalidades de sua institucionalização.

Por trás do grande envolvimento dos alunos, surge um contraponto: o envolvimento limitado das organizações de produtores e ONGs locais associadas à implantação do projeto inicial, comparado com as estruturas públicas. Isso coloca em debate o envolvimento dos camponeses nessas organizações e traz a questão da crítica da assimetria de poder no Nordeste entre organizações da sociedade civil, instituições de financiamento e poderes públicos.

O entusiasmo fundador, ligado a novas estruturas (a Universidade Camponesa, a associação dos alunos etc.) tende a fazer com que seus portadores esqueçam que não são únicos e que a região possui uma história (às vezes repetida). Outras instituições estão presentes; os políticos eleitos e os movimentos sociais constituem interlocutores institucionais legítimos e imprescindíveis.

O sucesso do projeto está amplamente associado ao entusiasmo dos “pioneiros” com uma dinâmica “fundadora”. Ora, é impossível reproduzir o comprometimento individual dos educadores envolvidos durante quase todos os finais de semana, por três anos. É preciso haver uma formação original de novos formadores para dar continuidade à experiência, abrir novos sítios e garantir a transmissão dos ganhos pedagógicos. Até o final de 2007, nem a UFCG nem o MDA tinham oferecido esse treinamento de formadores.

A configuração institucional ainda não está claramente dada: a Universidade Camponesa no Brasil é hoje um projeto da Universidade e do MDA ou constitui um projeto em parceria com as organizações camponesas e rurais, de que estas se encarregam? Em outros termos, será que as organizações dos agricultores dispõem de um meio de controle dessa experiência, dos dispositivos, dos conteúdos, da seleção dos candidatos e dos docentes? Até agora, a

resposta é não. Por outra parte, para as instituições que financiam e controlam a Unicampo, a tentativa de aproveitar da divulgação na mídia de um projeto “piloto” para fortalecer suas próprias estratégias é inevitável.

A Universidade Federal de Campina Grande prefere negociar a abertura de novos *campi* no interior do Sertão, seguindo uma lógica de alianças políticas locais.

Após ter atrasado o processo de replicação de universidades camponesas no Nordeste, o Projeto Don Helder Câmara do MDA acaba de programar, em 2007, a implantação de quatro ciclos de formação para 2008, nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Sergipe, seguidos de dois em 2009, em Pernambuco e Alagoas. Está em andamento um processo de mobilização nos territórios rurais do MDA para constituir, com as organizações interessadas, um comitê de coordenação das futuras Unicampo. A seleção dos educadores, bem como seu treinamento, está prevista para ter início no final de 2007.

Convidada para a avaliação final, a Contag aprovou a experiência piloto, mas parece ter outras prioridades, que não passam pelo Cariri ou pela Paraíba, onde a federação regional é considerada conservadora. Uma das perspectivas de continuidade passa pelas comunidades e organizações camponesas do Cariri, porém seu projeto é local ou microrregional. Este não visa a multiplicação das formações em escala do Nordeste e sim a reprodução de ciclos locais e a implantação de novos projetos produtivos negociados com os serviços de pesquisa e desenvolvimento (horticultura ecológica, artesanato, sistemas agroflorestais etc.). Quanto à associação dos antigos alunos, ela ainda pode exercer um papel-chave; mas, para alguns de seus membros, é também questão de defender um projeto individual de formação e carreira.

3.2. A formação dos jovens oriundos da reforma agrária em Unaí (MG)

Em 2002, após a solicitação feita pelas organizações de agricultores, a Universidade de Brasília (UnB), o Centro Embrapa Cerrados, o Incra e a Escola Pública Agrícola Juvêncio Martins Ferreira de Unaí (MG) implantaram uma formação por alternância de técnicos agrícolas especializados em desenvolvimento sustentável para 58 jovens dos projetos de reforma agrária da área Incra SR-28, que reúne o noroeste de Minas Gerais, o Nordeste do Estado de Goiás e o Distrito Federal (figura 7, quadro 7, no capítulo II).

Uma formação original

Esta formação nasceu da necessidade de profissionais cujo perfil seja adaptado para apoiar os processos de desenvolvimento local no contexto da agricultura familiar e da reforma agrária.

O objetivo consistia em formar os alunos provenientes dos assentamentos da região, para que estes possam se inserir como agentes de desenvolvimento rural, capazes de apoiar as dinâmicas de produção agrícola e de toda a organização social.

A pedagogia é fundamentada na alternância: os alunos passam 15 a 20 dias na escola e trinta dias em suas comunidades. Outros princípios são abordados: formação por meio da prática, educação integrada, que articula as dimensões cognitiva, afetiva, cultural, corporal e ética.

Este ciclo levou à implantação de uma rede territorial de ajuda mútua, com a participação ativa dos alunos, monitores, professores, coordenadores e empregados da Escola Agrícola de Unaí. Ele tem por base uma articulação estreita entre ensino e pesquisa, associando os alunos aos procedimentos de pesquisa-ação em meio real.

Durante os cursos, os alunos recebem os elementos teóricos das matérias que correspondem às exigências do curso e do diploma e desenvolvem atividades práticas de tipo convencional, bem como iniciativas novas para a escola de Unaí, tais como a condução de ensaios, parcelas agroflorestais, culturas consorciadas, compostagem, etc.

Durante as estadias com suas famílias, os alunos realizaram projetos de interesse comunitário e acompanharam as atividades cotidianas dos agricultores.

O desafio consiste em ampliar esse tipo de formação conforme dois eixos: por um lado, formar adultos e dirigentes camponeses dos projetos de reforma agrária e das comunidades da agricultura do familiar; por outro, prolongar e aplicar essa abordagem e os conteúdos pedagógicos para a formação superior dos agrônomos e agentes de desenvolvimento rural. Com a UnB, estuda-se um projeto de curso de agronomia ou de desenvolvimento rural por alternância.

É mesmo questão de marcar uma ruptura com o sistema universitário brasileiro, que muitas vezes, ministra um currículo desatualizado ou se atém ao modelo da Revolução Verde no que tange à sua estratégia de desenvolvimento e às suas técnicas agrônômicas. Isso acarreta a formação de economistas, agrônomos e técnicos de base que acabam sendo motivados pela carreira por interesses pessoais, mediante uma formação tecnocrática. Atualmente, a tecnocracia na moda é a do desenvolvimento sustentável, do gênero, do capital

social. Amanhã, quem sabe se não será a vez da agricultura orgânica? O tema muda, mas não a pedagogia, nem a abordagem tecnocrática...

Um impacto regional, mas com bases frágeis

A maioria dos alunos dos projetos de reforma agrária do município de Unaí tem podido realizar seu estágio no âmbito do programa de pesquisa-ação da Embrapa e do Cirad, conduzido neste município. Para eles, foi a oportunidade de descobrir novas abordagens, tais como a planificação estratégica participativa, a experimentação camponesa ou os dispositivos de construção de inovação em parceria. Em dois assentamentos de Unaí, eles organizaram grupos de artesanato de jovens e mulheres.

A Embrapa e as organizações de agricultores consideraram que estes jovens agentes de desenvolvimento eram mais motivados do que aqueles das instituições de extensão e apoiaram sua integração para a constituição de um corpo de assistência técnica, no âmbito do Sindicato Municipal de Trabalhadores Rurais (STR) de Unaí. A superintendência regional do Inbra rejeitou uma primeira vez o primeiro pedido de homologação a título da assistência técnica e social oficial dos projetos de reforma agrária (ATES). Por motivos de aliança política, esta superintendência favorecia os serviços públicos de extensão rural dos estados e as cooperativas do MST. Assim, o Sindicato de Unaí e os antigos alunos do curso de alternância constituíram uma cooperativa de assistência técnica.

Esta recente cooperativa foi integrada ao programa de incubação de cooperativas da Universidade de Brasília, de forma a contornar o prazo de dois anos de experiência para ser oficialmente reconhecida pelo Inbra.

No Município de Padre Bernardo, perto de Brasília, alunos da escola de Unaí, em si agricultores da reforma agrária, organizaram as famílias de vários assentamentos para constituir uma Escola Familiar Agrícola (EFA). Esta deve beneficiar 535 famílias de cinco projetos de reforma agrária da região, oferecendo os ciclos primário elementar e complementar e um ciclo secundário técnico.

Por fim, os antigos alunos participam de forma ativa nas formações e debates no quadro das atividades do território de Águas Emendadas (região de Brasília) e alguns integraram uma posição no Conselho Territorial de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Um segundo curso por alternância começou na Escola Agrícola de Unaí, voltado para a formação de agentes de desenvolvimento em agroecologia e manejo ambiental. Desta vez, a mobilização dos movimentos sociais e das

federações de agricultores familiares e camponeses da região foi muito mais marcada, na medida em que a formação dos jovens se tornou um verdadeiro desafio para os sindicatos e o MST. Porém, por conta de greves, atrasos e opções partidárias, não foi possível contar com o apoio financeiro do Incra, via Pronera. O ciclo foi co-financiado, com recursos próprios, pela UnB, Embrapa, Cirad, Escola Agrícola de Unaí e movimentos sociais, que se mostraram mais comprometidos e responsáveis do que os serviços federais. Talvez este seja um dos maiores ensinamentos e aprendizados dessa iniciativa. Assim como para a Universidade Camponesa (com a qual ocorreu um encontro dos docentes, no ano de 2006, em Brasília), o desafio consiste mesmo em reproduzir esses ciclos experimentais. Ao mesmo tempo, faz-se necessário institucionalizar esses modelos adaptados de formação, para que sejam assumidos e controlados pelas organizações de agricultores, reconhecidos pelos poderes públicos e, por fim, para que sejam mesmo financiados pelas políticas públicas de educação no campo.

Mas esses sucessos isolados das iniciativas do Cariri ou de Unaí, que resultam principalmente dos esforços voluntaristas de algumas personalidades, são sempre frágeis. A fragilidade advém tanto da origem de um financiamento público específico como o Pronera, cuja sobrevivência se vê ameaçada para além dos quatro anos de um governo, quanto da segregação do público beneficiário, que é imposta por esse financiamento. Em Unaí, como no caso do Projeto Dom Hélder Câmara no Nordeste, trata-se de programas voltados especificamente para o público da reforma agrária. Essa segmentação dos instrumentos de políticas públicas mantém tanto a segregação da agricultura familiar e camponesa tradicional, quanto o estigma do público-alvo.

Por outra parte, essas experiências estão ameaçadas por dois tipos de viés ou limitações, próprios destas instituições. Por um lado, existe a falta crônica de comprometimento, controle e continuidade, às vezes tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte das estruturas públicas. Apesar de tudo, esse laxismo abre espaço para iniciativas locais que podem funcionar na informalidade (e, sem dúvidas, com a condição de continuarem locais). Por outro lado, se uma instituição, quer seja um serviço federal ou um movimento social de vocação federal, *a priori* uma central sindical, chega a controlar e financiar esse tipo de experiência, ela a sufoca sob a burocratização e a tecnocracia.

Um contrato de “manutenção”, negociado entre atores locais, movimentos sociais e poderes públicos, a exemplo dos bancos de sementes, dos fundos de créditos mútuos ou das casas familiares rurais, continua sendo uma alternativa. Mas para se chegar a isso, é preciso poder contar com anos de “pré-formação”

e com o tempo de negociação entre essas diferentes partes, requisitos que não correspondem aos supracitados das operações financeiras. Muitas vezes, só resta contar com os recursos locais e a mobilização de alianças e parcerias. Este é o caminho da aprendizagem coletiva e institucional adotada em torno do projeto de Unai.

3.3. Aprendizagens coletivas e reciprocidade

Nos dois casos analisados, a interação entre as várias formas de aprendizagem e de dinâmicas coletivas é esclarecedora, não apenas da natureza dos conhecimentos produzidos, como também dos valores humanos éticos e afetivos que são produzidos.

Aprendizagem e ação coletiva: quais vínculos?

A partir dos trabalhos de Hatchuel (1994; 2000), que considera que a articulação entre a natureza das relações e a natureza dos saberes é uma tensão fundamental da ação coletiva, a equipe da Universidade Camponesa construiu uma tipologia de aprendizagens baseada tanto na natureza das relações que produziram a aprendizagem quanto na natureza do saber que está em jogo. Dessa forma, é possível fazer a distinção entre quatro formas de aprendizagem:

- as *aprendizagens individuais* podem ser adquiridas em situação de ação individual ou coletiva, mas são mobilizadas de forma diferenciada pelos indivíduos;
- as *aprendizagens cruzadas* são aprendizagens mútuas ou recíprocas entre interlocutores em interação;
- as *aprendizagens sociais ou organizacionais* são adquiridas no âmbito de uma experiência de prática coletiva, embora não sejam necessariamente reutilizadas em situação de ação coletiva;
- as *aprendizagens coletivas* só são possíveis em situação de ação coletiva, através da prática conjunta de uma experiência comum, e podem ser mobilizadas posteriormente, justamente para a ação coletiva.

Cruzando essa tipologia com a das estruturas elementares de reciprocidade proposta por Temple (1998), constatamos que é possível aplicar esse quadro de análise às relações de aprendizagem (de produção, transmissão e mutualismo de saberes) que colocam em jogo valores humanos específicos.

As *aprendizagens cruzadas* surgem do encontro de duas pessoas, educador x aluno, alunos entre si ou educadores entre si. A estrutura formada pela relação

do “cara a cara”, ou estrutura de *reciprocidade bilateral simétrica*, dá origem ao surgimento de valores como respeito, reconhecimento e amizade.

As *aprendizagens sociais* correspondem a *estruturas de reciprocidade ternárias* (em que atuam pelo menos três sujeitos), de circulação ou mutualismo de saberes ou recursos no âmbito de um grupo. As estruturas ternárias bilaterais (do tipo Unicampo) produzem a confiança coletiva e valores de solidariedade e justiça (Sabourin, 2005b). Outras configurações, tais como a transmissão de saberes entre gerações (iniciação, saber fazer etc.) correspondem a estruturas ternárias unilaterais, que produzem a responsabilidade.

Para serem geradas e adquiridas, as *aprendizagens coletivas* dependem do envolvimento mútuo e recíproco de cada um numa experiência coletiva ou compartilhada. Correspondem a estruturas de reciprocidade ternária ou de reciprocidade generalizada. Essas diferentes aprendizagens, provenientes da ação coletiva, motivam de volta o cumprimento das regras – ou seja, a manutenção ou o fortalecimento da ação em si – ou até mesmo outras ações coletivas que envolvam o grupo. O interesse individual se vê fortalecido pelo interesse pelo outro ou pelo grupo, pelo projeto coletivo.

Por meio dessas relações de reciprocidade horizontal (Sabourin, 2000 e 2001; Godbout, 2004) e de compartilhamento, mas também de enfrentamento (rivalidade e emulação), constroem-se estruturas que as regras coletivas e compartilhadas tornam mais ou menos estáveis. São estruturas de regras graças às quais é possível constituir um capital humano ou social (Sabourin, 2005a e 2005b). Mas a motivação pela criação desse capital humano e pelo cumprimento das regras da ação coletiva se deve ao fato de que essas relações estruturadas de reciprocidade atendem, claro, a necessidade e interesses materiais ou imateriais concretos (no caso, as aprendizagens de saber e de saber fazer), mas produzem ao mesmo tempo valores humanos de amizade, confiança e responsabilidade que não estão dados *a priori* (Temple, 1997, 1998).

A atualização de relações de reciprocidade em novos dispositivos

É também possível consolidar as práticas e iniciativas das comunidades rurais que visam produzir e compartilhar saberes quando novas relações de reciprocidade são estabelecidas com atores externos por meio da criação de dispositivos de interação *ad hoc*. No caso da Unicampo e do curso de alternância de Unaí, essa interação se deu entre organizações camponesas e poderes públicos.

Os beneficiários da Universidade Camponesa da Paraíba (agricultores das

comunidades e dos projetos de reforma agrária do Cariri) associam o sucesso dessa formação coletiva à qualidade da aprendizagem (individual e institucional) e à produção de valores como a confiança, partindo-se de relações de dádiva e de compartilhamento de saberes (Coudel & Sabourin, 2005). Em Unaí, o ponto era vencer os complexos ou a desconfiança associados ao estatuto de sem-terra, muitas vezes estigmatizado inclusive pelas outras categorias de agricultores familiares ou de assalariados agrícolas.

Foi possível construir o sentimento de confiança, produzido na medida em que a metodologia da formação instituiu uma relação humana aberta, envolvendo respeito e humildade entre formadores e formandos. Não é mais tanto a questão de produzir ou transmitir conhecimentos, e sim de criar as condições para a aprendizagem, o que supõe restaurar a dignidade e a palavra para os camponeses em formação. Na Unicampo, são compartilhados saberes, opiniões, conscientizações mútuas, mas também práticas: exercício pedagógicos, visitas de estudo, trabalhos manuais e artísticos (Tonneau & Sabourin, 2004).

Os alunos explicam a eficácia das aprendizagens pela importância dada:

- ao *respeito do outro* (aluno ou professor), à *capacidade de escuta, que produz a confiança no âmbito do grupo*;
- às *relações de reciprocidade* com outros profissionais ou atores sociais e técnicos (agricultores, artesões, poetas, artistas etc.);
- à *prática coletiva do trabalho manual no curso de artes plásticas, inclusive para os professores*, iniciativa que criou relações horizontais entre alunos e professores.

Assim, as aprendizagens mais notórias estão associadas a relações que também produzem valores humanos e sentimentos importantes: confiança (em si e nos outros), respeito mútuo e reconhecimento do outro, sentimento de justiça (a noção essencial do direito e do dever *de “tomar” ou de “dar” a palavra*) e, por fim, responsabilidade (para com os parceiros da formação e para com a comunidade ou organização de origem). Estes valores éticos são produzidos por relações estruturadas de reciprocidade simétrica (Temple, 1998).

- O respeito, o reconhecimento e a amizade são produzidos pelo “cara a cara” da relação de *reciprocidade binária simétrica*.
- A confiança coletiva é produzida pelas relações estruturadas de *compartilhamento* no âmbito do grupo: compartilhamento de saberes, aprendizagens mútuas ou cruzadas, compartilhamentos de responsabilidades e solidariedade;
- O sentimento de justiça na aprendizagem e na conscientização é produzido

pela equidistância entre a necessidade de consciência (sua aplicação, para si mesmo e para os outros) e a fonte do conhecimento (personificada pelo formador). Esse sentimento corresponde a uma relação de *reciprocidade ternária bilateral*.

Por outra parte, os agricultores formados insistem no fato que a universidade camponesa ou o curso de Unai não estão apenas “*perto deles*” e sim “*são deles*”. Assim, foram motivados a criar relações de proximidade e interconhecimento: tanto entre si, montando uma associação dos antigos alunos da Unicampo ou a cooperativa dos ex-alunos do ciclo de alternância de Unai, quanto com a população de suas comunidades, por meio de iniciativas educativas (oficina para crianças e mulheres) e projetos educativos de desenvolvimento local nos assentamentos.

Assim, os participantes da Unicampo e de Unai criaram um espaço e modalidades para continuar a compartilhar saberes, regras e técnicas aprendidas e, conscientemente ou não, para reproduzir os valores comuns compartilhados, como nas sessões de formação de Sumé. Foi até a despeito da equipe pedagógica, no caso do projeto Unicampo, onde não se tratava mesmo de ministrar essa base de ensinamentos. Mas ainda que tenha sido apenas um epifenômeno, daqui em diante essa nova base de aprendizagem oferece e permite renovar as perspectivas das formações de agricultores.

Os participantes dos cursos da Unicampo e de Unai organizaram uma ampliação das relações de reciprocidade produtiva e de redistribuição/aprendizagem de saberes e valores. Isso representa todo o contrário da reclusão sobre si próprio, do isolamento (autarcia e dependência) que caracteriza as formas de alienação, que são, em geral, associadas às sociedades camponesas (Mendras, 1976). Com a valorização e recuperação de suas raízes camponesas, antes desprezadas ou ocultas, foi possível construir uma relação de reciprocidade na aprendizagem que produza um valor coletivo de dignidade e prestígio. A institucionalização desse tipo de relação, sua reprodução ou sua ampliação pode contribuir para criar e fortalecer uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral. Para os agricultores, ela constitui também uma condição potencial de valorização dos recursos materiais, éticos e espirituais (ou simbólicos) de seu território local ou regional.

Os alunos de Unai enfatizam a produção dos valores de amizade, confiança e equidade nascidas do compartilhamento – na ação – de situações comuns: os transportes rústicos a partir dos assentamentos, a condição de interno na escola de Unai, os trabalhos de manutenção na fazenda da escola para se

beneficiar de uma bolsa, os estágios coletivos, a constituição da cooperativa de antigos alunos e a busca por primeiros contratos.

Observa-se o mesmo fenômeno entre os docentes da escola; seu público tradicional é formado por filhos de grandes proprietários, que consideram os agricultores sem-terra como inimigos de classe e ladrões. Porém, ocorreu um grande reconhecimento entre os jovens provenientes destes dois meios e, em seguida, entre seus respectivos educadores. Os professores dos cursos clássicos foram voluntários para assumir as vacâncias da formação por alternância. Por outra parte, a formação mobilizou vários participantes externos, muitas vezes provenientes de Brasília: pedagogos e sociólogos da UnB, agrônomos das ONGs, pesquisadores da Embrapa e do Cirad etc. Esta aproximação entre ensino agrícola e pesquisa-desenvolvimento renovou também os horizontes e os métodos da escola de Unai e contribuiu para lhe garantir apoios financeiros e logísticos. Isto posto, a tarefa é imensa; não se trata de formar apenas os jovens, embora constituam o futuro da agricultura familiar. Na verdade, trata-se de aproveitar dos jovens para atrair seus parentes e vizinhos nas dinâmicas de formação e organização. A assimetria de informação e capacidades é tão forte e exacerbada que é impossível reduzi-la apenas por meio da formação de jovens ou de dirigentes.

Redução das assimetrias e aprendizagem da reciprocidade

A primeira aprendizagem que os atores locais apontam é a da parceria. Esta requer um reconhecimento do outro, dos outros, bem como a necessidade de desenvolver capacidades de ação conjunta e de coordenação mútua.

Reduzir assimetrias passa também pela formação dos dirigentes e pela formação de base, ou seja, por meio de diversas formas de socialização de informações e referências: viagens de estudo, visitas de intercâmbio, dias de campo, unidades demonstrativas, experimentação em meio real etc. Em contrapartida, está claro que são os dirigentes que mais participam e se beneficiam com estas formações, sem que isso garanta necessariamente um retorno ou uma socialização na base. Muitas vezes, eles justificam estas vantagens em termos de compensação, já que não recebem salário por sua atividade de dirigente.

As aprendizagens são também institucionais: trata-se de aprendizagem por meio da experiência e da aprendizagem de regras: regras do mercado de troca, da administração, dos bancos, da cooperação etc. Em contrapartida, podemos nos perguntar se há reciprocidade nestas aprendizagens, nos casos do Estado e dos serviços públicos: seus funcionários não apresentam a mesma sede ou

vontade de conhecimento, muito menos a capacidade de imaginar que podem aprender entre pares e menos ainda junto a agricultores assentados.

Algumas considerações finais

Não é fácil tirar conclusões sobre as consequências em termos de modificação das relações locais de poder, tamanho é o contraste das situações, mas alguns elementos parecem irredutíveis.

Primeiro, as tentativas de recuperação são naturais e, portanto, constantes. Existem tanto por parte dos políticos locais, dos serviços administrativos federais e estaduais, como também das organizações de agricultores e de seus dirigentes, embora disponham de menos poderes do que os serviços públicos.

Segundo, é difícil voltar atrás após uma experiência participativa, apesar das tentativas de mudança de rumo dos poderes públicos: basta citar os casos da cooperativa dos antigos alunos de Unai, da associação de antigos alunos da Universidade Camponesa ou do programa de construção de cisternas da ASA na Paraíba.

Pode-se observar a constituição de uma memória cidadã, lá onde não parecia haver nenhuma memória política. Posturas críticas levam a uma evolução do voto local. Progressivamente, à medida que os eleitores rurais apresentam melhor formação, informação e conscientização, o voto adquire maior autonomia. Isto não influi diretamente no sucesso de um ou outro partido e sim nas qualidades cívicas dos candidatos eleitos.

Ainda que se trate de casos isolados em relação a todo o Brasil, há um lento e difícil processo de redução da dependência, um processo de conquista da autonomia e de aprendizagem da democracia (Tonneau e outros, 2004).

As experiências estudadas (os A-E, a Universidade Camponesa, o curso de alternância de Unai, os bancos de sementes e os grupos de construção de cisternas) estão associadas a uma recuperação da dignidade dos agricultores, ou seja, a uma revalorização do estatuto dos camponeses pobres. Por exemplo, financiar sua parte da cisterna, mesmo se for uma contribuição simbólica, valorizar suas próprias sementes e vender produtos sadios contribui para esta valorização da auto-estima e da identidade do grupo.

Ainda é cedo demais para antever perspectivas com segurança. Todavia, é possível analisar os limites destas iniciativas em termos de metodologia e teoria.

Para existir, qualquer dinâmica de desenvolvimento exige um mínimo de quatro a cinco anos. Portanto, só é possível falar de sucesso do projeto

quando os técnicos deixam os camponeses tomarem as rédeas. A esse respeito, é essencial que, dentre daqueles que promoveram a Unicampo ao menos alguns se encarreguem de dar continuidade à experiência do Cariri. Esse apoio passa por um acompanhamento dos projetos produtivos e educativos individuais ou locais e pela implantação de um novo ciclo, a partir da Escola Agrícola de Sumé.

A formação dos alunos da Unicampo para a pesquisa-ação aponta para o desafio de sua aplicação nas comunidades camponesas.

Coudel (2007) explica:

Bem mais do que um tipo de formação para construir as competências de análise dos atores, a pesquisa-ação vai de encontro com os modelos de ação dos atores, introduzindo uma nova forma de considerar o conhecimento e sua criação, o que permite uma nova forma de interação entre atores. Isto é principalmente verdadeiro para os alunos que trabalham com os agricultores no cotidiano: estes não podem mais se apresentar como detentores de um saber ‘universal’ técnico. Sabem também que é preciso construir este conhecimento com o agricultor e a partir de sua própria prática. (Coudel, 2007, tradução livre)

Todavia, como são recolocados em questão os esquemas clássicos de transmissão, que, em geral, fundamentam o poder das organizações, a adoção de uma prática de pesquisa-ação acarreta problemas para inserir os alunos nas organizações implantadas.

Coudel (2007) lembra que:

Ou eles não são contratados, sendo identificados como perturbadores potenciais da ordem estabelecida; ou eles não possuem margem de ação necessária no âmbito da organização para “dar vida” a esta nova metodologia, o que não raro traz frustrações. Isto revela os limites do *empowerment* individual, bem como a necessidade de considerar um processo diferente de formação: é preciso também alcançar as organizações do território. (Coudel, 2007, tradução livre)

Podemos sempre temer o risco de dissolução da iniciativa pelos mecanismos de rejeição que as comunidades camponesas do Cariri podem desenvolver diante de novas tutelas, quer sejam de serviços públicos (Projeto Don Hélder Câmara, do MDA) ou de movimentos sociais concorrentes (Contag e MST).

Entretanto, os camponeses beneficiados pelo ciclo Unicampo adquiriram três elementos de conhecimentos fundamentais durante a formação:

- descobriram a crítica marxista da exploração do sistema de troca capitalista;

- redescobriram suas raízes camponesas, recuperando uma identidade e dignidade coletiva regional;
- experimentaram, de forma prática e não teórica, a capacidade de multiplicação dos valores humanos éticos e afetivos por meio das relações de reciprocidade que, por sinal, são também aquelas da tradição de suas famílias e comunidades.

Porém, confrontados, por um lado, com as derivas, retrações, manipulações ou tentativas de instrumentalização de determinadas tutelas institucionais e financeiras do projeto e por outro, com as exigências legítimas de retorno formulado por suas comunidades, é natural que se sintam no mínimo em situação desconfortável. Entre a ameaça, por um lado, de rejeição do projeto pelas comunidades e pelos prefeitos do Cariri, e por outro lado, a falta de compromisso do MDA e da UFCG após dois anos de promessa, é possível compreender que os camponeses da Unicampo permaneçam discretos. Eles preferem não ter que presenciar novamente promessas gratuitas e menos ainda rechaços públicos; portanto, adotam uma estratégia de resistência tipicamente camponesa. De fato, ainda lhes falta um dos componentes da interface entre sistemas: não são detentores do conhecimento de teoria da reciprocidade, já detido por alguns universitários. Enquanto não dominarem esta teoria e a explicação do quiproquó ou das contradições da articulação entre troca e reciprocidade, estes atores continuarão em posição de inferioridade, sujeitos às alienações de ambos os sistemas, sem deter a chave de leitura de sua diferença e especificidade.

Economia Camponesa, Economia de Reciprocidade

A agricultura das comunidades camponesas do Nordeste e dos assentamentos de reforma agrária do Centro-Oeste apresenta e implementa relações econômicas de reciprocidade. Mas será que isso nos permite falar de economia de reciprocidade, conforme a definição proposta por Polanyi ou Temple? Este capítulo tenta responder a essa pergunta por meio de três abordagens.

Primeiro, analiso o marco no qual são desenvolvidas e reproduzidas as prestações econômicas de reciprocidade. Examino suas diferenças com as relações e valores de troca. Nesse sentido, duas perguntas se colocam: em que medida, para os atores locais, existe a confusão entre troca e reciprocidade? Quais são as condições que possibilitam a existência de uma interface ou de uma articulação entre esses dois sistemas?

Em primeiro lugar, questiono a origem dos valores e normas, não raro associados à noção de capital social atribuído às organizações de agricultores nos quais estariam inseridas as prestações econômicas.

Segundo: se é verdade que há práticas econômicas solidárias, em que medida elas remetem à reciprocidade, à troca ou à redistribuição, e será que existe uma hibridação entre essas diferentes formas de economia, como proposto por B. Eme e J. L. Laville (1996a e 1996b)?

Terceiro: como se mostrou nos capítulos anteriores, agricultura camponesa não é sinônimo de autarcia ou de subsistência; isso nos leva a questionar a tese de Polanyi sobre a viabilidade de uma economia substantivista (de subsistência). Consequentemente, como se dá a articulação com os mercados? Passaria ela, de forma inelutável, pela integração com o mercado de troca capitalista? Ou será que existe alguma articulação das economias camponesas com formas diferenciadas de mercados gerados, de fato, pelo princípio da troca, mas também pelos princípios de reciprocidade e redistribuição?

1. Papel econômico das redes sociais

A abordagem “participativa” do desenvolvimento “sustentável”, o desengajamento do Estado de seus apoios diretos para a agricultura familiar e a segmentação dos programas públicos levaram as organizações de agricultores a assumir novos papéis, substituindo os poderes públicos. Não raro, as agências de desenvolvimento justificam esse comportamento com base em virtudes associadas ao capital social das comunidades rurais e de suas organizações. Qual o motivo e a origem dessa onda de interesse pelo chamado capital social das comunidades e organizações rurais, onde antes se falava apenas de organização social e de participação ou no melhor dos casos, de ação coletiva?

Na origem, a noção de capital social se deve a dois sociólogos: Bourdieu (1980) e Coleman (1988), que a abordaram de forma diferente, mas sempre aplicada a indivíduos.

Para Bourdieu (1980), “o capital social é a soma dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou de reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (p.2, tradução livre). Para ele, este ativo proporciona vantagens aos indivíduos, às famílias ou aos grupos que possuem relações sociais e profissionais mais amplas. O capital social pode ser multiplicado, mais que acumulado.

Para Coleman (1994), o “capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos os elementos de uma dada estrutura social que cumpram com a função de servir como recursos para que atores individuais alcancem suas metas e satisfaçam seus interesses” (tradução livre). Nesse sentido, o capital social existe, sobretudo em nível individual; por outra parte, a distribuição desigual de recursos não é levada em conta.

Por sua vez, Putnam é o autor que mais responde pela divulgação do capital social na literatura sobre desenvolvimento. Seu trabalho sobre o desempenho das instituições na Itália é um importante ponto de referência. Para ele, instituições são “regras do jogo” ou mecanismos destinados a alcançar propósitos e não só a obter acordos. Segundo seus estudos, as instituições moldam a política e são moldadas pela história. Para explicar as diferenças entre as diversas regiões italianas estudadas, ele se baseia em uma explicação sociocultural, adotando o conceito de comunidade cívica como fator determinante para a construção de instituições duráveis. Para ele:

O capital social diz respeito às características da organização social, tais como confiança, normas e sistemas de redes, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social facilita a

cooperação espontânea e voluntária [...], assim como outras formas de capital; o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se não existisse [...], por exemplo, em uma comunidade rural onde os implementos agrícolas são mutuamente emprestados, cada agricultor pode realizar seu trabalho mediante o uso comum de ferramentas e equipamentos, graças ao capital social entre vizinhos. (Putnam, 1996, p.177)

Putnam (1996) entende o capital social como um conjunto de características específicas da organização social – confiança, normas e sistemas – que possibilitam coordenar ações. Ele associa a confiança social a duas origens: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. Ele também identifica as regras de reciprocidade na origem do fortalecimento da confiança social e da cooperação. Distingue a reciprocidade *balanceada* (específica e simétrica entre duas pessoas ou dois grupos) e a reciprocidade *generalizada* (ou difundida entre todos os membros da coletividade). Para Putnam, os estoques de confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se fortalecer mutuamente; assim, o capital social pode ser um fator explicativo da comunidade cívica.

Para Coleman e Putnam, diferentemente da visão de Bourdieu, o capital social pode ser acumulado e supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns.

Retomado pelos economistas e pelas instituições internacionais, o capital social se tornou uma característica dos grupos e organizações, ou até mesmo um atributo dos territórios rurais (Abramovay, 2002). Assim, a noção de capital social das comunidades foi reconhecida e promovida pelas agências de desenvolvimento nacionais (Incrá, 1999; MDA-Condraf, 2003) e internacionais (World Bank, 1997, 2000; PNUD, 2000), para louvar os méritos da cooperação e da organização, como o fora antes a noção de redução dos custos de transação (North, 1977; Williamson, 1979).

De fato, o que teria mudado nas comunidades ou organizações estudadas? Como explicar a origem e criação do capital social?

1.1. Organização, capital social e custos de transação

A questão da origem dos valores que fundamentam o capital social

A noção de capital social foi aplicada ao desenvolvimento econômico, partindo dos trabalhos de Putnam (1993)³⁵ na Itália. Em seguida, foi aplicada ao desenvolvimento rural por diversos atores: Evans (1996); Narayan & Pritchett (1997); Durston (1998); Winter e outros (2000), entre outros.

Assim, a eficácia desse capital social (produto e causa das relações interpessoais em rede, da ação coletiva e da organização) foi associada a diversas formas de benefícios coletivos: redução dos custos de transação (North, 1984); aprendizagem e difusão de inovações (Narayan & Pritchett, 1999); resolução de problemas de manejo dos recursos comuns (Ostrom, 1994) ou até sistemas informais de seguro e, por fim, eficiência na governança territorial (Winter e outros, 2001). Comentou-se e criticou-se amplamente a aplicação da noção de capital social ao desenvolvimento econômico das populações mais pobres e, em particular, das populações das áreas rurais dos países em desenvolvimento (Fine, 1999; Schüller e outros, 2000).

Apesar dessa redescoberta das virtudes econômicas das relações humanas, mais que explicar a origem do capital social em si, poucos autores explicam a origem dos valores que o fundamentam. Tais valores são representados pela confiança, pela reputação, pela responsabilidade ou, ainda, pelas normas que são invariavelmente evocadas e associadas a esses valores: a solidariedade, a reciprocidade e a interdependência, evidenciadas de forma empírica por Douglas (2004) e por Ostrom (1998).

Nesse sentido, a crítica de Portes (1998) é exemplar. Primeiramente, propõe uma definição cujo maior mérito é desvendar, de entrada, o caráter utilitarista da noção de capital social, que “corresponde à capacidade de obtenção de benefícios pelos atores, devido ao fato de pertencer a redes sociais ou a outras estruturas sociais” (tradução livre).

Ele reconhece que, além das virtudes (ligadas a uma visão tautológica e

35 Para Putnam, o capital social corresponde às características das organizações sociais, bem como as redes, normas e a confiança que facilitam a cooperação para um benefício mútuo ou graças ao qual, os participantes de uma ação coletiva podem, juntos, adquirir maior eficácia quando tentam alcançar seus objetivos comuns ou compartilhados. Vale notar a qualidade dos capítulos 1 e 4 de *Comunidade e democracia*, dedicados à análise histórica e sociológica do desempenho institucional.

teleológica como a de Putnam),³⁶ o capital social também produz aspectos negativos. Assim, cita os casos de exclusão por pressão do grupo, imposição de uma conformidade de normas no âmbito do grupo, fechamento sobre o grupo local ou ainda solidariedade na exploração ou no crime (as máfias).

Segundo Portes (1998), existem quatro fontes do capital social, todas vinculadas a relações que qualifica de “reciprocidade e solidariedade” e que ele diferencia das “trocas puramente mercantis”. Ele cita quatro tipos de fontes:

- *a obediência a regras* ou normas internalizadas pelo grupo coletivo;
- as obrigações com os outros, conforme normas de *reciprocidade bilateral*;
- *a solidariedade restrita*: a norma de reciprocidade é o produto que emerge de um objetivo ou de uma situação, compartilhado pelo grupo (*compartilhamento*);
- *a reciprocidade indireta (ternária)*: o retorno até o doador não provém necessariamente daquele a quem foi feita a dádiva; a coletividade passa a ser responsável pela devolução das prestações (poder de pressão social do grupo).

Para Portes (1998), essas relações de *troca* viabilizadas pelo capital social diferem das *trocas puramente mercantis* porque não há necessidade de equivalência entre os bens (ou serviços) trocados, tampouco de prazos para reivindicar ou obter o acesso aos recursos ofertados. Na verdade, Portes (1998) redescobre a diferença entre troca e reciprocidade identificada por Mauss (1924), definida por Polanyi (1944), bem como as formas de reciprocidade analisadas por Temple & Chabal (1995).

Em 1992, partindo de estudos empíricos sobre as situações de manejo dos recursos comuns, Ostrom já propunha três modos de criação do capital social: a delegação de poder, a aprendizagem e a elaboração de novas regras ou normas. Estes três modos podem corresponder a três formas de institucionalização das relações de reciprocidade ou de redistribuição. Aliás, Ostrom propõe mais tarde (Ostrom, 1998) que a confiança, a reputação e a reciprocidade sejam consideradas como normas centrais dos processos de manejo compartilhado de recursos e que são atributos dos atores e usuários desse manejo.

Assim, os autores que se referem a ganhos de capital social, resultantes de

36 Portes (1998) critica uma visão que não leva em consideração as diferenças de classe e, sobretudo, seu raciocínio tautológico: o capital social é tanto causa quanto efeito. Parte-se dos efeitos (as cidades e regiões que ganham ou perdem) para chegar às características que as diferenciam, negando qualquer outra explicação alternativa. Trata-se de explicar todas as diferenças observadas, eliminando as exceções e a hipervalorização de fatores, tais como o civismo e a organização social.

interesses econômicos, admitem que estes dependem de relações humanas (proximidade, interconhecimento, solidariedade, ajuda mútua etc.) e do reconhecimento compartilhado de valores éticos universais (confiança, reputação, responsabilidade, justiça, equidade, liberdade, fraternidade etc.). Porém, não explicam a natureza das relações entre interesses materiais e laços sociais (Sabourin, 2005a). Não explicam a origem desses valores éticos que estariam inseridos nas representações sociais, culturais (Putnam, 1993) ou simbólicas (Polanyi, 1975), nem tampouco como tais valores estariam atribuídos às comunidades de atores (Ostrom, 1998).

O problema da teoria de Polanyi é precisamente que não explica de que forma são produzidos os valores nos quais as prestações econômicas seriam inseridas. Seriam normas que surgem do nada, transmitidas ou inculcadas pela sociedade? De que forma? Para Temple (2004a), esses valores humanos não são dados; eles têm de se constituir; isto é, têm de ser construídos no plano social. Precisamente, são produzidos e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e redistribuição mediante estruturas não apenas sociais, mas também econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade”. Assim, Temple (1998) identifica uma produção de valores humanos éticos pelas relações de reciprocidade estabelecidas mediante estruturas de reciprocidade simétrica.

Aliás, Portes (1998) utiliza praticamente a mesma terminologia que aquela proposta por Temple (1998) para caracterizar as estruturas elementares de reciprocidade (figura 4 do capítulo 1). Também associa valores específicos a estas quatro fontes de capital social.

A *obediência* corresponde à observância das normas impostas por um centro de *redistribuição*. O *respeito* dos outros está associado à *reciprocidade bilateral*.

A *solidariedade restrita* (não generalizada) corresponde ao *compartilhamento* (uma das estruturas elementares da reciprocidade ternária de Temple).

A *reciprocidade indireta* está associada à *obrigação de devolver*; isto é, corresponde à forma ampliada de reciprocidade ternária, qualificada de *reciprocidade generalizada* por Temple (2003a e 2003b) e mobilizada, entre outros, no caso dos mercados de reciprocidade. Portanto, são estes valores, relações e estruturas que convém identificar e caracterizar, em particular no que diz respeito à sua polarização, conforme sejam regidos pelo princípio de troca e concorrência ou pelo princípio de reciprocidade e redistribuição.

A mobilização do capital social e dos custos de transação

Ocorre que o interesse do capital social se justifica segundo uma lógica utilitarista claramente associada à eficácia, no que diz respeito à cooperação e coordenação das transações econômicas. Por extensão, as relações humanas (proximidade, interconhecimento em redes etc.) e os processos de organização são incentivados, na medida em que possibilitam reduzir os custos de transação, valorizar o capital humano (aprendizagem, produção e difusão de informação, inovação e saberes) e desenvolver as capacidades (*capabilities*, de Sen, 1999), em favor da produção e do acúmulo de valores materiais. Dá para imaginar a diferença de projeto humano, em termos de ética, bem como de resultado social (distribuição de riquezas), entre a produção pura e simples de valores materiais de troca visando o acúmulo privado e o desenvolvimento de relações humanas de complementaridade e reciprocidade entre sujeitos. Como os exemplos citados neste trabalho podem ilustrar, as contradições entre esses dois projetos ou tendências são fontes de tensão ou de confusão.

Todavia, um dos aspectos mais graves da confusão entre essas categorias e lógicas consiste mesmo em justificar a mobilização de processos sociais com base em valores éticos das comunidades visando favorecer essencialmente o desenvolvimento da economia de troca capitalista. Esse tipo de abordagem se sustenta tanto com a desinformação quanto com a falsidade. Pode também, como afirma Temple (1992), resultar do “economicídio”, quando as populações envolvidas não dominam as duas lógicas ou os meios políticos e econômicos da escolha entre uma e outra. Esse quiproquó histórico, que data da descoberta da América, como lembra Todorov (1982), pode ser prolongado pelas próprias comunidades; estas, dominando apenas uma das duas lógicas, sempre interpretam as estruturas de troca como estruturas de reciprocidade.

1.2. Redes e circuitos de comercialização

A polarização das redes interpessoais

A organização não formalizada constituída pelas redes sociais e sociotécnicas (Callon, 1991) foi promovida pela extensão agrícola nos Estados Unidos e na Europa (Roger & Kincaid, 1981; Darre, 1986b; Veiga, 1999; Rocha e outros, 2003), apostando nas relações humanas de interconhecimento ou de interdependência para facilitar a transferência de informação e a difusão de inovação. Os trabalhos conduzidos na Bahia (Sabourin & Tonneau, 1998) e no agreste da Paraíba mostraram os limites desse tipo de abordagem para a ação.

As redes interpessoais são, por natureza, afetivas, preferenciais, ou seja, seletivas. As redes sociais podem também ser de natureza ideológica ou religiosa. Claro, a este título, as relações interpessoais podem constituir estruturas de reciprocidade em seu âmago, embora se destinem à fé ou ao dogma político. Elas geram então valores de obediência ou de submissão à palavra de união, que não deixam muito espaço para outros tipos de valores e saberes e muito menos para considerações materiais. Por fim, as redes sociais não são particularmente democráticas ou universais. Além do mais, ao contrário das organizações, elas não são visíveis e legíveis e, por esse motivo, seu funcionamento é, muitas vezes, ainda menos transparente.

É relativamente mais fácil mobilizar as redes comerciais ou técnico-econômicas (Callon, 1991) para prestações econômicas; mas aí também, tudo depende da natureza dos projetos dos atores destas redes. Os valores de confiança e as práticas solidárias que as constituem podem ser analisados sobre dois planos distintos.

Por um lado, a confiança é um valor moral que remete ao plano afetivo ou espiritual. Por outro, as práticas recíprocas de ajuda mútua e de solidariedade envolvem também uma produção material.

Nos dois casos, é possível tratar-se de relação de reciprocidade ou troca. Mas nos casos de transferências de informações, como dissociar aquilo que resulta de uma lógica utilitarista destinada a reduzir os custos de transação ou a facilitar a transferência de conhecimentos visando uma atividade material daquilo que depende de uma lógica de reciprocidade que procura o compartilhamento de saber, a ampliação das relações humanas e o interesse dos outros?

Diferenciar a natureza das lógicas só é possível mediante a análise dos projetos e valores dos atores e das estruturas relacionais implementadas.

A partir das contribuições de Polanyi, foi possível considerar, como o fez North (1984), que as transações e prestações, materiais ou informativas, parecem “inseridas” nos costumes ou nas expressões culturais e simbólicas dos valores éticos. De fato, como esses valores costumeiros são gratuitos, contribuem com a redução dos custos de transação e são assim reconhecidos pela economia neoinstitucional (Williamson, 1979). Mas esta vertente considera que esses valores são dados históricos e culturais, não admitindo que eles tenham de ser constituídos.

A teoria dos custos de transação tenta maximizar os lucros, visando seu acúmulo, e não apresenta uma verdadeira alternativa para a abordagem neoclássica. Ela se justifica pela redescoberta do papel e do potencial econômico

das relações humanas de sociabilidade primária (Caillé, 2001) e de valores éticos como confiança, responsabilidade ou justiça (Temple, 1997).

Em muitos casos, esses valores perduram, apesar da extensão do intercâmbio capitalista. Todavia, para promover formas de desenvolvimento da coletividade baseando-se em redes sociotécnicas ou socioeconômicas, é necessário caracterizar suas estruturas constituintes: são, precisamente, aquelas que, além de contribuir com as atividades materiais, produzem também os valores éticos. Como é que uma rede de reciprocidade pode produzir confiança? Quais são os valores inseridos nos costumes ou na reconstrução social a partir do simbólico (representações filosóficas, religião, ideologia políticas etc.) e de que forma são produzidos?³⁷

Opções no que tange à produção e comercialização

Não é por acaso que no Brasil, país emergente cuja potência econômica se constitui a partir de uma agricultura moderna e competitiva, ainda são debatidas questões sobre o campesinato. Sucessivamente, houve debates sobre as raízes camponesas da agricultura familiar (Wanderley, 1996; 2003), sobre a prevalência do valor da renda fundiária sobre a renda do trabalho familiar (Martins, 2003a) e sobre o interesse de renovação de um projeto camponês para o século XXI (Carvalho, 2005, Porto-Gonçalves, 2005, Ploeg, 2008). Finalmente, hoje, um amplo grupo de universitários brasileiros está envolvido na recuperação da história social do campesinato no Brasil (Motta & Zarth, 2008; Neves & Moraes, 2008; Godoi e outros, 2008). Isso se deve à crise do atual modelo de desenvolvimento e à busca, de uma parte da sociedade, por outros valores além do acúmulo privado para o consumo de produtos industrializados à custa da degradação dos recursos naturais. Outro motivo é o questionamento, pelos movimentos sociais rurais, da qualidade de vida, das condições de trabalho, da segurança das famílias e do futuro das próximas gerações (Sabourin, 2007b, 2008a).

Assim, convém analisar qual é o principal objetivo das unidades camponesas de produção ou dos pequenos empreendimentos familiares. Trata-se, entre outros, de verificar o papel das redes socioeconômicas que podem constituir. Os depoimentos e entrevistas colhidos nas comunidades do Nordeste e nos projetos de reforma agrária do Centro-Oeste mostram que o objetivo prioritário consiste em satisfazer as necessidades da família, em seguida dos

37 Magalhães & Abramovay (2005) levantam essas questões sobre a construção de uma rede de cooperativas de crédito no sertão da Bahia.

próximos e aliados e, logo, o da população local que esteja passando necessidade. Reencontramos aqui a ideia substantivista de Polanyi, que considera a economia sob a ótica da satisfação das necessidades. Claro, conforme as condições do meio, as políticas e as evoluções do desenvolvimento rural, este tipo de postura pode ser reconsiderado. Mas é assim que o projeto de vida e o projeto econômico prioritário da grande maioria das famílias entrevistadas são formulados.

Assim, a escolha dos agricultores ou artesões das comunidades rurais de trabalhar em unidades familiares autônomas e organizadas em rede pode depender também de uma opção ética. No âmbito dessas relações de rede, trata-se de verificar se a busca por algum valor ético poderia ser assinalada por meio de práticas ou critérios capazes de informar seus atores se a natureza do projeto prioritário da rede comercial é de troca ou de reciprocidade. Ou, então, se reúne ambos os princípios e não apenas um... Em outros termos, será que essas unidades familiares e suas redes técnicas e comerciais funcionam unicamente para realizar lucros ou também para estabelecer e manter relações com os outros e participar de uma sociedade humana e de uma coletividade social?

As ações dos agricultores resultariam apenas de uma lógica de concorrência que visa o acúmulo de lucros para fins privados ou participariam também de uma lógica de ampliação da reciprocidade que associe o interesse para os outros e a satisfação das necessidades do grupo com o interesse para si?

As análises das configurações sociotécnicas do agreste da Paraíba e do papel das feiras e mercados de proximidade (cf. capítulo IV) trazem justamente uma série de respostas em termos de solidariedade econômica ligada à criação de vínculos sociais. Não é apenas questão de interesses coletivos ou compartilhados de tipo corporativista; trata-se de um interesse próprio associado à satisfação das necessidades dos outros ou, ainda, do interesse pela satisfação das necessidades do grupo.

No Brasil, esta solidariedade, noção polissêmica de tão difícil definição e delimitação, foi associada ao aspecto econômico com particular vigor e voluntariedade. A partir de 2003, dando continuidade ao desenvolvimento dos movimentos sociais de economia solidária e no marco do primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o primeiro governo Lula implantou também instrumentos de políticas públicas de economia solidária.

2. Economia e solidariedade

Roustang (2003) recorda que “a economia solidária argumenta em favor do reconhecimento da reciprocidade como modo de troca, à diferença da troca mercantil e do sistema de redistribuição” (p.4, tradução livre). Para Laville (2003):

um espaço público é, antes de tudo, um espaço comum de liberdade de expressão, de circulação da palavra, baseado em uma relação de reciprocidade, condição para um reconhecimento mútuo dos pontos de vista e constitutivo de um vínculo de confiança entre as diferentes partes envolvidas (usuário, assalariados, benevolentes, poderes públicos). (Laville, 2003, p.147, tradução livre)

Realmente, a noção de economia solidária traz a questão de uma diferença, ou seja, de uma possível interface entre o sistema de troca mercantil e concorrência, o princípio de reciprocidade e o sistema de redistribuição (Castel, 2003; Servet, 2003). Eme & Laville (1996a e 1996b) e Laville (2000, 2002) propõem que a economia solidária seja fundada no princípio da hibridação entre estas três formas de economia, por meio, em particular, de um mecanismo de “reinserção” dos fatos econômicos na perspectiva social, segundo os trabalhos de Polanyi.

Para Roustang (2003), no caso das iniciativas solidárias, existe a ideia de que a construção das necessidades sociais passe por uma forma “mais ou menos codificada de deliberação entre atores”, que se diferencie tanto “de uma relação de concorrência regulada pelos preços, quanto de uma redistribuição de tipo administrativo” (tradução livre).

O autor vai mais longe e reconhece que, por trás do princípio de reciprocidade e redistribuição, surge a ideia de construção das necessidades sociais e que a organização da produção – e eu diria também sua comercialização ou distribuição – passa por formas mais ou menos codificadas de deliberação entre atores.

E como será no caso das comunidades e organizações de agricultores no Brasil? Pois a ideia de economia solidária nasceu em meio urbano, em particular em torno de iniciativas de natureza empreendedora ou cooperativista. A Secretaria Nacional para a Economia Solidária (Senaes) implantou uma linha de apoios para as formas de autogestão dos meios de produção pelos trabalhadores. Mas uma série de práticas e reflexões está emergindo em torno da economia solidária em meio rural (Sabourin, 2006d). Estas abordagens, muitas delas nascidas a partir das cooperativas de crédito rural, levam tam-

bém em consideração as iniciativas de manejo de recursos e bens comuns, as formas de crédito solidário e os mercados de proximidade.

2.1. A economia solidária em meio rural

Conceitos e políticas públicas

No Brasil, a economia solidária é objeto de estudos e instrumentos de políticas públicas nos três níveis do Estado: União, estados federados e municípios.

Cada vez mais, coloca-se a questão de saber se as organizações, os dispositivos e as iniciativas coletivas dos agricultores e camponeses participam da economia solidária. Tudo depende do ponto de vista adotado e, no plano conceitual, da definição de economia solidária pela qual se opta.

A Senaes (2005) define a economia solidária como o conjunto das atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, crédito e poupança organizadas de forma solidária pelos trabalhadores sob uma forma coletiva e de autogestão.

Segundo esta abordagem, as características de uma atividade de economia solidária são: a cooperação, a autonomia, a viabilidade econômica e a solidariedade.

Na Europa, há mais de dez anos, a noção de economia solidária passou a se referir às categorias econômicas de Polanyi (1957), com os trabalhos de Eme & Lavielle (1996a, 2000) e Servet (2003, 2006), entres outros.

Para Eme & Lavielle (1996a, 2002), a economia solidária corresponde à mobilização de recursos híbridos ou de três formas de economia plural, que assim qualificam: a economia mercantil capitalista (a troca), a economia pública (associada à redistribuição do Estado) e a economia gratuita, não mercantil ou não monetária, assimiladas ao princípio de reciprocidade.

Lavielle (2000, 2002) e Lavielle & Nyssen (2004) associam a economia solidária e a empresa social à produção de capital social, em particular por meio dos mecanismos propostos por Polanyi (1944, 1957), de inserção ou reinserção dos fatos econômicos nos valores sociais ou políticos.

Para Castel (2003), essa abordagem sociológica da economia solidária é problemática, na medida em que uma empresa privada capitalista também pode se beneficiar com a hibridação dos recursos, ainda que não tenha nada de solidário.³⁸

38 A empresa capitalista “vende as produções no mercado capitalista (recursos mercantis); pode obter incentivos ou vantagens fiscais (redistribuição pública) e integra redes entre empresas

Segundo ela, “a abordagem mais econômica da economia solidária diferencia os projetos e valores dos atores ou sujeitos que empreendem atividades econômicas” (Castel, 2003, p.4-6). Ela faz a distinção entre três motivos para essas atividades: o enriquecimento pessoal, por meio da maximização do lucro, motivo das atividades de troca capitalista; o compartilhamento, por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços e auxílios públicos) ou por meio das atividades de proteção a bens e pessoas (seguros das associações e sociedades mutualistas); e a solidariedade econômica, realizada pela reciprocidade, motivo que fundamenta não só as atividades de ajuda mútua, como também as cooperativas e associações.³⁹

A dificuldade se deve, justamente, como veremos mais adiante, à questão da articulação entre essas três formas econômicas.

De maneira mais geral, qual é o significado de trazer a noção de solidariedade para a noção de economia? Para a Senaes (2005), trata-se da permanente preocupação com a justa distribuição dos resultados, a melhoria das condições de vida dos participantes, o compromisso com um meio ambiente sadio, o apoio aos movimentos de emancipação e a busca pelo bem-estar dos trabalhadores e consumidores. Como se vê, é uma visão ampla da solidariedade.

Mas e a viabilidade econômica? Esta não é definida nos documentos da Senaes. Tudo depende do sistema no qual consideramos a atividade econômica de um empreendimento solidário: o âmbito da concorrência do mercado de troca capitalista, o âmbito da proteção do mercado institucional produzido pela redistribuição pública ou o âmbito do compartilhamento de recursos e fatores de produção, regido pelos princípios de ajuda mútua e reciprocidade na produção.

As atividades agrícolas e rurais no Brasil, nas comunidades e organizações estudadas ao longo desta obra proporcionam exemplos concretos.

ou pessoas, nas quais circulam informações e saberes (reciprocidade)” (Castel, 2003, pp.4-6, tradução livre).

39 Assim como Temple (1997, 1998), Castel (2003 e 2006) reconhece que dois destes princípios são antagônicos: a maximização do lucro por meio da troca e a reciprocidade. De fato, o lucro pode ser monopolizado pelo empresário ou pelos acionistas e acaba inviabilizando seu compartilhamento, seu uso solidário. Em contrapartida, o princípio de redistribuição pode ser compatível, seja com o princípio de troca (auxílio público às empresas capitalistas), seja com o princípio de reciprocidade (redistribuição como estrutura de reciprocidade centralizada ou estrutura de compartilhamento).

A pluralidade das formas econômicas na agricultura

As prestações de ajuda mútua, do compartilhamento do trabalho e de manejo coletivo de recursos comuns partilhados dão alguns exemplos de práticas econômicas gratuitas, baseadas no princípio da reciprocidade, que são essenciais para o desenvolvimento da produção agrícola. Mas como vimos, são também fundamentais para se manter a coesão da organização social em torno de valores humanos afetivos e éticos comuns.

As mais relevantes políticas públicas de apoio à agricultura camponesa ou familiar são aquelas graças às quais, por meio do reconhecimento público, jurídico e institucional, ou por meio do apoio técnico, pedagógico ou financeiro, é possível manter ou desenvolver tais dispositivos coletivos de reciprocidade.

Outras formas de política pública, ditas redistributivas, oferecem também um apoio à agricultura familiar, sem por isso cair no assistencialismo e na dependência. Tratou-se, primeiro, de ampliar as políticas sociais incondicionais (acesso à saúde, escola, aposentadoria rural etc.) para o meio rural. Mais recentemente, o Programa de Aquisição de Alimentos dos agricultores familiares constitui uma ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço garantido e, em geral, levemente superior ao do mercado de troca. Graças a esse sistema de abastecimento dos órgãos públicos (segurança alimentar, bem como merenda escolar, hospitais etc.), é possível fazer com que, por meio da redistribuição, camponeses tenham acesso a mercados institucionais protegidos da concorrência do mercado capitalista.

Nestes dois exemplos de prestações econômicas, os dispositivos institucionais implantados permitem fixar uma interface entre sistemas econômicos regulados pela reciprocidade e redistribuição e o sistema de troca.

No primeiro caso, são os agricultores, com suas estruturas coletivas, que constroem dispositivos institucionais à margem da troca e segundo regras de reciprocidade.

No segundo caso, é o Estado que garante essa interface, proporcionando o acesso aos mercados públicos institucionais para os agricultores familiares mais marginalizados ou desprovidos de acesso ao crédito do Pronaf, assim protegidos do sistema da concorrência capitalista.

Teoricamente, a redistribuição de terra por meio da política de reforma agrária poderia entrar nessa categoria. Mas, na medida em que o Estado indeniza as terras não produtivas que expropria dos grandes proprietários a preços equivalentes ou até superiores ao do mercado fundiário, trata-se essencialmente, afinal, de clássicas transações de troca capitalista.

Ainda assim, a articulação da produção agrícola com os mercados não está condenada a passar pelo sistema de troca de forma irrevogável; pode ser operada segundo uma lógica econômica de redistribuição ou, como veremos no próximo capítulo, uma lógica econômica de reciprocidade, ou até – com mais frequência, talvez – segundo uma lógica mista.

Quais políticas econômicas e sociais e qual interface?

Independente da definição que se adote, a economia solidária tem de enfrentar as contradições inerentes à diferença entre desenvolvimento econômico baseado na troca e desenvolvimento econômico fundamentado na reciprocidade (Matos, 2006). Ora, em geral, aqueles que promovem a economia solidária não reconhecem essa oposição, *ao contrário* da definição proposta por Roustang (2003).

Nesse sentido, surgem várias dificuldades que podem ser correlacionadas às dinâmicas próprias de cada forma de economia envolvida em uma situação de hibridação.

Já não é mais hora de fazer a crítica da alienação ou dos riscos de exclusão ligados ao desenvolvimento da economia de troca capitalista. Porém, é importante saber qual alternativa ou qual limite econômico é possível contrapor à concorrência para a competitividade e o acúmulo.

Para que se possa garantir ou fortalecer o funcionamento dos dispositivos baseados na reciprocidade ou até em lógicas econômicas mistas, importa preservar as prestações gratuitas de ajuda mútua e as estruturas de compartilhamento de recursos. Ora, o desafio consiste em fazer com que essas relações permaneçam no âmbito de um apoio institucional que favoreça também o reconhecimento de uma interface entre administração pública, troca capitalista e estruturas ou mercados de reciprocidade.

Que mecanismos podem auxiliar na manutenção ou adaptação das regras de reciprocidade em um contexto dominante de troca?

Vimos a importância de um reconhecimento jurídico, institucional ou de apoios públicos que fortaleçam a coesão do coletivo, ao contrário da remuneração individual dos serviços sociais ou ambientais dos agricultores, como no caso da política de multifuncionalidade da agricultura na Europa.

Mas é possível que haja uma tensão entre o reconhecimento da qualidade do trabalho individual ou das prestações associadas, de um lado, ao nome e ao prestígio do agricultor e, do outro, à fusão anônima em um coletivo.

Por isso, importa identificar e apoiar as relações que constituam a estrutura de compartilhamento do recurso (natural ou infraestrutura) ou a produção

conjunta (não separável) de bens públicos ou comuns: inovação, saberes etc., como foi mostrado, por exemplo, pelas iniciativas da Universidade Camponesa ou pelos grupos de agricultores-experimentadores (cf. capítulo IV). Uma das soluções passa pela qualificação dos produtos.

Dentre as diversas definições e concepções da noção de economia solidária, o governo brasileiro escolheu uma política pública fundamentada em uma inspiração marxista. Consiste em favorecer o apoio às iniciativas de autogestão em que os meios de produção pertençam aos trabalhadores. Essa concepção inclui as empresas recuperadas e gerenciadas por seus assalariados e cooperativas (Senaes, 2005).

De fato, esta opção, proposta por Singer (2002) como segunda utopia socialista, fortalece, nas aparências, a oposição ao sistema da empresa capitalista, algo que poderia constituir um primeiro passo rumo ao reconhecimento do princípio de reciprocidade. Todavia, como no caso das estruturas de compartilhamento, o círculo continua fechado: a reciprocidade funciona no âmbito da empresa social de autogestão; mas, no exterior, vender a produção, ou seja, lograr resultados econômicos, ainda está condicionado às leis da competitividade e concorrência do mercado de troca capitalista (Azambuja, 2005). Matos (2006) considera que sempre que não houver, em um empreendimento solidário, dádiva ou sacrifício, mesmo parciais (ou, conforme a perspectiva da análise marxista, se não houver autoexploração), este não poderá garantir sua competitividade e sua viabilidade econômica no mercado capitalista de concorrência. A observação de Matos é justa se nos situamos em um contexto de economia de troca capitalista. Veremos que a situação não é tão inelutável quando há uma possibilidade de interface entre os dois princípios econômicos ou de construção de quadros formalizados de economia de reciprocidade e redistribuição.

Um dos papéis essenciais do Estado e da ação pública consiste mesmo em organizar a produção de bens públicos de interesse geral. Assim, trata-se de promover políticas capazes de separar o princípio de troca do princípio de reciprocidade, ou melhor, de regular as articulações necessárias entre esses dois sistemas.

Há algumas pistas em torno das práticas de crédito solidário, em torno da diversidade das formas de mercado ou ainda da qualificação dos produtos agrícolas, embora estas partam de um novo enfoque.

2.2. Ferramentas: os fundos rotativos solidários

Uma tradição religiosa e popular

As práticas de crédito, mútuo ou solidário, regidas pela reciprocidade são muito anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, se consideramos o caso das “*tontines*” africanas, ancestrais dos nossos consórcios. Da mesma forma, a prática do crédito usurário (regido pelo princípio da troca e do lucro) é conhecida desde a Antiguidade (Servet, 2006).

No meio rural do Nordeste, até onde remonta a memória camponesa, sempre existiram caixas de solidariedade ou de crédito mútuo, em particular para fazer face a despesas extraordinárias. No agreste da Paraíba, esses fundos eram vinculados, primeiramente, à religião e se destinavam essencialmente ao financiamento de serviços funerários e, por extensão, a despesas ocasionadas por doenças ou falecimentos na família. As caixas de crédito portavam o nome da *medalha milagrosa*, pois eram associadas à imagem ou medalha de um santo ou uma santa.

Em um passado ainda recente, elas exerceram um papel importante, tanto de solidariedade econômica (de tipo crédito mútuo) quanto de manutenção da sociabilidade das comunidades camponesas. Segundo Sidersky (2006), no Agreste, elas desapareceram com a redução da atuação da Igreja nas comunidades. Os padres pararam de apoiar a gestão e os chamados à arrecadação de fundos. O desaparecimento de idosos, cuja fé mantinha acesa essa chama dos poderes do santo, é parte importante desse processo. Na comunidade de Palma (Solânea-PB), a medalha funcionou até 1994. Mas segundo os interlocutores de Sidersky (2006), a prática se interrompeu quando os vizinhos acusaram sua responsável de desviar fundos.

Em Goiana e Bomsucesso, no mesmo município, hoje ainda persiste a prática da circulação entre as casas de uma imagem santa, sob o nome de Nossa Senhora da Luz. O circuito da imagem piedosa acompanha aquele dos ciclos de preces coletivas (as novenas), de uma família para outra, porém sem função de caixa de crédito mútuo.

Esses depoimentos parecem indicar que a prática de crédito mútuo, embora solidário, requer um objetivo ou uma necessidade comum forte e uma confiança entre os mutualistas ou em um terceiro respeitado por todo o grupo, por exemplo, um terceiro simbolizado pela imagem de Deus, da Virgem ou dos santos; ou ainda um terceiro real, como uma autoridade religiosa, por exemplo.

Quadro 20 Tipos de créditos solidários

O Fundo Rotativo Solidário (FRS): corresponde a uma forma de manejo coletivo de recursos provenientes de um capital inicial externo: por exemplo, financiamentos de agências de cooperação internacional por intermédio das ONGs, da Sudene ou do Programa 1 Milhão de Cisternas (PIMC), para a construção das primeiras cisternas em uma comunidade. Este fundo é dito solidário porque as primeiras famílias que recebem uma cisterna têm de reembolsar sua parte, de forma a beneficiar, a seu turno, cada família da comunidade que possa necessitar dessas cisternas. Quando são reembolsados pelo grupo de famílias, estes recursos são depositados em um fundo criado e administrado pela comunidade.

O Fundo Rotativo Solidário por meio de consórcio: neste sistema, como o volume de recursos recebidos pelos primeiros beneficiários não permite contemplar ao mesmo tempo todas as famílias inscritas para a aquisição do equipamento, procede-se a um sorteio para decidir a ordem de atribuição. Todavia, os pagamentos das cotas têm de ser realizados por todas as famílias inscritas no consórcio. Quando a restituição das primeiras contribuições permite financiar uma nova cisterna ou um novo equipamento, é contemplada uma nova família do grupo de membros do rateio, por sorteio.

Renovação e limites do crédito solidário no meio rural

No Brasil, nas camadas populares e médias, são bem desenvolvidos os sistemas de crédito com sorteio da ordem dos beneficiários para veículos, equipamentos eletrodomésticos e até apartamentos. São chamados de *consórcios*.

Esse sistema foi adotado pelas ONGs e pelos vendedores de insumos e equipamentos agrícolas no meio rural. No agreste da Paraíba, ONGs como a AS-PTA implantaram *consórcios* para a aquisição de cercas, mudas de palma forrageira, estrume para o cultivo de batata, triturador de forragem e até cisternas de armazenamento da água de chuva. Durante a fase ativa de apoio à experimentação camponesa, os consórcios funcionaram para a implantação de parcelas experimentais: material vegetal, insumo e cerca etc. (quadro 20, tabela 21).

Está claro que estas práticas conhecem diversas dificuldades. Primeiro, em caso de má colheita ou de doença dos animais, algumas famílias não podem pagar sua dívida. Outras famílias, que não confiam no presidente ou tesoureiro da associação comunitária, preferem pagar sua parte diretamente

ao sindicato ou à ONG. Muitas vezes, é o próprio responsável associativo que propõe esta solução, pois “pressionar um vizinho ou um amigo para pagar, não dá certo”.

No caso das cisternas, como o financiamento federal é feito a fundo perdido, os políticos locais, que concorrem no plano político com as ONGs, ou os sindicatos fazem propaganda contra o reembolso. Por fim, há, às vezes, uma ausência crônica de competência no que diz respeito à gestão no âmbito das comunidades, associações e até mesmo sindicatos.

Aliás, a maioria dos agricultores entrevistados não faz diferença entre o fundo rotativo, a associação comunitária, o sindicato municipal e a ONG; para alguns, é tudo a mesma coisa. Eles confirmam, na verdade, a existência de um pequeno grupo de agricultores ou de líderes, membros da diretoria da associação, da cooperativa ou do sindicato municipal, que cultivam relações privilegiadas com os técnicos das ONGs.

Nessas condições, como mostra Sidersky e outros (2004), para o caso da comunidade de Lagedo (Soledade-PB), não são necessariamente as famílias mais necessitadas que são beneficiadas pelo crédito. Pelo contrário, as famílias que de antemão têm acesso à informação, ao lance inicial, ou que são mais capitalizadas, são muitas vezes aquelas que têm a possibilidade de valorizar mais rapidamente um investimento produtivo (animal, cerca, equipamento doméstico ou agrícola etc.).

Os sindicatos municipais ou, hoje, o Polo Sindical da Borborema, substituíram as ONGs para administrar vários tipos de fundos de crédito solidário (tabela 22).

Tabela 22 Famílias que foram contempladas com créditos do STR de Solânea (2001 a 2004)

Tipo de FRS	Bonsucesso	Palma	Goiana	Outras comunidades	Total
Palma forrageira consorciada	2	2	3	5	12
Cercas	-	-	5	2	7
Triturador de forragem	1	1	1	3	6
Total	3	3	9	9	25

Por dispor de um mínimo de registro escrito, esse novo dispositivo de crédito funciona melhor do que os fundos administrados pela comunidade, mas há, em geral, um problema de reembolso. Com a assinatura de um reco-

nhecimento de dívida, embora não altere em nada a taxa de reembolso, é, ao menos, possível acompanhar a contabilidade.

Esses elementos permitem estabelecer uma comparação com a prática de distribuição de cisternas a fundo perdido. Segundo Sidersky (2006), os recursos mobilizados aumentam, em média, de 20% a 30% em relação ao capital inicial em um período de três anos. Assim, com esse reembolso, embora lento e limitado, é possível responsabilizar os beneficiários, contribuir para uma maior autoestima e para um respeito mútuo dos participantes, dar início a uma aprendizagem do sistema de crédito bancário e ampliar, na escala local, o número de famílias que podem ter acesso a esses equipamentos.

Não obstante, outras famílias não se reconhecem nessas práticas e continuam mais à vontade inseridas em um sistema de troca de favores ou de doações com os políticos.

Conforme a análise de Sidersky (2006) nos exemplos de crédito solidário estudados na Paraíba, é a ausência de interface entre práticas de reciprocidade sob controle social ou público e práticas ligadas aos interesses privados (lógica de acúmulo por meio da troca, do desvio e do roubo) que provoca a erosão, a paralisia ou o fracasso dessas iniciativas.

Essas experiências revelam uma fraqueza teórica por parte das ONGs e uma cegueira em termos de observação da realidade. Por outra parte, mais do que a pouca capacidade de análise, elas revelam, por parte do Estado, sobretudo a vontade de simplificar os procedimentos e, em geral, de mostrar serviço e resultados antes das eleições. Não há controles rigorosos, tampouco avaliação dos programas e muito menos espaço para análise e debate em torno dessas experiências. Nessas condições, podemos compreender que os camponeses, que se encontram muitas vezes no final da cadeia de financiamento e só se beneficiam com as migalhas desses programas, sejam levados a optar pela facilidade de não ter de reembolsar aquilo que foi doado.

3. Mercados e reciprocidade

A monetarização crescente das relações sociais e econômicas, inclusive no meio camponês, é uma das razões que explicam as iniciativas de crédito solidário, bem como a necessidade de acesso a mercados justos e adaptados aos agricultores familiares.

Claro, é possível defender um projeto renovado de agricultura camponesa mais autônoma do mercado capitalista (Ploeg e outros, 2000, Ploeg, 2006), que seja menos dependente dos insumos externos e que preserve os recursos naturais. Mas não podemos fazer de conta que essas necessidades não

existem e negar aos agricultores mais pobres o acesso aos bens de consumo mais elementares, como observa Demo (2003) em suas análises sobre a pobreza no Brasil.

O princípio econômico de reciprocidade passa justamente pela preocupação com a satisfação das necessidades elementares dos próximos (a família, a comunidade etc.) e, por extensão, dos membros da coletividade humana.

Aliás, é essa noção de *satisfação das necessidades* que torna pertinente a definição “substantivista” da economia segundo Polanyi (1957): “um processo de interação entre o homem e a natureza, para paliar a satisfação de suas necessidades”. Esta é a noção que marca realmente a ruptura em relação à definição formalista: “a alocação de recursos escassos para fins preferenciais” (tradução livre).

Em sua obra *Dé-penser l'économique*, Caillé (2005) reconhece, enquanto defende alternativas antiutilitaristas, que a monetarização da economia e a sua globalização diminuem a perspectiva da autoprodução e poderiam até pretender apagar a distinção entre econômico substantivo e econômico formal.

Scubla (1985, p.14) resolve o debate considerando que na ciência econômica é preciso distinguir a economia política (“uma ciência puramente formal das interações entre os agentes econômicos interessados na redução dos custos e na otimização dos ganhos”) e a antropologia econômica, que deve ser uma ciência “substantiva [que] estude os sistemas econômicos concretos das diferentes sociedades humanas”. Ele encerra o debate considerando que “a primeira estuda os mecanismos e as estratégias, enquanto a segunda estuda as formas e as instituições”.

De qualquer modo, esse debate é um bom motivo para se preocupar com as questões da distribuição da produção e de sua valorização econômica nos mercados (e não no mercado). É também a oportunidade, tanto perante camponeses quanto técnicos, mas sobretudo ante ideólogos marxistas, de desdiabolizar o mercado (Démo, 2005) para direcionar melhor a crítica sobre os limites e perigos do mercado de troca capitalista. Este é o objetivo desta primeira parte da abordagem econômica.

Isso posto, a distinção entre economia formal e economia substantiva perde efetivamente a sua importância a partir do momento em que se considera a tensão entre um princípio econômico de troca e um princípio econômico de reciprocidade. De fato, o limite das análises de Polanyi reside mesmo em sua interpretação da *inserção do econômico no social* e não na diferenciação que ele faz entre, por um lado, troca – que ele nunca apresentou como *categoria geral relevante* – e, por outro, reciprocidade e redistribuição.

Nesse sentido, o reconhecimento de uma coexistência dialética entre

princípio de troca e princípio de reciprocidade confirma a natureza, por vezes híbrida, de tantas situações econômicas contemporâneas; mas confirma também a esterilidade do híbrido. A reciprocidade não se mistura à troca, e vice-versa. No melhor dos casos, elas convivem; e, muitas vezes, uma domina a outra.

3.1. Diversidade da articulação com os mercados

Novas realidades estão sendo impostas no que diz respeito às produções regionais brasileiras, inclusive no âmbito da globalização das trocas e por meio das regulamentações da Organização Mundial do Comércio sobre as indicações de origem. Estas envolvem a qualidade dos produtos da agricultura e pecuária, a qualidade dos processos de produção e transformação desses produtos e as condições de conservação dos ecossistemas cultivados. Certificação de origem, selos, certificados de qualidade, produtos orgânicos, produtos caipiras ou de território representam conceitos de marketing para a economia capitalista internacional. São, também, noções sobre as quais os agricultores familiares e camponeses têm algo a dizer; e em geral muito mais do que os empreendedores da soja ou os agroindustriais do milagre econômico brasileiro.

De fato, a partir dessa tomada de consciência (e de conhecimento) da natureza diferenciada dos sistemas de valor, novos espaços econômicos se abrem para os agricultores organizados. Assim, um dos papéis-chave do apoio ao desenvolvimento local (ou territorial) consiste em identificar e qualificar os modos de produção e (re)distribuição, bem como as relações que determinam uma “fronteira” entre sistemas diferentes.

Comercialização e reciprocidade

A comercialização de produtos agrícolas não pode se ater às regras do mercado de troca capitalista. A despeito dos processos de mercantilização capitalista vivenciados pela agricultura camponesa e familiar brasileira (Conterato, 2004; Ploeg, 2006), ainda existem mercados socialmente controlados. Temple (2003a e 2003b) e vários autores africanos falam também de mercados de reciprocidade (Guingané, 2001; Bazabana, 2005).

No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade proporcionam exemplos de mercados que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Há também, em torno da ideia de produtos de qualidade associados a territórios

específicos, um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais, por meio da relação entre homens, produtos, culturas, identidades e regiões diversificadas.

Várias alternativas desse tipo, que hoje em dia passam muitas vezes a ser agrupadas sob o termo de *economia solidária*, correspondem na verdade à tentativa de (re)construção de relações e estruturas de reciprocidade. No caso da venda direta na unidade de produção, em mercados locais dos produtores ou nas festas de produtos regionais, relações de *reciprocidade binária* se estabelecem entre agricultores e consumidores (Kilcher, 2004).

É também o caso das cadeias produtivas curtas, socialmente controladas por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores.⁴⁰ As relações de reciprocidade binária simétrica em tais estruturas produzem sentimentos e valores de amizade, respeito, fidelidade e confiança entre produtores e consumidores.

Quando a relação direta (por meio do encontro físico entre produtor e consumidor) não é possível, existe a possibilidade da intermediação qualificada e interpessoal por meio da corretagem. Com a introdução do corretor, é possível estabelecer uma relação de *reciprocidade ternária* por meio do interconhecimento, do efeito rede e da informação acerca da qualidade do produto ou do produtor. Essa relação de reciprocidade ternária bilateral simétrica gera a *confiança*, a *responsabilidade* e a *reputação* (do produtor, bem como do corretor). Por sinal, a reputação é fonte de *prestígio*.

Em si, a política de qualificação (o selo ou a indicação de origem) limita os efeitos da concorrência e da especulação da troca capitalista. Assim, pode contribuir para a delimitação de áreas protegidas da concorrência e para a construção de territórios de reciprocidade.

Quando o nome do produtor está em jogo, são de fato relações de reciprocidade que produzem os valores de reputação, honra e responsabilidade (Bom Konde, 2003). Muitas vezes, são valores éticos que garantem a legitimidade e autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de origem. As empresas capitalistas identificaram esses valores éticos para transformá-los em serviço mercantil mediante a verificação das normas de qualidade. Mas, na verdade, para produtos agroalimentares distribuídos em cadeias curtas ou rastreados, a sanção é, antes de mais nada, aquela do consumidor, e a garantia é muitas vezes inerente ao processo de produção em si. Assim, existem no Brasil diversas iniciativas de implantação de sistemas de

40 Ou por ambos, como é o caso na região de Porto Alegre, entre cooperativas do MST e cooperativas de consumidores.

co-certificação ou de certificação de grupos, ou mesmo de certificação dita participativa, entre produtores ou entre produtores e consumidores (Medaets & Medeiros, 2004).

Qualificação territorial e selo

Qualquer processo de qualificação que garanta a origem (o nome do produtor), a especificidade, o processo ou as normas de qualidade de um produto contribui para reduzir os efeitos da concorrência, que são próprios à troca capitalista. De fato, cria-se assim uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Todavia, como no caso do empreendimento de economia solidária, afora esse grupo de produtores e esses produtos qualificados, são as regras do mercado capitalista que funcionam a 100%.

É por isso que, no caso do processo de qualificação centrífuga, recorre-se a um certo tipo de interface: o mecanismo de certificação, que permite reintroduzir uma produção de reciprocidade no sistema do mercado de troca capitalista. Mas todas as possibilidades de qualificação dos produtos rurais ainda não foram exploradas. Temple (2003a e 2003b) propõe radicalizar o processo com um outro tipo de interface, o da qualificação personalizada, ou seja: com o nome Sousa, só se pode produzir Sousa.

Ninguém pode fazer concorrência a uma produção única cujo valor intrínseco é potencialmente infinito [...] simbólico ou prosaico, o valor será sempre maior porquanto o produto seja mais qualificado. E não é preciso fazer com que uma competência externa à produção controle a qualidade, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção. (Temple, 2003a, p.11)

Temple opõe a emulação para melhorar a qualidade dos produtos à concorrência que visa acumular lucros. Ele dá o exemplo do açafão da Mancha, na Espanha, cuja produção e comercialização fora da área de origem foram proibidas pelos últimos produtores, de forma a obrigar os consumidores a visitá-los no local. Na região, eles construíram a Casa do Açafão, organizaram um mercado local, restaurantes na fazenda e uma produção associada de legumes, carnes, frutas e vinhos; organizaram também serviços: hotéis e albergues, turismo rural etc.

A qualificação centrípeta e o selo personalizado constituem também uma das chaves para um desenvolvimento rural endógeno ou autocentrado que, prioritariamente, atenda às necessidades das comunidades locais.

O comércio internacional de reciprocidade

Baseando-se em valores de equidade e justiça, o comércio justo ou solidário propõe uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação direta entre produtores e consumidores. Porém, a simples distância entre produtores (do Sul) e consumidores (do Norte) ou a preocupação com a eficácia comercial levaram os organismos de comércio justo a recorrer cada vez mais às mesmas redes e aos mesmos sistemas de intermediação do comércio capitalista de *commodities*. Esta tendência pode chegar a mudar o caráter específico e solidário da transação ou eliminar o valor agregado de informação mútua entre produtores e consumidores (Laforga, 2005). Muitas vezes, essa confusão desnatura a transação e compromete a possibilidade de se estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir os valores éticos almejados (Le Velly, 2004).

Em termos de produção de valores de justiça e equidade, existem referências que antecedem a noção de comércio solidário. É o caso das prestações comerciais internacionais, realizadas segundo uma lógica de reciprocidade: as tarifas compensatórias entre nações do Norte e do Sul, entre União Europeia e países ACP (da África, Caribe e Pacífico) e as políticas de cotas e de direitos de produzir (Barthélémy, 1999). Todas essas práticas visam proteger os produtores, reduzir a concorrência capitalista e instaurar uma dimensão de partilha, mesmo quando se trata do compartilhamento mais justo de partes do mercado capitalista.

Partindo da análise dos mercados africanos e andinos, Temple (2003 a e 2003b) propõe a noção de mercado de reciprocidade. Neste, as prestações recíprocas entre parceiros não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda e sim pelas necessidades mútuas dos protagonistas, medidas através de equivalências. Podem consistir em equivalência de volume ou quantidade (cabaças, cestas, mãos, litro ou caixa de leite etc.), equivalências simbólicas, objetos raros (cauris africanos, pelos de raposa-voadora etc.), prestigiosos e reputados (penas de pássaros amazônicos etc.) ou simplesmente fabricados conforme determinados rituais e carregados de sentido (moedas kanak ou oceânicas etc.).

Temple (2003) diz:

Nos mercados de reciprocidade, o compartilhamento abre espaço para a reciprocidade generalizada, na medida em que cada um doa a alguns parceiros aliados e recebe de outros parceiros [...]. Como o que se deve e pode ser doado a cada um varia conforme as comunidades, as equivalências de reciprocidade variam também.

Porém, as comunidades tendem para a reciprocidade entre si, e as equivalências de reciprocidade mais comuns logo se tornam referências para o mercado: é a moeda de reciprocidade (Temple, 2003, p.12, tradução livre).

Aliás, essa moeda de reciprocidade pode também ser, simplesmente, o euro ou o dólar, se seu uso a transformar em unidade de contabilização de equivalências de reciprocidade.

Muitas vezes, nos mercados daquelas sociedades em que se pratica a reciprocidade, o agricultor que oferece seus produtos informa o cliente da equivalência e depois agrega uma parte de dádiva (um ovo a mais na dúzia, uma fruta a mais do quilo, um punhado de batatas ou um ramo de flores ou de salsa). Temple (2003, p.384) lembra que esta dádiva é, em geral, proporcional à importância da transação e à qualidade do cliente.

Dois sentimentos prevalecem na reciprocidade generalizada, segundo Temple (2003, pp.385-386): o valor de responsabilidade e o valor de justiça.

A responsabilidade está relacionada não apenas à qualidade e à autenticidade dos produtos comercializados, mas também à preocupação de atender as necessidades de seus clientes. A justiça está associada à noção de “preço justo”, isto é, um preço aceitável, para o consumidor, de um produto de necessidade e não um preço imposto por alguém que está em posição de força. Temple (2003, p.386) lembra que o preço justo “é determinado pelo princípio de equivalência e não pelo equilíbrio entre oferta e demanda. A reivindicação do preço justo é uma busca pela reciprocidade generalizada”.

Com a teoria da reciprocidade, é possível interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história e por trás de prestações que, de forma quase imperceptível, foram naturalizadas como próprias da troca capitalista.

Mas pouco se preocupa, o capitalismo, com valores éticos ou com um projeto mais justo para toda a humanidade.

3.2. Os mercados agroecológicos na Paraíba

Os mercados de produtos agroecológicos⁴¹ integram a estratégia do Polo Sindical da Borborema de aumentar a autonomia dos agricultores familiares, incentivando-os a parar de utilizar insumos químicos e a diversificar as alternativas de comercialização (Kilcher, 2004). Os casos de intoxicação por uso

41 Mercados de venda direta de produtos da agroecologia (forma de agricultura ecológica com base orgânica, sem insumos químicos) pelos agricultores familiares.

de pesticidas são frequentes; mas o verdadeiro desencadeador foi o aumento do número de agricultores que praticam a agroecologia em decorrência da atuação da AS-PTA na região. Realizado inicialmente a título experimental, por ocasião das festas de fim de ano em 2001, o mercado agroecológico de Lagoa Seca tornou-se permanente. Esta iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar, criando uma associação e adotando regras e normas de estratégia comercial: uniformidade dos stands e controle dos produtos para garantir sua qualidade e origem. Por fim, esse mercado obteve um reconhecimento dos poderes públicos no plano federal, através da negociação das modalidades de investimento do Pronaf/infraestrutura.

Em seguida, o Polo Sindical da Borborema (PSB) negociou a implantação de um mercado agroecológico com a prefeitura municipal de Campina Grande. No âmbito desse polo urbano regional, esse mercado possui valor de “vitrine”: incentiva a participação dos agricultores convertidos à agroecologia, que não são bastante numerosos em seu município, a constituir um mercado diferenciado. Isso serve de modelo para a ampliação, em escala regional, de um sistema de comercialização direta dos produtos orgânicos.

Com a iniciativa do PSB, foi possível construir uma associação regional de agricultores agroecológicos e estruturar um processo de certificação de qualidade. Como indicado adiante, essa dinâmica econômica e mercantil relançou a atividade dos grupos de A-E, que passaram a testar novas espécies, variedades e processos, para satisfazer os clientes, melhorar a qualidade dos produtos e reduzir os custos. Uma articulação na escala do Estado da Paraíba garante uma colaboração com as associações equivalentes de agricultores e mercados agroecológicos do litoral, do sertão e dos estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Qualidade e certificação do grupo

A certificação dos produtos é garantida por comissões de agricultores designados pela associação dos produtores agroecológicos; estas visitam cada produtor com regularidade e conferem o processo de cultivo, o itinerário técnico e a natureza dos insumos utilizados. Cada agricultor pode se ver na posição ora de avaliador, ora de avaliado; por isso os riscos de fraude são bem limitados, já que o interesse primordial consiste em manter uma clientela ainda frágil, ou seja, não mentir sobre a qualidade. Como diz Temple (2003b), o controle da qualidade torna-se inerente à estrutura de produção se esta se vê reposicionada em um sistema de reciprocidade.

De fato, esse sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem por vantagem

ser gratuito, não aumentar o custo de produção e não tornar os agricultores dependentes de organismos de certificação.

Portanto, tão logo esses mercados camponeses começaram a se organizar, os serviços de extensão agrícola da Paraíba organizaram a concorrência. Do seu lado, promoveram mercados semanais dos produtores (não ecológicos, mas certificados como “produtos da agricultura familiar”) nas universidades de Campina Grande.

Ensinamentos em termos de política pública

Existe um debate entre os agricultores sobre a estratégia mais relevante de diferenciação destinada aos consumidores: será preciso criar mercados especializados ou devem se dar os meios para que os consumidores possam identificar mais facilmente seus produtos no âmbito dos mercados tradicionais?

Para poder adotar a segunda opção, um apoio dos poderes públicos, mesmo mínimo, seria interessante. No caso da feira de Campina Grande, o apoio público facilitou o financiamento de estandes homogêneos, de fácil identificação, e garantiu um espaço diferenciado no âmbito dos mercados locais. Esses mercados funcionam graças ao envolvimento de algumas famílias, que cuidam do cumprimento das regras. Os demais participantes, menos convictos, dão mostra de oportunismo. Seu interesse pela agroecologia depende muito mais do surgimento de uma demanda por parte dos consumidores e do acesso a uma forma de comercialização que remunere melhor seu trabalho do que da venda para atacadistas. Os mercados agroecológicos não apareceram simplesmente como resposta a uma transformação das práticas ou a um incentivo de organismos de apoio: a condição de seu sucesso se deve à sua resposta qualificada e perene, ou seja, coletiva e institucionalizada, para uma demanda por produtos de qualidade e sem pesticidas.

Essa experiência, bem como a das iniciativas de crédito solidário, mostra o interesse de um apoio produtivo (e de um suporte econômico e financeiro do tipo crédito, mercado etc.) para manter e desenvolver a agricultura camponesa e familiar. De fato, existe no Brasil, em particular no Nordeste, uma tendência a reduzir as políticas de apoio à agricultura familiar a medidas de assistência social (aposentadorias, bolsas etc.). Por outra parte, esta deriva é associada a medidas que acabam tornando os agricultores pobres e pouco monetarizados, cada vez mais dependentes do mercado de troca capitalista. Com isso, sua integração ao mercado capitalista se opera cada vez mais como consumidor e não tanto como produtor.

Esse é o principal impacto das políticas de aposentadoria rural, bolsa-

família ou, pior ainda, do cartão alimentação inicial do projeto Fome Zero. A principal modalidade (abandonada em 2005) deste projeto consistia em atribuir cinquenta reais por mês e por família para comprar alimentos; só que isso era feito por meio de um cartão eletrônico que só podia ser utilizado nos supermercados interligados à rede bancária eletrônica. Assim, ao invés de dinamizar a produção local como previsto, esta medida só fez aumentar a dependência dos rurais de produtos padronizados da agroindústria e da grande distribuição.

Conclusões: Troca e Reciprocidade

Ao retomar as hipóteses iniciais, este capítulo de conclusões desenvolve uma série de comentários acerca da articulação entre práticas de troca e relações de reciprocidade.

Além do debate acadêmico sobre a existência da agricultura camponesa no Brasil, importa considerar a pluralidade de formas da agricultura familiar. Algumas dessas formas diversificadas de agricultura familiar apresentam ainda critérios do modelo da comunidade camponesa de Mendras (1976, 2000). Outras correspondem mais às características da condição camponesa do terceiro milênio descritas por Ploeg (2006, 2008). O mais importante, como lembra Ploeg (2008, p.21) em sua crítica dos “*peasants studies*”, é que não dá para separar uma agricultura camponesa de subsistência atrasada e uma agricultura empresarial capitalista, que seria “desenvolvida”, quando os dois sistemas evoluem mediante uma articulação dinâmica.

Da mesma forma, no que diz respeito à primeira hipótese, o que importa, do ponto de vista analítico, não é tanto saber quais práticas de reciprocidade e redistribuição estão sendo mantidas, já que estas estão em constante evolução; é, sim, o caráter operacional da análise das tensões sociais e econômicas a partir do enfoque da teoria da reciprocidade. Mas essa teoria não é exclusiva; não visa o fim da troca, nem nega a sua onipresença. Trata-se de reconhecer a existência das práticas de reciprocidade, assim como são reconhecidas as relações de troca, a fim de possibilitar a opção por um ou outro sistema. Isso contribui também para a resolução das dificuldades colocadas pela coexistência desses sistemas, quer seja em termos de duplo pertencimento, quer seja em termos de articulação. Em que medida é possível exercer alguma regulação, por meio das políticas públicas, na interface entre troca e reciprocidade?

1. Agriculturas camponesas e práticas de reciprocidade e redistribuição

Começarei voltando para um eixo mais transversal deste trabalho: as relações entre comunidades camponesas e o meio ambiente. Sempre há, é claro, uma interdependência entre o ambiente natural e os sistemas agrícolas de produção.

De fato, o Brasil é conhecido por seu modelo de agricultura especialmente predador de recursos naturais (terras, florestas, águas etc.), cujo caráter não sustentável ou não renovável é muitas vezes apontado.

Será que o mesmo ocorre com as agriculturas camponesas ou será que estas desenvolvem relações mais harmoniosas com seu meio ambiente?

Claro, no Brasil como fora, ao aplicarem os mesmos sistemas técnicos e os mesmos insumos que os da agricultura empresarial, os agricultores familiares produzem impactos semelhantes sobre o meio ambiente. O impacto é simplesmente proporcional às áreas dispersas ou bem menores que no caso da agricultura patronal. Assim, a diferença essencial reside na natureza dos sistemas técnicos implantados pelo modelo camponês, mais intensivos em termos de trabalho e menos exigentes em termos de insumos energéticos e químicos externos.

A propósito, Aspe & Auclair (2006) lembram como é enganosa a imagem estereotipada dos camponeses em harmonia com a natureza, já que “a maioria não rejeita a ideia de desenvolvimento quando confrontada com a mudança” (p.353, tradução livre).

De fato, a sobrevivência e a reprodução das famílias camponesas dependem, em geral, de uma área bem reduzida de terra. Assim, os pequenos agricultores fazem de tudo para manejar esse recurso natural vital de forma a preservá-lo. Porém, em condições de minifúndio, associadas à seca (região semi-árida) ou a solos degradados (como no caso dos assentamentos de reforma agrária), essa preservação não é mais garantida para as próximas gerações. Mas são situações extremas ou, de certa forma, de fracasso, que em nada correspondem ao modelo camponês ou à lógica da agricultura familiar.

Aliás, a lógica camponesa do vínculo com a terra e com o patrimônio familiar é decorrente de certo tipo de reciprocidade entre as comunidades camponesas e o meio ambiente, de natureza tanto real quanto simbólica.

Para Auclair (2006), essa relação dos camponeses com a natureza é amplamente determinada por valores culturais locais, identitários e patrimoniais, que ele considera “incompatíveis com uma visão da terra que se atenha ao estatuto de bem mercantil” (p. 9, tradução livre).

Podemos falar de consequências no plano real, na medida em que as relações de reciprocidade no plano simbólico produzem valores éticos de responsabilidade em termos de reprodução ou de proteção dos recursos para as gerações futuras; são valores que, por sua vez, geram práticas “mais respeitosas”.

Aliás, as relações simbólicas de reciprocidade entre os camponeses e o meio natural, a terra e seus recursos, são ainda mais fortes à medida que o acesso à terra é precário, difícil. A esse título, para os camponeses dependentes, os meeiros e os moradores, o acesso à terra remete a uma relação de reciprocidade desigual com o proprietário ou o patrão. Para os descendentes de escravos dos quilombos ou para os pequenos colonos das frentes pioneiras, essa relação sela um vínculo mítico ou religioso com uma terra prometida. Para os beneficiários da reforma agrária, independentemente da sua ideologia, a obtenção da terra é marcada por uma dívida moral perante a organização que lhe favoreceu esse acesso à terra, principalmente no caso dos movimentos de sem-terra, como o MST, que recorrem ao mito, aos símbolos ou até mesmo aos rituais da mística (Lazzaretti, 2007).

No caso das sociedades indígenas, as relações de domesticação da natureza e de reciprocidade natureza-cultura foram muitas vezes evocadas na medida em que estas comunidades personificam a natureza e seus recursos (Descola, 1986). Isso já é mais raro no caso das comunidades camponesas brasileiras.

No Nordeste semiárido, as relações natureza-cultura são celebradas de maneira ritual com frequência; por exemplo, no caso da chuva, por intermédio dos santos da religião cristã e, antes de mais nada, de São José. Todavia, promessas e rituais são também mobilizados acerca da saúde dos rebanhos (as danças em torno do tema do boi) e da proteção das colheitas. Por exemplo, são recitadas rezas, transmitidas de uma geração para outra, de abençoadores e curandeiros, para curar os animais, especialmente no caso de mordidas de animais venenosos, mas também para afastar os predadores das colheitas (lagartas, gafanhotos etc.).

No plano real, as fortes relações de vínculo de identidade e reciprocidade entre camponeses e meio ambiente resultam essencialmente em estruturas que garantem o acesso partilhado aos recursos naturais. Evoquei o caso da água e dos pastos comuns na região semiárida. Estruturas desse tipo existiram em outras regiões do país para os pastos: faxinais no Paraná ou terras gerais nos cerrados de Minas. Elas existem ainda, no caso das chamadas sementes crioulas, em diversas regiões, como no Nordeste. Por outra parte, estruturas tradicionais de compartilhamento de recursos das populações indígenas ou mestiças da Amazônia são hoje atualizadas por intermédio de novos dispositivos, tais como as reservas extrativistas (de borracha, de frutas ou de ba-

baçu). Por outro lado, a redistribuição de terras sujeitou-se, em parte, a uma legislação e a políticas públicas de reforma agrária.

Embora as características dos meios naturais influenciem os sistemas técnicos de produção e considerando os exemplos analisados, podemos nos perguntar se são tão determinantes no caso do Brasil. Há mesmo uma relação de dependência com o meio ambiente, mas esta se torna bem relativa na medida em que ele não é mais considerado raro e limitado, ou seja, quando existe a possibilidade de acesso a novas terras. Ora, no Brasil, na mata Atlântica, na caatinga, nos cerrados e, hoje, na Amazônia, sempre houve novas terras para cultivar. Aliás, a fronteira agrícola amazônica da soja já ultrapassa a fronteira administrativa do Brasil, com a implantação de grandes fazendeiros brasileiros de soja na Bolívia (Higa, 2001).

A agricultura brasileira, camponesa ou patronal, é marcada por essa colonização recorrente de novos espaços, dando muitas vezes a impressão de que o recurso natural é ilimitado. Durante as últimas décadas, a abertura da fronteira agrícola, os progressos no plano dos meios de comunicação e o desencravamento das áreas rurais fortaleceram ainda mais essa perspectiva.

De fato, na escala nacional ou regional, essas relações de dependência de um espaço natural local são muitas vezes apagadas pelo peso dos modelos técnico e econômico ou do projeto político e social, mas também pelo tamanho do país. Isso traz o sentimento de que a fronteira agrícola é ilimitada e de que os recursos naturais serão sempre renováveis.

Por exemplo, as práticas camponesas coletivas de manejo da água e de pastos extensivos em região semiárida são determinadas pela história, pela estrutura fundiária e pelo projeto de sociedade dos agricultores, bem mais do que pela natureza do clima ou dos solos.

Não é a natureza de escassez do recurso que é determinante para o seu modo de manejo e sim a natureza da organização social e das regras de reciprocidade; no caso, são as estruturas de compartilhamento entre as famílias de uma mesma comunidade e de responsabilidade com as próximas gerações.

No Brasil, os dois principais modos de produção agrícola (a saber, a pecuária extensiva e a grande plantação) existem tanto no Nordeste, nos cerrados, nas planícies do Sul, quanto na Amazônia, independentemente dos tipos de solo e da pluviometria. Assim, são antes de mais nada produtos da história, da geografia, do projeto social brasileiro e das políticas públicas (Waquil e outros, 2004 e 2006).

Os sucessos e os fracassos nos assentamentos de reforma agrária não são apenas condicionados pelo estado dos recursos naturais; sobretudo, são determinados pela extensão dos lotes distribuídos, pelo apoio técnico e financeiro

e pelas possibilidades de acesso aos mercados, que as terras atribuídas sejam férteis ou degradadas.

Em contrapartida, em termos de manejo e preservação dos recursos naturais, a modernização da agricultura familiar tem de escolher entre duas opções:

- optar pelos mesmos sistemas técnicos que a agricultura patronal – e um dia desses produzir, seguramente, o mesmo tipo de degradação dos recursos;
- ou adotar técnicas mais ecológicas, inclusive de readaptação das práticas camponesas, técnicas que já provaram a sua eficácia, há milhares de anos até o século passado.

A história agrária do Brasil apresenta uma herança camponesa diversa: a dos pequenos agricultores livres do Nordeste da época colonial, que ocupam os interstícios entre as grandes fazendas, a dos vaqueiros que compraram algumas léguas após a Lei da Terra, no Nordeste e Centro-Oeste, a de escravos africanos foragidos ou libertados; no Sul e Sudeste do país, a dos colonos camponeses europeus do século XIX e XX, oriundos da Alemanha, Itália, Polônia, Holanda e, por fim, a dos colonos japoneses produtores de hortaliças e frutas.

No âmbito da vasta categoria da agricultura familiar, os estudos de caso abordados confirmam a existência de uma agricultura com características camponesas, marcada principalmente pela autonomia perante o mercado de troca capitalista e pela permanência de estruturas de reciprocidade, entre outros elementos essenciais. A autonomia do sistema de troca livre resulta em uma produção diversificada associando inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar.

As estruturas de reciprocidade binárias e simétricas estão presentes na produção (ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos) e na transmissão do patrimônio de uma geração à outra. Mas encontramos também a permanência de relações de reciprocidade assimétricas: o acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e a dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (estrutura de redistribuição assimétrica).

A reivindicação, formulada pelos movimentos rurais mais ativos e organizados (MST, MPA, MPAB etc.), de um qualificativo de camponês que se oponha ao modelo de inserção competitiva da agricultura familiar no mercado de troca capitalista, não é inocente (Aubertin & Pinton, 2006). Bastante legítima, essa reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave. São elas as

noções de *autonomia* (segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovação etc.), de *cooperação* (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.) e de *qualidade de vida* (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc.). A tentativa de diferenciação com o desenvolvimento fundado na troca capitalista é clara: essas três noções se opõem, respectivamente, às de *dependência*, *concorrência* e *exploração* (do trabalho e do meio ambiente). Envolvem práticas e relações de reciprocidade: ajuda mútua, compartilhamento, redistribuição; mas se fundamentam também em valores éticos de responsabilidade, dignidade e prestígio.

Em contrapartida, e além dos impactos e vieses das retóricas pseudomarxistas ou ecologistas, a principal fraqueza desse “novo projeto camponês” se deve à incapacidade de fixar a articulação com o mercado e a distribuição dos recursos dentro de um contexto de solidariedade humana que rompa com o modelo capitalista do mercado de troca. Hoje não é possível reduzir a autonomia econômica à autarquia e ao autoconsumo (Aspe & Auclair, 2006). Todavia, faz falta uma leitura das relações de reciprocidade e, em segundo plano, uma capacidade de análise crítica das formas de alienação próprias dos sistemas de reciprocidade (desigualdade da redistribuição, assimetria e dominação, fixação dos estatutos, retrações do círculo de compartilhamento etc.).

Se aqueles que promovem um projeto camponês renovado para o século XXI não conseguirem afirmar ou reivindicar esses elementos, os camponeses estarão condenados à invisibilidade ou à luta por projetos irrealistas.

Na falta dessas chaves de leitura e análise, ainda persiste uma confusão acerca das prioridades e dos valores humanos a serem promovidos; e, assim, a construção de projetos alternativos e sustentáveis não é possível, como mostram os impasses da ecologia política na Europa e os da alternativa socialista (Partido dos Trabalhadores) ou socialdemocrata (Governo Lula) no Brasil.

Portanto, trata-se de definir a diferença teórica entre valor de reciprocidade e valor de troca, estruturas de reciprocidade e estruturas de troca, de forma a poder situá-las novamente nas configurações mistas ou complexas da realidade brasileira.

2. Valores de reciprocidade e valores de troca

O princípio de reciprocidade não exclui a competição, mas em termos econômicos é possível opor dinâmicas de reciprocidade e redistribuição de inclusão social à troca fundamentada na concorrência. A reciprocidade pode

levar à redistribuição ou ao compartilhamento, assim como a concorrência leva à troca para acúmulo privado e, em geral, à exclusão social e econômica, quando se generaliza a troca livre (Bartra, 2000). Assim, é possível associar valores específicos a cada uma dessas duas lógicas econômicas.

O valor de troca é medido através do equivalente constituído pela moeda no âmbito das relações de troca. É difícil falar de *valor de mercado* sem gerar um equívoco, de tanto que já se recorreu aos termos mercado e troca para qualificar transações de natureza diferente.

Isso porque nem todos os mercados são de troca e nem todos os preços seguem as regras da troca.

De fato, preços diferenciados são observados em diversas sociedades de reciprocidade da América Andina (Quechua e Aymara), segundo a natureza do mercado (interno, local ou regional) ou segundo os interlocutores (próximos, parentes ou alheios). Verificamos o mesmo tipo de regra nos mercados de proximidade Kanak, da Nova Caledônia (Sabourin e outros, 2002a; Sabourin & Tyueinon, 2007).

Outro exemplo é o fato de recorrer a medidas idênticas de volume para uma transação entre dois produtos cujo preço por quilo é bem diferente no mercado capitalista regional: arroz e feijão, no Brasil; feijão e milho, na América Andina; e amendoim e peixe ou amendoim e arroz, na África.

É a dinâmica das relações (por contradição ou por complementaridade) entre interesse privado (expresso pela troca de bens materiais) e dos valores éticos e afetivos – cuja reciprocidade constitui a matriz – que determina a polarização do desenvolvimento econômico ou técnico, segundo as regras da reciprocidade ou da troca.

Não é questão de negar a utilidade prática da economia de troca e sim de apontar suas limitações, mostrando que há também uma economia de reciprocidade, um princípio econômico que, embora não faça distinção entre o social e o econômico, vai além da esfera do sociocultural na qual, muitas vezes, Polanyi (1944, 1957) e seus discípulos substantivistas o enclausuraram.

Troca e reciprocidade constituem dois modelos teóricos que correspondem a duas categorias; estas, na realidade, coexistem em todas as sociedades, produzindo complementaridades ou tensões. Pode-se considerar que as relações de troca produzem principalmente valores materiais, valores de uso e relativamente poucos valores éticos e afetivos, comparadas com as relações de dádiva e reciprocidade.

O sistema de livre-comércio leva ao desenvolvimento da competitividade para o acúmulo privado de valores materiais e para a exploração do homem pelo homem, segundo a crítica marxista da alienação do sistema capitalis-

ta. Desde então, mostrou-se como a generalização desse sistema produz a exclusão econômica e a destruição do vínculo social. Ora, é justamente por não dispormos de instrumentos ou de referências para analisar a forma de restabelecer, produzir e criar o vínculo social (alguns falam de capital social) que precisamos nos dedicar ao estudo das relações e das estruturas de reciprocidade, e, primeiramente, lá onde elas subsistem. Como produzir mais integração do que exclusão? Como produzir a inclusão a partir de valores humanos éticos universais?

Nas comunidades camponesas do Brasil, a reciprocidade não exclui o interesse (individual ou coletivo) e a troca. No Brasil e no exterior, as sociedades indígenas também recorrem à troca e as sociedades camponesas desenvolveram relações comerciais mercantis de troca, paralelamente aos mercados de reciprocidade e aos mercados mistos (Ellis, 1988). Evoca-se sua integração parcial com o mercado capitalista e o peso das relações de proximidade e interconhecimento justamente porque a redistribuição familiar ou local da produção é tão importante e estruturante quanto a necessidade material de aquisição de bens e produtos diversificados em vários tipos de mercados.

Simplemente, nessas sociedades os valores de maior importância são produzidos pelas relações de reciprocidade, consideradas essenciais para o futuro da comunidade humana (Temple & Chabal, 1995).

De fato, muitas vezes a reciprocidade é esperada na medida em que é importante ou até mesmo necessária, por um lado, para a economia da maioria das famílias camponesas e, por outro, para a qualidade das relações humanas e para a ordem social. Por exemplo, as prestações de trabalho são muitas vezes necessárias para passar os picos de demanda de mão-de-obra ou para efetuar algumas tarefas pesadas (desmatamento, marcação dos animais, construção de cerca etc.).

Assim, regenerar o vínculo social não depende apenas do convívio ou da solidariedade. Depende também de um conjunto de práticas que contribuem para tecer a essência de relações que levam à criação e ao respeito de valores humanos, na medida em que são compartilhadas as mesmas estruturas produtivas (Temple & Chabal, 1995).

Todavia, para *ser socialmente* em uma sociedade de reciprocidade é preciso doar; portanto, para doar é preciso produzir. Assim, a lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção e da sua transmissão, como também do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à terra, às reservas comunitárias de água, aos pastos comuns, à mão-de-obra da comunidade (por meio dos convites ao trabalho ou à ajuda mútua), constitui também uma redistribuição compartilhada dos fatores da produção.

Assim, a reciprocidade, por meio da redistribuição generalizada, gera uma produção motivada no plano social que constitui um fator de desenvolvimento econômico que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (agricultura de subsistência)⁴² ou da aquisição de bens materiais por meio da troca. Pelo contrário, a tendência natural das sociedades camponesas consiste em produzir excedentes, considerando justamente as exigências sociais da vida comunitária.

3. Políticas públicas: que formas de articulação há entre a troca e a reciprocidade?

A relação entre valores humanos e estruturas de reciprocidade e redistribuição também pode ser ilustrada no caso das políticas públicas. Em particular, não é inútil dedicar alguma atenção ao exemplo das políticas de transferência de renda ou de direitos sociais generalizados.

Essas políticas são motivadas pela produção de valores humanos de justiça e equidade que justificam a ação de redistribuição do Estado. Na origem, elas dependem da noção de direitos universais da humanidade. A declaração universal dos direitos do homem, que faz referência aos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, deixa cada vez mais de ser reconhecida no plano universal. Por esse motivo, talvez ela passe a se sujeitar a medidas de políticas públicas específicas e voluntaristas.⁴³ As políticas públicas de preservação do meio ambiente e de ecologia são motivadas pelo sentimento de responsabilidade perante as gerações futuras, o que corresponde a uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral.

3.1. Transferências de renda

Muitas vezes, as políticas públicas de redistribuição (previdência social, aposentadoria etc.), em razão do seu lado monetário, são interpretadas como complementos de salários, como compensações para os anos de trabalho realizado ou como ganhos sociais. Não restam dúvidas de que constituem as principais formas de reciprocidade generalizada nas sociedades modernas. A despeito da terminologia frequentemente utilizada, essas políticas não cor-

42 O termo economia de subsistência é utilizado por diversos autores. Ellis (2000) emprega, bem como Chayanov (1990), Polanyi (1975) e Sahllins (1976), as noções de unidade doméstica (*rural households*) e de economia substantiva ou de subsistência (*livelihood economics*).

43 O Brasil dispõe também de uma secretaria de estado para os direitos humanos.

respondem a uma estrutura de redistribuição no sentido antropológico. Na estrutura de redistribuição (segundo a definição de Polanyi) ou de reciprocidade centralizada (segundo a definição de Temple), o poder e o prestígio são personalizados sob o nome de um único centro de redistribuição: o *big chief*, o rei, o imperador ou o Deus das igrejas (Chabal, 2005).

Segundo Chabal (2005), no caso das políticas de transferência de renda e de previdência social, é o aparelho do Estado, em nome do povo, que organiza a repartição ou redistribuição de recursos provenientes dos impostos. No Brasil, o caso do Sistema Único de Saúde, teoricamente acessível a todo cidadão, corresponde mais a uma estrutura de compartilhamento generalizado.

O Brasil votou uma legislação nacional de reciprocidade generalizada das mais avançadas do mundo, com a Lei da Renda Mínima de Cidadania (votada no dia 15 de dezembro de 2003 e promulgada no dia 8 de janeiro de 2004). Esta proposta, inspirada no projeto de lei do Senador Suplicy (2002), foi objeto de diversas críticas. Uma das mais completas é a que formula Lautier (2004), ao evocar o perigo de não se conseguir melhorar verdadeiramente o nível acumulado dos diversos tipos atuais de transferência a favor das populações mais desprovidas. Ele assinala também o risco de viés liberal que uma legislação desse tipo pode constituir (Demo, 2002b), podendo ser recuperada pelas empresas capitalistas para facilitar a flexibilidade do direito do trabalho e constituir uma forma de segregação no que tange ao seu acesso ao emprego (recrutamento por redes de classe ou de natureza corporativa) (Lautier, 2004). De fato, na hora de examinar a proposta de alocação universal ou as propostas de direitos e serviços incondicionais (saúde, educação, moradia, transporte etc.), tudo depende da perspectiva adotada: a da troca ou a da reciprocidade.

No âmbito do princípio da troca, a transferência de renda constitui um paliativo para se sobreviver até encontrar um emprego ou para ficar sem emprego, na medida em que não há bastante para todos. Demo (2002b, 2003) considera que a distribuição ou transferência de renda não pode existir em uma sociedade capitalista. Por essência, nesse tipo de sociedade, até a renda é ganha, captada (desviada, roubada...) ou negociada.

Segundo o princípio da reciprocidade, a renda de cidadania constitui uma dádiva generalizada, uma estrutura de compartilhamento, justamente para se poder viver dignamente, sem depender do mercado capitalista de trabalho. Está claro que o contexto e a capacidade de generalização do projeto podem fazer com que sua implementação tenda para o lado da troca ou para o lado da reciprocidade.

Do ponto de vista teórico, inclusive em uma sociedade capitalista, é difícil

combater um projeto que proponha a generalização dos direitos dos cidadãos; direitos que, por enquanto, são principalmente reservados àqueles que se inseriram no mercado de trabalho ou no sistema capitalista formal.

Em contrapartida, de um ponto de vista prático, implementar uma lei desse tipo em um país como o Brasil, cujo orçamento público já está muito comprometido com o serviço da dívida, traz uma série de problemas. Isso só poderia se dar de forma progressiva, tendo que ser associado, necessariamente, a uma reforma das modalidades de cálculo, cobrança e restituição do imposto de renda. Parece difícil abordar um valor mínimo para a renda de cidadania quando o nível atual do salário mínimo está em torno de 410 reais e somente 10% da população é sujeita ao imposto de renda.

Ainda assim, este projeto levou, no Brasil, à implantação de uma Secretaria de Estado para a Renda de Cidadania (MDS, 2004), que conseguiu unir as principais modalidades de transferência de renda de vários ministérios no âmbito do Programa Bolsa Família. Esta constitui a experiência de maior importância de transferência de renda que se conhece, beneficiando 11 milhões de famílias em 2007, com um valor mensal médio de 70 reais para cada uma. Esse programa passou por uma aplicação gradativa: 3,4 bilhões de reais em 2003, 5,6 bilhões em 2004, 6,5 bilhões em 2005 e 8,9 bilhões em 2007 (Brasil, SGPR, 2005 e SCSPR, 2007, 2008; cf. figura 15).

Figura 15 Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família – 2003 a 2005



Fonte: Revista Brasil, Ano III – nº 6 – Prestação de Contas do Estado 2003 a 2005.
http://www.brasil.gov.br/noticias/publicacoes/pub001/jornal03_completo_.pdf

Na realidade, o tema da renda incondicional tem de ser reconsiderado sob uma perspectiva de reciprocidade (de compartilhamento) e não de troca (de acúmulo).

Como observa Demo (2003), as políticas públicas sociais distributivas apresentam vantagens (respeito aos direitos elementares da humanidade, acesso à saúde, à educação e à moradia, justiça social e equidade) e limitações. Por esse motivo, são acusadas de deturpações assistencialistas, ou até mesmo eleitorais e clientelistas.

É o caso das críticas formuladas contra o projeto de Renda Mínima Incondicional. Esta é taxada, por um lado, de insuficiente e marginalizante e, por outro, de ser excessivamente elevada, o que acarretaria a desresponsabilização e a dependência dos beneficiários.

Primeiramente, não é a renda mínima que seria teoricamente insuficiente para garantir uma integração, mas sua avaliação, que depende dos organismos públicos. Essa avaliação poderia perfeitamente ser definida de forma correta, sobretudo nos países ricos ou emergentes.

Segundo, é errado dizer que a renda mínima incondicional pode acarretar uma dependência de fulano perante beltrano, pois esta renda seria universal por princípio. Ou seja, seria recebida tanto pelo Presidente da República como pelo camponês sem-terra, da mesma forma que o ar que respiramos. Essa é, aliás, uma condição *sine qua non* em uma sociedade moderna, que tem de ser considerada da mesma forma que as condições oferecidas pela natureza em uma sociedade selvagem. Não consideramos o oxigênio como uma dependência e sim como uma condição de vida, uma libertação.

O principal defeito do programa Bolsa Família é ter sido implementado sem que essa discussão tenha sido esboçada. Por um lado, a possibilidade de “universalização” da medida e sua associação a uma reforma tributária não foram consideradas. Não houve, de fato, nenhuma ruptura com as práticas dos governos anteriores. Por outro lado, apesar dos progressos notáveis em termos de transferência de renda, no marco do modelo econômico adotado, de apoio ao desenvolvimento do capitalismo liberal, não foram promovidas ainda suficientes medidas de inserção econômica para proporcionar aos beneficiários uma possibilidade de sair da dependência do sistema de assistência social.

3.2. Políticas de transferência ou de dependência?

Como vimos, gradativamente, as políticas de apoio à agricultura familiar e de reforma agrária acabam tendendo mais para o tratamento social do que para a integração econômica.

O sistema de reforma agrária mantém a dependência ao instalar famílias em terras de má qualidade e em áreas muito inferiores ao módulo fundiário de base, terras que não permitem a simples reprodução da unidade familiar. De fato, no quesito instalação, os investimentos encontram-se concentrados em uma única geração, que, além do mais, luta a duras penas para garantir aos jovens o acesso a estudos além do primário. No caso da reforma agrária “pelo mercado” implantada desde 1999, o reembolso das terras atribuídas, muitas vezes a um preço muito alto, constitui uma penalidade adicional. Não se trata mais de uma forma de compartilhamento e sim de uma distribuição clientelista em favor dos proprietários, ou seja, uma estrutura de redistribuição ou de reciprocidade centralizada e assimétrica.

As primeiras avaliações dessas experiências revelam assentamentos precários, limitados a uma medida de agrupamento de famílias em meio rural, sem uma verdadeira negociação de projetos produtivos ou do preço da terra (Buanaim e outros, 1999; MDA-SRA, 2002; MDA-SRA, 2003; Barbosa, 2005). Por intermédio de um empréstimo, o projeto garante a construção de uma pequena moradia e um acesso mais ou menos precário à saúde e à escola. De fato, não garantindo um verdadeiro apoio à produção, ele acaba apenas proporcionando uma mão-de-obra rural barata para as empresas agroalimentares, que funcionam com base no modelo de integração, e para os grandes fazendeiros da região.

Paralelamente, assistimos à evolução do meio rural como um local de consumidores, muito mais que de produtores. Os neorrurais “ricos” desenvolvem atividades não agrícolas no campo. Eles se beneficiam com novas formas de consumo (residências secundárias, acesso à natureza, lazeres etc.) e de uma nova domesticidade rural. Este fenômeno, que envolve o Sul do Brasil e a periferia das grandes metrópoles, inclusive o Nordeste, foi amplamente descrito pelo projeto Rurbano (Silva, 1999).

Os neorrurais pobres produzem cada vez menos e são cada vez mais dependentes do mercado capitalista do emprego e dos alimentos para sobreviver.

3.3. O clientelismo político no Brasil

No Brasil, o clientelismo político sempre foi denunciado, muito embora nunca tenha sido substituído de um governo para o outro e de uma organização social ou política para a outra. Assim, merece uma análise mais precisa do que a simples denúncia do abuso de poder e da não-observância das regras da democracia. Essa análise se faz ainda mais necessária na medida em que

a democracia proposta é, antes de mais nada, aquela do projeto de desenvolvimento da troca capitalista ocidental.

O clientelismo corresponde a uma estrutura de redistribuição, ou seja, de reciprocidade centralizada em torno de um centro de poder que dispõe de uma capacidade de acúmulo (por meio de coletas, arrecadações, tributos, desvios, etc.) que lhe garante certa autoridade, bem como de algum poder econômico e prestígio sobre os beneficiários de seus favores. O Estado central pode recorrer a estruturas de redistribuição de forma a garantir seu poder de modo eleitoralista ou clientelista. Em contrapartida, como analisa Chabal (2005), quando se trata da redistribuição de direitos universais (saúde, previdência, educação etc.) por intermédio dos impostos, nos deparamos com uma estrutura de reciprocidade generalizada ou, pelo menos, de compartilhamento, na qual o Estado assume apenas um papel de aparelho de administração da partilha, de acordo com a lei.

A diferença depende do caráter legítimo, democrático e transparente, ou, do contrário, autoritário e totalitário do Estado.

Ora, há várias formas possíveis de alienações da estrutura de compartilhamento que limitam a generalização da reciprocidade. Já assinalamos uma delas, acerca dos recursos comuns: encerramento do círculo de compartilhamento, que tende a excluir do acesso ao recurso alguns membros da comunidade.

A monopolização dos recursos disponibilizados por um grupo ou uma classe constitui uma outra variante desse tipo de exclusão.

Demo (2002b) faz uma análise pertinente da maneira como as classes no poder se aproveitam daqueles instrumentos de solidariedade e redistribuição que funcionam direito, tais como o regime de aposentadoria, o acesso à universidade federal, aos cargos de função pública e, em particular, do sistema judiciário etc. Às vezes, a elite brasileira tem prioridade em relação às camadas populares a que se destinam esses benefícios materiais. Existem também abusos no nível da administração do programa que são difíceis de se verificar. Por exemplo, vários municípios registram denúncias de fraudes (e sonegação) de famílias da classe média que se registraram para se beneficiar da Bolsa Família.

No caso das políticas de ajuda social dirigida (segurança alimentar, luta contra a pobreza etc.), essa mesma elite – a das empresas capitalistas ou dos partidos políticos – consegue se beneficiar do efeito de poder sobre os mais pobres, desviando recursos por meio dos governos estaduais ou municipais que estabelecem as listas. Logram uma redistribuição desses ganhos sociais conforme um sistema de favores e de intermediação. No Nordeste, nem é preciso lembrar da história da “indústria da seca”, que desviou a maioria dos

recursos federais destinados aos pobres; aliás, hoje isso ainda continua, com o emblemático projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Convém, após ter considerado as formas de desvio e resistência camponesa (os casos de reciprocidade bilateral assimétrica, por exemplo, na estrutura da moradia), examinar se o clientelismo não constituiria uma forma de autodefesa imune contra o pior, que ainda está por vir, a saber, a generalização da troca capitalista e a desumanização por meio da exclusão social.

O pior poderia ser, como escreve Temple (2004a), “a reciprocidade a serviço da troca, ao invés da troca a serviço da reciprocidade” (tradução livre). Esta é a tendência que evoco na crítica do capital social, de mobilização das organizações e práticas comunitárias para reduzir os custos de transação das trocas capitalistas ou para assumir funções do Estado.

De fato, podemos nos indagar se as práticas de troca e de acúmulo que estão a serviço da reciprocidade (o clientelismo) não são mais sadias e humanas, ou até menos hipócritas do que a sujeição sistemática da reciprocidade ao desenvolvimento da troca capitalista.

A denúncia feita contra a instrumentalização política, a corrupção e o clientelismo no Brasil através dos institutos de ética de empresa, financiados pelas empresas capitalistas, representa bem tal hipocrisia.

Ela revela finalmente a sua função: a de ocultar uma carência teórica, um vazio da crítica acerca daquilo que é desqualificado através dos termos paternalismo (a reciprocidade desigual), clientelismo (a reciprocidade centralizada) e mesmo corrupção.

A crítica deveria evidenciar duas noções distintas: a reciprocidade e a desigualdade. Deveria considerar também o fenômeno de articulação da reciprocidade desigual (o tributo) sobre o acúmulo capitalista, a saber, o modelo da *sesmaria* ou da *fazenda*.

Segundo Temple (1992, 2003a), desde a colonização das Américas, esse modelo constitui também um compromisso histórico, um empate que proíbe a generalização do sistema de livre troca, à custa de um tributo que atende ao acúmulo improdutivo dos “senhores” das fazendas.

De qualquer forma, é uma forma de defesa que prevaleceu nos Andes e graças à qual, sob domínio do jugo da exploração colonial, foi evitada a destruição das estruturas de reciprocidade pela troca.

As teorias modernas desqualificam esse compromisso histórico em nome da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, algo legítimo. Todavia, o fazem não para libertar a reciprocidade do jugo colonial e, sim, ao contrário, para libertar a livre troca das imposições da reciprocidade, como propõe, de forma irresponsável, Sen (1999). De fato, antes de mais nada, o acesso à livre

troca e ao consumo das populações exploradas por sistemas de reciprocidade assimétrica pode ser vivida como uma libertação do jugo da tradição, do partido único ou do Estado, embora leve em seguida à inserção no sistema da exploração capitalista.

4. Interações entre reciprocidade e troca para o desenvolvimento rural

Troca e reciprocidade, cada uma dessas lógicas pode ser confirmada na realidade. Por esse motivo, cada qual pode se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes; alguns deles são, sem dúvidas, irreversíveis. Claro, o objetivo aqui não consiste em negar essa realidade dualística, nem tampouco propor um retorno às formas originais da economia.

Hoje, de fato, em termos de desenvolvimento rural ou regional, não se trata mais de reivindicar a exclusividade de uma ou outra dialética e sim de recorrer a uma referência dupla. Como enfatiza Temple (1997), o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiria traçar uma interface de sistema e abrir um debate entre os partidários de uma ou outra lógica. Tal debate permitira tratar da natureza das organizações camponesas ou locais, a origem da autoridade e da delegação do poder, das normas e regras de manejo de recursos naturais e de bens comuns ou públicos. Em outros termos, trata-se de enriquecer o debate acerca do desenvolvimento, considerado como “a natureza das escolhas possíveis” (Sen, 1999) e acerca dos instrumentos mais adaptados no que diz respeito à sustentabilidade da agricultura.

4.1. Reciprocidade e valores humanos

O modelo econômico fundamentado no desenvolvimento da troca capitalista não é sustentável, embora pareça cada dia mais difícil definir de forma operacional o que seria um desenvolvimento “sustentável” e, assim, propor alternativas.

Primeiramente, como lembra Mormont (2000), “o desenvolvimento sustentável” não constitui um conceito científico, com uma base empírica verificável ou com uma possibilidade de avaliação (Veiga, 2005), e sim uma categoria política, flexível e capaz de se adaptar ou de se sujeitar à mobilização, inclusive por estratégias contraditórias (Compagnon, 2001).

Uma coisa é reconhecer e denunciar o modo insustentável do desenvolvimento econômico dominante em sua dimensão agrícola e rural; outra é propor alternativas. Assim, o caráter radical das transformações econômi-

cas necessárias (redistribuição mais justa das rendas e dos conhecimentos, distribuição e preservação dos recursos naturais finitos etc.) requer também análises radicais.

Por um lado, não dispomos de elementos que nos permitam afirmar que o progresso tecnológico poderá compensar os graus crescentes de consumo de energia e matérias-primas não renováveis. Mas, ainda que fosse possível contar com tal margem de progresso tecnológico, a história humana mostrou que progresso técnico e acesso a novos recursos escassos sempre coincidiram com maior concentração de saberes, poderes, propriedade dos meios de produção e maior diferenciação entre as populações.

As lições tiradas durante o século passado (guerras coloniais, guerras mundiais, armas de destruição total etc.), bem como aquelas das últimas décadas (globalização do terrorismo, guerra do petróleo, reivindicação de acesso às armas nucleares por países ou grupos totalitários etc.) não são nada encorajadoras. Portanto, é imprescindível que nos voltemos tanto para a leitura da história quanto para a análise da realidade fina das estruturas das sociedades e das comunidades humanas, que, até o presente momento, bem ou mal, souberam contribuir para preservar o planeta e alimentar a humanidade.

De qualquer forma, a continuidade do modelo atual, segundo o cenário de esgotamento dos recursos naturais ou aquele de sua substituição por novas tecnologias, leva à perspectiva de haver mais desigualdades, ou seja, mais conflitos e guerras.

Recentemente, Caillé (2005) e Latouche (2001, 2004) sintetizaram as principais críticas ao modelo econômico dominante, inclusive no que tange à noção de desenvolvimento sustentável, propondo abordagens não utilitaristas dos planos econômicos e políticos. De fato, há uma ilusão por parte dos economistas, inclusive dos heterodoxos ou até mesmo dos peritos ou dos técnicos, que consiste em querer fazer do desenvolvimento sustentável uma proposta operacional quando, desde a sua origem, na linha do relatório Brundtland (1987), se tratava antes de mais nada de propor uma categoria política ampla. Aliás, é o que fez o seu sucesso em relação à proposta anterior, de ecodesenvolvimento (Sachs, 1980), considerada excessivamente radical, ou à de Georgescu-Roegen (1995), ignorada e marginalizada por muito tempo.

Mas é preciso, de fato, buscar alternativas mais humanas, soluções arraigadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos mal distribuído: os valores humanos e o potencial, especificamente humano, de reproduzir valores essenciais e fundadores da humanidade. Bonañuti (2001), que não se conforma com a proposta do decrescimento econômico, evoca a necessidade de produção de “bens relacionais”. Para ele, trata-se de “bens que não po-

dem ser usufruídos de forma isolada, mas somente em relação com aquele que oferece e aquele que pede”. Ele cita os serviços às pessoas (atendimento, bem-estar, assistência etc.), os serviços culturais, artísticos e espirituais ou religiosos. Como não lembrar dos pilares dos sistemas rurais dos países do Sul, constituídos pela ajuda mútua, pelo manejo de recursos comuns ou pelos mercados de proximidade? Mas, aqui, trata-se mesmo de inverter a perspectiva econômica utilitarista por meio de uma abordagem econômica que se preocupe também com os outros, ou melhor, que leve o bem-estar do outro em consideração, como algo ligado ao sentido e ao futuro da nossa própria existência.

A mobilização coletiva das organizações e redes de agricultores familiares pode optar por duas orientações de desenvolvimento econômico e social. Por um lado, ela pode se desenvolver com base na livre troca capitalista. Esta foi capaz de produzir um progresso tecnológico inigualável, riquezas materiais indiscutivelmente interessantes para a humanidade, embora sejam limitadas e sempre distribuídas de forma mais desigual, produzindo um maior número de excluídos. Por isso, esse desenvolvimento econômico exclusivamente fundamentado na economia de troca e de concorrência não é sustentável. Produz também a exploração dos homens, dos recursos naturais, bem como a exclusão dos mais pobres no que tange aos direitos a uma verdadeira humanidade. Por outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais, bem como dos outros atores socioeconômicos, podem participar do desenvolvimento de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Embora desconhecidas ou ocultas, e a despeito do domínio do sistema de livre troca, essas relações e estruturas conseguiram e conseguem garantir a sobrevivência material da grande maioria das populações rurais, desde os ricos até os mais pobres; principalmente, estiveram aptas a manter um mínimo de valores humanos ou éticos em nossas sociedades.

Esses valores humanos não são dados cultural ou socialmente, nem inseridos nas estruturas simbólicas e representações; ao contrário, são construídos e reproduzidos pelas relações humanas, constituídas por estruturas de reciprocidade. Um dos elementos que resta a esclarecer diz respeito à confusão entre essas categorias e lógicas. Deparamo-nos, até por ignorância, com uma justificativa da mobilização dos processos sociais com base em valores éticos das comunidades rurais, visando favorecer essencialmente o desenvolvimento da economia de troca capitalista. Neste caso, qual será a capacidade de resposta das comunidades que mantiveram essas relações de reciprocidade? Qualquer movimento de destruição provocado pela economia capitalista produz, em

geral, um contra-movimento que tende para um equilíbrio (no sentido de compromisso construído e aceito socialmente, ou seja, de dinâmica).

Assim sendo, há um amplo campo de pesquisa para contribuir para a identificação, qualificação e diferenciação das relações e estruturas de troca daquelas de reciprocidade.

4.2. Valores humanos e bem comum

Sob outra ótica, trata-se de escolher entre favorecer a produção e a apropriação de valores humanos individuais (coragem, bondade etc.) e a produção e o compartilhamento de valores humanos comuns (definidos como sendo aqueles que são mais suscetíveis de contribuir para o bem comum). Segundo Blais (1983), para que uma sociedade possa funcionar, ela precisa de valores comuns, ainda que todos os valores não possam ser “comuns” da mesma forma ou no mesmo título. Não se pode exigir dos cidadãos que deem aos meios a mesma importância que dão aos fins. Quando os meios não são exclusivos (o tempo, o ar, o espaço, o território, o saber, as informações...), é preciso que cada um tenha a possibilidade de usá-los como bem entender; mas quando os meios se autoexcluem, é a maioria que decide nas democracias, é o chefe nas chefias ou a unanimidade em torno de um consenso nas comunidades mais reduzidas; e isso não é fácil de aceitar. Segundo Blais (1980), para as sociedades, um acordo sobre os valores “fins” é crucial; com a condição, todavia, que seja limitado aos valores revestidos pelas dimensões mais fundamentais e universais da humanidade; por exemplo, a Declaração dos Direitos Humanos, os valores “fins” de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” da República Francesa, que convém confrontar com os valores “meios” da República do Brasil: “Ordem e Progresso”.

“O bem comum” como nos diz Blais (1983), “o é por dois motivos: primeiro porque se realiza a partir dos esforços de todos e depois porque pertence a todos” (tradução livre).

Assim, as comunidades rurais sustentam estruturas de reciprocidade não apenas por consciência de sua produção cotidiana dos valores humanos éticos e afetivos, e sim pela referência à sua cristalização em representações simbólicas: hábitos, rituais, filosofias e religiões. Logo, trata-se de operar as passagens entre o real e o simbólico e saber reconhecer as estruturas simbólicas de reciprocidade, garantidas pela invocação de um “terceiro incluso”: expressão artística, relação com a natureza, divindades etc.

No âmbito de cada uma dessas dimensões (corporal, ética, intelectual, artística, religiosa etc.), os homens têm de encontrar sua liberdade: liberda-

de de levar adiante uma profissão, uma arte ou uma ciência de sua escolha; liberdade de praticar a religião que escolheram e não mais de maneira oculta ou invisível.

Brasília, outubro de 2008.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. Agricultura e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária*, v. 28 e 29, n° 1, 1999, pp.49-67.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. (eds.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais, conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/Cirad/Embrapa, 2002, pp.113-128.
- ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Condraf, Brasília, 23-25/08/2005.
- ABRAMOVAY, R., PIKETTY, M. G. Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf). Résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990. *Cahiers Agriculture*, n° 14, v1, 2005, pp.25-29.
- ABRAMOVAY, R., VEIGA, J.E. da. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*. Brasília: FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão n.º 641)
- AGGERI, F. La construction des objets de la recherche dans les partenariats d'exploration. In: *Recherches pour et sur le développement régional, DADP*. Montpellier: Inra, 2002, pp.71-89.
- AKRICH, M., CALLON, M., LATOUR, B. À quoi tient le succès des innovations. Deuxième épisode: l'art de choisir les bons porte-parole. *Annales des Mines, gérer et comprendre*, 1988, pp.14-29.
- ALBALADEJO, C. Réflexions sur la notion de systèmes locaux de connaissance à partir de projets de recherche/formation et développement en Amérique Latine. *Actes du Colloque Références tecnico-économiques*. Montpellier: Cirad, 1999, pp.137-154.

- ALBALADEJO, C, TULET, J. C. (dir.), Les fronts pionniers de l'Amazonie Brésilienne. *La formation de nouveaux territoires*. Paris: L'Harmattan, 1996, 358p.
- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, 213p.
- ALMEIDA, J., CORDEIRO, A. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001, 120p.
- ALMEIDA, J., TARDIN J. M., PETERSEN, P. Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados. In: *Seria melhor mandar ladrilhar?* Biodiversidade como, para que, por quê. Brasília: Editora UnB e Instituto Socioambiental – ISA, 2002, pp.140-151.
- ALTER, N. *L'innovation ordinaire*. Paris: PUF, 2000, 278p.
- AMMAN, S. B. Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985, 176p.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986, 238p.
- ARGYRIS, C., SCHÖN, D. A. *Organizational learning: A theory of action perspective*. Reading: Addison-Wesley, 1978, 344p.
- ARNAULD DE SARTRE, X. *Fronts pionniers d'Amazonie*. Les dynamiques paysannes au Brésil. Paris: CNRS, 2006, 222p. (col. Espaces & Milieux)
- ARTICULAÇÃO SEMI-ÁRIDO, BRASIL. *Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: um milhão de cisternas rurais – PIMC*. Recife: ASA/Brasil, 2002, 88p.
- ARTICULAÇÃO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. *Programa especial de fortalecimento e ampliação dos bancos de sementes comunitários da Paraíba*. Campina Grande: 1999, 25p.
- ASPE C., AUCLAIR, L. Le paysan: ressource symbolique recyclée. In: p.351-356.
- AS-PTA. *Agricultores familiares do agreste paraibano*. O caso dos municípios de Solânea e Remígio. Solânea: AS-PTA, 1997, 28p.
- AS-PTA. *Gestão comunitária da biodiversidade no nordeste brasileiro*. Projeto Crocevia-União Européia, nº 274. Relatório final de atividades. Esperança: Aspta, 1999, 38p.
- AUBERTIN, C., PINTON, F. Les paysans: figure emblématique du développement durable? pp.15-29.
- AUCLAIR, L. Introduction. In: AUCLAIR, L. C., ASPE, C., BAUDOT, P. (dir.). *Le retour des paysans? À l'heure du développement durable*. Aix en Provence: IRD-EDISUD, 2006, pp.7-12.

- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas auto geridas. In: *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29 de outubro 2005.
- AZEVEDO, F. A. de. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 145p.
- BAKO-ARIFARI, N., LE MEUR, P-Y. Une anthropologie sociale des dispositifs du développement. In: BARE, J-F. (ed.). *L'évaluation des politiques de développement: approches pluridisciplinaires*. Paris: L'Harmattan, 2001, pp.120-173.
- BARBIER, M., LEMERY, B. "Learning" through processes of change. In: *Agriculture: a methodological framework*. Cow up a tree. Knowing and learning for change in agriculture. Case studies from industrialised countries. Learn group (eds.). Paris: INRA, 2000, pp.381-393.
- BARBOSA, M. D. Programa Banco da Terra – Um estudo de caso no município de Formosa/GO. Projeto de Mestrado, Brasília, UnB – FAV – Programa agronegocios, 2005, 25p.
- BARTHÉLEMY, D. Droits à produire, patrimoine d'entreprise et patrimoine paysan. Les droits à produire, entre valeur et non-valeur. *Revue de Droit Rural*, 270, 1999, pp.98-104.
- BARTHÉLEMY, D., NIEDDU, M. Biens marchands, biens identitaires et multifonctionnalité agricole. Communication au colloque SFER: La multifonctionnalité de l'activité agricole, Paris, 21 et 22 mars, 2002.
- BARTRA, A. A donde irán los excluidos si el sistema que los excluye es global y está en todas partes? In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 2000, 13p.
- BAZABANA, M. 2005 L'entreprise de réciprocité: Éléments de réflexion sur l'entreprise en Afrique. Entre classicisme, réciprocité et responsabilité. Disponível em: <http://afrique.cauris.free.fr>. Acesso em 10/10/2004.
- BEAUREPAIRE, R. de. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Salvador: Livraria Progresso, 1956 [1889].
- BERTHOME, J., MERCOIRET, M. R. *Etats désengagés, paysans engagés*. Paris: FPH/ Cirad, 1997, 189p.
- BIERSCHENK, T., CHAUVEAU, J-P., OLIVIER DE SARDAN, J-P. (orgs.). *Courtiers en développement*. Karthala, Mayence: APAD, 2000, 328p.
- BINDABRAN, P., GRIFFON, M., JANSEN, H. *The Multifunctionality of Agriculture: recognition of agriculture as a public good or position against trade liberalisation*. Unpublished paper, Cirad Ecopol, Nogent sur Marne, 1999, 8p.
- BLAIS, M. *L'échelle des valeurs humaines*. Montréal: Fides, 1980, 216 p.

- BLAIS, M. *L'anatomie d'une société saine. Les valeurs sociales*, Montréal: Fides, 1983, 248p.
- BOILLEAU, J. L. *Conflit et lien social. La rivalité contre la domination*. Paris: La Découverte/Mauss, 1995.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991, 485p.
- BOM KONDE, P. Le traitement de la qualité agroalimentaire et questionnements. Conférence au Cauris, octobre 2003. Disponível em: <http://afrique.cauris.free.fr>. Acesso em 12/12/2004.
- BONAÏUTI, M. *A la conquête des biens relationnels*. Disponível em: http://fr.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9croissance_soutenable. Acesso em 20/09/05.
- BONAÏUTI, M. *La teoria bioeconomica*. La “nuova economia” di Nicholas Georgescu-Roegen. Rome: Carocci, 2001, 53p.
- BOSC, P. M. *A la croisée des pouvoirs. Une organisation paysanne face à la gestion des ressources*. Paris: IRD/Cirad, 2005.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 1980, pp.2-3.
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987.
- BOURDIEU, P. *Raisons pratiques*. Sur la théorie de l'action. Paris: Le seuil, 1994, 248p.
- BRUNET, R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. *L'espace géographique*, (1), 1980.
- BRUNTLAND, G. H. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BUANAIM, A. M. Relatório preliminar de avaliação do projeto de Cédula da terra. Brasília: Unicamp/Nead/MEPF, 1999.
- BURSZTYN, M. *O poder dos donos, planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. In: *Raízes*, v. 22, nº1, 2003, pp.73-80.
- CAILLE, A. *Dé-penser l'économique, contre le fatalisme*. Paris: La découverte, MAUSS, 2005, 310p.
- CAILLE, A. Don et Association. In: *Une seule solution: L'association. La revue du MAUSS*, 11 (1), 1998, pp.75-83.
- CAILLE, A. *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001, 277p.

- CALLON, M. *La science et ses réseaux*. Genèse et circulation des faits scientifiques. Paris: La Découverte, 1989, 214p.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, n° 36, 1986, pp.169-208.
- CALLON, M. Réseaux technico-économiques et irréversibilités. In: BOYER, B., CHAVANCE, B., GODARD, O. (eds.). *Les figures de l'irréversibilité en économie*. Paris: EHESS, 1991, pp.195-232.
- CALLON, M., LASCOUMES, P., BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain*. Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001, 358p.
- CANIELLO, M. et al. *Projeto Unicampo, uma universidade camponesa para o semi-árido brasileiro*. Campina Grande: UFCG-Cirad, 2003, p.16.
- CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.133-154.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.º 8, abril. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CARON, P. *Espace, élevage et dynamique du changement*. Analyse, niveaux d'organisation et action. Le cas du Nordeste semi-aride du Brésil. Thèse de Doctorat en Géographie, Université Paris X – Nanterre, 1998, 396p.
- CARON, P., SABOURIN, E. (coord.). *Paysans du Sertão*. Mutations des agricultures familiales dans le Nordeste du Brésil. Montpellier: Cirad/Embrapa, 2001, 243p. (coll. Repères)
- CARON, P. et al. Development Trajectories and local spaces evolution model in the Northeast Region of Brazil. In: *Association For Farming Systems Research International Symposium*, 15, Pretoria, AFS, AFSR-E, Proceedings, v. 1, 1998, pp.49-67.
- CARVALHO, H. M. de. *O campesinato no século XXI*. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005, 405p.
- CASTEL, O. La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud. Chaire de recherche en développement des collectivités, Série Comparaisons internationales, n°4, Université du Québec en Outaouais, 2003, 21p.
- CASTEL, O. La réciprocité: principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution. In: Colloque L'économie au service de la société. Dakar, PEKEA – Université Cheik Anta Diop & CODESRIA, 1 a 13/12/2006, 13p.
- CEPEDA, V. A., MARQUES, A., SANTO, C. *Processo de evasão de assen-*

- tados* – perfil sócio-econômico das famílias desistentes. VI Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Porto Alegre: UFRGS-ALASRU, v. único, 2002, p.1166-1177.
- CHABAL, M. Echange et réciprocité, in Présentation de Temple & Chabal (1995). La réciprocité et la naissance des valeurs humaine, 1998, 3p. Disponible em <http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>. Acesso em 25/02/1999.
- CHABAL, M. *Les structures élémentaires de réciprocité*. Conférence in Cauris. Disponible em: <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>. Acesso em 20/09/2005.
- CHABAL, M. *Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique*. Conférence in Cauris. Disponible em: <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>. Acesso em 20/05/2006.
- CHAUVEAU J. P. Participation paysanne et populisme bureaucratique. Essai d'histoire et de sociologie de la culture du développement. In: JACOB, J.-P., LAVIGNE DELVILLE, Ph. (eds.). *Les associations paysannes en Afrique*, Apad, Karthala: IUED, 1994, pp.25-60.
- CHAYANOV, A. L'organisation de l'économie paysanne. Paris: Librairie du Regard, 1990, 344p.
- CHIA, E; BARBIER, M. Gestion de la qualité de l'eau: apprentissage collectif et rôle des prescripteurs. *Cahiers Agricultures*, 8, 1999, pp.109-117.
- CHIA, E., DEDIEU, B. Nouveaux dispositifs de RD en agriculture: le programme franco-argentin IDEAS. In: *Cahiers Agricultures*, 11, 2002, pp.259-267.
- COHEN, M., DUQUE, G. Les deux visages du Sertão. Stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste, Brésil). Paris: IRD, 2001, 388p. (coll "A travers champs")
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: *American Journal of Sociology*, v.94, Supplément, 1988, pp.95-120.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts/ London, England: Belknap Harvard, 1994.
- COMPAGNON, D. La conservation de la biodiversité, improbable bien public mondial. In: Colloque *Biens publics mondiaux*. Paris: AFSP/Section Etudes Internationales, 2001.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2004.
- COUDEL, E., SABOURIN, E. Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil: l'Université Paysanne. Montpellier: Cirad/Inra, actes du projet Accolade, 2005, 35p.
- COUDEL, E., SABOURIN, E., TONNEAU, J. P. Vers la construction d'une

- Université Paysanne au Brésil: dynamiques et apprentissages d'une première expérience. In: HUBERT, B., TURCKEIM, C. (eds.). *Aide à la décision*. Versailles: Quae-Inra, 2008 (no prelo).
- COUDEL, E., TONNEAU, J. P., REY, H. Quelles compétences et quels apprentissages pour faciliter l'insertion des acteurs locaux dans les dispositifs de gouvernance territoriale: L'exemple d'une recherche-accompagnement d'une université paysanne au Brésil. In: *Colloque ERSA*, European Regional Science Association, 29-31 août 2007, Paris, 15p.
- COURCIER, R. *O projeto Pintadas: uma experiência de pesquisa-desenvolvimento no sertão baiano*. Recife: Sudene/Fundaj/Massangana, 1993, 132 p.
- CROZIER, M., FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Le Seuil, 1977, 493p.
- CUERT MULLER, C. *Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. Projeto Aridas, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Brasília, 1994, 154p.
- CUNHA, P. R. da (org.). *O camponês e a história*. A construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolfo Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004, 295p. (série "Memoria & historia")
- DARRÉ, J. P. La production de connaissances dans les groupes locaux des agriculteurs, *Agriscopes*, 7, 1986a, pp. 24-35.
- DARRÉ, J. P. Comment les façons de faire et de penser se transforment: l'étude des réseaux de dialogue, *Agriscopes*, 7, 1986b, pp.143-151.
- DARRÉ, J. P. *L'invention des pratiques dans l'agriculture. Vulgarisation et production locale de connaissance*. Paris: Karthala/CNRS, 1996, 200p.
- DARRÉ, J. P. (dir.). Pairs et experts dans l'agriculture, dialogue et production de connaissance pour l'action. In: *Technologies, idéologies, pratiques*. Aix en Provence: TIP, 1994, 227p.
- DEFFONTAINES, J. P. *Les sentiers d'un géo-agronome*. Paris: Arguments, 1998.
- DELGADO, C. G. et al. Relatório de avaliação do Programa de Aquisição Antecipada de Alimentos (PAA) in *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, nº0, v.0, 2007, pp.18-39.
- DEMO, P. *Politicidade – Razão humana*. Papirus: Campinas, 2002a.
- DEMO, P. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002b.
- DEMO, P. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- DEMO, P. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitistas. In: *Revista Sociedade & Estado*, v. 20, nº. 2, mai./ago. 2005, Brasília: UnB, 2005. pp.451-476.

- DESCOLA, P. *La nature domestique: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuars*. Paris, MSH: Fond. Singer Polignac, 1986, 450p.
- DINIZ, P. C. O. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Campina Grande, UFPB-CH-PPG S, 2002, 112p.
- DOUGLAS, M. *Comment pensent les institutions*. Paris: la Découverte Poche, 2004, 220p.
- DUQUE, G., CIRNE, M. N. R. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In: ZANONI & LAMARCHE. *Agriculture et ruralité au Brésil: un autre modèle de développement*. Paris: Karthala, 2001, pp.129-144.
- , SIDERSKY, P., OLIVEIRA, M. S. L. *Fundos rotativos e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: Potencial e limites do resgate das tradições de solidariedade*. Aracaju: SBSP, outubro 2004. (no prelo)
- , DINIZ, P. C. O. *Intervenção da sociedade civil organizada com e para a agricultura familiar no Nordeste semi-árido: Experiência da articulação do semi-árido*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas: Unicamp, setembro 2003.
- ; OLIVEIRA, M. S. L. *A contribuição dos fundos rotativos solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido*. Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, agosto 2003.
- DURAN, P. *Penser l'action publique*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1999, 199p. (Coll. "Droit et Société")
- DUROUSSET, E. *A qui profitent les actions de développement*. La parole confisquée des petits paysans (Nordeste, Brésil). Paris: l'Harmattan, 2001. 177p. (coll. Amériques Latines, série Brésil)
- ; COHEN, M. Exclusion sociale et gestion des ressources hydriques: le double défi des politiques de développement dans la zone semi-aride du Brésil. *Nature Science et Société*, v.8 (2), 2000, pp.17-30.
- DURSTON, J. Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn't exist) Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala. In: *Latin American Studies Association (LASA)*. Chicago: The Palmer House Hilton, september 24-26, 1998.
- ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie*. Paris: l'Aube/Agora Pocket, 2004 [1970], 222p.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L. *Logiques de l'exclusion*. Paris: Fayard, 1997 [1965].
- ELLIS, F. *Peasant Economics. Farm households and agrarian development*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1988, 309p.

- ELLIS, F. “The determinants of rural livelihood diversification in developing countries”, *Journal of Agricultural Economics*, 51 (2), 2000, pp.289-302.
- EME, B., LAVILLE, J. L. Economie plurielle, économie solidaire. In: *Revue du Mauss*, n° 7, 1º semestre 1996 (1996a).
- EME, B. et al (dir.). *Société civile, Etat et Economie Plurielle*. Montreal: CRISES, Paris: CRIDA-LSCI, 1996b, 325p.
- EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy, *World Development*, v. 24 (6), 1996, pp.1119-1132.
- FAO. Issues paper: The Multifunctional Character of Agriculture and Land (by GRIFFON, M. et al.) *FAO/Netherlands Conference on the Multifunctional Character of Agriculture and Land*, 1999.
- FAO/Incra. *Perfil da agricultura brasileira* (dados do censo agropecuário do IB/1985). Brasília: Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, Convênio Incra-FAO, 1996, 17p.
- FAO/Incra. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto UTF/BRA, 036, 2000.
- FAVEREAU, O., THÉVENOT, L. Réflexions sur une notion d'équilibre utilisable dans une économie de marchés et d'organisations. Paris: Ermes/Ehess, 1991.
- FAVEREAU, O. Règle, organisation et apprentissage collectif: un paradigme non standard pour trois théories hétérodoxes. In: ORLÉAN, A. (dir.). *Analyse Economique des Conventions*. Paris: PUF, 1994, pp.115-137.
- FICHTER, J. H. *Sociologia*. São Paulo: Herder, 1967.
- FINE, B. The development state is dead – long live social capital? *Development & Change*, v. 30, 1999, pp.1-30.
- FLICHY, P. *L'innovation technique*. Récents développements en sciences sociales. Vers une nouvelle théorie de l'innovation. Paris: la Découverte, 1995, 251p.
- FLORENTINO, G. L. et al. As organizações profissionais agrícolas e a gestão dos recursos naturais: aprendizagens sociais e construção social de uma governabilidade. In: FONTAINE, G., VLIET, G. V., PASQUIS, R. (coord.) *Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina*. Quito: Flacso, Cirad, 2007, pp.303-324.
- FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1975].
- FREIRE, P. Educação e conscientização: extencionismo rural. Cuernavaca, México: CIDOC, Cuaderno 25, 1968, 320p.
- FREIRE, P. *Alfabetização e conscientização*. Porto Alegre: Emma, 1963.

- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989 [1936], 587p.
- GARCEZ, A. N. *Fundo de pasto*. Um projeto de vida sertanejo. Salvador: Interba, CAR, Seplan, 1987, 107p.
- GARCIA JUNIOR, A. *O Sul: caminho do roçado*. Brasília: Marco zero, Unb, CNPq, MCT, 1990, 285p.
- GESLIN, P. Les formes sociales d'appropriations des objets techniques ou le paradigme anthropotechnologique". In: *Ethnographiques.org* [en ligne], n° 1, 2002.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *La décroissance, entropie, écologie, économie*. Trad. J. Grinevald et I. Rens. Paris: Le Sang de la Terre, 1995.
- GODBOUT, J. *Le don, la dette et l'identité*. Paris: La Découverte/MAUSS, 2000, 190p.
- GODBOUT, J. De la continuité du don. *La Revue du MAUSS*, 23 (1), 2004, pp.224-241.
- GODOI, E. P., MENEZES, M. A., ACEVEDO, M. R. (org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Nead, v. 02. 385 p. (no prelo). São Paulo: Unesp, 2008. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil, tomo IV)
- GONDARD, P. L'innovation agraire en PVD: concept et méthodes d'observation. In: *L'innovation en milieu rural*. Montpellier: Orstom, 1991, pp.5-11.
- GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity, *American Sociological Review*, (25-2), 1960, pp.161-178.
- GUERRA, P. B. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981, 261p.
- GUINGANÉ, J. P. Le marche africain comme espace de socialisation: Conférence de l'association Cauris, 2001. Disponível em: <http://afrique.cauris.free.fr/>. Acesso em 12/12/2004.
- HARDIN, G. The tragedy of the Commons. *Science*, 162, 1968, pp.1243-1248.
- HATCHUEL, A. Apprentissages collectifs et activités de conception. *Revue Française de gestion*, Juin-aout 1994, pp.109-120.
- HATCHUEL, A. Quel horizon pour les sciences de gestion? Vers une théorie de l'action collective. In: DAVID, A., HATCHUEL, A., LAUFER, R. *Les nouvelles fondations des sciences de gestion*. Paris: Vuibert FNEGE, 2000, pp.7-43.
- HAUBERT, M. De la tradition communautaires à la modernité coopérative: évolution, greffage ou récupération? In: *Tiers Monde*, v.22 (88), 1981, pp.789-808.
- HAUBERT, M. Les mouvements paysans et le développement à la base. In:

- HAUBERT, M. (dir.). *L'avenir des paysans*. Les mutations des agricultures familiales dans les pays du Sud. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- HEREDIA, B., LEITE, S., MEDEIROS, L. (coord.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural. São Paulo: Unesp, 2004.
- HIGA, T. C. de S. Políticas regionais: produção do espaço e alterações de unidades na Amazônia Mato-grossense. In: *Revista de Geografia Mato-grossense*, nº 5-6, 2001, pp.61-78.
- HOCDE, H. *No quiero plata, quiero conocimientos, no equivocarse de planteamiento!* IICA-PRIAG, série estratégica, documento 22, San José, Costa Rica, 1997, 55p.
- HOCDE, H. A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central. *Série metodologias participativas*, 2. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999, 36p.
- HUBERT, B. *Agriculture familiale au Brésil: initiatives locales et appui institutionnel*. Rapport de mission. Montpellier: CIRAD-SAR, INRA-SAD, 1997, 8p.
- IBASE. Avaliação dos programas de geração de emprego e renda. In: *Democracia Viva*, nov. 1999. (edição especial)
- IBGE. *Censo Agropecuário, 1985*. Fundação IBGE, 1986.
- IBGE. *Censo Agropecuário, 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- INCRA. *Novo mundo rural*. Projeto de reformulação da reforma agrária. Brasília: Incra, 1999, 28p.
- KILCHER, F. *Marchés hebdomadaires et agricultures familiales*. Quelle complémentarité. Mémoire ESAT 1. Montpellier: CNEARC, 2004, 136p.
- LAFORGA, G. *Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentado desafios*. In: XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro 2005.
- LAMARCHE, H. (coord.). *L'agriculture familiale: une réalité polymorphe*, t.1. Paris: l'Harmattan, 1992, 304p.
- LANNA, M. P. D. A dívida divina. Troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995, 249p.
- LAVILLE, J.-L. (dir.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000, 343p.
- LAVILLE, J.-L. Economia solidária, a perspectiva européia. In: *Sociedade e Estado*, nº16, v.1-2, Brasília, 2002, pp.57-99.

- LAVILLE, J.-L. Démocratie et économie: éléments pour une approche sociologique. In: *Revue Hermès*, n°36, 2003a.
- LAVILLE, J.-L. Avec Mauss et Polanyi vers une théorie de l'économie plurielle. In: *Revue du Mauss*, n°21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), 2003b, pp.237-249.
- LAVILLE, J.-L., NYSSSENS, M. Empresas sociais: rumo a uma abordagem teórica. In: MARTINS, P. H., FERREIRA NUNES, B. A nova ordem social, perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp.122-135.
- LATOUCHE, S. *Survivre au développement*. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative. Paris: Mille et une nuits, 2004.
- LATOUCHE, S. *La mégamachine*: raison technoscientifique, raison économique et mythe du progrès. Paris: Mauss Découverte, 2005, 204p.
- LAUTIER, B. Le revenu de citoyenneté au Brésil – Utopie, modèle, pari ou ballon de baudruche? In: *Colloque Régulation sociale et développement*. Spécificités et enseignements du cas brésilien. 27-28/09/2004, Paris, Iheal, Iris, Credep, Prolam-Usp, 2004, 17p.
- LAZZARETTI, M. A. *Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária*. Cascavel: EduUnioeste, 2003, 150p.
- LAZZARETTI, M. A. *As ações coletivas nos assentamentos do MST: relações de poder e subjetividade*. Tese de Sociologia, Campina Grande (Brasil), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2007, 375p.
- LE VELLY, R. *Le commerce équitable: des échanges marchands contre et dans le marché*. I Congrès de l'Association Française de Sociologie, Villetaneuse, 24-27/02/2004.
- LEITE, S., MEDEIROS, L. Marchas e contra marchas na política agrária. In: *Política agrária e assentamentos*. Brasília: NEAD-MDA, 2003.
- LENA, P. Trajectoires sociales, mobilité spatiale et accumulation paysanne en Amazonie brésilienne: un exemple en Rondônia. *Cahiers des Sciences Humaines*, 28 (2), 1992, pp.209-234.
- LENA, P., GEFFRAY, C., ARAUJO, R. (dir.). L'oppression paternaliste au Brésil. In: *Lusotopie 1996*. Paris: Karthala/CEAN, 1996, pp.105-354.
- LEVI-STRAUSS, C. *Les structures élémentaires de la parenté* (chap. XXVII. Les cycles de la réciprocité). Mouton: La Haye, 1967 [1949].
- LEVI-STRAUSS, C. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1977 [1950], 482p.
- LINDENPERG, G. Les acteurs de la formation professionnelle: pour une nouvelle donne. *Rapport au Premier Ministre*. Paris, 1999, 135p

- LIVET, P., THÉVENOT, L. Les catégories de l'action collective. In: ORLÉAN, A. (dir.). *Analyse économique des conventions*. Paris: PUF, 1994, pp.139-167.
- MAGALHÃES, R. S., ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de micro-finanças no sertão da Bahia. In: *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29/10/2005, GT 23.
- MAGALHÃES, R. S. *Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no Sertão da Bahia*. São Paulo, USP Procam, Dissertação de mestrado, 2005, 150p.
- MARGARIDO, A. Réciprocité paysanne au Brésil. *Annales* (6), 1974, pp.1338-1345.
- MARINOZZI, G., MENU H. *Análise diagnóstico dos sistemas de produção irrigados no município de Petrolina-PE*. Acordo FAO-Incra, Brasília, Projeto UTF/BRA/036, 1998.
- MARTINE, G. Social development and liberalism: Relevant issues for the Brazilian semiarid region. In: *Impacts of climatic variations and sustainable development in semi-arid regions*, ICID, jan. 1992, Fortaleza, Brasil, 10 p.
- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003a, 240p.
- MARTINS, J. de S. *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b, 294p.
- MARTINS, J. de S. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1.176.
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981, 186p.
- MATOS, A. G. Organizações sociais e economia solidária. In: SABOURIN, E. (ed.) *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*. Cadernos do CEAM, nº23. Brasília: UnB, 2006.
- MAUSS, M. Essai sur le Don. In: *Sociologie et Antropologie*. 7ªed. Paris: PUF, 1950 [1924]. (collec. Quadrige)
- MEDAETS, J. P., MEDEIROS, J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In: *XLII Congresso da SOBER*, 2004
- MEDEIROS, L. S. de, LEITE, S. (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 279p.
- MELLO, P. F. *Evasão e rotatividade em assentamentos rurais do Rio Grande*

- do Sul*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Marseille: Actes Sud, 1979.
- MENDRAS, H. *Les sociétés paysannes. Éléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris: Armand Colin, 1976, 281p.
- MENDRAS, H. L'invention de la paysannerie. In: *Revue Française de Sociologie*, 41-3, 2000, pp.539-552.
- MERCOIRET, M. R. *Rapport de mission sur le Projet Unicampo*: Université Paysanne au Brésil, juillet 2004, Montpellier: Cirad Tera, 25 p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. MDA – Brasília, Brasil, 2005a.
- . *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável*. MDA – Brasília, Brasil, 2005b.
- . Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Referências para um desenvolvimento territorial sustentável*, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p.
- . Secretaria de Reforma Agrária. *Avaliação preliminar do projeto Cédula da Terra*, Brasília, 2002, 142p.
- . Secretaria de Reordenamento Agrário. *Diagnóstico dos projetos de crédito fundiário e combate a pobreza rural*, Brasília, MDA-SRA, USP-Esalq, 2003, 127p
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004, Brasília, MDS SENARC, 2004.
- MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA. *1º Censo da reforma agrária do Brasil*. Brasília, 2000.
- MOREIRA, E. Por um Pedaco de chão. Agreste/Brejo – Borborema e Sertão. V. II. João Pessoa: Universitária, 1998.
- MOREIRA, E., TARGINO, I., MENEZES, M. A. *Land reform and social transformations of family farming: the case of sugar cane area in the Northeast of Brazil*. IRSA, X Congress, Trondheim Norvege, WG 18, 2004.
- MORMONT, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 236, 1996, pp.28-36.
- MORMONT, M. Scientific communication and sustainable rural development. In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 août 2000.
- MOTTA M., ZARTH, P. (org.) Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e

- resistências nos brasis. *Nead*, v1, São Paulo, Unesp, 2008, 352p. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil, tomo II)
- NARAYAN, D., PRITCHETT, L. Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania. In: *Economic Development and Cultural Change*, 47 (4), 1999, p.871.
- NETO GRAZIANO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, pp.238-254.
- NEVES, D. P., MORAES SILVA, M. A. (orgs.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Formas tuteladas de condição camponesa. *Nead*, v1, São Paulo, Unesp, 2008, 280p. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil, Tomo I)
- NICOLAS, G. *Du don rituel au sacrifice suprême*. Paris: La découverte/Mauss, 1996, 172p.
- NORTH, D. C. Marchés et systèmes économiques alternatifs dans l'histoire: le défi de Karl Polanyi. *La Revue du Mauss*, 2^o sem., 1977, pp.51-64.
- NORTH, D. C. Transaction costs, institutions and economic history. *Journal of institutional and theoretical history*, 140, 1, 1984, pp.7-17.
- NOVAES, R. R. *Nordeste, Estado e sindicalismo*. O PAPP em questão. Rio de Janeiro: CEDI, 1994, 102p.
- NOYA, E. de C. Création et diffusion d'innovations pour les paysans brésiliens: exemples dans les états de Minas Gerais et Pernambuco. Paris, IEDES, Université Paris I/ Panthéon Sorbonne, thèse de doctorat en sociologie, 1999, 341p.
- NYGREN, A. Local knowledge in the Environment – Development Discourse. From dichotomies to situated knowledge. *Critique of Anthropology*, 19 (3), 1999, pp.267-288
- OLIVEIRA, M. S. L. & Duque, G. *Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano*. XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004, 20p.
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Anthropologie et Développement*. Essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Apad-Karthala, 1995, 218p.
- OLSON, M. *Logique de l'action collective*. Paris: PUF, 1978 [1966], 199p.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, E. *Crafting Institutions for self-governing irrigation systems*. San Francisco: ICS, Institute for Contemporary Studies, 1992, 228p.
- OSTROM, E. Constituting social capital and collective action. In: *Journal of Theoretical politics*, 6 (4), 1994, pp.527-562.

- OSTROM, E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action. *American Political Science Review*, 92, 1998, pp.1-22.
- OSTROM, V., OSTROM, E. Public goods and public choices. In: SAVAS, E. S. (ed.). *Alternatives for delivering public service: toward improved performance*. Boulder: Westview Press, 1978, pp.7-49.
- PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2004.
- PETERSEN, P. Agroecologia em rede: fonte de inspirações para a inovação local. In: *Agriculturas, experiências em agroecologia*, v. 3, nº 2, pp.30-33, julho de 2006
- PLOEG, J. D. Van der. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization*. London: Sterling, Earthscan, 2008, 356p.
- PLOEG, J. D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade a agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, pp.13-54.
- PLOEG, J. D. Van der. *The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Royal Van Gorcum, 2003.
- PLOEG, J. D. Van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4), pp.391-407, 2000.
- PNUD 2000. Sustainable livelihoods concept paper, UNDP. Disponível em: http://www.undp.org/sl/Documents/strategy_papers/concept_of_SL.htm. Acesso em 30/04/05.
- POLANYI, K. *El sustento del hombre*, Barcelona: Mondadori, 1994.
- POLANYI, K., ARENSBERG, C. Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie. Paris: Librairie Larousse, 1975 [1957].
- POLANYI, K. *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983 [1944], 420p.
- PORTES, A. Social capital ; Its Origins and Applications in Modern Sociology. In: *Annual Reviews of Sociology*, v. 24, 1998, pp.1-24.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do camponato: o caso do MST. In: *Revista OSAL Observatório Social de América Latina*, v. 16, pp.23-34, Buenos Aires, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942, 390p. (capítulos “Grande lavoura” e “Agricultura de subsistência”, pp.130-167)
- PRADO JUNIOR, C. A questão agrária no Brasil. In: *Revista Brasiliense*, nº 28, 1960.

- PUTNAM, R. D. The Prosperous Community. *The American Prospect*, v. 4 (13), March 1993, 21.
- PUTNAM, R. D., LEONARDI, R., NANETTI, R. Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993, 328p.
- RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Marché, organisations, “équilibrage de règles”: proposition pour une méthodologie d’approche des agro-industries rurales dans les pays en voie de développement. In: MUCHNIK & LOPEZ (eds.). *Petites entreprises et Grands Enjeux, le développement agroalimentaire local*. Paris: L’Harmattan, 1997, pp.149-160.
- ROCHA, F. C. et al. Mapeamento das relações interpessoais em três assentamentos de reforma agrária de Unai-MG, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 20 (2), 2003, pp.305-323.
- ROGER, E. M., KINCAID, D. L. *Communication networks*. Toward a new paradigm for research. New York: The Free Press, 1981, 386p.
- RÖLING, N. R., Engel, P. G. H. The development of the concept of agricultural knowledge and information system: implications for extension. In: RIVERA & GUSTAFSON (eds.). *Agricultural extension: worldwide institutional evolution & forces of change*. Amsterdam: Elsevier, 1992, 125-137.
- RÖLING, N. R. Towards an Interactive Agricultural Science. *European Journal of Agricultural Education and Extension*, 2 (24), 1996, pp.35-48.
- RÖLING, N. R. The emergence of knowledge systems thinking: a changing perception of relationships among innovation, knowledge process and configuration. *Knowledge and policy: The International Journal of Knowledge Transfer and Utilization*, Spring. v.1, 1992, pp.42-64,
- ROUSTANG, G. *Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l’économie solidaire*. In: 3^{ème} Rencontres du Réseau Interuniversitaire d’Economie sociale et solidaire Toulouse Le Mirail, 5/03/2003, 10p
- SABLAYROLLE, P. *Politiques agraires et stabilisation de l’agriculture sur les fronts pionniers*. Le cas de la région Transamazonienne (Altamira-PA, Brésil). Doctorat Agriculture comparée et développement agricole, UER Agriculture Comparée et Développement Agricole, Paris, INAPG, 2004, 400p. (INAP006)
- SABOURIN, E., CARON, P., SILVA, P. C. G. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement*, 42, 1995, pp.5-27.

- SABOURIN, E., CARON, P., SILVA, P. C. G. Estudo das trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias. In: *Ateliers de Caravelle*, n° 7, CNRS/IPEAL, sept. 1996, pp.53-72.
- SABOURIN, E., CARON, P., SILVA, P. C. G. Organisation des producteurs e planification municipale: trois expériences au Nordeste du Brésil. In: HAUBERT, M. (dir.). *Les paysans, le marché et l'Etat, sociétés paysannes et développement*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997, pp.321-345.
- SABOURIN, E., TONNEAU, J. P., CARON, P. Seu Néné, leader paysan à Massaroca: une trajectoire Nordestine. *Cahiers de l'APAD* (Association Euro-Africaine pour l'Anthropologie du Changement Social et du Développement), n°11, 1997, pp.102-107.
- SABOURIN, E., TONNEAU, J. P. 1998. Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques: le cas des communautés paysannes de Massaroca (Bahia-Brésil) In: *Lusotopie*,6, 1998, pp.63-89.
- SABOURIN, E. et al. Coordination between producers and collective decision making in Brazilian Northeast public irrigation areas. In: Association For Farming Systems Research International Symposium, 15, Pretoria, Afrique du Sud, AFSRE: *Proceedings*, v. 1. 1998, pp.542-549.
- SABOURIN, E. Family farming sustainability and regional economic integration in Brazil: between debate and reality. In: DRAGUN, A. K. & TISDELL, C. (dir.). *Sustainable agriculture and environment: Globalization and trade liberalisation*. Cheltenham: Edward Elgar Editor, 1999, pp.229-245.
- SABOURIN, E. Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture multifunctionality. In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-4 /08/2000 (2000a), 15p.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. In: *Raízes*, 20, 2000b, pp.41-49.
- SABOURIN, E. Changements sociaux, organisation des producteurs et intervention externe. In: CARON & SABOURIN (coord.). *Paysans du Sertão*. Montpellier: Cirad, 2001a, pp.107-134.
- SABOURIN, E. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil). *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37, 2001b, pp.101-112.
- SABOURIN, E., CARON, P., SILVA, P. C. G. da: 2001. O manejo dos “fundos de pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. In: *Raízes*, 20, 2001, pp.90-102.
- SABOURIN, E. Concepts, stratégies, acteurs et spécificité du cas brésilien. In: SABOURIN & TEIXEIRA (eds.). *Planification du développement territorial au Brésil*. Montpellier: Cirad, Ufpb, 2002, pp.9-16.

- SABOURIN, E. et al. Gestion technique vs gestion sociale de l'eau dans les systèmes d'agriculture familiale du Sertão brésilien. In: *Sècheresse*; 13 (4), 2002a, pp.274-83.
- SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. (ed.). *Planification du développement territorial au Brésil*. Actes du Séminaire, 28-30 septembre 1999, Campina Grande, Brasil, Cirad, Ufpb, Montpellier, France, Colloques, 2002b, 116p
- SABOURIN, E., TYUIENON, R., DJAMA, M. Dynamique des marchés de proximité en Province Nord de Nouvelle Calédonie. Pouembout: IAC-SRDL, 2002c, 60p.
- SABOURIN E., DJAMA, M. Pratiques paysannes de la multifonctionnalité: Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274, 2003, pp.120-133.
- SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v.7, 2004, pp.75-104.
- SABOURIN, E., COUDEL, E. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: *The commons in a age of global transition: challenges, risks and opportunities*. Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.
- SABOURIN, E., CARON, P. TONNEAU, J. P. Dynamiques territoriales et trajectoires de développement local: retour d'expérience dans le Nordeste Brésilien. In: *Cahiers Agricultures*, 13, v 6, 2004a, pp.539-545.
- SABOURIN, E., SILVEIRA, L., SIDERSKY, P. Production d'innovation en partenariat et agriculteurs expérimentateurs au Nordeste du Brésil. In: *Cahiers Agricultures*, 13, 2004b, pp.203-10.
- SABOURIN, E., SIDERSKY, P., SILVEIRA, L. Farmer experimentation in north-east Brazil: The story of a partnership between smallholders' organisations and an NGO seeking to enhance agricultural innovation in the *Agrete* region of Paraíba State. In: *Advancing Participatory Technology Development*, ACP-EU, CTA, La Haye, 2004c, pp.191-207.
- SABOURIN, E. Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective. In: SABOURIN & ANTONA (dir.). *Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective*. Paris: CIRAD et Bibliothèque du MAUSS, 2005a, pp.3-39.
- SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, SBS, 1-3 jun. 2005 (2005b).
- SABOURIN, E. et al. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1), 2005, pp.111-116.

- SABOURIN, E. Consequências metodológicas e epistemológicas do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.13, nº2, 2006a, pp.161-189.
- SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006b, pp.108-132. (série Estudos Rurais)
- SABOURIN, E. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar do território do Portal da Amazônia – MT. Projeto Diálogos. Brasília: Cirad, UnB, ICV, 2006c, 40p.
- SABOURIN, E. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido. In: SABOURIN, E. (org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. *Cadernos do CEAM*, 23. Brasília: UnB, 2006d, pp.51-93.
- SABOURIN, E. et al. Production d'innovations et interactions agronomes/agriculteurs dans l'Agreste de la Paraíba, Brésil. In: Agronomes et Innovation, *Cahiers de l'Académie d'Agriculture*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- SABOURIN, E. L'entraide agricole, entre échange et réciprocité. In: *Revue du Mauss Semestrielle*, nº30, nov. 07, 2007a, pp.198-217.
- SABOURIN, E. Les débats de politique agricole et de développement rural dans le Brésil de Lula. In: *Lusotopie*, nº XIV-2, 2007b, pp.61-85.
- SABOURIN, E.; RODRIGUES, J. A. Relatório do estudo “Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar no território do Portal da Amazônia (MT, Brasil)”, Brasília, Projeto Diálogos, 2007, 43p.
- SABOURIN, E., TYUIENON, R. Produits, monnaie et bingo: les marchés ruraux en Nouvelle Calédonie, entre échange et réciprocité. *Revue du Mauss Semestrielle*, nº 29, 2007, pp.31-158.
- SABOURIN, E. *Agrarian reform in Brazil: a series of missed appointments between social movements and state policies*. In: XII World Congress of Rural Sociology, Goyang, Korea – July 6th–11th, WG 23, 2008a.
- SABOURIN, E. Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil. In: Groupe Polanyi (ed.). *La multifonctionnalité de l'agriculture: une dialectique du marché et de l'identité*. Versailles: Quae Editions, 2008b.
- SACHS, I. Environnement et styles de développement. *Annales – Économies, Sociétés, Civilisations*, (3), mai-juin 1974, pp.553-570.
- SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Ouvrières & Économie et Humanisme, 1980.
- SAHLINS, M. *Age de Pierre, age d'abondance: L'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976 [1972], 409p.
- SANTANA, A. R., OLIVEIRA, S. J., CARON, P. O zoneamento por entrevistas

- de pessoas-chaves: proposta metodológica para subsidiar o planejamento municipal. In: XXXII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília. *Actes*. 1994, pp.713-715.
- SANTOS, R. N. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (org.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SCHNEIDER S., SILVA, M. K., MORUZZI, M. P. E. *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 252p.
- SCHNEIDER, S. *Mudanças no emprego e nas formas de ocupação no meio rural brasileiro: análise comparativa da dinâmica ocupacional da agricultura familiar nas regiões Sul e Nordeste do Brasil*. In: Iº Encontro da Rede Rural, Niterói, UFF, julho 2006.
- SCHULLER, T., BARON, S., FIELD, J. *Social capital. A review and critique in Baron, Field & Shuller. Social Capital. Critical Perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp.1-38.
- SCHUMPETER, J. A. *La théorie de l'évolution économique*. Paris: Dalloz, 1935, 586p.
- SCOTT, J. C. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.
- SCOTT, J. C. Everyday forms of peasant resistance. *Journal of Peasant Studies*, vol.13, no.2, 1986.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003.
- SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Subsecretaria de Comunicação Institucional. *Boletim em questão especial nº 13*. Brasília, 10 de outubro de 2005.
- SEN, A. *Un nouveau modèle économique: développement justice liberté*. Paris: O Jacob, 1999, 350p.
- SERVET, J. M. Economie solidaire. In: *Dictionnaire des institutions économiques contemporaines*. Disponível em: www.univ-tlse2.fr/cerises/download/redirec.php?id=115. Acesso em: 27/05/2005.
- SERVET, J. M. *Banquiers aux pieds nus: la microfinance*. Paris: Odile Jacob, 2006, 511p.
- SIDERSKY, P., SILVEIRA, L. 2000. Experimentar com os agricultores. A experiência da AS-PTA na Paraíba. In: *Metodologias de experimentação com os agricultores*, Brasília: Embrapa, G Filho, 2000, pp.33-58 (série Agricultura Familiar 5)
- SIDERSKY, P., SABOURIN, E., TONNEAU, J. P. *How do community social*

- dynamics and different social actors relate to social & technical innovations in Semi-arid Brazil?* In: XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norvège, 25-30 juillet 2004, 15p.
- SIDERSKY, P. Reproductibilité de l'agriculture familiale dans l'Agreste de l'État de Paraíba, Brésil: Dynamiques sociales, organisations locales, innovations techniques et sociales. **Rapport préliminaire – Thèse de doctorat**, University of Wageningen, Rural Communication and extension, en cours, 2006.
- SILVA, J. G. da (org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SILVA, J. F. G., VERENA, S. (orgs.). *A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov e Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 185p.
- SILVA, J. F. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192p.
- SILVA, J. F. G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999, 151p.
- SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, pp.137-143.
- SILVA, J. G. da. *Reforma agrária hoje, uma agenda estratégica para a reforma agrária*. In: Seminário Desenvolvimento e questão agrária no Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 28/06/2007.
- SILVA, J. G. da, DEL GROSSI, M. *Estimativas das famílias sem terra no Brasil: priorizando o combate à pobreza e ao desemprego*. Relatório final. Campinas, outubro, 2000.
- SILVA, P. C. G. et al. Contribution à la planification du développement sans objectif final: proposition pour la région Nordeste-Brésil. In: Symposium Recherches-Système en Agriculture et Développement Rural. *Actes*, AFSR/E, Montpellier 21/27 nov. 1994, pp.199-205.
- SILVEIRA, D. S. da. *Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural*. Porto Alegre: UFRGS-IFCH, 2006.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002, 127p.
- STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994, 225p.
- SUPLICY, M. E. *Renda de cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez, 2002.

- TEMPLE, D. *La dialectique du don*. Essai sur l'économie des communautés indigènes. Paris: Diffusion Inti, 1983, 50p.
- TEMPLE, D. Le quiproquo historique, *Golias*, n° 31, automne 1992.
- TEMPLE, D. L'économie humaine. In: *La revue du MAUSS*, n°10 (1), 1997, pp.103-109.
- TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la réciprocité. In: *Revue du MAUSS*, n° 12 (2), 1998, pp.234-242,
- TEMPLE, D. El mercado de reciprocidad positiva. In: *Teoria de la reciprocidad*. Tomo II: La economía de reciprocidad. La Paz: PADEP-GTZ, 2003a, pp.376-392.
- TEMPLE, D. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire. Disponible em: <http://afrique.cauris.free.fr/>. Acesso em 20/06/2003. (2003b)
- TEMPLE, D. *Teoría de la Reciprocidad*. Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. La Paz: PADEP/ GTZ, 2003 c, 240p.
- TEMPLE, D. *Séminaire sur la réciprocité*. Disponible em: <http://dominique.temple.chez.alice.fr/>. Acesso em 05/05/2004. (2004a)
- Temple D. *Réciprocité et valeur*. Disponible em: <http://dominique.temple.chez.alice.fr/valeuraymara.html>. Acesso em 06/10/2004. (2004b)
- TEMPLE, D., CHABAL, M. *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris: L'Harmattan, 1995, 263p.
- THÉRY, H. *Pouvoir et territoire au Brésil*. De l'archipel au continent. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1995 232 p.
- TODOROV, T. *La conquête de l'Amérique*. La question de l'autre. Paris: Seuil, 1982, 328p.
- TONNEAU, J. P. Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil. Université Paris X, Nanterre, thèse de doctorat de Géographie, 1994, 297p.
- TONNEAU, J. P., Clouet, Y., Caron, P. L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales. *Nature, Sciences et Sociétés*, 5 (3), 1997, pp.39-49.
- TONNEAU, J. P. et al. Modélisation des flux de biomasse: une approche de la fertilité dans l'Agreste de la Paraíba. In: *Cahiers Agricultures*, 11, 2002, pp.127-136.
- TONNEAU, J. P., SABOURIN, E. *Université Paysanne au Brésil*. Evaluation du I cycle du projet Unicampo. Montpellier: Cirad Tera, n° 04/2004, 60p.
- TONNEAU, J. P., SABOURIN, E. (org.) *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, 327p. (série Estudos Rurais)
- TONNEAU, J. P., TEIXEIRA, O., AQUINO, F. R. Modernisation de l'agricul-

- ture familiale et exclusion sociale: le dilemme des politiques publiques. *Cahiers Agricultures*, 14 (1), 2005, pp.11-18.
- TONNEAU, J. P. et al. Projeto UniCampo – Uma experiência de extensão no Cariri paraibano. In: *2 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, Belo Horizonte. [Re]conhecer diferenças, construir resultados, 2004.
- TONNEAU, J. P., Silva, P. C. G. da. Massoraca: aprendizagem coletiva e desenvolvimento da Agricultura Familiar no sertão da Bahia. *Raízes*, v. 22, nº1, 2003, pp.88-98.
- TONNIES, F. *Communauté et société*. Paris: PUF, 1944.
- VEIGA, I. *Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux en question*. INP-ENSAT-ENFA, Université Toulouse le Mirail, Toulouse. Thèse de doctorat en Etudes Rurales (Sociologie), 1999, 350p.
- VEIGA, I., ALBALADEJO, C. Representação dos conhecimentos agrícolas locais em duas localidades da região de Marabá, In: *Seminário A construção local do território na Amazônia Oriental*, Marabá, UFPA-NEAF, 1997, 22p.
- VEIGA, I., OLIVEIRA, M. C., BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEAU, J. P., SABOURIN, E. (orgs.). *Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*, 15 (43), 2001, pp.101-119.
- VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Autores Associados, 2002, 304p.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável – O desafio do século XXI*. São Paulo: Garamond Universitária, 2005, 226p.
- VEIGA, J. E. da. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. (ed.). *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*. Cadernos do CEAM, nº 23, Brasília: UnB, 2006.
- VINCK, D. Les objets intermédiaires dans les réseaux de coopération scientifique. Contribution à la prise en compte des objets dans les dynamiques sociales. *Revue française de sociologie*, XL-2, 1999, pp.385-414.
- WANDERLEY, M. N. de B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais* (ANPOCS), GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996, 17p.
- WANDERLEY, M. N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, J. de S. (coord.). *Travessias. A vivência da*

- reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, NEAD, 2003, pp. 203-245.
- WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. In: *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, Sober 23 – 27/07/2006, 15p.
- WAQUIL, P. D., FINCO, M. V. A., MATTO, E. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 2, 2004, pp.317-340.
- WEID (von der) J. M. *Uma proposta para o movimento sindical de trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993, mimeo.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics. The governance of Contractual relations. *The Journal of Law and Economics*, 22, pp.223-261, october 1979.
- WINTER, P., CORRAL, L, GORDILLO, G. Rural livelihoods strategies and social capital in Latin America: implications for rural development projects. *Working papers in Agricultural & Resource Economics*, 2001-6, Armidale, University of New England, 2001, 22p.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1966].
- WORLD BANK. *Social capital: The missing link* “Monitoring environmental progress – Expanding the measure of Wealth”. Draft ms, Washington DC, World Bank Environment Department, 1997.
- WORLD BANK. *World Development Report 2000: Reaching the poors*, Washington DC The World Bank, 2000.

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Figuras e mapas

- Figura 1: Mapa do Brasil e localização da região Nordeste
- Figura 2: Agricultura e frentes pioneiras no Brasil (1985-2000)
- Figura 3: Mapa do Nordeste e localização dos sítios citados
- Figura 4: Representação esquemática de algumas estruturas de reciprocidade
- Figura 5: Evolução das ocupações de terras entre 1998 e 2003
- Figura 6: Localização do Município de Unai
- Figura 7: Assentamentos citados no Município de Unai
- Figura 8: Evolução do número de contratos de crédito Pronaf – 1995-2005/2006
- Figura 9: Evolução dos créditos para a agricultura familiar (1995-2006)
- Figura 10: Localização dos territórios MDA-SDT nos Estados do Brasil (2005)
- Figura 11: Zonas agro-ecológicas dos Municípios de Remigio e Solânea (Paraíba)
- Figura 12: Esquema da rede sócio-tecnica da Comunidade de Goiana
- Figura 13: Esquema da rede sócio-tecnica da batatinha em Meia Pataca
- Figura 14: Evolução dos dispositivos coletivos em torno da inovação – Agreste PB
- Figura 15: Número de famílias beneficiando do programa Bolsa família

Quadros

Quadro 1: Os moradores

Quadro 2: Troca e reciprocidade

Quadro 3: O projeto “Fundo de Pasto”: um instrumento de reforma agrária original

Quadro 4: A criação do STR de Lagoa Seca – Paraíba durante o período militar

Quadro 5: Variáveis chaves da ação coletiva (Ostrom, 1998).

Quadro 6: Celestino P. da Silva fundador do Str de Campina Grande, Paraíba

Quadro 7: Opinião dos assentados de Mandacaru – Sumé, Pb sobre o Mst

Quadro 8: Curso de formação de agentes de desenvolvimento rural por Alternância – Escola Técnica Agrícola de Unai/Inkra-Proneira/UnB

Quadro 9: Método de Planejamento Estratégico Participativo aplicado nos projetos de reforma agrária de Unai

Quadro 10: A visão do desenvolvimento territorial do MDA (2004)

Quadro 11: Dificuldades do SDT nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso

Quadro 12: Tipologia dos atores coletivos em meio rural

Quadro 13: O apoio aos Bancos de sementes

Quadro 14: Alguns indicadores sobre os Fundos Rotativos na Paraíba

Quadro 15: Metodologia de construção do Sistema Local de Conhecimentos

Quadro 16: Origem e vetores das inovações na região do Curimataú

Quadro 17: Mapeamento do espaço sociotecnico local da comunidade de Goiana

Quadro 18: Discurso dos agricultores e dados do S. L. C. em Solânea

Quadro 19: Princípios da parceria

Quadro 20: Tipos de Créditos Solidários

Tabelas

- Tabela 1: Número de estabelecimentos agrícolas, área e valor bruto da produção
- Tabela 2: Importância da agricultura familiar/ total de unidades de produção por região
- Tabela 3: População ativa agrícola nas unidades familiares segundo tipo de MO
- Tabela 4: Áreas de fundo de pasto legalizadas em Massaroca (Juazeiro-BA)
- Tabela 5: Distribuição das terras em 4 comunidades de Massaroca em 1995
- Tabela 6: Evolução dos rebanhos em três comunidades de Massaroca (Juazeiro-BA)
- Tabela 7: Estrutura fundiária no Brasil (2003)
- Tabela 8: Famílias com acesso a terra, áreas insuficientes e demandando emprego em 1998
- Tabela 9: Famílias rurais sem acesso a terra e demandadoras de emprego em 1998
- Tabela 10: Atividade anterior dos beneficiários da reforma agrária (2000)
- Tabela 11: Ocupações de terras por região (1988-2003)
- Tabela 12: Número de famílias instaladas por região (1979-2002)
- Tabela 13: Famílias instaladas pela reforma agrária entre 1985 e 2005
- Tabela 14: Resultados e custos da reforma agrária (1995-2005)
- Tabela 15: Créditos do Pronaf (1999 a 2003)
- Tabela 16: Evolução dos financiamentos federais para agricultura familiar e patronal
- Tabela 17: Territórios rurais homologados pelo MDA (2005)
- Tabela 18: Evolução dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC) na Paraíba
- Tabela 19: Trajetória de desenvolvimento do Curimataú (Município de Solânea – PB)
- Tabela 20: Atividades coletivas ligadas à experimentação em 2000, Solânea-PB
- Tabela 21: Temas de experimentação do grupo de A-E do Curimataú (Solânea)
- Tabela 22: Famílias beneficiadas por créditos do STR de Solânea (2001-2004)

Lista de Siglas

A-E	Agricultores Experimentadores
ANCOSOL	Associação Nacional das Cooperativas de Crédito e Economia Solidária
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Leste d Bahia
ARIDAS	Projeto Pesquisa para Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi Árido
ASA	Articulação do semi-árido
ASA-PB	Articulação do semi-árido da Paraíba.
AS-PTA	Association d'Appui aux Projets d'Agriculture Alternative
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BSC	Banco de Sementes Comunitário
CAAM	Comitê das Associações Agro-pastoris de Massaroca-BA
CCSP	Centro Comunitário de Serviços de Pintadas
CIRAD	Centre de Coopération Internationale de Recherche Agronomique pour le Développement
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (MAPA)
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do (Brasil)
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional das Obras contra a Seca
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
 FETRAF Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 FIDA Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
 FINOR Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste
 IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca
 MAE Ministério dos Assuntos Estrangeiros, França
 MDA Ministério do Desenvolvimento agrário
 MDS Ministério do Desenvolvimento Social
 MESA Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar
 MTE Ministério do Trabalho e Emprego
 MEC Ministério da Educação
 MERCOSUL Acordo do Mercado Regional do Cono Sul
 MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
 ONG Organização não governamental
 PIMC Programa 1 Milhão de Cisternas
 PAPP Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (BIRD-SUDENE)
 PIB Produto Interno Bruto
 PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária
 PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PDSTR Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
 PT Partido dos Trabalhadores
 P&D Pesquisa e Desenvolvimento
 SAF Secretaria da Agricultura Familiar – MDA
 SAFER Société d’Aménagement Foncier et
 d’Etablissement Rural (França)
 SAU Superfície Agrícola   til
 SENAES Secretaria Nacional da Economia Solidária – MTE
 SDT Secretaria do Desenvolvimento Territorial – MDA
 SLC Sistema Local de Conhecimentos
 SRA Secretaria de Reorganiza  o Agrária – MDA
 STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais
 SUDENE Superint  nd  cia do Desenvolvimento do Nordeste, Recife
 UFCG Universidade Federal de Campina Grande
 UFPB Universidade Federal da Paraíba
 UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UNICAFES União das Cooperativas da Agricultura
Familiar e da Economia Solidária

UNESP Universidade do Estado de São Paulo

UTLAB União dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil

VBP Valor Bruto da Produção

